



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LORENA FERREIRA DE SOUZA ALMEIDA

**OS COMITÊS COMO AGENTES DE GESTÃO TERRITORIAL DA BACIA
HIDROGRÁFICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS COMITÊS DO
SALITRE E DO RECÔNCAVO NORTE E INHAMBUPE**

Salvador – Bahia
2014

LORENA FERREIRA DE SOUZA ALMEIDA

**OS COMITÊS COMO AGENTES DE GESTÃO TERRITORIAL DA BACIA
HIDROGRÁFICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS COMITÊS DO
SALITRE E DO RECÔNCAVO NORTE E INHAMBUPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto Geociências da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. Orientador: Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca

Salvador – Bahia
2014

A447 Almeida, Lorena Ferreira de Souza

Os comitês como agentes de gestão territorial da bacia hidrográfica : uma análise comparativa entre os comitês do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe / Lorena Ferreira de Souza Almeida. - Salvador, 2014.
215 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ângelo Martins da Fonseca.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

1. Geografia humana (BA). 2. Recursos hídricos (BA). 3. Bacias hidrográficas – (Gerenciamento) - Bahia. I. Fonseca, Antônio Ângelo Martins da. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3(813.8)

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

**OS COMITÊS COMO AGENTES DE GESTÃO TERRITORIAL DA BACIA
HIDROGRÁFICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS COMITÊS DO
SALITRE E DO RECÔNCAVO NORTE E INHAMBUPE**

LORENA FERREIRA DE SOUZA ALMEIDA

BANCA EXAMINADORA

Dr. Antônio Ângelo Martins da Fonseca

Doutor em Geografia Humana
Instituto de Geociências – UFBA

Dr. Onildo Araújo da Silva

Doutor em Geografia
Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – UEFS

Dr.^a Sandra Medeiros Santo

Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Departamento de Tecnologia – UEFS

Aprovada em Sessão Pública de 25/08/2014

À minha família, meu porto seguro e fonte de amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Dador da vida, e da sabedoria tão necessária.

Sinto-me especialmente abençoada por ter a oportunidade de conviver com pessoas que são fundamentais para a minha constituição enquanto pessoa. Minha família é a minha maior referência de amor, respeito e tolerância. Os princípios cristãos inculcados pelos meus pais e em especial pela minha mãe foram e são fundamentais no desenvolvimento de qualidades, em especial o amor pelas pessoas, e como é bom “amar as pessoas como se não houvesse amanhã”.

Agradeço a meus pais Vando e Sângia por me darem a oportunidade de viver num lar de amor, a minha única e amada irmã Ludimila que me fortalece com sua forma simples de encarar a vida, ao meu marido Jair pelo amor e paciência, e por me mostrar a cada dia a importância das coisas simples e da alegria.

Aos amigos, ah os amigos! O que seria da minha vida sem eles? Que entenderam minhas ausências e angústias, mas que nunca deixaram de sentir o meu amor, a saber: Gina, Jack, Juliana, Alane, amigas de toda uma vida e para toda a vida.

Os amigos que descobri no mestrado: a solidária e competente Jamile, a doce e encantadora Manu que me acolheu num momento de grandes mudanças, a Cleo que me socorreu nas angústias, desânimos e dificuldades, a Lívia que se mostrou tão parecida comigo, e que sempre me alegrou e me sossegou dizendo que eu transmito paz, a linda e perfeccionista Simony, a Flávio pela simplicidade e verdade, a Israel, que sempre me deu força com sua forma positiva de encarar as coisas, aos colegas do grupo de pesquisa LESTE que acompanharam meu crescimento e me ajudaram a perceber as várias abordagens da Geografia.

Meu agradecimento especial a Antonio Angelo, meu querido orientador que com toda sua competência e paciência me ajudou a concretizar a minha pesquisa. Aos professores do Mestrado, especialmente: Antonio Puentes, Cristóvão Brito, Angelo Serpa e Guiomar Germani.

Aos colegas de trabalho da UNEB Campus XI, Serrinha, que me incentivaram e compreenderam as ausências, especialmente: Agripino, Maria da Paz, Jean, Simone e Jussara.

A banca examinadora, professora Sandra Medeiros pelas colocações sensatas e precisas, ao professor Onildo Araújo que acompanha minha trajetória há alguns anos e pelas considerações pertinentes no sentido de aprimoramento do trabalho.

Enfim, a todos que direta e indiretamente foram essenciais na concretização desse sonho. Muito obrigada! Eu consegui, nós conseguimos, porque “um sonho que se sonha só é a apenas um sonho”!

Segundo a proposição dialética, que aqui é parte substancial do pensamento, a verdade (se é que existe verdade), não se encontra no início, mas, sim, no final do trajeto. Não se começa nem por evidências nem por axiomas, mas sim por proposições no sentido amplo. A distinção mesma entre o verdadeiro e o falso não se coloca no princípio. O pensamento avança, descobre ao andar e se descobre ao avançar. O *incipt* tem algo de arbitrário. O importante é começar.

(Lefebvre, 1983, p. 27)

RESUMO

A gestão de recursos hídricos nas últimas décadas, tem sido o tema de muitas discussões e publicações, algo que não é surpreendente partindo-se do pressuposto de que a água é parte de um sistema determinante para a vida humana. Seus múltiplos usos e a possibilidade de futura escassez constituem-se uma preocupação global. A partir da perspectiva de descentralização dessa gestão, caráter este, sinalizado pela Legislação Brasileira com a distribuição de competências nas esferas federal, estadual e municipal e o estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, torna-se bastante relevante uma análise dos aspectos que envolvem a gestão territorial das bacias hidrográficas na Bahia a partir da Criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Desta forma, a questão central desta pesquisa é analisar de que forma tem ocorrido a gestão territorial da bacia hidrográfica no Estado da Bahia a partir da criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas? Quem são os agentes responsáveis pela tomada de decisões, nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre? Quais as intencionalidades e estratégias prevalecem na tomada de decisões? Através de obras que versam sobre a temática, dos documentos normativos expedidos pelas agências reguladoras, análise das atas, questionários e entrevistas semiestruturadas, é possível analisar se existe de fato uma descentralização na gestão de recursos hídricos e em quais moldes ela ocorre. Dessa forma é possível perceber, a relação intrínseca entre descentralização e centralização e que o fato de ter existido um período de descentralização que marca a inserção do comitê de bacia hidrográfica como agente de gestão de recursos hídricos a partir de uma estrutura tripartite que reúne o poder público, usuários e sociedade civil não significa necessariamente que existe maior nível de participação nas decisões e que muitas vezes os comitês de bacias existem no sentido de legitimar algo que já está pré-estabelecido pelas agências reguladoras e pelo poder público na figura do Estado.

Palavras-chave: Água; Recursos Hídricos; Descentralização; Gestão Territorial; Comitê de Bacia Hidrográfica.

ABSTRACT

The management of water resources in the past decades has been the subject of many discussions and publications, something that is not surprising with the assumption that water is part of a determinant for human life system. Its multiple uses and the possibility of future shortages constitute a global concern. From the perspective of this management decentralization, this character, signaled by the Brazilian legislation with the distribution of powers in the federal, state and municipal levels and the establishment of the watershed as a unit of planning and management, thus, it becomes quite important analyzing the features involving territorial watershed management Bahia from the creation of the Watershed Committees. Thus, the central question of this research is to analyze how has been the territorial river basin management in the state of Bahia since the creation of the Watershed Committees? Who are the agents responsible for making decisions in the Watershed Committees Reconcavo North and Inhambupe and Salitre? What are the intentions and strategies prevail in decision making? Through works that deal with the topic, the normative documents issued by regulatory agencies, analysis of the documents, questionnaires and semi-structured interviews, it is possible to examine if there is indeed a decentralization in the management of water resources and molds in which it occurs. Thus it is possible to realize the intrinsic relationship between decentralization and centralization, and the fact that there was a period of decentralization that marks the insertion of the river basin committee as water management agent from a tripartite structure that brings together the public power , users and civil society does not necessarily mean that there is a higher level of participation in decision making and often the basin committees exist in order to legitimize something that is already pre-established by regulatory agencies and by the public power in the State's representation.

Key-words: Water; Water Resources; Decentralization; Land Management; Watershed Committee.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução dos comitês interestaduais e estaduais – 2010.....	49
Figura 2: Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - 2009.....	53
Figura 3: Sobreposição dos limites físicos e políticos administrativos da Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe – 2014.....	81
Figura 4: Sobreposição dos limites físicos e políticos administrativos da Bacia do Salitre – 2014.....	82
Figura 5: Região de Planejamento e Gestão das Águas do Recôncavo Norte e Inhambupe - 2013.....	85
Figura 6: Percentual de terras dos municípios inseridos na RPGA do Recôncavo Norte e Inhambupe - 2014.....	86
Figura 7: Região de Planejamento e Gestão das Águas do Salitre - 2013.....	89
Figura 8: Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – 2014.....	98
Figura 9: Foto da 44ª plenária extraordinária do CBHRNI - 2013.....	123
Figura 10: Foto da 11ª reunião plenária ordinária do CBHS – 2013.....	143

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Atribuições do comitê de bacia – segmento usuários CBHRNI (2014)...	147
Gráfico 2: Atribuições do comitê de bacia – segmento usuários CBHS (2014).....	147
Gráfico 3: Atribuições do comitê de bacia – segmento poder público CBHRNI (2014).....	148
Gráfico 4: Atribuições do comitê de bacia – segmento poder público CBHS(2014).....	149
Gráfico 5: Atribuições do comitê de bacia – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	150
Gráfico 6: Atribuições do comitê de bacia – segmento sociedade civil CBHS(2014).....	151
Gráfico 7: Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento usuários CBHRNI(2014).....	152
Gráfico 8: Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento poder público CBHRNI (2014).....	152
Gráfico 9: Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento sociedade civil público CBHRNI (2014).....	153
Gráfico 10: Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento usuários CBHS (2014).....	153
Gráfico 11: Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento poder público CBHS(2014).....	154
Gráfico 12: Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento sociedade civil público CBHS (2014).....	154
Gráfico 13: Caráter das ações do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014).....	155
Gráfico 14: Caráter das ações do CBH – segmento poder público CBHRN (2014).....	156
Gráfico 15: Caráter das ações do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	156
Gráfico 16: Caráter das ações do CBH – segmento usuários CBHS (2014).....	157
Gráfico 17: Caráter das ações do CBH – segmento poder público CBHS (2014)...	157

Gráfico 18: Caráter das ações do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	158
Gráfico 19: Razões para participação no CBH – segmento usuários CBHRNI (2014).....	159
Gráfico 20: Razões para participação no CBH – segmento poder público CBHRNI (2014).....	159
Gráfico 21: Razões para participação no CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	160
Gráfico 22: Razões para participação no CBH – segmento usuários CBHS (2014).....	161
Gráfico 23: Razões para participação no CBH – segmento poder público CBHS (2014).....	161
Gráfico 24: Razões para participação no CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	162
Gráfico 25: Composição do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014).....	163
Gráfico 26: Composição do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014).....	163
Gráfico 27: Composição do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	164
Gráfico 28: Composição do CBH – segmento usuários CBHS (2014).....	165
Gráfico 29: Composição do CBH – segmento poder público CBHS (2014).....	165
Gráfico 30: Composição do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	166
Gráfico 31: Aspectos positivos do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014).....	167
Gráfico 32: Aspectos positivos do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014).....	167
Gráfico 33: Aspectos positivos do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	168
Gráfico 34: Aspectos positivos do CBH – segmento usuários CBHS (2014).....	169
Gráfico 35: Aspectos positivos do CBH – segmento poder público CBHS (2014).....	169
Gráfico 36: Aspectos positivos do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	170
Gráfico 37: Aspectos negativos do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014).....	170

Gráfico 38: Aspectos negativos do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014).....	171
Gráfico 39: Aspectos negativos do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	171
Gráfico 40: Aspectos negativos do CBH – segmento usuários CBHS (2014).....	172
Gráfico 41: Aspectos negativos do CBH – segmento poder público CBHS (2014).....	173
Gráfico 42: Aspectos negativos do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	173
Gráfico 43: Interesses políticos e/ou econômicos – segmento usuários CBHRNI (2014).....	174
Gráfico 44: Interesses políticos e/ou econômicos – segmento poder público CBHRNI (2014).....	175
Gráfico 45: Interesses políticos e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	175
Gráfico 46: Interesses políticos e/ou econômicos – segmento usuários CBHS (2014).....	176
Gráfico 47: Interesses políticos e/ou econômicos – segmento poder público CBHS (2014).....	176
Gráfico 48: Interesses políticos e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	177
Gráfico 49: Prevalência de interesses políticos e/ou econômicos – segmento usuários CBHRNI (2014).....	177
Gráfico 50: Prevalência de interesses políticos e/ou econômicos – segmento poder público CBHRNI (2014).....	178
Gráfico 51: Prevalência de interesses políticos e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHRNI (2014).....	178
Gráfico 52: Prevalência de interesses políticos e/ou econômicos – segmento usuários CBHS (2014).....	179
Gráfico 53: Prevalência de interesses políticos e/ou econômicos – segmento poder público CBHS (2014).....	179
Gráfico 54: Prevalência de interesses políticos e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHS (2014).....	180

Gráfico 55: Razões para participação por segmento – usuários CBHRNI (2014)...	181
Gráfico 56: Razões para participação por segmento – poder público CBHRNI (2014).....	181
Gráfico 57: Razões para participação por segmento – sociedade civil CBHRNI (2014).....	182
Gráfico 58: Razões para participação por segmento – usuários CBHS (2014).....	183
Gráfico 59: Razões para participação por segmento – poder público CBHS (2014).....	183
Gráfico 60: Razões para participação por segmento – sociedade civil CBHS (2014).....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese metodológica da pesquisa.....	25
Quadro 2: Versões de federalismo - 1995.....	30
Quadro 3: Atribuições do comitê de bacia - 2011.....	50
Quadro 4: Regiões de Planejamento e Gestão das Águas da Bahia - 2013.....	55
Quadro 5: Estrutura organizacional do comitê de bacia - 2013.....	55
Quadro 6: Perspectivas sociológicas sobre a gestão - 1997.....	59
Quadro 7: Políticas ambientais brasileiras de 1930 até os dias atuais - 2008.....	63
Quadro 8: Modelos de gestão de recursos hídricos - 1999.....	69
Quadro 9: Abordagens de gestão e gestão do território - 1993.....	73
Quadro 10: Arranjo institucional do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH) - 2001.....	99
Quadro 11: Modelo de regulação implantado nos EUA e no Brasil - 2007.....	102
Quadro 12: Criação de agências reguladoras no Brasil - 2006.....	103
Quadro 13: Composição da diretoria do CBHRNI - 2014.....	109
Quadro 14: Lista dos membros do comitê de bacia hidrográfica do rio Salitre – 2014.....	127
Quadro 15: Composição da diretoria do CBHS - 2014.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área dos municípios da bacia do rio Salitre - 2003.....	88
Tabela 2: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHRNI – 2008 a 2013.....	111
Tabela 3: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHRNI para proposição ao CONERH – 2008 a 2013.....	113
Tabela 4: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHS – 2008 a 2013.....	131
Tabela 5: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHS para proposição ao CONERH – 2008 a 2013.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ANA	Agência Nacional das Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional de Transporte
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BH	Bacia Hidrográfica
C & T	Ciência e Tecnologia
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHRNI	Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe
CBHS	Comitê de Bacia Hidrográfica do Salitre
CEEIBH	Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas
CERB	Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia
CETREL	Central de Tratamento de Efluentes Líquidos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNUMAD	Conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEP	Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari

CONERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
COPENER	Cooperativa Florestal Ltda
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRH	Conselho de Recursos Hídricos
CTEA	Câmara Técnica de Educação Ambiental
CTOC	Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
CTPPP	Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos
DNAE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EUA	Estados Unidos da América
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FERHBA	Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IES	Instituto de Ensino Superior
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INGÁ	Instituto de Gestão das Águas e Clima
MARE	Ministério de Administração e Reforma do Estado
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

PCJ	Piracicaba, Capivari e Jundiá
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
RAA	Regiões Administrativas de Águas
RPGA	Regiões de Planejamento e Gestão das Águas
SEGRH	Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEIRH	Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
UAVS	União das Associações do Vale do Salitre
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	United Nations Educational Scientific
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UR's	Unidades Regionais
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 As trilhas da pesquisa.....	24
2 DESCENTRALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS NO CONTEXTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO.....	28
2.1 Federação e pacto federativo no Brasil.....	28
2.2 Descentralização no contexto do federalismo brasileiro.....	32
2.2.1 Descentralização e regulação na gestão de recursos hídricos.....	40
2.3 Os comitês de bacias hidrográficas: uma perspectiva de descentralização e participação na gestão das águas.....	42
2.3.1 Contexto de criação dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil..	47
2.3.2 Implantação dos comitês de bacias hidrográficas na Bahia.....	51
3 GESTÃO DAS ÁGUAS NO CONTEXTO DA DESCENTRALIZAÇÃO.....	57
3.1 Abordagens do termo gestão.....	57
3.2 A inserção da gestão das águas na gestão ambiental.....	60
3.3 Gestão das águas: tendências e modelos.....	67
3.4 Gestão territorial e gestão das águas.....	70
3.5 O novo território institucionalizado: a bacia hidrográfica como unidade de gestão.....	78
.	
3.5.1 A bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.....	84
3.5.2 A bacia hidrográfica do Salitre.....	88
4 ARRANJO INSTITUCIONAL, AGÊNCIAS E AGENTES DE REGULAÇÃO DOS USOS DAS ÁGUAS.....	91
4.1 A institucionalização da gestão de recursos hídricos: da legislação à prática.....	91
4.1.1 Legislação Estadual de Recursos Hídricos: nova perspectiva de integração.....	93
.	

4.2 Superfícies de regulação na gestão de recursos hídricos.....	94
4.3 As agências de regulação no Brasil: importação de um modelo?.....	100
4.3.1 A Agência Nacional das Águas (ANA).....	103
4.3.2 Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).....	106
5 OS COMITÊS DE BACIAS COMO AGENTES DE GESTÃO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA.....	108
5.1 O Comitê de bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe: funcionamento, debates e limitações.....	108
5.2 O Comitê de Bacia Hidrográfica do Salitre: funcionamento, debates e limitações.....	126
6 OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS UMA PERSPECTIVA DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS?.....	145
6.1 A composição tripartite e o seu papel: uma análise comparativa.....	146
6.2 Os interesses e direcionamentos do CBHRNI e CBHS.....	184
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS.....	201
APÊNDICES.....	208
ANEXOS.....	215

1 INTRODUÇÃO

A gestão das águas, nas últimas décadas, tem sido o tema de muitas discussões e publicações, algo que não é surpreendente partindo-se do pressuposto de que a água é parte de um sistema determinante para a vida humana. Seus múltiplos usos e a possibilidade de futura escassez constituem-se uma preocupação global. A UNESCO declarou o período correspondente entre 2005 e 2015 como a Década da Água, tornando ainda mais evidente a preocupação internacional com uma possível escassez.

Esta tomada de consciência fica evidente ao analisarmos a Constituição promulgada em 1988, no Art. 22, onde indica que “compete privativamente à União legislar sobre: [...] IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão” (BRASIL, 1988, p. 22). Coube então a União instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definir critérios de outorga de direitos e concessão de uso. Tomando como base a Legislação Federal, fica clara a ênfase atribuída à criação de Planos de Recursos Hídricos, que são planos de longo prazo que devem estar em consonância com a implantação de programas e projetos que visem uma gestão eficiente dos recursos hídricos¹.

Nesse sentido a Constituição Federal é centralizadora, pois atribui a União o papel de legislar sobre as águas e aos Estados e municípios a incumbência de se adequar ao sistema de normas e a definição de ações que possam atender a legislação. Segundo Cardoso (2003), a descentralização na gestão de recursos hídricos ocorre no sentido institucional a partir da criação de órgãos colegiados como é o caso dos Conselhos de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas, onde exercem o poder de decisão a partir de uma estrutura tripartite.

Com a aprovação da Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, algumas mudanças ocorrem desde a própria administração até o gerenciamento dos recursos hídricos, a partir da criação do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, unindo órgãos das esferas municipal, estadual e federal. No artigo 30 da referida Lei, foi

¹ O termo recursos hídricos é utilizado em conformidade com a Legislação Federal e Estadual que atribui um caráter econômico principalmente no sentido de outorga e direito de uso das águas. O objetivo desta pesquisa não é destacar tal caráter, mas de apresentar sua utilização nos documentos oficiais e legislativos.

estabelecido os princípios básicos e gerais à gestão das águas: a gestão por bacia hidrográfica; a observância dos usos múltiplos; o reconhecimento de que a água é um recurso dotado de valor econômico; a gestão descentralizada e participativa e o reconhecimento da água como bem finito e vulnerável. Porém foi a partir da Lei nº 9.984/00 que criou a Agência Nacional das Águas (Ana), autarquia do Ministério de Meio Ambiente que a gestão das águas adquiriu um caráter menos centralizador e mais participativo, através do deslocamento do poder para os níveis locais e regionais do governo, a participação dos usuários, da sociedade civil organizada, das ONGs e de outros agentes, através dos comitês de bacias hidrográficas.

Segundo Machado (2004), às Leis brasileiras para o gerenciamento dos recursos hídricos foram criadas com o objetivo principal de contemplar questões ambientais, pois tais recursos são encarados como bem coletivo passível de escassez e com grande valor estratégico.

Em relação ao Brasil e em especial ao nordeste brasileiro, as questões referentes à gestão de recursos hídricos ganham maior importância posto que sua escassez está associada aos demais problemas sociais e econômicos. A apropriação desse discurso por parte das elites locais e regionais instituiu a chamada indústria da seca (CASTRO, 1992), através da criação do mito da necessidade da população que vive em áreas consideradas como suscetíveis a escassez de água. Dessa forma, através da utilização desse discurso, vários programas e projetos de governo foram criados com a desculpa de minimizar o problema da seca no nordeste brasileiro, por meio de ações de cunho clientelista que na maioria das vezes beneficia apenas os grandes latifundiários e empresas que necessitam da água como recurso econômico para a manutenção e ampliação de suas atividades.

Partindo do pressuposto que a água é essencial à vida humana, torna-se bastante relevante a discussão de questões que envolvam a gestão territorial da bacia hidrográfica no contexto do federalismo brasileiro a partir de uma perspectiva de descentralização e participação pregada com a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. É necessário, no entanto, contextualizar a criação de tais mecanismos nos moldes da própria Constituição Federal ratificada pela Legislação Federal e Estadual de Recursos Hídricos e Agências Reguladoras. É importante analisar e compreender, quem são os agentes envolvidos na gestão de recursos hídricos,

quais são os interesses que prevalecem e quais são as suas implicações no contexto atual.

Cabe, no entanto, compreender a bacia hidrográfica, não apenas como uma unidade física, mas também territorial, para que tenha sido assumida como unidade de planejamento e gestão das águas, bem como qual a perspectiva de análise apresentada neste trabalho. O conceito de bacia hidrográfica está sempre relacionado a uma rede de drenagem composta por um rio principal e seus afluentes. Para Barella (2001), pode ser definida como conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formadas nas regiões mais elevadas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas, ou escoam superficialmente formando os rios e riachos, ou infiltram no solo para a formação de nascentes e lençol freático.

Segundo Lima e Zakia (2000), é possível além de uma abordagem geomorfológica, conceber o conceito de bacia hidrográfica a partir de uma análise sistêmica. Para eles, a bacia constitui-se de um sistema aberto, que recebe energia através de agentes climáticos e perde energia através do deflúvio podendo ser descritas em termos de variáveis interdependentes, que oscilam em torno de um padrão, e, desta forma, mesmo quando perturbadas por ações antrópicas, encontram-se em equilíbrio dinâmico.

A abordagem destacada nesse trabalho consiste no entendimento da bacia hidrográfica como uma unidade integrada, constituindo-se como base territorial para a gestão das águas, pois é no território definido como bacia hidrográfica que são desenvolvidas as atividades humanas. A partir desta análise é possível compreender que a regionalização de recursos hídricos que tem como referência a bacia hidrográfica é de uma complexidade evidente, visto que além de existir principalmente no Estado da Bahia dificuldade no mapeamento e identificação dos limites das bacias, existem outras regionalizações sobrepostas à da bacia hidrográfica como a própria divisão política administrativa dos municípios (CARDOSO, 2003).

Dentro deste contexto de preocupação global com a escassez da água e na perspectiva de descentralização desta gestão, caráter este, sinalizado pela Lei das Águas com a distribuição de competências nas esferas federal, estadual e municipal e o estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, torna-se bastante relevante uma análise dos aspectos que envolvem a gestão

territorial da bacia hidrográfica na Bahia a partir da Criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Desta forma, a questão central desta pesquisa é analisar de que forma tem ocorrido a gestão territorial da bacia hidrográfica no Estado da Bahia a partir da criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas? Quem são os agentes responsáveis pela tomada de decisões, no Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre? Quais as intencionalidades e estratégias que prevalecem na tomada de decisões desse colegiado?

A fim de responder as questões propostas na pesquisa, optou-se por discutir no Capítulo 1 a descentralização na gestão de recursos hídricos a partir da criação dos comitês de bacias hidrográficas tendo como pano de fundo o federalismo brasileiro. Nesse capítulo, relaciona-se o contexto federativo à descentralização e regulação na gestão das águas. Além disso, evidencia-se o surgimento dos comitês de bacias a fim de atender as deliberações estabelecidas pela Legislação Federal, o contexto de criação no Brasil e implantação no Estado da Bahia.

No capítulo 2, destacam-se algumas abordagens do termo gestão no sentido de esclarecer a utilização do termo e estabelecer relação com outras palavras que a caracteriza. Dessa forma, utilizam-se teóricos que versam sobre gestão ambiental, das águas, tendências e modelos aplicados ao termo (LANNA, 1999), (MACHADO, 2004) até chegar a gestão do território, (CÔRREA, 1988), (BECKER, 1988) e (MACHADO, 1993) como principal aporte teórico para discutir o novo estatuto atribuído à bacia hidrográfica pela Lei Federal nº 9.433/97 que a estabelece como território de planejamento e gestão de recursos hídricos, a partir da inserção de novos agentes.

Visto que a criação dos comitês de bacias hidrográficas está atrelada a um sistema de normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e a Lei Federal nº 9.433/97, foi necessário, no Capítulo 3, promover uma discussão, levando em consideração esses marcos legais, que constituem-se como documentos normativos, importantes, na delegação de atribuições para as esferas federal, estadual e municipal. Além disso, foi possível compreender a relação entre as superfícies de regulação (RIO, 2001) e a gestão de recursos hídricos, através da criação de agências reguladoras no Brasil, nesse caso a Agência Nacional de Águas.

Nos Capítulos 4 e 5 destacam-se o funcionamento, debates e limitações dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre, sua

composição e os interesses que prevalecem a partir de uma abordagem comparativa através da análise das atas de reuniões, questionários aplicados aos membros dos comitês e entrevistas com os respectivos presidentes. Dessa forma, é possível analisar se os comitês de bacias estudados exercem o papel estabelecido pela própria Legislação Federal como ente com poder de decisão através de ações propositivas, consultivas e deliberativas e se de fato existe uma gestão territorial da bacia hidrográfica descentralizada e participativa conforme indicado nos documentos normativos.

1.1 As trilhas da pesquisa

O ato de pesquisar está relacionado à busca de divergências, contradições, novas formas de explicar situações e relações, novas compreensões e assimilações na dialética histórica e progressiva da construção do conhecimento. A partir desta perspectiva, a pesquisa é considerada como um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que necessita de um tratamento científico e corresponde ao caminho trilhado a fim de se conhecer a realidade ou para descobrir novas realidades parciais.

A partir das concepções pré-estabelecidas, referentes à problemática, objetivo geral e específicos (Quadro 1), optou-se por uma abordagem de cunho qualitativo através de análise comparativa entre os comitês de bacias do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe, a fim de compreender as relações existentes entre os agentes de gestão territorial da bacia hidrográfica, e as ações que envolvem os seus membros, evidenciados por meio da análise das atas de reuniões, questionários e entrevistas.

Para Chizzotti (2010), a pesquisa em ciências humanas e sociais possuem duas orientações básicas que estarão relacionadas aos pressupostos teóricos, as formas de abordar a realidade e os meios de colher essas informações, ou seja, através dos aspectos quantitativos e qualitativos.

Quadro 1: Síntese Metodológica da Pesquisa

PROBLEMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICAS	FONTE
De que forma tem ocorrido a gestão territorial da bacia hidrográfica no Estado da Bahia a partir da criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas? Quem são os agentes responsáveis pela tomada de decisões, nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe? Quais as intencionalidades e estratégias prevalecem na tomada de decisões? Existe de fato uma gestão territorial da bacia hidrográfica através dos comitês de bacias?	Analisar como vem ocorrendo a gestão territorial da bacia hidrográfica no Comitê de Bacia Hidrográfica do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe considerando o processo de implantação e dinâmica no contexto do Federalismo Brasileiro;	Compreender o processo de descentralização da gestão das águas no contexto do Federalismo Brasileiro;	Pesquisa documental	Constituição Federal do Brasil (1988); ANA; INEMA, Legislação Federal e Estadual de Recursos Hídricos.
		Analisar a participação, ação e representatividade das esferas municipal, estadual e federal na gestão territorial das bacias hidrográficas no CBH do Salitre e no CBH do Recôncavo Norte e Inhambupe;	Participação nas reuniões dos comitês de bacias; Leitura e análise das Atas dos CBHs do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe;	INEMA; CBH do Salitre; CBH do Recôncavo Norte e Inhambupe
		Verificar se existe de fato uma perspectiva descentralizadora e participativa na tomada de decisões dos CBHs do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe, tomando como base as estratégias, ações e interesses dos agentes.	Aplicação de questionários com os membros dos comitês	Representantes do poder público (municipal, estadual e federal), sociedade civil e usuários.
		Compreender quais as estratégias e quais as perspectivas de gestão territorial da bacia hidrográfica ocorre no CBH do Salitre e no CBH do Recôncavo Norte e Inhambupe.	Entrevistas Semi-estruturadas.	Presidentes dos comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre.

Elaboração: ALMEIDA, 2013.

A partir dos aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa, Chizzotti (2010), destaca a concepção do pesquisador frente à pesquisa qualitativa:

Se, de outro lado, o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a *interpretação* do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. Tais pesquisas serão designadas como *qualitativas*, termo genérico para designar pesquisas que, usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem (CHIZZOTTI, 2010, p. 28).

A pesquisa qualitativa nos proporciona uma construção do conhecimento tendo em vista o contexto e os fenômenos existentes em dada realidade, com a possibilidade de compreensão levando em consideração as diferentes escalas e relações. Além disso, o que torna uma pesquisa qualitativa é a possibilidade de compreensão da realidade a partir do olhar das pessoas que vivenciam determinados fatos. Cabe ao pesquisador, relacionar as concepções teóricas à realidade a partir de quem a vivencia. Nesse sentido, Rodrigues (2007), define a pesquisa qualitativa:

[...] a pesquisa que predominantemente pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. (RODRIGUES, 2007, p. 38)

A análise e interpretação são características preponderantes da pesquisa qualitativa, no sentido de auxiliar a compreensão da natureza dos fenômenos. Apesar de se admitir o uso também de quantificações Chizzotti (2010), esses aspectos não constituem a principal preocupação do pesquisador. A partir da concepção supracitada da importância da pesquisa qualitativa na busca do conhecimento, e a clareza que os objetivos da pesquisa só poderão ser alcançados a partir da definição dos procedimentos metodológicos, a investigação que realizamos contou com as seguintes etapas:

- 1) Realização de uma revisão bibliográfica acerca da temática em questão, em livros, artigos, dissertações e teses;
- 2) Análise da Legislação Federal, Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 e Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 11.612 de 08 de outubro de 2009, documentos normativos, decretos e resoluções do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da

Bahia (CONERH) documentos da Agência Nacional das Águas (ANA), relacionados principalmente à institucionalização e formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, a saber: Resoluções de criação, Regimento Interno, competências e atribuições do colegiado;

- 3) Análise dos registros em atas das reuniões dos Comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre. No caso do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe (CBHRNI), foram feitos por Fadul, Silva e Cerqueira (2013) estudos sistematizados das atas no período de 2008 a 2010 sobre as temáticas discutidas no colegiado, dessa forma, optou-se por uma ampliação no sentido de acrescentar análises de 2011 a 2013. Foram analisados 10 registros das atas do CBHRNI que foram disponibilizadas via e-mail pelo presidente. Em relação ao Comitê de Bacia Hidrografia do Salitre (CBHS), foi necessário fazer uma análise das atas de 2008 a 2013, visto que no site do INEMA, só havia o registro até 2010, dessa forma, foi feita solicitação direta ao secretário que disponibilizou por e-mail, porém não tivemos acesso às atas de 2011, o que foi justificado pelo secretário devido a não ocorrência de reuniões nesse período. Tivemos acesso a 11 registros de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do CBHS.
- 4) Questionários aplicados aos membros dos comitês e entrevistas semiestruturadas com os presidentes. Os questionários continham 13 questões e na sua maioria de múltipla escolha. No CBHRNI, foram aplicados 20 questionários que corresponderam a 22% da composição total de 90 membros. Foram aplicados no CBHS, 18 questionários, que corresponderam a 50% do contingente de 36 membros entre titulares e suplentes. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas realizadas com os presidentes dos respectivos comitês.

2 DESCENTRALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS NO CONTEXTO DO FEDERALISMO BRASILEIRO

2.1 Federação e pacto federativo no Brasil

O termo federação está associado à ideia de “união” ou “pacto”, que seria a articulação das partes com o todo, ou seja, dos Estados com a Nação, a partir de um governo central. Nesse caso, constitui-se como uma forma de organização territorial do poder a partir de uma poder central por meio do pacto federativo, que é justamente as complexas alianças existentes nas esferas federal, estadual e municipal, fundadas a partir dos fundos públicos (AFFONSO, 1995).

A concepção de federação apresentada nesse trabalho, está fundada nos princípios de cooperação e repartição de responsabilidades entre os entes federados e da incumbência da Federação de distribuir de forma equitativa a riqueza produzida. A figura central continua sendo a União, a principal responsável em regular a economia do país e distribuir competências para os demais entes. Nesse sentido, Abrucco, (2006) salienta que:

[...] a Federação é um pacto entre unidades territoriais, que escolhem estabelecer uma parceria, conformando uma nação, sem que a soberania seja concentrada num só ente, como no Estado unitário, ou em cada uma das partes, como na associação entre Estados e mesmo nas confederações. A especificidade do Estado federal, em termos de distribuição territorial do poder, é o compartilhamento da soberania entre o governo central – chamado de União ou governo federal – e os governos subnacionais. (ABRUCCIO, 2006, p. 92)

Nessa perspectiva o autor enfatiza o princípio da soberania que no caso da federação não está concentrada nas mãos de apenas um ente federado, mas que é exercida por meio da cooperação ou compartilhamento entre o governo federal e os governos subnacionais. Vale salientar que Abrucco (2006) destaca dois aspectos da federação: 1) o pacto entre as unidades territoriais e 2) a renúncia dos direitos de soberania.

A essência fundante do federalismo surgiu a partir da necessidade de elaboração de uma solução para a independência das ex-colônias norte-americanas, que criaram a Confederação e que no século XVIII originou os Estados Unidos da América, a fim de estabelecer as bases institucionais que fundariam o Estado. Para Castro (1996), o sucesso dessa estrutura federativa se deu devido ao

estabelecimento claro dos poderes da União e dos Estados bem como a separação dos poderes. No Brasil, no entanto, o que ocorreu foi um movimento inverso, pois foi a República que adotou a estrutura federativa com o objetivo de descentralizar o poder central, a partir da definição das três esferas do poder: federal, estadual e municipal.

Apesar de hoje existirem pouco mais de 10% dos países que assumiram o modelo federativo, os que assim o fizeram representam notável importância geopolítica, econômica e cultural, dentre esses destacam-se: os Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Canadá e Brasil. Dentre as características que direcionam para a adoção desse arranjo, pode-se destacar: a variedade ou heterogeneidade cultural, linguística e econômica dos países e a existência de um discurso de manutenção da unidade na diversidade, sendo assim, o modelo federativo seria a melhor opção para se resguardar a autonomia local e manter a integridade territorial em meio as heterogeneidades.

As federações são diferentes quanto à composição social, econômica e institucional. Para Anderson (2009), um Estado pode ser considerado federal se possuir:

- 1) Mínimo de dois níveis de governo (uma com jurisdição nacional e outra regional);
- 2) Uma constituição escrita;
- 3) Autonomia;
- 4) Câmaras altas (participação das regiões na tomada de decisões);
- 5) Procedimentos que envolvem os tribunais para resolução de conflitos;
- 6) Conjuntos de processos e instituições que venham a facilitar as relações entre os governos.

Além de possuírem características que definem a natureza da federação, pode-se estabelecer algumas distinções que as diferem quanto ao surgimento: algumas foram estabelecidas pela necessidade de agregação para a consolidação de um país federal, ou seja, unidades que estavam separadas sentiram a necessidade de se unir a fim de preservar os interesses e traços de identidade em comum. Em outros casos, a estrutura do país era unitária e centralizada e as pressões políticas para a adoção de um regime democrático, associado à percepção de que a estrutura

federalista favoreceria a solução de problemas justificou a opção pelo modelo e ainda a junção desses dois fatores, como é o caso do Canadá (ANDERSON, 2009).

Para Furtado (1999, p.46) o federalismo “é o conceito mais amplo que tem sido utilizado para expressar a ideia de organização política, e deve basear-se na solidariedade e na cooperação, não na compulsão”. Dessa forma, segundo Fiori (1995), é possível definir três versões de federalismo: 1) “progressivo” ou “construtivo”, 2) “defensivo” ou “perverso” e 3) “pragmático” ou “reativo”(Quadro 2)

Quadro 2: Versões de Federalismo - 1995

Federalismo	Características
Progressivo	O protótipo original do ponto de vista metodológico está na construção federativa norte-americana, que foi negociada “de baixo para cima” e a partir de um pólo hegemônico. Ex: Estados Unidos, Europa unificada.
Defensivo	Surge como tentativa de manter a união do território de países em processo de desintegração. Presente principalmente em velhas sociedades multiétnicas que não conseguiram manter sua base imperial e autoritária. Ex: Canadá.
Descentralizador	Ganhou força a partir da década de 80 associada ao discurso antiautoritário. Presente em quase todos os países latino-americanos impulsionado pela discussão de descentralização do poder e a reorganização democrática dos estados. Ex: Brasil.

Fonte: FIORI, 1995, p. 21, 22.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Vale destacar que a própria teoria política é incapaz de estabelecer com precisão qual a divisão de poder seria mais adequada e qual seria a melhor forma de organização de um Estado federado. No entanto, é possível destacar duas tendências básicas para defini-lo: como fenômeno histórico e como proposta política constitucional – a primeira, mais abstrata, fundamenta-se na preservação política simultânea da unidade dos objetivos de um povo, preservando a diversidade espacial de seus interesses legitimados por um pacto (unidade na diversidade); já a segunda, mais empírica, destaca a natureza de barganha pragmática do federalismo, a partir do seu produto, ou seja, do pacto federativo, pois poderá assumir inúmeras formas legais e institucionais com variação baseada nos acordos envolvidos (FIORI, 1995). Diante da análise dessas duas concepções, é possível

destacar o que há de central em ambas: a ideia de convivência da primeira e a ideia de organização territorial do poder da segunda.

A Federação brasileira teve dificuldades, desde o seu nascimento, para responder de forma adequada aos princípios de organização político territorial do poder que o arranjo federativo delinear. No caso brasileiro, é possível destacar algumas especificidades relacionadas às heterogeneidades constitutivas que podem justificar o arranjo federativo: as desigualdades regionais existentes, a diversidade e a formação das elites locais (ABRUCIO, 2006).

Para Camargo (1991), o pacto federativo brasileiro tem como característica a contraditória e possível convivência entre: o centralismo, destacado na implantação da República e da Revolução de 1930, o mandonismo local e períodos longos de poder autoritário. O federalismo brasileiro apesar de ter como característica a repartição das atribuições entre as esferas federal, estadual e municipal ainda mantêm características de outros períodos, particularidades relacionadas aos interesses das elites que estavam no poder em dado momento, ora destacando momentos de maior centralização e outros de maior descentralização.

Na República Velha, o modelo centrífugo foi predominante, visto que nesse momento os Estados tinham autonomia, embora tivessem pouca cooperação entre si e pouca força do governo federal. Já na Era Vargas, com o fortalecimento do Estado houve desequilíbrio entre os governos estaduais já que perderam sua autonomia, principalmente na época denominada de Estado Novo. O período compreendido entre 1946 e 1964 foi marcado por maior equilíbrio da federação brasileira em relação à repartição de poder e a prática democrática, porém esse período foi interrompido pela Ditadura Militar na qual a centralização política e o autoritarismo prevaleceram (ABRUCCIO, 2006).

É possível inferir que durante toda a história federativa do Brasil houve alternância em períodos de maior e menor centralização, associada à direção política de cada partido. Vale enfatizar que a redemocratização do país foi necessária para fazer nascer um novo federalismo, associado ao papel das elites regionais que desde as eleições estaduais de 1982, incutiram ideais de autonomia e descentralização na formulação da nova constituinte de 1988.

O processo de descentralização proporcionou o aumento dos recursos financeiros, a responsabilidade na formulação de políticas públicas, bem como a

autoridade dos governos subnacionais. Para Abruccio (2006, p. 95), o governo federal procurou transformar a descentralização num “jogo” de repasse de funções, intitulado na época como “operação desmonte”, o que permitiu caracterizar o federalismo instaurado no Brasil como do tipo compartimentalizador.

Os estudos sobre a organização federalista no Brasil são pautados numa abordagem jurídica e econômica associada ao processo de descentralização com ênfase na Constituição Federalista de 1988. É digno de nota que no caso brasileiro esse processo não se deu como uma resposta às clivagens decorrentes de conflitos étnicos, religiosos ou linguísticos. Nesta perspectiva, Souza (2005) destaca que:

[...] as constituições brasileiras não prevêm regras para a secessão e a de 1988 ainda estabelece que nenhuma emenda constitucional pode abolir a “forma federativa de Estado”. Dado que a unidade do país não se constitui em ameaça, as constituições sempre declararam que “todo o poder emana do povo” e não da nação, do Estado ou das unidades constitutivas da federação, como ocorre em muitos países federais, sinalizando que o sistema federativo brasileiro está assentado no princípio do individualismo e não no das instituições coletivas. Nesse sentido, o constitucionalismo brasileiro aproxima-se da tradição norte-americana, em que, baseada na concepção lockeana, os direitos fundamentais têm sua origem nos indivíduos, distanciando-se da tradição da Europa continental, onde o Estado é a fonte dos direitos fundamentais. (SOUZA, 2005, p. 106)

Segundo a autora, a Constituição Federal brasileira possui uma particularidade, pois estabelece que o arranjo federativo é uma opção que deve ser mantida assentada no princípio do individualismo, o que indica a centralidade nos indivíduos, de onde se originam os direitos fundamentais e não na figura do Estado como fonte desses direitos. O arranjo federativo se dá a partir de parcerias, através do princípio da soberania e repartição de poder e atribuições, sendo assim a natureza desse arranjo favorece práticas de descentralização, quer seja política, quer seja administrativa, pois destaca a participação efetiva de outros entes federados além da escala federal.

2.2 Descentralização no contexto do federalismo brasileiro

A discussão sobre descentralização no Brasil é antiga, porém ganhou mais expressividade a partir da Constituição de 1988, que estabeleceu competências para as diferentes esferas de poder, neste caso – federal, estadual e municipal. O processo de descentralização deve ser compreendido a partir do contexto de reestruturação produtiva e do aparelho do Estado, do aumento das demandas

sociais por participação nas decisões de âmbito local, dos jogos de interesses e desarmonias federativas que envolvem os agentes de diferentes escalas, esse fenômeno foi denominado por Fonseca (2013, p. 166) como “virada descentralizadora”. Levando em consideração o contexto de reestruturação que o aparelho estatal vinha passando, Fonseca (2013, p. 166) acrescenta que “em determinados momentos, forças apontam mais para a centralização e em outros mais para a descentralização”.

Alguns aspectos são considerados fundamentais para a opção pela descentralização no arranjo federativo brasileiro, dentre esses destacam-se o papel da sociedade em direcionar algumas questões para a escala local com o objetivo de exercer maior participação e engajamento na solução de problemas comuns. Outro aspecto relevante é que o sistema federativo por si só constitui um campo de forças centrífugas e centrípetas que estará oscilando entre períodos de maior descentralização e maior centralização.

Para Souza (2005), a Constituição Federal de 1988 apresenta-se como uma ordem institucional e federativa que difere da anterior:

[...] voltada para a legitimação da democracia, os constituintes de 88 optaram por duas principais estratégias para construí-la: a abertura para a participação popular e societal e o compromisso com a descentralização tributária para estados e municípios. Da primeira estratégia resultou uma engenharia constitucional consociativa em que prevaleceu a busca de consenso e a incorporação das demandas das minorias. A segunda moldou um novo federalismo, tornando-o uma das mais importantes bases da democracia reconstruída em 1988. (SOUZA, 2005, p. 513-514)

O termo descentralização ganhou muita expressividade nas últimas décadas fortemente associado às ciências políticas, constituindo desta forma, diversas nuances. Para Guimarães (2000, p. 2), o debate sobre descentralização fundamenta-se sob dois planos: a concepção jurídica, que a concebe como processo de transferência de competências e de poderes entre órgãos, ou mesmo órgão e a concepção política institucional, que compreende como desagregação do poder público, a partir de diversas modalidades que variam desde a simples desconcentração de atividades até a descentralização de poder decisório. Nessa perspectiva, Abrucio (2006) define descentralização como:

[...] um processo nitidamente político, circunscrito a um Estado nacional, que resulta da transferência (ou conquista) efetiva de poder decisório a governos subnacionais, que: a) adquirem autonomia para escolher seus governantes e legisladores; b) para comandar diretamente sua

administração; c) para elaborar uma legislação referente às competências que lhe cabem; e, por fim, d) para cuidar de sua estrutura tributária e financeira. (ABRUCCIO, 2006, p. 78)

Vale salientar que a perspectiva apresentada pelo autor, destaca o processo de descentralização como eminentemente político, relacionado à transferência de poder decisório a outras instâncias, isto é, autonomia nas decisões antes centralizadas na esfera federal. Ainda enfatizando o teor político do termo descentralização, Arretche (1991), revela que a discussão está atrelada aos processos de reordenamento político administrativo e que a partir dessa perspectiva tem-se considerado descentralização como: a) redistribuição de competências dentro de uma política específica; b) autonomia decisória e orçamentária aos governos municipais e c) transferência de atribuições do governo municipal para unidades intra-municipais. Diante do exposto, a autora salienta que descentralização, constitui-se como:

[...] processo institucional de viabilização da participação social, qual seja, uma forma mais avançada de democracia: não mais representativa, mas participativa. Neste caso, a descentralização representaria uma solução à crise das formas tradicionais de representação política. Nesta perspectiva, portanto, descentralizar significa democratizar as instituições, seja porque rompendo estruturas que permitem a inserção de interesses corporativos e/ou clientelísticos no desenho da implementação das políticas, seja porque maior flexibilidade no acesso aos mecanismos decisórios implicaria em maior eficácia e efetividade dos programas e ação governamental. (ARRETCHÉ, 1991, p. 77)

Para Arretche (1996), foi a partir da década de 80 que reformas de ordem descentralizadora atingiram um número expressivo de países, apesar de ocorrerem segundo estratégias distintas, em que se destacam as mais conhecidas: desconcentração, delegação, transferência de atribuições e a privatização ou desregulação. Apesar do termo descentralização ter ganhado o foco de discussões de vários campos disciplinares e de se tratar de um processo complexo, gradativo e multifacetário, ainda segundo Arretche (1996), é possível perceber certo consenso no sentido de supor que formas menos centralizadoras em relação à prestação de serviços públicos, conseqüentemente seriam mais democráticas e eficientes e que favoreceriam na elevação dos níveis de bem estar da população.

O binômio centralização e descentralização podem ser considerados como princípios e tendências apresentadas por um aparelho político ou administrativo que se interrelacionam. Conforme Bobbio (1986, p. 329) “todos os ordenamentos jurídicos positivos são parcialmente centralizados e, em parte descentralizados”,

visto que, “não existe um sistema político-administrativo que esteja exclusivamente orientado para a otimização de uma ou outra tendência”.

Tomando como referência as ideias de Bobbio e Tavares (1986), não é possível verificar um ordenamento que seja totalmente centralizado ou descentralizado, propõe-se analisar esses fenômenos como complementares entre si, admitindo que em alguns momentos da história, relacionados também aos ideias políticos de governo em voga, foi possível verificar tendências mais centralizadoras e em outros mais descentralizadoras. Nesse sentido, é possível afirmar que existe um contínuo movimento de troca entre essas tendências. Nesta perspectiva, Bobbio (1986, p.330) deixa claro que quando “a quantidade de poderes das entidades locais e dos órgãos periféricos é reduzida ao mínimo indispensável” pode-se afirmar que prevalece a centralização, mas, quando “os órgãos centrais do Estado possuem o mínimo de poder indispensável para desenvolver as próprias atividades”, o que prevalece é a descentralização.

Vale salientar, no entanto, que as próprias legislações estabelecidas em um dado momento e o contexto político diferenciado podem acentuar uma tendência em detrimento à outra, nesse caso, destaca-se o perfil estabelecido nas constituições federativas do Brasil, em especial, a Constituição Federativa de 1988, que trás em relação às anteriores, a repartição de atribuições entre as esferas federal, estadual e municipal. É importante destacar que, apesar de ocorrer uma redistribuição de competências que preconizam por uma maior autonomia para os entes federados, em alguns setores o que ocorreu foi o inverso ao perfil descentralizador, pois em relação às competências atribuídas aos entes na gestão de recursos hídricos, foi estabelecido à União a competência privativa de legislar sobre águas e energia, além de estabelecer as leis que direcionam as ações dos Estados e municípios.²

Segundo Arretche (1991, p.75) a partir da análise do perfil de intervenção do Estado após 1964, período que correspondeu a Ditadura Militar, houve maior centralização social na esfera federal sendo uma das suas principais características, principalmente no âmbito financeiro que conseqüentemente refletiu no processo decisório principalmente nas políticas de cunho social.

²O artigo 18 da Constituição Federal de 1988 reconhece o município com poder autônomo na sua esfera de competência, ao lado da União, dos Estados e do Distrito Federal. Na gestão de recursos hídricos apesar da Constituinte indicar a importância das esferas federal, estadual e municipal, as competências ficam bem distintas pois cabe a União e aos Estados legislar sobre as águas e ao município efetuar ações em consonância com os documentos normativos.

No contexto da redemocratização, a proposta de nova constituinte foi o cenário político dos anos 1980 que impulsionou o debate sobre a relação centro e periferia do processo decisório do país, nesse contexto, surge a ideia de descentralização como contraponto à centralização, discussão esta também impulsionada pelo contexto internacional sobre a reforma do Estado, por estar intrinsecamente relacionado às expectativas de democratização do sistema político e pelos inúmeros esforços que ocorreram durante décadas, a fim de possibilitar maior autonomia financeira para os estados e municípios.

Neste sentido, para Arretche (1991), a base reflexiva da descentralização está relacionada à centralização como polo oposto, a partir de duas ordens de processos sociais descentralizatórios: 1) sendo uma resposta à crise federal e ineficiência do Estado moderno em desempenhar suas funções e 2) como sendo instrumento de democratização do processo decisório das políticas públicas a fim de gerar maior participação social. Desta forma, a partir da segunda concepção associada à ideia de descentralização com democratização, Borja (1984, p. 21) destaca que:

La descentralización hoy parece ser consubstancial a la democracia, al proceso de democratización del Estado, es decir: a) ampliación del campo de los derechos y libertades, b) progresiva incorporación de los sectores excluidos o marginados a las instituciones representativas, y c) mayor control y participación populares en la actuación de las Administraciones públicas. (BORJA, 1984, p. 21)³

A partir da concepção de que a descentralização hoje é essencial ao exercício da cidadania, Borja promove uma correlação entre descentralização e democratização. Em consonância com a referida perspectiva, no caso brasileiro, o debate sobre descentralização surge atrelado à ideia de rompimento das estruturas burocráticas e autoritárias de um Estado centralizado. Nesse sentido, Arretche (1991) afirma que:

[...] descentralizar significa democratizar as instituições, seja porque rompendo estruturas que permitem a inserção de interesses corporativos e/ou clientelistas no desenho e implementação das políticas, seja porque maior flexibilidade no acesso aos mecanismos decisórios implicaria em maior eficácia e efetividade dos programas de ação governamental. (ARRETCHÉ, 1991, p. 77)

³A descentralização hoje parece ser consubstancial a democracia, o processo de democratização do Estado, isto é a) ampliação do campo dos direitos e liberdades, b) progressiva incorporação dos setores excluídos ou marginalizados das instituições representativas, e c) maior controle e participação populares na atuação das Administrações públicas (Tradução: ALMEIDA, 2014).

A assertiva assegura que a descentralização está fortemente relacionada a implementação de programas de ação governamental, a partir da maior participação social no sentido de romper a inserção de interesses e de uma política clientelista. No entanto, tomando como referência a inserção de novos agentes com poder de participação, neste caso, os comitês de bacias hidrográficas, como agentes na gestão de recursos hídricos, o processo de descentralização pode ser considerado como:

O processo institucional de viabilização da participação social, qual seja, uma forma mais avançada de democracia: não mais representativa, mas participativa. Neste caso, a descentralização representaria uma solução à crise das formas tradicionais de representação política. (ARRETCHE, 1991, p. 77)

A institucionalização dos comitês de bacias hidrográficas no cenário da gestão de recursos hídricos segundo a Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro 97, indicou a perspectiva de descentralização na viabilização da participação social, ao estabelecer a estrutura tripartite dos comitês, além de desvincular apenas o perfil representativo para a sinalização da possibilidade de uma participação mais efetiva. Além do contexto histórico, fundamental para a “virada descentralizadora” (FONSECA, 2013), existiu um fascínio causado pela descentralização, pois a ideia de descentralizar traz embutida a ideia de participar, nesse sentido, Abruccio (2006), destaca:

O fascínio causado pela descentralização baseia-se não só na crise do modelo centralizador e do surgimento de novas realidades, mas também na força política adquirida por esse conceito. Agregando uma ampla e heterogênea coalizão de interesses, o discurso descentralizador teria suas principais qualidades associadas à democratização do poder público e a um melhor desempenho governamental. (ABRUCCIO, 2006, p. 84)

Duas características podem ser consideradas como qualidades intrínsecas da descentralização: maior proximidade dos governos em relação aos cidadãos o que gera aumento da *accountability*⁴ do sistema político e o aumento na eficiência e efetividade das políticas públicas. O destaque excessivo nos aspectos positivos da descentralização, muitas vezes torna obscuro alguns problemas no surgimento da implantação de um processo descentralizador, dessa forma é importante atentar

⁴O termo *Accountability*, isto é, algo ou alguma situação que pode ser mensurada, passível de ser calculada. A tradução do termo *Accountability* é frequentemente associada ao termo "Responsabilização" em português, normalmente aplicada aos domínios da política e da administração, como por exemplo, em temáticas relacionadas à Governança.

para cinco questões: 1) a implementação do pacto nacional, 2) combate aos desequilíbrios regionais, 3) implantação de estruturas de qualidade no plano administrativo na esfera subnacional, 4) a democratização dos governos locais e 5) estabelecimento de um ambiente intergovernamental positivo (ABRUCCIO, 2006).

O debate sobre descentralização está fortemente associado a implementação de políticas públicas e a repartição de competências da esfera federal para as esferas estadual e municipal, ou seja, a descentralização como processo político-administrativo. Nesse sentido, Borja (1985) destacou que é necessário incluir nessa perspectiva o debate entre autonomia política e administrativa e o debate entre descentralização e desconcentração, pois não poderiam ser considerados de forma antagônica. No entanto, precisa-se de cautela na afirmação de que determinada política, ou ação governamental gera descentralização, quando na verdade, constitui um simples processo de desconcentração de poder. Além disso, Borja (1985), mostra que:

Sin embargo no se discuten los elementos básicos que caracterizam a la descentralización entendida como processo democratizador: una estructura política deliberante y *representativa* (de elección directa preferentemente), dotado da *autonomía* en el ejercicio de sus competencias (lo cual supone poder tomar decisiones sin otros condicionamientos que los legales, es decir, tener una <política> propia) y de carácter *global* (el ente descentralizado ideal no tiene una especialización funcional). Modernamente a estos elementos se añaden otros, como resultado de análisis, crítico del pasado y para responder a los nuevos requerimientos a los que debe hacer frente el proceso descentralizador, como son: *competencias* de carácter decisório (o que por lo menos haya una participación importante em el proceso decisório); capacidad de *coacción* para hacer ejecutar las decisiones; disponibilidad de recursos propios o transferidos sin un uso finalista o específico (a menos que el programa haya sido establecido por el mismo ente descentralizado); *coordinación* o por lo menos seguimiento de las actuaciones de las distintas administraciones públicas em el território del ente descentralizado, y progressiva tendencia a asumir la *gestión*, por delegación, de los servicios que se prestan en él y que se dirigen principalmente a la población de este territorio (modelo de gestión indirecta); y desarrollo de nuevos mecanismos de *participación política y social*. (BORJA, 1985, p. 28-29).⁵

⁵No entanto, não se discutem os elementos básicos que caracterizam a descentralização entendida como processo democratizador: uma estrutura política deliberante e representativa (de eleição direta preferencialmente), dotado de autonomia no exercício de suas competências (no qual supõe poder tomar decisões sem outros condicionamentos que são legais, isto é, ter uma <política> própria) e de caráter global (o ente descentralizado ideal não tem uma especialização funcional). Modernamente a estes elementos se incorporam outros, como resultado de análises, crítica do passado e para responder os novos requerimentos aos que devem fazer frente ao processo descentralizador, como são: competências de caráter decisório (o que pelo menos haja uma participação importante no processo decisório); capacidade de coação para fazer executar as decisões; disponibilidade de recursos próprios ou transferidos sem um uso final ou específico (a menos que o programa tenha sido estabelecido pelo mesmo ente descentralizado); coordenação ou pelo menos seguimento das atuações e das distintas administrações publicas em um território do ente descentralizado, e progressiva tendência de assumir a gestão por delegação, dos serviços que se prestam e que se

Além de pensar a descentralização como um sinônimo de desconcentração é escorregadio assumi-la como sinônimo de participação. A participação constitui-se como um dos elementos básicos do processo descentralizatório, mas não na essência. Dessa forma, os debates sobre o termo descentralização nos últimos anos ganharam uma conotação positiva associada à democracia, eficiência administrativa e inovação, isso se dá, principalmente, porque a descentralização surge como polo oposto à centralização.

Partindo dessa perspectiva, Abruccio (2006) define descentralização como processo eminentemente político, que se estabelece a partir de um Estado nacional resultante da transferência ou conquista de poder decisório para outras escalas, desta forma destaca-se três particularidades: o aspecto administrativo; a horizontalidade das estruturas organizacionais públicas e a transferência de atribuições do Estado para a iniciativa privada.

Na nossa pesquisa, destacamos a descentralização em relação à gestão de recursos hídricos com a institucionalização dos comitês de bacias hidrográficas. Vale salientar, o perfil estrutural, a partir da composição tripartite - poder público, usuários e sociedade civil e as atribuições propositivas, consultivas e deliberativas estabelecidas na legislação de recursos hídricos indicando sua importância como um desses agentes na gestão de recursos hídricos. Em relação à descentralização na gestão de recursos hídricos, Cardoso (2003), indica que:

A descentralização proposta na política nacional de recursos hídricos se traduz do ponto de vista institucional, na criação de instâncias colegiadas, onde o poder de decisão é dividido com três setores por ela definidos: o poder público, os usuários da água e a sociedade civil. Tira das mãos do estado o monopólio da gestão de um bem público. (CARDOSO, 2003, p. 73)

Segundo a autora a criação de instâncias colegiadas a partir de uma estrutura tripartite foi uma das propostas da Política Nacional de Recursos Hídricos para repartir o poder e retirar do Estado o monopólio da gestão de um bem público, portanto a descentralização se traduz do ponto de vista institucional, em que a criação dos órgãos colegiados com a composição do poder público, usuários e sociedade civil, não garante por si só que o processo será participativo e que as

decisões finais não partirão ou serão direcionadas pelo Estado como um dos principais agentes na gestão de recursos hídricos, conforme será abordado a partir das análises das atas dos comitês estudados no capítulo 4 e dos questionários e entrevistas aplicadas com os respectivos membros no capítulo 5.

2.2.1 Descentralização e regulação na gestão de recursos hídricos

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu o domínio público das águas no Brasil, com repartição de direitos entre os entes federados. Em relação aos recursos hídricos, a Constituição Federal é centralizadora, pois atribui a União à competência privativa de legislar sobre águas e energia, além de incentivar o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de águas represadas. Em termos de domínio hídrico, compete a União: a criação do direito sobre as águas e a definição dos critérios para a outorga e concessão de direitos de uso.

No Art. 24, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, a repartição de competências está relacionada à *defesa dos recursos naturais, a proteção do meio ambiente e o controle da poluição*, como bens de interesse coletivo. Nesta questão, a União está limitada ao estabelecimento de normas gerais, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a efetivação de atividades e ações em obediência à própria legislação.

A partir do caráter normativo estabelecido na gestão territorial da bacia hidrográfica, posto que a ação está vinculada a um sistema de leis e normas, torna-se importante identificar que concepção de norma pretende-se destacar neste trabalho. Segundo o Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito, o termo norma foi empregado recentemente nas ciências sociais e na sociologia em que adquiriu o sentido específico de regra de interação social, tendendo a designar essa categoria particular de normas sociais. Nesta perspectiva:

O termo norma pode referir-se a qualquer regra, aceita ou imposta, presente em uma coletividade social mais ou menos ampla (de pequenos grupos e sistemas sociais complexos e civilizações como um todo) e mais ou menos diferenciada, que prescreve ou proscree os comportamentos de indivíduos ou de grupos com referência ao comportamento que espera a coletividade ou parte dela; e a norma é considerada como algo que as obriga. A norma pode originar-se do costume, da tradição, de uma autoridade, do carisma de uma pessoa, de instituições etc., com o propósito (consciente ou inconsciente) de solucionar conflitos e de promover a integração social que se faz também pela constituição das organizações, em proporção direta,

quantitativamente, ao grau de diferenciação social da coletividade. (ARNALD, (Org.). Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito, 1999, p. 528)

Nesta concepção os termos norma e regra se justapõem no sentido de aceitação e imposição em relação a uma coletividade social, assume-se que a regra não diz respeito apenas ao que está legitimado, a partir de leis, decretos e portarias, podendo originar-se de consensos. Segundo Moreira (1997), em toda sociedade, a coabitação é o requisito necessário da convivência espacial dos homens, quer seja a coabitação do consenso ou a coabitação da coerção de classe. Nesta perspectiva, surge o papel da regulação em prescrever o controle da forma de coabitação, através da regra e da norma. Para Moreira (2006) é relevante, destacar que a regra e a norma diferem em sua própria natureza:

A norma diz o que deve ser, reafirmado e consolidando o que diz a regra com o estatuto da normalidade. A regra age pela sanção e o interdito, a norma pelo discurso. Se a regra proíbe ou permite, a norma legitima e naturaliza. A regra normatiza (sansiona ou interdita), enquanto a norma normaliza (define o normal e o anormal), poderíamos assim dizer. Se o “ponha-se no seu lugar” é o imperativo da regra, o “este é o seu lugar natural” é o discurso da norma. (MOREIRA, 2006, p. 74)

Em relação à gestão das águas percebe-se a importância da regra a partir da própria Legislação Federal e Estadual de Recursos Hídricos, e da norma através de portarias e decretos institucionalizando a criação de instrumentos de gestão das águas através da sinalização para a criação de colegiados organizados com a proposta de promover uma gestão mais participativa e menos centralizadora.

No atual momento histórico, o debate sobre regulação é muito mais abrangente devido à existência de uma multiplicidade de agentes produtores de normas que por sua vez delimitam novos contextos geográficos (ANTAS JR, 2005). Segundo Santos (1996) o território ao mesmo tempo que é uma norma, também é normado a partir das ações estratégicas dos agentes hegemônicos. Côrrea (1990, p.12), destaca que “a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes”.

Ao passo que a ação de um determinado agente ganha destaque em relação a ação de outros agentes na produção, organização e gestão do território, essa compreensão torna-se mais viável quando a análise de determinadas práticas estão inseridas num conjunto de regras e normas. Para Antas Jr. (2005), são os sistemas

normativos que produzem o território e por reunir a intencionalidade e a espontaneidade da natureza, demanda a produção intensa de normas. Estes sistemas normativos pressupõem um arranjo lógico e encadeado de normas, frutos da ação humana.

Segundo Santos (1996), as ações são subordinadas às normas, escritas ou não, formais ou informais. Nesse caso, a própria Legislação Federal de Recursos Hídricos, em se tratando de regra escrita e formal e a norma informal estabelecida através de consenso e se concretiza a partir da ação mais contundente de determinado agente. A ação do Estado, encarado como um dos agentes na gestão territorial da bacia hidrográfica é planejada, pois sua atuação é extremamente regulada, oriunda de um esquema previamente definido a partir das concepções dos sujeitos envolvidos na construção das normas.

É possível compreender que as ações estão vinculadas aos agentes na forma de indivíduos, empresas, instituições, movimentos sociais ou outro tipo de estrutura que através do estabelecimento de uma organização lógica e racional interferem na realidade através da utilização de técnicas e normas, a fim de exprimir as mais diversas intencionalidades.

Cabe ratificar os argumentos de Santos (1996) de que a ação do Estado é a mais regulamentada de todas as outras ações, tornando-se evidente no caso do Estado da Bahia. Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que o Estado normatiza suas ações, a partir da criação de leis e decretos, utiliza outros instrumentos de descentralização a fim de direcionar para uma gestão mais participativa dos recursos hídricos, segundo a delimitação das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas na Bahia (RPGA), que se tornou base territorial para a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH).

2.3 Os comitês de bacias hidrográficas: uma perspectiva de descentralização e participação na gestão das águas

Comitê é um termo em latim *committere* que significa entregar, confiar, comunicar. Segundo Houaiss (2001), é utilizado para dar significado a uma comissão, junta, delegação, reunião de pessoas para debater e executar interesses

em comum. Dentro dessa perspectiva, Mendonça (2007) define comitê de bacia hidrográfica:

O comitê de bacia é um ente de Estado, colegiado, responsável pela gestão das águas no âmbito de uma bacia hidrográfica, com função política e administrativa. É um fórum de negociação fundamental nos conflitos da água, constituído por representantes do poder público, usuários e sociedade civil e tem caráter consultivo e deliberativo. (MENDONÇA, 2007, p. 231)

Para Silva (2009), os comitês constituem-se como agentes importantes na gestão de recursos hídricos, pois ele:

[...] é um mecanismo efetivo de controle do uso da água, de forma que o princípio da democratização da tomada de decisão sobre a gestão fica preservado, uma vez que o comitê é formado por representantes da União, dos Estados, dos Municípios, dos usuários da água e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. O grande desafio é qualificar a participação popular para que os comitês não sejam cooptados por interesses de grupos específicos, com o fortalecimento das associações, sindicatos, comissões de usuários e demais entidades civis, para que tenham força efetiva na hora da tomada de decisão. (SILVA, 2009, p. 130)

Desta forma, o comitê de bacia hidrográfica constitui-se como um parlamento das águas, sendo uma entidade juridicamente de caráter descentralizado, participativo e democrático, onde a sociedade civil e os usuários dos recursos hídricos tem um papel importante nas decisões tomadas (KETTELHUT; AMORE; LEEUWESTEEN, 1998). Para Abers e Keck (2004), os comitês de bacia constituem um componente central na reforma proposta pela legislação de recursos hídricos:

Sua principal especificidade é a de ser uma organização institucional moldada por uma territorialidade “natural” – a bacia hidrográfica – ao invés de corresponder às tradicionais fronteiras político-administrativas dos municípios, Estados e União. De acordo com as leis das águas, os comitês devem ser amplamente representativos, incorporando os *stakeholders*⁶ mais importantes, ou seja, Estado, usuários e sociedade. Entre suas principais atribuições, podemos citar o estabelecimento de diretrizes e prioridades para a gestão da água, através dos planos de bacia; a deliberação sobre metodologia, critérios e preços de cobrança; e a criação das agências de bacia. Por sua vez, os conselhos estaduais e federais devem principalmente coordenar e regular o sistema global de gestão das águas, incluindo o processo de tomada de decisão nos comitês. Os órgãos públicos gestores de recursos hídricos devem participar e dar apoio aos comitês, compartilhando informações e incorporando suas decisões nas ações do poder público, além de continuar com as suas competências em matéria de

⁶ Palavra em inglês: *stake* significa interesse, participação, risco e *Holder* significa aquele que possui. Dessa forma a partir da junção pode significar parte interessada ou interveniente. É uma palavra muito utilizada para designar as pessoas e grupos mais importantes para um planejamento estratégico ou plano de negócios. Nesse caso os comitês devem incorporar as partes mais importantes interessadas na gestão de recursos hídricos.

controle do uso da água (outorga) e sua fiscalização. (ABERS; KECK, 2004, p. 57-58)

Nesse caso, comitê de bacia hidrográfica corresponde a uma comissão e delegação de pessoas que se reúnem com o objetivo de discutir questões referentes a bacia hidrográfica de modo a executar interesses comuns a todos os segmentos que são representados. A formação de um comitê de bacia dar-se-á seguindo dois princípios básicos: o da representatividade, composto pelo poder público, usuários e sociedade civil e, o da subsidiariedade⁷, com função política e administrativa e, de caráter consultivo e deliberativo. Porém, conforme indica Mendonça (2007), o princípio da subsidiariedade “é antagônico à centralização do poder, com fortes raízes históricas e corporativas no Estado brasileiro”. Destaca ainda que o perfil centralizador impossibilita a internalização das decisões dos comitês por parte das instituições governamentais.

O processo de descentralização na gestão de recursos hídricos possui algumas particularidades: primeiro porque ocorreu de forma simultânea nos níveis nacional e estadual a partir da criação de organismos de bacia tanto nas águas federais quanto nas águas estaduais; segundo, porque não se instaurou a partir da transferência ou repartição de poder para instâncias mais locais, mas propôs a criação de uma nova esfera territorial, a bacia hidrográfica e; terceiro, está relacionado ao caráter “semivoluntário”, pois não há uma obrigatoriedade na criação de comitês em todas as bacias, desta forma, sua criação ocorreu a partir de perspectivas múltiplas: pela prioridade que o poder público dar a algumas bacias, pela organização de atores locais e como política estabelecida pelos estados que incentivam sua implantação em todo território (ABERS, 2005).

Apesar de diferentes motivações na criação dos comitês e da complexidade existente no processo de descentralização na gestão de recursos hídricos, Kettelhut, Amore e Leeuwestein (1998) destacam que:

[...] a implementação dos comitês de bacias hidrográficas implica modificações profundas no âmbito cultural e administrativo do Estado brasileiro. Os comitês marcam o início da ruptura com políticas desenvolvimentistas e ambientais pontuais e são peças fundamentais para a garantia do sucesso da gestão sustentável dos recursos hídricos no Brasil. (KETTELHUT; AMORE; LEEUESTEIN, 1998, p. 5)

⁷Para Oliveira e Mendes (2008), o princípio da subsidiariedade serve de referencial à distribuição de competências entre os entes federados. Estabelece que nada será exercido por um poder de nível superior, desde que possa ser cumprido pelo inferior.

Para Abers e Jorge (2005), o sistema de gestão de recursos hídricos e a criação em grande escala de novos organismos de gestão no nível de bacia, constitui-se uma relação anacrônica, pois o sistema de gestão está pouco institucionalizado e os mecanismos operacionais da cobrança pelo uso da água ainda estão indefinidos, desta forma, vale destacar quais os fatores contribuíram para a criação dos comitês de bacias, posto que existe baixa institucionalização dos instrumentos de gestão, a saber: o plano de bacia, enquadramento dos corpos d'águas em classes, outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, necessários no sentido de garantir a sustentabilidade econômica e política.

O processo de descentralização na política de recursos hídricos possui um grande entrave, pois o incentivo a descentralização viria a partir da cobrança pelo uso da água, sendo assim, os comitês se fortaleceriam politicamente a partir da definição de preços e prioridades dos investimentos dos recursos oriundos da cobrança, desta forma, a relação com a questão financeira seria um grande incentivo para que os comitês fossem implementados pelo Estado e a participação dos usuários e da sociedade civil (ABERS; JORGE, 2005).

Desta forma, destaca-se quatro fatores que podem explicar a “onda” de criação de comitês de bacias no Brasil: 1) expectativa de que a cobrança pelo uso das águas possa se tornar uma realidade, “incentivo indireto”, nesse sentido alguns grupos podem se engajar nas discussões do comitê, a fim de garantir uma posição confortável caso a cobrança pelo uso seja implantada; 2) a relevância do tema “água”, pela possibilidade dos usos múltiplos, nesse contexto os comitês são considerados como fóruns privilegiados para tratar de problemas e situações relacionados aos usos múltiplos; 3) o papel dos setores técnicos engajados nas discussões internacionais e envolvidos no movimento voltado à reforma do sistema de gestão de recursos hídricos, a partir da década de 1970. A consagração do conceito de comitê por parte dos técnicos como um elemento essencial à gestão apropriada; 4) a descentralização das políticas públicas associadas a reivindicação de movimentos sociais no sentido de promover a democratização mais ampla e a participação da sociedade nas decisões públicas a partir da criação de conselhos gestores e comitês (ABERS; JORGE, 2005). Os autores acrescentam:

É evidente que os princípios que fundamentam a proposta de reforma no setor de recursos hídricos tiveram suas próprias origens, decorrentes de

discussões e propostas realizadas principalmente por especialistas do setor, articulados com debates internacionais sobre o assunto. No entanto, a coincidência de objetivos da reforma nesse setor, e da que ocorreria por toda a administração pública brasileira, demonstra que o contexto maior facilitou a aceitação e a propagação das propostas. O apoio de diversos setores da sociedade brasileira, desde burocratas até movimentos sociais, certamente deu legitimidade à idéia de se criar conselhos descentralizados. Tal consenso provavelmente explica porque foi mais fácil criar organismos participativos de gestão do que implementar outros aspectos da nova legislação de recursos hídricos. (ABERS, JORGE, 2005, p. 17)

Segundo a Agência Nacional de Águas (2013) são atribuições do Comitê de Bacia Hidrográfica:

- a) promover o debate sobre questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- b) arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- c) aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, acompanhar a sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento das metas;
- d) propor aos conselhos de recursos hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso;
- e) estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados.

A Agência Nacional das Águas estabelece quais são as atribuições dos comitês de bacias, a partir de ações propositivas, consultivas e deliberativas. Apesar do direcionamento das ações do colegiado, percebe-se, no entanto, que não são todos os membros dos comitês que possuem clareza quanto quais são suas atribuições, conforme indicam os capítulos 4 e 5 dessa pesquisa.

Algumas fragilidades expostas pelos membros dos comitês, a partir das análises dos questionários e entrevistas, se devem também ao fato de os comitês de bacias terem sido criados tardiamente se comparado a sua institucionalização a partir da Lei Federal 9.433/97. Porém em âmbito nacional algumas iniciativas de integração foram feitas até mesmo antes da legislação que estabelece a importância de uma gestão descentralizada e participativa.

2.3.1 Contexto de criação dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil

O Código de Águas (1934) é considerado um dos mais antigos e avançados documentos que normatiza a gestão das águas, recebeu várias críticas no sentido de supervalorizar o setor de energia elétrica e transportes, ao invés de priorizar uma gestão integrada dos recursos hídricos. Destarte, vale ressaltar contribuições desse documento em relação à poluição das águas, os usos múltiplos, cobrança pelo uso e outorga:

- Art. 36: o uso comum da água pode ser gratuito ou retribuído, conforme as leis e regulamentos da circunscrição administrativa a que pertencerem (princípio do usuário-pagador);
- Art. 43: as águas públicas não podem ser derivadas para as aplicações da agricultura, da indústria e da higiene sem a existência de concessão administrativa, no caso de utilidade pública, e, não se verificando esta, de autorização administrativa, que será dispensada, todavia, na hipótese de derivações insignificantes.
- Art. 109: a ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros;
- Art. 110: os trabalhos para a salubridade da água serão executados à custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativos. (CÓDIGO DE ÁGUAS, 1934)

Apesar do Código de Águas ter dado ênfase ao setor elétrico e de transporte, as iniciativas de desenvolvimento a partir de 1960 foram influenciadas pelas ideias de gestão global e equilibrada da água. Porém essas iniciativas foram incipientes e continuaram a ser aplicadas a partir de interesses setoriais, como é o caso da criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAE), em 1968, e o Plano Nacional de Saneamento Básico, em 1971, em que destacavam o setor elétrico e de saneamento. Dessa forma, a criação de organismos de desenvolvimento até os anos de 1970 foram fortemente influenciados por uma abordagem setorial.

A década de 1970 foi um marco nas discussões sobre as questões ambientais e como extensão nas discussões sobre o uso da água, pautadas nas necessidades de grandes usuários e dos problemas relacionados às inundações e secas. Nessa época, o governo era responsável pelas decisões e as bacias hidrográficas não eram consideradas como unidades territoriais de planejamento e gestão.

Devido à complexidade das questões referentes ao uso múltiplo das águas, o Ministério de Minas e Energia (MME), em parceria com o governo do Estado de São Paulo em 1976, firmaram um acordo para incentivar a melhoria das condições

sanitárias das Bacias do Alto Tiête e Cubatão. A referida iniciativa contribuiu para a instituição do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH), em 1978, e posteriormente, a criação dos Comitês Executivos nas bacias hidrográficas do Paraíba do Sul, São Francisco e Ribeira do Iguape. Apesar desses comitês possuírem atribuições consultivas, foram importantes na evolução da gestão, tendo como referência a bacia hidrográfica (ANA, 2011). Vale ressaltar que a instituição do CEEIBH viabilizou estudos importantes em relação ao conhecimento da realidade das bacias, principalmente nos seus aspectos físicos e impulsionou a criação de outros comitês, a saber: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sinos, no Rio Grande do Sul.

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sinos foi a primeira experiência brasileira no sentido de criação de um comitê que não se limitava apenas à representação governamental, posto que a mobilização da sociedade local e de técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam), que devido as denúncias sobre contaminação promoveram debates e a intensificação da fiscalização referente aos lançamentos nos corpos d'água. Dessa forma, foram realizados seminários que incentivaram a criação do Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa da Bacia do Rio dos Sinos, a partir do Decreto Estadual nº 32.774/88. Essa foi a primeira experiência brasileira, no sentido de mobilizar a sociedade civil, universidades, movimentos ecológicos, entidades empresariais e prefeituras nas questões envolvidas com a gestão de recursos hídricos desta feita, à luz do modelo francês que prevê uma gestão descentralizada com a inserção de outros agentes além da instância governamental.

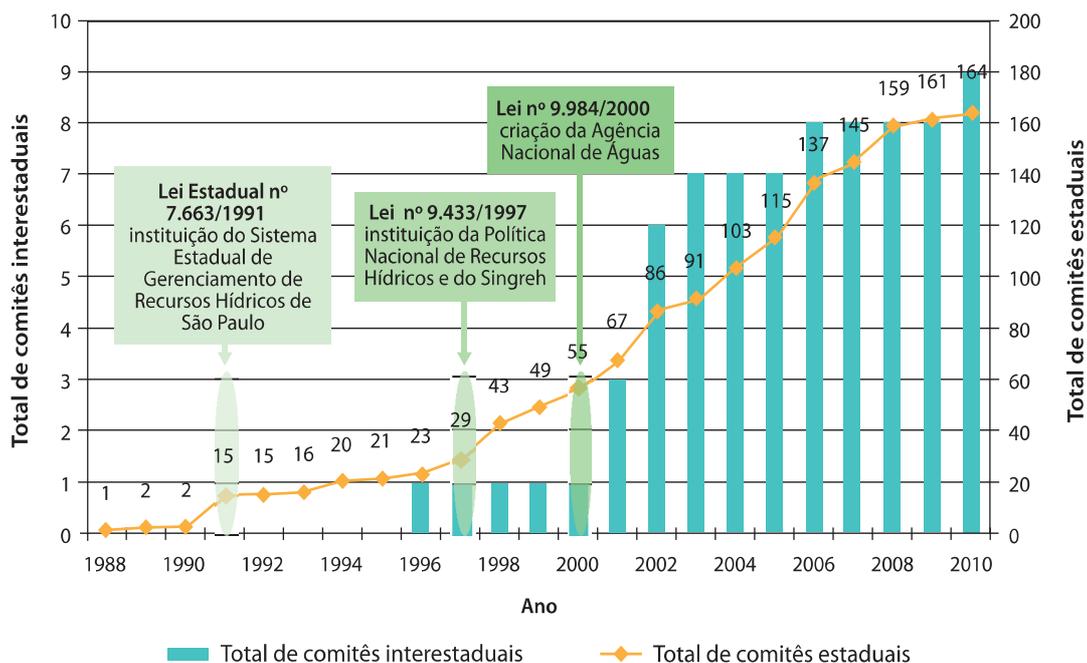
A Constituição Federal de 1988 recebeu grande influência desse debate sobre a gestão das águas e destacou em seu Artigo 21 inciso XIX, que compete a União instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definir os critérios de outorga e direitos de uso. Também em 1988 foi publicada pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), a Carta de Salvador, que destacou a inserção de novos agentes na gestão de recursos hídricos.

O estado de São Paulo foi pioneiro na criação da Política de Recursos Hídricos pela Lei nº 7.663/91 e na criação de órgãos consultivos e deliberativos, o Conselho de Recursos Hídricos (CRH) no âmbito estadual e os comitês de bacias com atuação mais local, nas unidades hidrográficas (Figura 1). Em 1993, foi criado o

comitê de bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), sendo que em 1996, já haviam sido implantados 18 comitês de bacias no estado de São Paulo. Posteriormente, seguindo as mudanças ocorridas na gestão de recursos hídricos, em 1992, o estado do Ceará aprovou a lei que instituiu a Política de Recursos Hídricos, seguindo por Santa Catarina, Distrito Federal em 1993, Minas Gerais e Rio Grande do Sul em 1994, e Sergipe e Bahia em 1995 (ANA, 2011).

Para Arretche (1996), as últimas décadas foram marcadas pela formulação e implementação de políticas públicas com novos paradigmas ou tendências: a gestão descentralizada e participativa, gerando mudanças na estruturação justificadas pelo processo de democratização das relações políticas associadas ao aumento da eficiência das ações públicas.

Figura 1: Evolução dos comitês interestaduais e estaduais - 2010



Fonte: ANA, 2014.

Fon

Nesse contexto, foram desenvolvidos movimentos sociais e técnicos para a criação de uma Política Nacional de Recursos Hídricos, consolidada a partir da Lei Federal 9.433 de 8 de janeiro de 1997, determinante no estabelecimento de arranjos institucionais que possibilitaram maior participação dos segmentos da sociedade envolvidos na gestão de recursos hídricos.

O papel e a importância dos comitês de bacias ganhou destaque com a implementação da Lei das Águas, e constituiu-se como um componente central da

proposta do novo arranjo legislativo. Diferem de outras formas de participação, pois não são apenas consultivos, mas possuem como atribuição legal deliberar sobre a gestão das águas de forma compartilhada com o poder público local, estadual e federal (Quadro 3).

Quadro 3: Atribuições do Comitê de Bacia - 2011

Deliberativas	<ul style="list-style-type: none"> - Arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água. Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e conseqüentemente: <ul style="list-style-type: none"> - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade; - prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos; - diretrizes e critérios gerais para cobrança; e - condições de operação de reservatórios, visando a garantir os usos múltiplos. - Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos. - Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.
Propositivas	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas. - Indicar a Agência de Água para aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente. - Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao Conselho de Recursos Hídricos competente. - Escolher a alternativa para enquadramento dos corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes. - Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água. - Propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos. - Propor aos conselhos de recursos hídricos as prioridades para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na bacia.
Consultivas	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes.

Fonte: ANA, 2011, p. 30.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Para Nogueira (2005), a inserção de setores sociais em processos participativos de gestão pública pode ser considerada como uma conquista tanto dos setores quanto na promoção de uma gestão mais eficiente. Nesse sentido, Magalhães Júnior (2007) destaca a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a instituição dos comitês de bacias:

A instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH) pela Lei 9.433/97 abriu caminho para as novas bases de gestão participativa no Brasil. Os CBH's passaram a ser as mais importantes instâncias democráticas de gestão da água no país, congregando representantes de diversos setores da sociedade. Seu funcionamento envolve um processo decisório específico, centrado na aprovação dos planos de gestão plurianuais das bacias e na definição e aprovação dos

valores da cobrança pelo uso da água. (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007, p. 121)

Abers e Keck, (2004) destacam a importância dos comitês de bacias hidrográficas no novo arranjo de gestão de recursos hídricos que teve como marco a Lei 9.433/97:

[...] os comitês de bacia constituem componente central da reforma. Sua principal especificidade é a de ser uma organização institucional moldada por uma territorialidade “natural” – a bacia hidrográfica – ao invés de corresponder às tradicionais fronteiras político-administrativas dos municípios, Estados e União. De acordo com as leis das águas, os comitês devem ser amplamente representativos, incorporando os *stakeholders* mais importantes, ou seja, Estado, usuários e sociedade. Entre suas principais atribuições, podemos citar o estabelecimento de diretrizes e prioridades para a gestão da água, através dos planos de bacia; a deliberação sobre metodologia, critérios e preços de cobrança; e a criação das agências de bacia. (ABERS, 2004, p. 3)

Os comitês de bacias hidrográficas constituem-se como um fórum de gestão das águas, pois congrega o poder público, a sociedade civil e os usuários com o intuito de elaborar e aprovar o Plano de Bacia como principal instrumento de gestão, por conter as informações referentes à bacia hidrográfica e a partir do exposto arbitrar em primeira instância os conflitos relacionados aos recursos hídricos, planejar a cobrança pelos usos múltiplos da água, propor aos conselhos de recursos hídricos as acumulações, derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade e outorga de direitos de uso.

Apesar da Lei das Águas destacar a importância dos regimentos internos do comitê e a representação mais adequada que atenda as especificidades de cada bacia hidrográfica, mostra que a composição deve contar com o poder público, usuários e sociedade civil e que a representação do poder público não deve ultrapassar 50% do total dos representantes. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CONERH) estabeleceu algumas recomendações específicas aos comitês a partir da Resolução nº 55 de 27 de agosto de 2009⁸, referente ao Regimento Interno.

2.3.2 Implantação dos comitês de bacias hidrográficas na Bahia

A divisão proposta para o Estado da Bahia em Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (Figura 2) surge como perspectiva de atender a própria

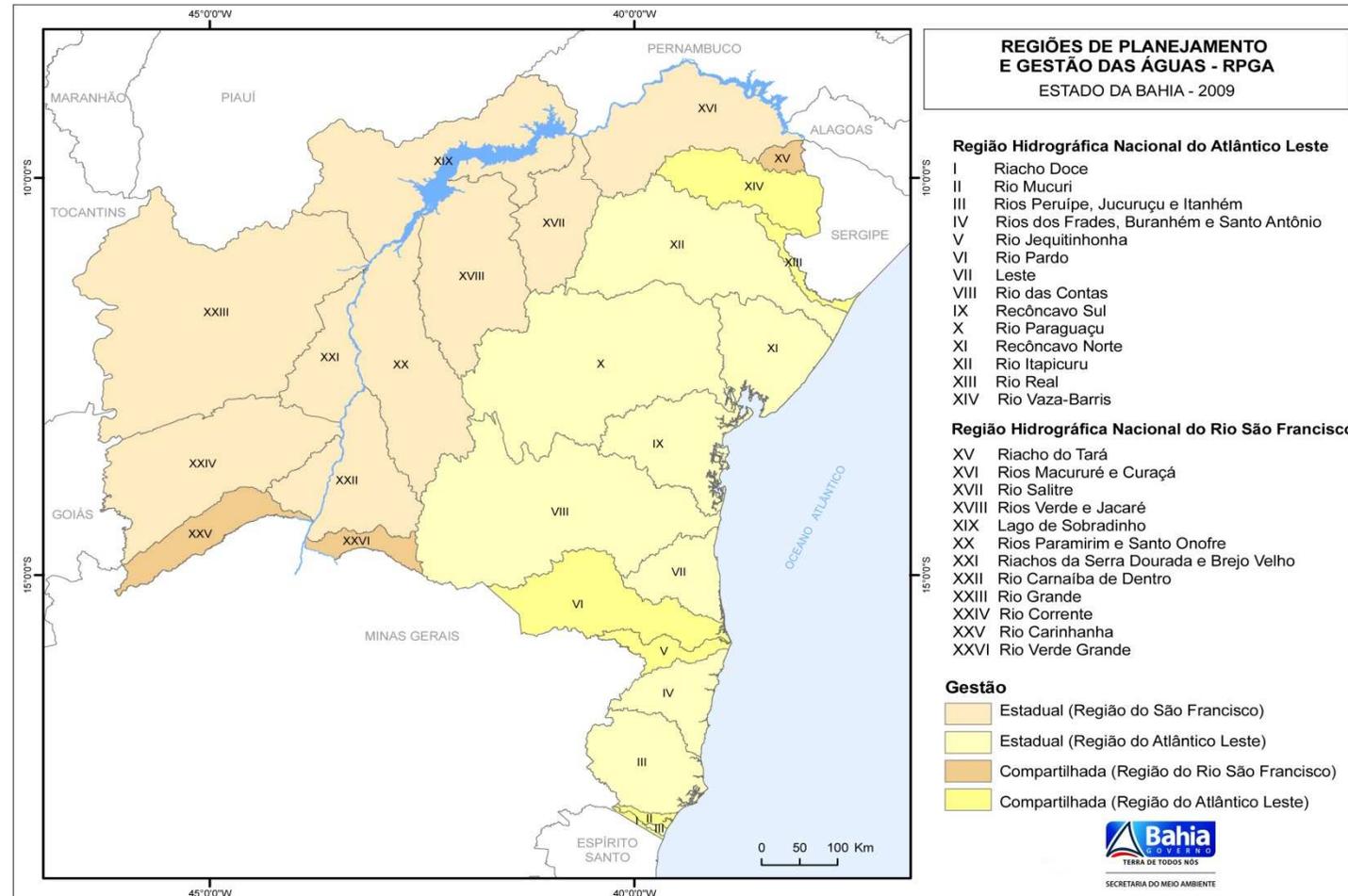
⁸ As Resoluções do CONERH estão disponíveis no site da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (www.meioambiente.ba.gov.br).

Legislação Federal Lei nº 9.433/97, que estabelece a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e a Lei Estadual nº 10.432/06 e, posteriormente, a Lei Estadual nº 11.612/09. Para o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), a grande extensão do território baiano e a complexidade da rede hidrográfica direcionou para a regionalização proposta para o Estado levando em consideração as bacias hidrográficas, no sentido de implementar os instrumentos da política de recursos hídricos, através de normas e procedimentos objetivos e com fundamentação técnica-científica que proporcionem segurança e efetividade nas ações de descentralização e participação da sociedade na gestão das águas na Bahia.

A primeira proposta de regionalização na gestão das águas foi elaborada em 1990, que dividia a Bahia em 13 regiões, chamadas de bacias hidrográficas, porém a partir da Lei Estadual nº 6.855/95, devido algumas reformas no sistema de gestão estadual e atendendo necessidades institucionais, a Bahia foi dividida em 10 Regiões Administrativas de Águas (RAA). Em 2005, foi aprovado o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) a partir da Resolução CONERH nº 01/05 que redefiniu a regionalização para gestão de recursos hídricos, estabelecendo desta vez, 17 unidades de gestão denominada de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA's). A Resolução nº 43 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) de 2009 publicou uma nova divisão hidrográfica da Bahia, aumentando de 17 para 26 (RPGA's). Essa ampliação foi baseada na proposta do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ)⁹ feita em dezembro de 2008, a partir do documento "Proposta de revisão da regionalização para a gestão de recursos hídricos no Estado da Bahia" com o intuito de atender a Lei Estadual nº 10.432/06 e federal nº 9.433/97, no sentido de incorporar a gestão compartilhada dos rios estaduais.

⁹ O Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá) surgiu como uma das reformulações do sistema de gerenciamento de recursos hídricos da Bahia, antecedido pela Superintendência de Recursos Hídricos, criada em 1995 no governo do PFL do então governador Paulo Souto. A SRH, era uma autarquia vinculada a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação que tinha as suas decisões pautadas em órgãos técnicos do Estado. Em 2008, já no governo do PT tendo como governador Jacques Wagner, algumas reformulações foram feitas na gestão de recursos hídricos, quando foi criado o Ingá em substituição ao SRH. Apesar de nova estrutura organizacional as decisões ainda eram centralizadas no Estado, porém com a inserção de outros agentes como os usuários e a sociedade civil. Em 2011, optou-se por integrar o sistema de meio ambiente e recursos hídricos do Estado da Bahia, com a criação do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Apesar de atender a um discurso de integração, a unificação da SEMA, IMA E INGÁ trouxe algumas problemáticas no sentido de burocratizar ações que poderiam ser mais bem direcionadas por uma secretaria específica.

Figura 2: Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - 2009



Fonte: INEMA, 2000.

Dentro deste contexto de regionalização e institucionalização da Política Nacional de Recursos Hídricos, atrelada à preocupação com a situação das águas é proposto à criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que no caso do Estado da Bahia ocorreu em 20 de março de 2006, através da Lei nº 10.432/06. Vale salientar que a implantação dos primeiros comitês de bacias hidrográficas na Bahia, ocorreu de forma tardia, posto que a Lei que o institucionalizou foi datada de 08 de janeiro de 1997, além disso, como as RPGA's preconizam a criação dos comitês de bacias da Bahia, segundo o INEMA mesmo com a existência de 26 RPGA's, somente 14 comitês de bacias foram criados (Quadro 4).

Segundo o INEMA, o CBH é uma instância colegiada composta por representantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal, membros da sociedade civil e usuários da água, instituído como espaço privilegiado para promover debate de questões relacionadas aos recursos hídricos, questões estas que envolvem desde a própria articulação entre entendidas intervenientes, aprovação e acompanhamento do plano de bacia até mediação que envolva conflitos de interesses no uso da água.

Os membros dos comitês são eleitos através de um processo democrático com a possibilidade de renovação do mandato periodicamente. O Estado da Bahia foi regionalizado em 26 Regiões de Planejamento de Gestão de Águas (RPGA's), que preconiza a criação de 26 Comitês de Bacias Hidrográficas, no entanto, os comitês não estão funcionando em sua totalidade e foram instituídos a partir da Lei Estadual 10.432/06.

A partir desta perspectiva, é importante compreender a relação entre uma divisão territorial, tendo como referência uma bacia hidrográfica com a divisão política administrativa dos municípios que estão inseridos total ou parcialmente na RPGA, visto que a delimitação física não obedece à delimitação política. Sobre a malha territorial de caráter natural (bacia hidrográfica) se sobrepõe outra malha territorial (municípios), considerada mais autônoma no contexto do arranjo do federalismo brasileiro.

Quadro 4: Regiões de Planejamento e Gestão das Águas da Bahia – 2013

Regiões de Planejamento e Gestão das Águas	Data da criação do Comitê	Resolução
Leste	22/03/2006	Resolução nº 08 CONERH
Itapicuru	22/03/2006	Resolução nº 09 CONERH
Paraguaçu	22/03/2006	Resolução nº 10 CONERH
Recôncavo Norte e Inhambupe	22/03/2006	Resolução nº 11 CONERH
Verde/Jacaré	22/03/2006	Resolução nº 12 CONERH
Salitre	27/12/2006	Resolução nº 16 CONERH
Grande	17/10/2008	Resolução nº 19 CONERH
Sobradinho	17/10/2008	Resolução nº 23 CONERH
Contas	17/10/2008	Resolução nº 39 CONERH
Corrente	17/10/2008	Resolução nº 40 CONERH
Peruípe, Itanhaém e Jucuruçu	26/11/2009	Resolução nº 63 CONERH
Frades, Buranhém e Santo Antônio	26/11/2009	Resolução nº 64 CONERH
Recôncavo Sul	26/11/2009	Resolução nº 65 CONERH
Paramirim e Santo Onofre	25/03/2010	Resolução nº 66 CONERH
Riacho Doce	-	-
Real	-	-
Vaza-Barris	-	-
Pardo	-	-
Jequitinhonha	-	-
Mucuri	-	-
Riacho do Tará	-	-
Macururé e Curaçá	-	-
Serra Dourada e Brejo Velho	-	-
Carnaíba de Dentro	-	-
Carinhanha	-	-
Verde Grande	-	-

Fonte: INEMA, 2013.

Elaboração: ALMEIDA, 2014

O quadro 5 apresenta a estrutura organizacional mais comum dos Comitês de Bacias Hidrográficas:

Quadro 5: Estrutura organizacional do comitê de bacia – 2013

Estrutura	Características
Plenária	Conjunto dos membros do comitê reunidos em assembleia geral e configura-se como instância máxima.
Diretoria	Composta por, no mínimo, um presidente e um secretário, pode contar com outras figuras, como vice-presidente, por exemplo.

Câmara(s) Técnica(s)	Criadas pelo plenário, as CT's têm por atribuição desenvolver e aprofundar as discussões sobre temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. Em geral, têm caráter permanente.
Grupo(s) de trabalho	Instituídos para realizarem análise ou execução de temas específicos para subsidiar alguma decisão colegiada. Em geral, têm caráter temporário e são extintos quando o objetivo para o qual foram criados tenha sido atingido.
Secretaria executiva	Estrutura responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e operacional ao comitê.

Fonte: ANA, 2013.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Dentre as fragilidades da adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão, pode-se inscrever que a criação desta nova regionalização e de mecanismos que tragam um caráter descentralizador da gestão das águas, podem gerar conflitos de interesses, posto que no Brasil os municípios são unidades de forte poder político administrativo, principalmente a partir do caráter descentralizador posto na Constituição Federal de 1988 (CARDOSO, 2003). Outro fator de grande relevância é que problemas como escassez de água, seca, contaminação de rios, construção de barragens, entre outros, são questões que extrapolam os limites físicos de uma bacia e estarão muito mais relacionados as decisões de cunho municipal, estadual e federal.

Nesse contexto, os comitês surgem com o principal objetivo de tornar a gestão de recursos hídricos mais participativa envolvendo várias esferas da sociedade, desta forma, os membros que os compõem assumem papel de grande relevância, pois tornam-se importantes agentes locais na gestão de águas no espaço baiano. É fundamental ressaltar que esses comitês foram criados na tentativa de viabilizar a gestão de recursos hídricos e torná-la menos centralizadora, portanto é importante verificar se os mesmos desenvolvem o papel que lhes é atribuído e, se não funcionam, como deveriam funcionar e quais os fatores que limitam ou inviabilizam sua atuação. Para Magalhães Junior (2007) o contexto nacional implica para dois principais conjuntos de questionamentos a cerca da viabilidade da operacionalização da gestão participativa de bacias hidrográficas: a disponibilidade de informações e o nível de capacitação dos CBH's para exercerem suas funções.

3 GESTÃO DAS ÁGUAS NO CONTEXTO DA DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Abordagens do termo gestão

As transformações ocorridas desde a década de 1970, em relação as inovações tecnológicas de grande escala, suas influências nos problemas ecológicos e sociais atreladas a concentração espacial das funções decisórias e o papel político desempenhado pelos movimentos sociais, demonstraram a incapacidade do planejamento permanecer sustentado em bases centralizadoras. Diante dessas particularidades, surge a necessidade, destacada por Becker (1989), de “transposição do planejamento para o nível da consciência política através de sua distribuição territorial”. Nesse contexto de transformação no perfil econômico, social e político da sociedade, o conceito de gestão ressurgiu com a perspectiva de ampliação e superação do escopo da administração pela relação que se instaura entre o público e o privado (BECKER, 1991).

Durante muitas décadas o termo gestão foi associado à administração da gestão empresarial e da sociologia, no sentido da gestão de pessoas. Segundo Souza (2006), as raízes etimológicas do termo gestão é bastante antigo no Brasil, originado do latim *gestions*, que significa (gerir, administrar), porém a popularização do termo é considerado recente:

[...] começou a tornar-se uma palavra da moda na segunda metade de década de 80, quando, a partir do ambiente profissional ligada à administração de empresas (no qual a gestão empresarial se desdobra em gestão de projetos, de tesouraria, de recursos humanos, de contratos...), se foi acasalando com os mais diversos adjetivos e substantivos e se desdobrando em expressões como gestão do conhecimento, gestão urbana, gestão municipal, gestão territorial, gestão ambiental, gestão tributária, gestão educacional, gestão de C & T (ciência e tecnologia) e outras mais. Apesar de a palavra gestão estar, hoje, solidamente incorporada ao vocabulário das mais diferentes áreas, restam ainda dúvidas e sobram confusões quanto ao seu preciso significado e ao seu alcance, a julgar pelo que se passa no campo da pesquisa humana. (SOUZA, 2006, p. 150)

Percebe-se que o termo gestão se popularizou desde a década de 1980, estando associado a diversas ciências e mantendo íntima relação com a ideia de planejamento. Para alguns teóricos, o planejamento está relacionado à preparação para que ocorra uma gestão futura, que se possa evitar ou minimizar problemas. Esse argumento justifica-se visto existir por parte de geógrafos e sociólogos grande

resistência no uso do termo planejamento, pois muitas vezes está associado à intervenção do Estado a fim de privilegiar os interesses capitalistas, desta forma, o termo gestão foi utilizado com o objetivo de trazer um caráter menos intervencionista do Estado pautado nos interesses da minoria (SOUZA, 2006).

Diante da polissemia do termo gestão e da associação intrínseca a áreas específicas do conhecimento, como é o caso da administração e da sociologia, Reed (1997), indica que é possível identificar três perspectivas de análise fundamentais da abordagem sociológica da gestão: perspectiva técnica; política e crítica. Segundo o autor, na perspectiva técnica a gestão é encarada como instrumento racionalmente concebido e acionado para a realização de valores predominantemente instrumentais, dessa forma, diz respeito aos meios e não aos fins, nesse sentido, o grau de centralização na tomada de decisões ou a extensão de procedimentos e regulamentos estão fortemente presentes.

Na perspectiva política, gestão é considerada como um processo social direcionado para a regulação do conflito entre grupos de interesse, num ambiente caracterizado por incertezas relacionadas aos critérios de avaliação do desempenho organizacional. Essa abordagem propõe uma ruptura no racionalismo da perspectiva técnica e a existência de uma ordem negociada que favoreceria a mediação dos conflitos, porém destaca, assim como na abordagem anterior, a ideia de poder e controle.

Para Reed (1997, p.15), na abordagem crítica, gestão é “um mecanismo de controle que funciona para satisfazer os imperativos econômicos impostos pelo modo de produção capitalista e para difundir o quadro ideológico que permite obscurecer estas realidades estruturais”. Segundo o autor, essa estrutura de gestão está relacionada a abordagem marxista da análise das organizações que procura estabelecer relação entre o trabalho organizacional da rotina dos gestores e o estabelecimento da estrutura de relações de produção. O quadro a seguir sintetiza as concepções do autor, em relação às perspectivas de gestão associadas à dinâmica organizacional de uma empresa (Quadro 6).

Quadro 6: Perspectivas sociológicas sobre a gestão – 1997

Perspectiva	Temática	Modelo de Explicação	Estratégia de ação
Técnica	Instrumentos racionalmente concebidos para a realização de objetivos instrumentais.	Teoria Sistemática	Valorização da eficácia da configuração organizacional.
Política	Processo social de negação para regulação do conflito de grupos de interesse.	Teoria da ação	Aperfeiçoamento das capacidades de negociação dos que exercem funções de gestão.
Crítica	Mecanismo de controle destinado à extração máxima de mais-valia.	Teoria marxista	Evitar aos profissionais de gestão visões distorcidas da realidade social.

Fonte: REED, 1997.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

A partir dessas abordagens o autor propõe a análise de uma nova perspectiva de gestão denominada de praxeológica, que permite a associação das concepções de gestão, enquanto estrutura administrativa, processo sociopolítico ou mecanismo de controle, nesse caso, a gestão está associada a prática social como:

[...] um processo ou atividade que visa a contínua articulação ou pacificação de práticas complexas e diversificadas, sempre propensas à desarticulação e fragmentação, baseando-se na capacidade, normalmente contestada, de controlar mecanismos institucionais que, de certo modo, asseguram a coordenação e integração da interação social. (REED, 1997, p. 26)

Essa análise permite uma concepção mais realista e flexível, diferentes das abordagens técnica, política e social, que concebem as organizações como unidades sociais, com estruturas rígidas, subordinadas à realização de funções essenciais que surgem como imposição das facetas técnicas, econômicas, administrativas e políticas de um dado sistema. É importante salientar que as concepções de gestão destacadas por Reed (1997) estão relacionadas à postura dos gestores num determinado sistema organizacional, como por exemplo, uma empresa, com o intuito de estabelecer uma disciplina organizacional e cooperação dos seus membros. Apesar de o contexto histórico do uso do termo gestão, bem como sua própria etimologia direcionarem para a associação com aspectos

administrativos de gestão empresarial, atualmente, conforme Souza (2006), o termo “foi acasalando com os mais diversos adjetivos e substantivos”.

3.2 A inserção da gestão das águas na gestão ambiental

A década de 1970 foi marcante em relação à ampliação dos debates sobre as questões relacionadas ao meio ambiente. Em 1972, o Clube de Roma, fórum composto por cientistas, industriais e políticos, lançou o Relatório intitulado Os Limites do Crescimento, destacou a preocupação com o crescimento populacional. A Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, realizada também em 1972, impulsionada pelo debate promovido pelo Clube de Roma, intensificou o debate na incorporação da consciência ecológica global. Em 1983, foi criada a Comissão da ONU para debater os principais problemas ambientais do planeta e como resultado foi elaborado o Relatório Brundtland que apontou para o desenvolvimento econômico em consonância com a justiça social e preservação do planeta.

O debate internacional trouxe impactos nas discussões promovidas no Brasil. Em 1983, foi realizado em Brasília, o Seminário Internacional de Gestão de Recursos Hídricos, já em 1986 o Ministério de Minas e Energia (MME) criou um grupo de trabalho cujo relatório incentivou a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que serviram como subsídios para a criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a transição do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas (CEEIBH) e dos respectivos comitês de bacias hidrográficas.

O marco na discussão global sobre a gestão de recursos hídricos foi a Conferência de Dublin¹⁰, realizada em 1992, que deu ênfase a existência de sérios problemas relacionados à disponibilidade hídrica e estabeleceu os princípios para a gestão sustentável da água, a saber:

- 1- A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente.
- 2- O gerenciamento da água deve ser baseado na participação dos usuários, dos planejadores e dos formuladores de políticas, de todos os níveis.

¹⁰Conferência Internacional sobre a Água e Meio ambiente, realizada em Dublin, 1992. Um dos destaques dessa conferência está no caráter econômico estabelecido para as águas, que passou a ser encarada como um recurso econômico.

- 3- As mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na proteção da água.
- 4- O reconhecimento do valor econômico da água. (CONFERÊNCIA DE DUBLIN, 1992)

Como reflexo da Conferência de Dublin, também em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92, onde 170 nações se reuniram e referendaram os princípios estabelecidos em Dublin através da aprovação de uma agenda mínima na preservação do meio ambiente, conhecida com Agenda 21.

Atrelado ao movimento mundial em prol da preservação do meio ambiente, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas politicamente pela retomada do regime democrático no Brasil o que impulsionou algumas mudanças no arranjo institucional na gestão de políticas públicas a partir do papel contundente dos movimentos sociais que reivindicavam maior participação na formulação de políticas públicas. Nesse contexto de reformas políticas e preocupação global com o meio ambiente, os estados brasileiros passaram a discutir e fundamentar as leis para a gestão de recursos hídricos conforme alguns princípios: gestão descentralizada, integrada e participativa da água; bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão; água como um bem público e com valor econômico; instrumentos de planejamento e regulação por bacia e instrumentos econômicos para a gestão da água como a cobrança pelo seu uso.

A utilização do termo ambiental emerge, principalmente, em consequência do reconhecimento da questão ambiental a partir dos últimos 30 anos em especial a partir de 1980. Nesse sentido, Magrini (2001) destaca que com as mudanças ocorridas relacionadas às questões socioeconômicas, o meio ambiente passa a ter uma concepção mais ampla, global e é reconhecido como bem econômico em que são implementadas ações individuais e coletivas de diversos agentes sociais.

A política ambiental adotada no Brasil, até meados da década de 1980, estava fortemente vinculada à centralização estabelecida pelo Estado (Quadro 7). Desde então, tendo como marco regulatório a Constituição Federal de 1988, houve a inserção de novos agentes com o intuito de controlar e mitigar os problemas ambientais. Esse processo de formulação e implementação da política ambiental no Brasil, viabilizou a redefinição de prioridades, arranjos institucionais e o padrão das relações estabelecidas entre os organismos estatais e não estatais, porém, apesar da inserção de novos agentes, a esfera estatal continuou sendo a instância em que

se negociam as decisões e estabelecem as políticas ambientais que serão implementadas (CUNHA, 2008).

Foi apenas na Constituição de 1988, marcada como ápice do processo de redemocratização do país, a partir de forte tendência descentralizadora, que a questão ambiental foi tratada de forma mais específica, num capítulo destinado ao Meio Ambiente, além da instituição de nova base na aplicação de multas e sanções, a obrigação de recuperação dos ambientes degradados e o estabelecimento da lei de compensação através dos *royalties*.

Para Magrini (2001), foi a partir da década de 1990 que no Brasil as políticas voltadas para o meio ambiente, restritas ao setor privado, começaram a incorporar uma visão mais gerencial, superando a visão restrita adotada, anteriormente, em que a gestão era encarada como simples manejo ambiental. A partir dessa concepção, é possível refletir sobre o termo gestão:

Uma vez que corresponde a um processo, onde não deve ser entendido como um simples ato de gerenciar ou administrar, a exemplo da origem na qual o termo está vinculado, mas deve ter um significado mais amplo considerando a complexidade de todos os fenômenos naturais e antrópicos envolvidos. (MARÇAL, 2009, p.196)

Devido a uma “onda” de discussões promovidas a nível global sobre a escassez dos recursos naturais, os organismos internacionais passaram a pressionar o Brasil em virtude do ritmo acelerado de degradação do seu patrimônio natural. Diante do cenário global que se configurava e do período político e econômico que o Brasil vivenciava, destacou-se que houve contradições profundas entre as políticas ambientais e as políticas modernizantes e de integração nacional promovidas no período do Regime Militar.

Nesse contexto de preocupação global e nacional, o termo gestão está vinculado a gerir para preservar, dentro dessa perspectiva, Lanna (1997), enfatiza que:

[...] a Gestão Ambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais - naturais econômicos e sócio culturais - às especificidades do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos. (LANNA, 1997, p. 75)

Quadro 7: Políticas Ambientais Brasileiras de 1930 até os dias atuais - 2008

Período	Contexto		Políticas regulatórias	Políticas estruturadoras	Políticas indutoras	Atores principais	Escala de atuação prioritizada
	Mundial	Nacional					
1930 A 1971	<ul style="list-style-type: none"> - II Guerra Mundial - Risco nuclear - Riscos de crescimento populacional - Riscos de contaminação química 	<ul style="list-style-type: none"> - Revolução de 1930 - Constituição de 1934 - Industrialização e urbanização aceleradas 	<ul style="list-style-type: none"> - Promulgação dos códigos: Florestal, das Águas e de Minas (1934) - Criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) (1956) - Criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (1963) - Promulgação ou reformulação dos códigos de pesca (1965) de minas (1967) e florestal (1967) - Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (1967) 	<ul style="list-style-type: none"> - Propostas de criação de parques nacionais e estaduais; declaração de áreas florestais como florestas protetoras (1934); - Criação do primeiro parque: Parque Nacional de Itatiaia-RJ (1937) - Criação da primeira floresta nacional na Amazônia: FLONA de Caxuanã em (1961). - 26 Unidades de Conservação foram criadas neste período (13) em área de Mata Atlântica e (1) na Floresta Amazônica. 	Ideias não formalizada no período.	Poder Público Federal	Nacional com ações voltadas para as regiões desenvolvidas (Sul e Sudeste) e regiões-problema (Nordeste e Amazônia)
1972 A 1987	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação do Relatório do Clube de Roma (1971) - Geração de movimentos ambientalistas - (<i>Greenpeace</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> - Milagre econômico - Crescimento das áreas metropolitanas - Crise econômico-financeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) (1973) - Criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de estações biológicas federais no Rio de Janeiro e sul da Bahia, para proteger a espécie do mico-leão (1971). - Criação de parques nacionais, florestas 	Ideias ainda não concretizadas no período	Poder Público Federal; Agências Regionais; ONGs; Empresas	Regional (Nordeste) e metropolitanas do Sul e Sudeste do País. Cresce o interesse pela

	<p>em 1971)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conferência de Estocolmo (1972) - Ameaças das usinas nucleares - Crise do Petróleo (1973 e 1979) - Politização da questão ambiental (Partido Verde alemão é criado em 1979) 	<ul style="list-style-type: none"> - Assembleia Nacional Constituinte 	<p>Francisco (CODEVASF) (1974)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promulgação da lei de responsabilidade pelas... - Criação do Ministério do Desenvolvimento Urbanização e Meio Ambiente (1985) - Resolução sobre a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto ambiental (RIMA) (1986) 	<p>nacionais (FLONAS) e reservas biológicas em todo o país (regulamentadas em 1979)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (1981) - Definição e criação de Áreas de Proteção Ambiental em todo o território nacional (APA), criadas em 1981, regulamentadas em 1990. - Elaboração da Política Nacional do Meio Ambiente e do Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (1981) 			<p>(continua)</p> <p>Amazônica</p> <p>Escala dos Ecossistemas; Hábitat de animais selvagens</p>
				<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Projeto de Assentamento Extrativista, através da Portaria nº 627 de 1985. - 75 Unidades diferentes foram criadas neste período (15 em área da Mata Atlântica e 26 em área da Floresta Amazônica) 			
	<ul style="list-style-type: none"> - Crise ambiental mundial - Lançamento do Relatório Brundtland de 1987 	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de 1988 - Lei dos <i>Royalties</i> - Crise econômico-financeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Promulgação de leis dos crimes relativos aos agrotóxicos e à poluição (1989) - Criação da Secretaria do Meio Ambiente (1990) 	<ul style="list-style-type: none"> - Formulação da Política Nacional do Meio Ambiente (1989) - Criação das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (1990) 	<ul style="list-style-type: none"> - Proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e 	<p>Poder Público:</p> <p>Federal, Estadual e Municipal; agências regionais;</p>	<p>Regional (Amazônia e Nordeste)</p> <p>Local (municípios, comunidades, etc.)</p>

continuação

1988 Aos dias atuais	<ul style="list-style-type: none"> - Crise financeira - Realização da ECO 92 e do Fórum das organizações não-governamentais - Conferência do Clima Global em Kioto (1977) 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussões sobre os transgênicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA) (1993) - Transformação do MMA em Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (1995) - Criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Conselho Nacional de Recursos Hídricos (1997) - Promulgação da Lei dos Crimes Ambientais (1998) - Criação da agência da Água (ANA) (2000) - Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) - Criação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (2001) 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de 10 Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE) - Elaboração da Política Nacional de Integração para a Amazônia Legal (1995) - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos (1997) - Elaboração da Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, da política de conservação de ecossistemas com proteção de biodiversidade; da política ambiental para Amazônia Legal (1999). - Estímulo do governo federal à elaboração do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) - Realização da ZEE de Rondônia, sob o patrocínio do Banco Mundial (BIRD) (1989) - Definição dos Corredores Ecológicos - Um total de 119 unidades variadas foi criado (23 em área da Mata Atlântica e 51 em área da Floresta Amazônica) 	<ul style="list-style-type: none"> do uso dos recursos naturais (1999) - Construção de Agenda 21 Local/Regional (a partir de 1992) - Criação de formas de fomento ao manejo florestal de uso múltiplo e de ações de prevenção e combate a incêndios florestais e à capacitação para o planejamento e o uso da terra (década de 1990). - Promoção de ações de educação ambiental, incentivos aos processos de gestão ambiental para a reversão de práticas agropecuárias (década de 1990) - Implantação de certificação ambiental (selo verde) e das ISSO's (<i>International Organization for Standartization</i>); ISSO 9000 e ISSO 14000 	empresas; PPG7; ONGs; alianças entre governo e ONGs; comunidades.	Enfoque sobre ecossistemas: Floresta Amazônica e Mata Atlântica, Pantanal.
-------------------------------	--	--	---	---	---	---	--

Fonte: CUNHA e GUERRA (2008).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Destarte, a gestão ambiental é entendida aqui como instrumento que viabiliza a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais às especificidades do meio ambiente, a partir das ações articuladas dos diferentes agentes sociais. Além disso, a exploração deve ser feita levando em consideração os princípios e as diretrizes acordadas e definidas pela Constituição Federal e Legislação Ambiental. Segundo o autor, o processo de gestão ambiental é constituído por uma política ambiental que tem como objetivo estabelecer as diretrizes gerais, por um método de gerenciamento ambiental desde a articulação com algumas instituições e os instrumentos legais e metodológicos viabilizando o planejamento ambiental. A partir da concepção de gestão ambiental apresentada por Lanna (1999), destacam-se alguns elementos que a compõem: a) a Política Ambiental; b) o Planejamento Ambiental; c) o Gerenciamento Ambiental.

Para Cunha e Coelho (2008), a gestão ambiental

[...] faz parte de um processo mais amplo de gestão do território, aspecto para o qual ainda não se deu a devida relevância. A falta de uma articulação mais forte entre as ações e estratégias de gestão ambiental e territorial pode ser creditada a uma série de fatores explicativos, entre os quais a incapacidade de o Estado brasileiro implementar políticas integradoras de transformação sócioespacial e de regulação dos comportamentos individuais e coletivos. (CUNHA, 2008, p. 42-43)

A perspectiva apresentada pelos autores, destaca que é possível associar a gestão ambiental à do território e que essas discussões não ganharam a relevância necessária devido à falta de articulação das ações e estratégias relacionadas a esses dois campos e a ineficiência do Estado na implementação de políticas integradoras de cunho social e espacial.

Em termos mais técnicos, Lanna (1999) indica algumas interfaces entre a gestão das águas e a ambiental: o estabelecimento de metas de qualidade de água a serem atingidas e mantidas nos corpos hídricos ou o chamado enquadramento de corpos de água de acordo com os seus usos preponderantes; restrições de uso do ambiente visando à proteção das águas, incluindo a outorga de uso e a cobrança pelo uso da água.

3.3 Gestão das águas: tendências e modelos

A utilização do termo gestão das águas, ou gestão de recursos hídricos, tomando como referência a legislação federal, ganhou destaque por estar atrelada a gestão ambiental, e nesse caso, pelo estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento através da Lei Federal nº 9.433/97. Segundo Magalhães Júnior (2007), é possível identificar três paradigmas na gestão ambiental no globo: jurídico-administrativo ou burocrático; econômico-financeiro e integrador-participativo.

Para Lanna (2000), é também possível estabelecer três modelos fundamentais na gestão de recursos hídricos: o burocrático, o econômico-financeiro e o sistêmico de integração participativa. O modelo jurídico-administrativo ou burocrático ganha ênfase no final do século XIX dos anos 70, a partir da expedição de outorgas e licenças com o intuito de manter controle legal e setorial¹¹. Nessa perspectiva, a função do órgão gestor é o de fazer cumprir os dispositivos legais, que muitas das vezes são constituídos pelas leis, decretos, resoluções e normas, os sistemas atuantes funcionam a partir do estabelecimento de negociações políticas representativas e jurídicas. Devido suas limitações, esse modelo pouco se utiliza do processo de negociação direta, além de omissos nos casos de planejamento estratégico e na geração de recursos que favoreçam seu próprio funcionamento, possuem também sérias limitações em casos de expedição de licenciamento ambiental e na resolução de conflitos (SILVA, 2000). Em relação a esse modelo, Lanna (1999) destaca que:

Isto acaba por produzir uma legislação difusa, confusa, muitas vezes conflitante e quase sempre de difícil interpretação, com o conseqüente agravamento dos problemas da administração pública que de um quadro de atuação ineficiente passa para outro de total inoperância. [...] Neste caso remete-se à culpa do fracasso do modelo à lentidão da justiça e à inoperância, ou mesmo venalidade do poder público, conjugado com atitudes ambientalmente criminosas dos agentes econômicos. (LANNA, 1999, p. 56).

A partir da década de 1970, devido à limitação imposta pela abordagem normativa da gestão ambiental, evidenciou-se o paradigma econômico-financeiro com ênfase nas ideias de custo/benefício oriundas da década de 1930, nos Estados Unidos, fruto da corrente econômica keynesiana onde o Estado exercia o papel empreendedor. Lanna (1999, p.62), esclarece que o modelo viabilizou a

¹¹ No Brasil a outorga foi implantada na década de 1930, a partir do Código de Águas.

“intensificação do uso setorial não integrado em certas bacias de importância econômica acarretando quase sempre os mesmos conflitos do modelo burocrático, agora com caráter intersetorial e, até mesmo, intrassetorial”. A principal fragilidade desse modelo é que “adota concepção relativamente abstrata para servir de suporte para a solução de problemas contingências: o ambiente mutável e dinâmico exige grande flexibilidade do sistema de gerenciamento para adaptações frequentes e diversas”.

É importante destacar que apesar de suas limitações, principalmente no sentido de prevalecer uma abordagem setorial, pode ser considerado como um avanço em relação ao modelo burocrático, pois possibilita a realização de planejamento estratégico tomando a bacia hidrográfica como referência, bem como favorece a arrecadação de recursos para a implantação de planos diretores que, de certa forma, viabiliza maior proteção e controle das águas e de seus múltiplos usos.

O paradigma integrador-participativo ou modelo sistêmico de integração participativa iniciou-se com destaque a partir de 1990, com ênfase em uma perspectiva de gestão descentralizada e participativa, características do projeto constitutivo brasileiro estabelecido em 1988. Nessa abordagem são previstas três tipos de negociação:

- a) de ordem econômica;
- b) político-institucional;
- c) jurídica.

Apesar de constituir-se como um avanço dos modelos burocrático e econômico-financeiro, o modelo integrador participativo surgiu num contexto em que mudanças estruturantes, principalmente em relação a redemocratização culminou com a Carta Magna. Para Lanna (1999) e Freitas (2000), são características desse modelo:

- publicização das águas, pela qual o Estado assume seu domínio, legal ou para efeitos práticos;
- descentralização de seu gerenciamento, através da qual o Estado permite que seja realizado de forma compartilhada com a sociedade, mediante a participação de entidades especialmente implementadas;
- adoção do planejamento estratégico na unidade de intervenção da bacia hidrográfica;

- utilização de instrumentos normativos e econômicos de acordo com diretrizes do planejamento estratégico.

De forma sistematizada, analisam-se os modelos de gestão de recursos hídricos (Quadro 8).

Quadro 8: Modelos de Gestão de Recursos Hídricos – 1999

Modelos de Gestão de Recursos Hídricos	Contexto	Características
Burocrático	Final do século XIX.	Grande quantidade de leis e decretos; Gestão fragmentada; Cumprimento de normas; Centralização do poder decisório.
Econômico-financeiro	A partir de 1940.	Prioridades setoriais do governo; Desenvolvimento integral da bacia hidrográfica; Planejamento estratégico da bacia; Estrutura de poder centralizada.
Sistêmico de Integração Participativa	A partir de 1990.	Equidade social; Equilíbrio ambiental; Democratização das ações; Estrutura de poder descentralizada; Inserção de novos agentes de gestão.

Fonte: LANNA, 1999.

Elaboração: ALMEIDA, 2013.

Para Mendonça (2007), a partir da comparação dos diferentes sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, implantados em alguns países europeus como Alemanha, França, Holanda, Portugal e Reino Unido, permite-se considerar três modelos: hidrológico, administrativo e coordenado.

O modelo hidrológico tem como principais características, a estrutura organizacional, tendo como base um contorno hidrológico, com extensivos planos de bacias hidrográficas, onde a gestão de recursos hídricos é conduzida por uma autoridade de bacia (sistema francês e britânico); no modelo administrativo existe uma articulação entre a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, conduzida por províncias e municípios e, diferentemente, do modelo hidrológico, não existe preocupação com a elaboração de planos e com os contornos hidrológicos (sistema português); já o modelo coordenado, constitui-se como um meio termo entre o hidrológico e o administrativo, conta com a existência de comissões de bacias que exercem o papel de coordenação na definição de metas e plano

estratégico para a bacia (o sistema holandês e o português) para grandes bacias representam o modelo).

A partir das contribuições de Lanna (1999) e Mendonça (2007), podem-se inferir que, atualmente, os modelos estabelecidos no Brasil para a gestão de recursos hídricos são o sistêmico de integração participativa, a partir de uma estrutura de poder descentralizada e a inserção de novos agentes de gestão e o modelo coordenado, pois apesar de não ser o que prevalece na França, inspiração para implantação do sistema de gestão de recursos hídricos no Brasil, constitui-se como meio termo entre os dois outros modelos e conta com a participação de coordenação de bacias a partir do estabelecimento de metas para a implementação de planos de bacia. Apesar de caracterizar os modelos de gestão em que o Brasil se enquadra, isso não significa que algumas características de outros modelos não estejam presentes.

3.4 Gestão territorial e gestão das águas

Para compreendermos a gestão territorial da bacia hidrográfica a partir do comitê de bacia, faz-se necessário analisar o conceito de território sob uma perspectiva política e institucional a partir da ação de vários agentes, de escalas e interesses diferenciados. O conceito de território, assim como tantos outros, é um termo polissêmico, oriundo do latim *territorium*, que significa terra pertencente a alguém. Devido sua própria etimologia e a utilização muitas vezes equivocada, o conceito de território está relacionado aos limites territoriais e a ideia de poder, sendo assim, tornou-se um conceito fortemente utilizado nas ciências políticas.

Para Haesbaert (2002), na construção histórica do conceito de território associada a relação sociedade-espço, é possível destacar duas vertentes: uma concepção denominada pelo autor de naturalista, a partir da compreensão do território num sentido físico, material, inerente ao homem em relação a sua impulsão inata na conquista de territórios; e outra etnocêntrica, que anula ou ignora qualquer relação entre sociedade e natureza, como se o território fosse uma construção social exclusivamente humana, para essa vertente, a construção poderia ser fruto de domínio material sobre o espaço, a partir do poder de uma determinada classe econômica ou grupo político. Neste sentido, Haesbaert (2002), define território como:

[...] produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. (HAESBAERT, 2002, p. 121).

O autor chama atenção para duas nuances importantes a cerca do conceito de território, envolvendo a ideia de domínio ou controle num viés político e econômico e a partir da apropriação simbólica, que podem ser compreendidas a partir de conjugação ou desconexão, o que determinará tal relação será o contexto social, político e cultural, os agentes e escalas geográficas.

Para Andrade (1995), é importante estabelecer a distinção entre território e espaço, ao afirmar que:

[...] o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19)

Na perspectiva apresentada pelo autor, não existe uma relação tão direta e clara entre território e limites políticos-administrativos, ao contrário, é justamente a partir da ideia de poder de gestão de uma determinada área que se define um território.

A partir dessa compreensão Fonseca (2010), compreende o território:

[...] como dimensão do espaço, constituído de base material, política e institucional, que apresenta um conjunto de recursos que foram se superpondo no decorrer do tempo, condicionando ações, regando (normando), sendo regado e acompanhando as novas demandas e necessidades das sociedades no decorrer do processo de evolução histórica". (FONSECA, 2010, p. 156)

O caráter regulador e normativo do território é estabelecido conforme organização de objetos técnicos e é regulado ou normado pelas ações dos agentes, através de normas administrativas e empresariais que são as que definem os comportamentos, em última análise. Nessa perspectiva, a relação entre base material, política e institucional do território pode ser estabelecido e compreendido. Essa concepção de território norteará esse trabalho que estabelece a bacia hidrográfica não apenas como território físico, definido a partir de uma rede de drenagem, mas, principalmente pelos aspectos políticos e institucionais que adquire quando é instituída pela Legislação Federal de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97

como unidade de planejamento e gestão e pela importância que outros agentes, além do Estado, ganham na gestão territorial, como é o caso dos comitês de bacias hidrográficas.

Vale ressaltar que a flexibilização competitiva do sistema capitalista, atrelada a instabilidade política, destacada pela redefinição do papel do Estado, que segue cada vez mais em direção à lógica privada trazendo impactos para os movimentos sociais e culturais, promove algumas transformações na relação entre Estado e território, bem como nos conceitos e práticas de gestão. Nesta arena de um Estado que gera pressões, a partir da desvinculação de planejamento e gestão centralizados, surgem outras escalas de poder, não são mais o território e o poder do Estado que estão em discussão, mas, sim, o território e o poder local (BECKER, 1991).

Para Becker (1988), a gestão do território é caracterizada como prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço-tempo, ou seja, gestão do território corresponde “à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações”. (BECKER, 1991, p. 178). A definição proposta acima está fortemente influenciada pela articulação de elementos de administração - concepção de gestão empresarial a partir da influência na produção científica e tecnológica e das relações de poder estabelecidas na produção do conhecimento tecnológico e elementos da governabilidade. Vale salientar que Becker traz uma abordagem a partir da perspectiva escalar de gestão, nacional, regional, local e destaca que são nas escalas regional e local que a participação da população é prioritária a partir da formulação e execução de estratégias, táticas e técnicas que serão utilizadas.

Para Côrrea (1992), gestão do território:

Constitui o conjunto de práticas visando, no plano imediato, à criação e o controle de uma dada organização espacial, isto é, as formas espaciais, suas funções e sua distribuição no espaço. Visa também ao controle dos processos que afetam a organização espacial, entre eles a concentração e dispersão das atividades no espaço. Em última instância a gestão do território, uma faceta da gestão econômica, política e social, constitui um poderoso meio através do qual se viabiliza a reprodução da sociedade como um todo. (CORRÊA, 1995, p. 83)

Nessa perspectiva, a compreensão de gestão do território ocorre pela relação entre gestão econômica, política e social, ou seja, o conceito está vinculado ao capitalismo, ao papel dos agentes sociais, neste caso das grandes corporações na

organização e controle do território, controle este que vai permitir a máxima eficiência da acumulação de capital e a reprodução de suas condições de trabalho e das práticas espaciais que são historicamente variáveis.

Para Machado (1993), é possível destacar algumas limitações nas abordagens de Becker (1988) e Corrêa (1988) em relação às concepções de gestão e gestão do território (Quadro 9).

Quadro 9: Abordagens de gestão e gestão do território - 1993

Autores	Gestão	Gestão do território
Becker (1991)	Forma de controle.	Prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço.
Roberto Lobato Corrêa (1992)	Forma de assegurar a existência e reprodução do grupo social.	Manifestação de “controle da organização espacial”, presente desde as comunidades primitivas (gestão da igualdade) até sociedades capitalistas (gestão da diferença).

Fonte: MACHADO, 1993.

Elaboração: ALMEIDA, 2013.

Machado (1993) indica que em ambas as propostas aparecem a palavra controle, como ação inerente a gestão. Destaca ainda a ambiguidade da palavra controle, que aparece em Becker com uma conotação mais negativa apesar de associado as ideias de governabilidade e administração; e em Corrêa que aparece como positivo por enfatizar o aspecto organizacional. Em relação à gestão do território, para a autora a proposta de Becker (1988) é direta e excludente, pois indica que gestão do território não seria qualquer prática espacial, mas a prática ou estratégia definida como científico-tecnológica, o que a tornaria excludente já que somente os detentores do poder participariam dessa gestão. Na perspectiva de Corrêa (1988), a gestão do território é inerente às organizações socioespaciais, desde as comunidades primitivas, até as comunidades capitalistas atuais. (MACHADO, 1993, p. 7)

A partir das reflexões desses autores, Machado (1993) propõe alguns encaminhamentos no sentido de conceber a existência de novos eventos na produção e representação do espaço o que levaria a necessidade de compreensão de novas facetas na gestão:

a) distinção entre planejamento e gestão como formas diferentes de intervenção a partir da admissão que o controle pode ser uma forma de intervir, mas que não seria o fundamento de diferenciação entre esses termos;

b) existência de relação entre a crise dos modelos de planejamento e a popularidade do termo gestão a partir de transformações ocorridas no papel do Estado e das empresas, e nos meios técnicos de organização do espaço;

c) o papel do poder, neste caso atribuído principalmente ao Estado, a partir da concepção que o estado não compreender apenas o estado-governo, assim como também a sociedade civil e as possíveis relações existentes;

d) a integração dos aspectos administrativos e de governabilidade, a noção de gestão a partir da concepção da gestão da diferença;

e) a questão da escala e da autoridade, posto que na escala local a gestão do território torna-se mais exequível;

f) relação de gestão do território com o conteúdo social do território e menos como estrutura física;

g) o teor de operacionalização atribuído ao termo gestão, ora como modelos operativos, ora como avanço de forma mais democráticas de representação e ainda como indicador das dificuldades no controle de questões que envolvem aspectos econômicos e políticos do território.

Tomando como referência as abordagens destacadas por Machado (1993) e os encaminhamentos propostos, a fim de conceber alguns aspectos relevantes da gestão, é possível inferir que a autora destaca a importância de analisar o papel das transformações ocorridas na atualidade relacionadas ao papel do Estado, a inserção de novos agentes e as inovações tecnológicas, bem como o papel da escala e da autoridade no processo de intervenção, sendo assim destaca que “a ação de intervir é concebida como processo, utilizando diversas formas de cooperação e de atividade de trabalho individual, assim como a autogestão e a auto-organização” (MACHADO, 1993, p. 8) destaca que a gestão do território deve funcionar conforme acordo e consenso, e devido esses fundamentos torna-se muito mais exequível na escala local. A gestão territorial da bacia hidrográfica, refletida segundo o viés político e institucional, ocorre num contexto de novo papel do Estado a partir da inserção de novos agentes que implicarão nas relações das diferentes escalas, principalmente tomando como referência os comitês de bacias hidrográficas, que apesar de ser

entendido como um agente de esfera local tem na sua representação agentes que representam outras esferas e segmentos da sociedade.

Do ponto de vista ideológico e político do termo gestão, é importante destacar também que a gestão de recursos hídricos¹² recebe maior atenção através de alguns mecanismos utilizados pelo próprio Estado ao estabelecer instrumentos de gestão utilizando a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão. A partir dessa análise, constata-se que o termo gestão está totalmente atrelado ao planejamento, no sentido de administrar uma situação como os recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (SOUZA, 2006). Vale salientar, conforme Souza (2006):

Agora, o que não se pode negar é que, politicamente, a atual popularidade da palavra gestão, bastante em detrimento do termo planejamento, tem a ver com uma conjuntura em que o imediatismo do “planejar por projetos”, a desregulação e o privatismo empresarialistas assumem crescente e preocupante importância – e isso muito pouco ou nada, no frígido dos ovos, tem a ver com avanços democráticos, diversamente do que alguns parecem sugerir ao edulcorarem o significado da popularidade exagerada do termo gestão. (SOUZA, 2006, p. 154)

A utilização do termo gestão serviu para muitos como uma alternativa para o uso do termo planejamento, porém ambos se complementam e variam de acordo com as circunstâncias. Nesse sentido, a popularidade do termo está muito mais associada às políticas de cunho imediatistas do que propriamente em avanços democráticos como a perspectiva de atuação de outros agentes na gestão seja em qual for das escalas. Deste modo, é imprescindível estabelecer uma análise crítica a fim de relacionar o termo em questão com a ideia de estabelecimento de uma postura mais democrática ou participativa.

A partir da década de 80 iniciativas de modernização dos modelos de sistemas nacionais de gestão da água foram impulsionadas pelo então movimento global em busca da sustentabilidade. Dentro desta perspectiva, a gestão ambiental e a gestão da água ganharam importância, principalmente, na implementação de políticas públicas de desenvolvimento de vários países e principalmente, do Brasil com a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH).

¹²O termo recursos hídricos é utilizado em conformidade com a Legislação Federal e Estadual que atribui um caráter econômico principalmente no sentido de outorga e direito de uso das águas. O objetivo desta pesquisa não é destacar tal caráter, mas apresentar sua utilização nos documentos oficiais e nas publicações que utilizam tal terminologia.

A gestão das águas envolve planejamento, que visa à organização e compatibilização dos seus usos múltiplos com o objetivo de tomada de decisões em um contexto de trabalho permanente de acompanhamento e avaliação das ações que foram realizadas. O processo de gestão deve permitir também a resolução de problemas relacionados à escassez da água, bem como a busca do uso adequado, através de um equilíbrio entre a demanda e oferta de água. Outro fator que ganha importância ao analisarmos o conceito de gestão é o planejamento, pois consiste na organização e compatibilização dos usos múltiplos da água, a fim de promover à tomada de decisões através do acompanhamento e avaliação das ações realizadas.

A partir desta perspectiva, fica evidente a relação entre gestão das águas e planejamento, pois conforme destaca Neto (1988), a partir dessa relação, promove-se uma organização acompanhada de avaliação das ações desenvolvidas pelas várias esferas da sociedade a fim de contemplar os diversos usos da água.

Em relação à gestão da água, Lanna (1997) avança ao estabelecer relação entre os instrumentos normativos e a tomada de decisão, esclarece que a expressão pode ser compreendida também como uma atividade relacionada à formulação de princípios e diretrizes através da elaboração de documentos normativos que visam à orientação na estruturação de sistemas gerenciais, priorizando a tomada de decisões que tem como principal objetivo promover o inventário, uso, controle e proteção das águas. Para Goldenstein e Salvador (2005), a gestão da água espelha questões mais amplas de cada sociedade, não tendo origem, apenas, nas definições hidrológicas, ecológicas ou de engenharia, ela se articula com conflitos de interesses, com a dinâmica das forças políticas e econômicas, com a legitimidade dos governos e das instituições diante das populações por elas governadas e, é essa concepção ampla e complexa de gestão das águas que pretendemos utilizar como maior referência nesse trabalho, principalmente, à articulação entre os agentes e os conflitos de interesses no uso das águas como riqueza natural e como recurso econômico.

Para Rebouças (2004), no Brasil a gestão integrada da água tomando por base a bacia é uma grande novidade, pois surge a partir de novos marcos regulatórios que instituem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Com a emergência atual de temas relacionados ao meio ambiente, o termo gestão integrada passou a representar nuances diferenciadas, envolvendo conotações

diversificadas atribuídas por vários pesquisadores. Segundo Machado (2004), trata-se de uma integração:

[...] primeiro, no sentido de abranger os processos de transportes de massa de água que têm lugar na atmosfera, em terra e nos oceanos, ou seja, o ciclo hidrológico; segundo, quanto aos usos múltiplos de um curso d'água, de um reservatório artificial ou natural, de um lago, de uma lagoa ou de um aquífero, ou seja, de um corpo hídrico; terceiro, no que diz respeito ao inter-relacionamento dos corpos hídricos com os demais elementos dos mosaicos de ecossistemas (solo, fauna e flora); quarto, em termos de participação entre gestores, usuários e populações locais no planejamento e na administração dos recursos hídricos; e finalmente, em relação aos anseios da sociedade de desenvolvimento socioeconômico com preservação ambiental, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. (MACHADO, 2004 p. 11-12)

Os aspectos relacionados à gestão integrada ficam evidentes nos oito incisos do Art. 7º da Lei nº 9.433/97, que estabelece o conteúdo mínimo do Plano Diretor, como principal objetivo fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional e da Política Estadual de Recursos Hídricos e seu gerenciamento através do Plano de Recursos Hídricos. É importante, no entanto, reconhecer o papel de documentos normativos e orientadores na promoção de uma gestão eficaz materializados nas Legislações Federal e Estadual de recursos hídricos, que tornam possível perceber que toda a ação do Estado em relação à gestão de recursos hídricos precisa estar em consonância com estes documentos normativos os quais estabelecem alguns instrumentos de gestão: planos de recursos hídricos, outorga de direito de uso dos recursos hídricos, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes e compensação aos municípios.

Cabe diferenciar gestão descentralizada de gestão participativa. Segundo Magalhães Júnior (2007):

Gestão descentralizada é aqui concebida como a que incorpora o princípio da subsidiariedade e cujo processo decisório flui em diferentes escalas espaciais, desde o nível federal aos níveis mais locais, relativamente próximos do cidadão (municípios, bacias hidrográficas, etc.). Gestão participativa da água é a que incorpora a participação de diferentes setores da sociedade, incluindo os usuários da água e representantes da sociedade civil organizada. (MAGALHÃES JÚNIOR, 2007, p. 70)

Essa abordagem nos permite estabelecer uma diferenciação que para muitos é utilizado como sinônimos, quando o fato de uma gestão ser considerada descentralizada não significa que há participação, pois o que caracterizará a descentralização é a inclusão de diferentes esferas no processo decisório mesmo a

partir do princípio de subsidiariedade em que o reconhecimento que a *priori* o Estado e a União são unidades superiores aos municípios é também delegando responsabilidades a esfera municipal, viabilizará a participação de diferentes setores da sociedade. Sendo assim, uma gestão pode ser descentralizada e não ser participativa, cabe, no entanto, avaliar o papel dos diferentes agentes no processo de descentralização e como se dá a participação na gestão territorial das águas ou se configura apenas como uma representação com o intuito de observância as normas estabelecidas pela Legislação Federal de recursos hídricos.

A partir da análise e concepção dos instrumentos estabelecidos pela Legislação Federal de Recursos Hídricos, é possível verificar que os ideais de gestão estão pautados numa perspectiva econômica dos recursos hídricos, posto que a própria nomenclatura utilizada para gestão das águas – gestão de recursos hídricos - direciona para o valor estratégico e de uso atribuído à água como riqueza natural, já que é essencial não só na manutenção da vida, mas também como um recurso econômico.

3.5 O novo território institucionalizado: a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão

Os princípios de Dublin, no início da década de 1990, foram fundamentais na inserção da discussão da bacia hidrográfica como recorte territorial na gestão de recursos hídricos, esses princípios foram acordados na reunião preparatória para a Conferência do Rio em 1992, que inscreveu como princípio nº 1 que a gestão de recursos hídricos deveria integrar e considerar os aspectos físicos, sociais e econômicos, com o intuito de promover essa integração, sugere-se que a gestão estivesse baseada nas bacias hidrográficas. Através da Lei Federal nº 9.433/97, ou Lei das Águas, foram estabelecidos cinco princípios fundamentais na gestão dos recursos hídricos a partir da adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, do destaque aos usos múltiplos levando em consideração os fatores de ordem ambiental e social, sem perder de vista a proteção ambiental.

O conceito de bacia hidrográfica possui uma conotação ampla e com abordagens diferenciadas. Destacamos alguns desses conceitos e salientamos a concepção que será utilizada nesta pesquisa: compreender a bacia hidrográfica não

só a partir de análise físico-ambiental, mas também numa perspectiva mais ampla e integradora.

Para Barella (2001), a bacia hidrográfica pode ser definida como conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes, formadas nas regiões mais elevadas do relevo por divisores de água, onde as águas das chuvas, ou escoam superficialmente formando os rios e riachos, ou infiltram no solo para a formação de nascentes e lençol freático. Segundo Lima e Zakia (2000), além de uma abordagem geomorfológica, pode-se conceber o conceito de bacia a partir de uma análise sistêmica. Para eles, a bacia constitui-se de um sistema aberto, que recebe energia através de agentes climáticos e perde através do deflúvio podendo ser descritas em termos de variáveis interdependentes, que oscilam em torno de um padrão, e, desta forma, mesmo quando perturbadas por ações antrópicas, encontram-se em equilíbrio dinâmico (TEODORO, 2007).

Para Tundisi (2011), encarar a bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, constitui um avanço conceitual muito importante. Vale destacar que apesar da adoção da bacia hidrográfica ser considerada inovadora no sentido conceitual, as discussões são muito atreladas as questões de cunho puramente ambiental e de cunho técnica. Nesse contexto, Grazelli (1991, *apud* ROSS, 1998) destaca que:

Os estudos e os planos que objetivam a busca de soluções para os problemas relacionados aos recursos hídricos adotam a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e se limitam a apresentar propostas de caráter eminentemente técnicas... se considerarmos as atividades econômicas, sejam elas urbanas, industriais ou agrícolas como as principais causadoras das transformações ambientais (...) a bacia hidrográfica não deve jamais impor limites ao planejamento e à gestão dos recursos hídricos, pois como se sabe, as atividades econômicas não respeitam, na maioria dos casos, os limites divisores de água. (GRAZELLI, 1991 *apud* ROSS, 1998, p. 13)

A abordagem destacada aqui consiste no entendimento da bacia hidrográfica como uma unidade física, integrada a um sistema, mas que constitui-se também como base territorial para a gestão das águas, pois é no território definido como bacia hidrográfica que são desenvolvidas as atividades humanas. A partir desta análise é possível compreender que a gestão de recursos hídricos tem como referência a bacia hidrográfica com uma complexidade evidente, visto que além de existir principalmente, no Estado da Bahia, dificuldade no mapeamento e

identificação dos limites das bacias, existem outros territórios sobrepostos ao da bacia hidrográfica (Figuras 2 e 3). (CARDOSO, 2003).

Dentro desta perspectiva, é importante compreender que além de uma unidade física, a bacia hidrográfica constitui-se como base territorial de gestão, onde ocorre relações sociais, políticas e econômicas, logo se transformando como território imbricado de conflitos de interesses. Nesse sentido, Cardoso (2003), destaca que:

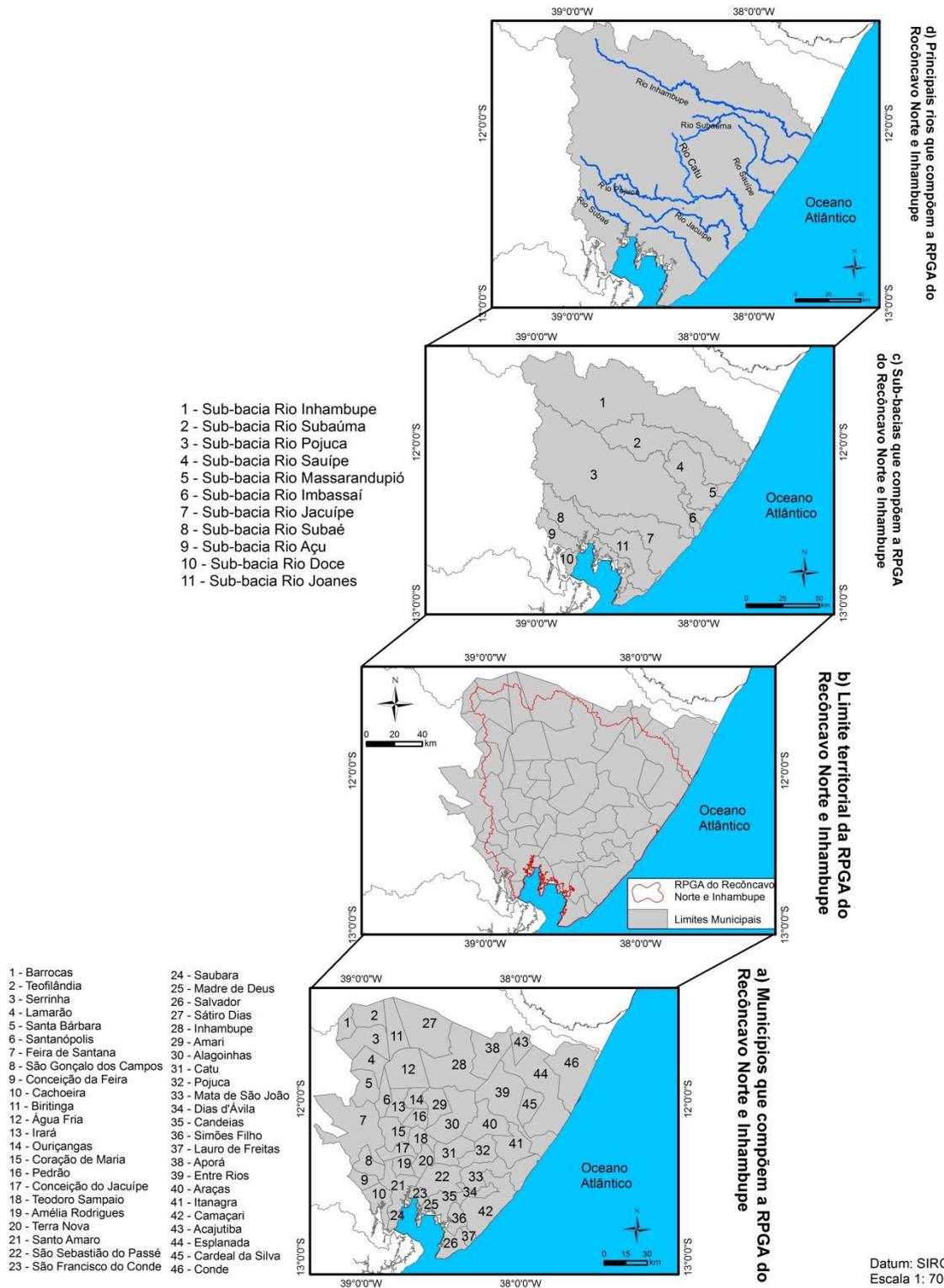
Embora o conceito de bacia hidrográfica tenha sido apropriado pelas geociências, ganhou um novo estatuto na política de recursos hídricos, pelo fato de esse território ser considerado a unidade de gestão, isto é, como possuidor de um arcabouço institucional próprio para administração e deliberação sobre o uso das águas. Observa-se uma naturalização da bacia hidrográfica na implementação da política, isto é, considerá-la como algo dado, que simplesmente as pessoas têm que compreender o que é. Existe, no entanto, uma série de fragilidades na incorporação da bacia como unidade de gestão. (CARDOSO, 2003, p. 70)

A autora aponta algumas limitações ou fragilidades na adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão: 1) geração de conflitos, posto que se trata de um redelineamento territorial que não corresponde as divisões político-administrativas que os municípios brasileiros possuem; 2) problemas como escassez, contaminação de rios, construção de barragens e uso abusivo da água para irrigação ou indústria. Além disso, segundo a autora, a adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão é problemática por se tratar de um território sem “identidade social”, pois os agentes de gestão possuem percepções espaciais diferenciadas, calcadas em outras referências territoriais.

É nesse sentido político que destacamos a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, estabelecida a partir da Lei Federal nº 9.433/97 que a definiu como território de atuação e gestão, essa compreensão é indispensável, pois destacaremos a importância dos comitês de bacias hidrográficas na gestão da bacia hidrográfica, como um agente político. Neste sentido, vale destacar que a bacia hidrográfica foi institucionalizada como território de ação de diversos agentes e que a partir da própria legislação federal foi inserida a importância de outras instâncias.

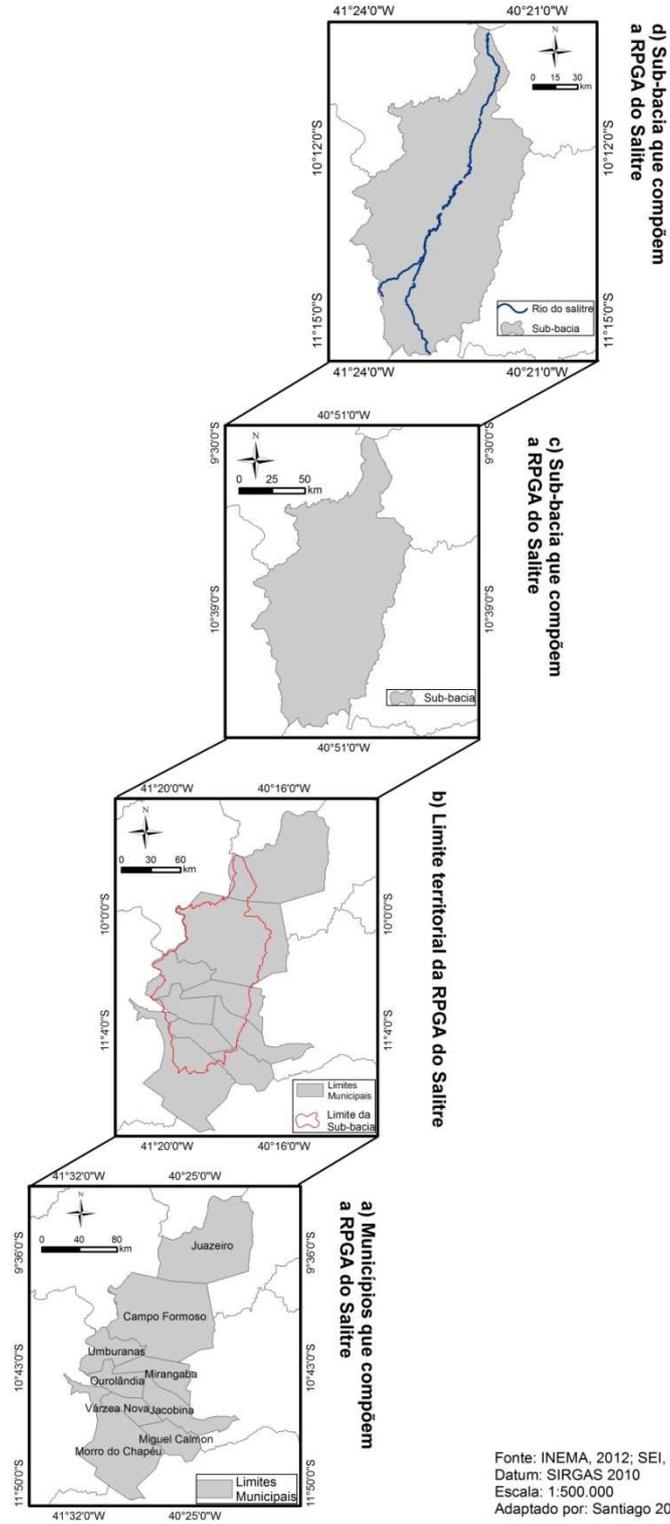
Além disso, apesar da bacia hidrográfica ter ganhado uma concepção política, ainda está fortemente vinculada apenas à abordagem ambiental sem a consideração que existe fortes divergências entre os limites dos municípios e a área que compreende a bacia, ou seja, apesar de ter sido institucionalizada como unidade de planejamento e gestão, ainda é concebida a partir da naturalização, como algo dado,

Figura 3: Sobreposição dos limites físicos e políticos administrativos da bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe - 2014



Fonte: INEMA, 2012; SEI, 2010
 Apatado: SANTIAGO, 2014.

Figura 4: Sobreposição dos limites físicos e políticos administrativos da bacia do Salitre - 2014



Fonte: INEMA, 2012; SEI, 2010
 Adpatado: SANTIAGO, 2014.

que simplesmente existe. Os comitês de bacias surgem, no sentido de compreender a bacia hidrográfica como território, por possuir base material, política e institucional considerando os aspectos socioambientais.

Segundo Yassuda (1993), é possível fazer uma abordagem integrada porque “a bacia hidrográfica é o palco unitário das águas com o meio físico, biótico e social, econômico e cultural”. Para Porto (2008, p.45), existem alguns entraves ao se trabalhar com a bacia hidrográfica, “uma vez que os recursos hídricos exigem a gestão compartilhada com a administração pública, órgãos de saneamento, instituições ligadas à atividade agrícola, gestão ambiental, entre outros, e a cada um desses setores corresponde uma divisão administrativa distinta da bacia hidrográfica”. Ainda destacando a importância da abordagem sistêmica da bacia hidrográfica, esclarece:

Sobre o território definido como bacia hidrográfica é que se desenvolvem as atividades humanas. Todas as áreas urbanas, industriais, agrícolas ou de preservação fazem parte de alguma bacia hidrográfica. Pode-se dizer que, no seu exutório, estarão representados todos os processos que fazem parte do seu sistema. O que ali ocorre é consequência das formas de ocupação do território e da utilização das águas que para ali convergem. (PORTO, 2008, p. 45)

Ao apontar a complexidade da adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento, o autor destaca a abordagem sistêmica e holística, visto que além de ser caracterizada como um ambiente natural é palco das mais variadas relações, ou seja, no seu exutório estarão representados os mais diversos processos que fazem parte do seu sistema.

Segundo Lamonica (2002), a bacia hidrográfica deixa de ser apenas uma unidade ambiental e passa a ser também uma unidade territorial. Desta forma, em consonância com essa perspectiva, Marçal (2009), esclarece que:

A bacia hidrográfica além de representar uma célula natural de gestão e análise da água, passa também a representar um território delimitado por relações de poder onde emergem conflitos e interesses diversos em torno da sua preservação e utilização dos recursos naturais visando a sua sustentabilidade. (MARÇAL, 2009, p.195)

A autora destacou uma visão integrada da bacia hidrográfica, pois além de constituir-se como uma célula natural de gestão é também um território delimitado pelas relações de poder relacionadas principalmente a preservação e utilização dos recursos naturais, nesse caso a água, o que justifica ainda mais a importância dos comitês de bacias hidrográficas que possuem entre suas atribuições mediar os

conflitos existentes em relação aos múltiplos usos das águas. Alguns autores destacam que essa relação é complexa, pois os limites da bacia se sobrepõem em relação aos limites político-administrativos, como CARDOSO (2003) e CASTRO (2005). Outros destacam que tais particularidades ampliam a visão sistêmica na busca de medidas eficientes e integradoras na gestão das águas, como MARÇAL (2009) e LAMONICA (2002).

3.5.1 Bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe

A bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe ocupa aproximadamente 140 km de faixa litorânea, localizada no nordeste da Bahia, possui área total de 18.015 km² e população de 3.742.632 habitantes, abrange um total de 46 municípios, sendo que 29 integram totalmente a RPGA, XI (Figura 5), 7 possuem mais de 60% no seu território, 6 entre 40% e 60% e 4 têm menos de 40% do seu território nessa RPGA (Figura 6). A área de estudo que corresponde à bacia possui grande potencial natural (turístico), econômico e cultural. (SEI, 2003).

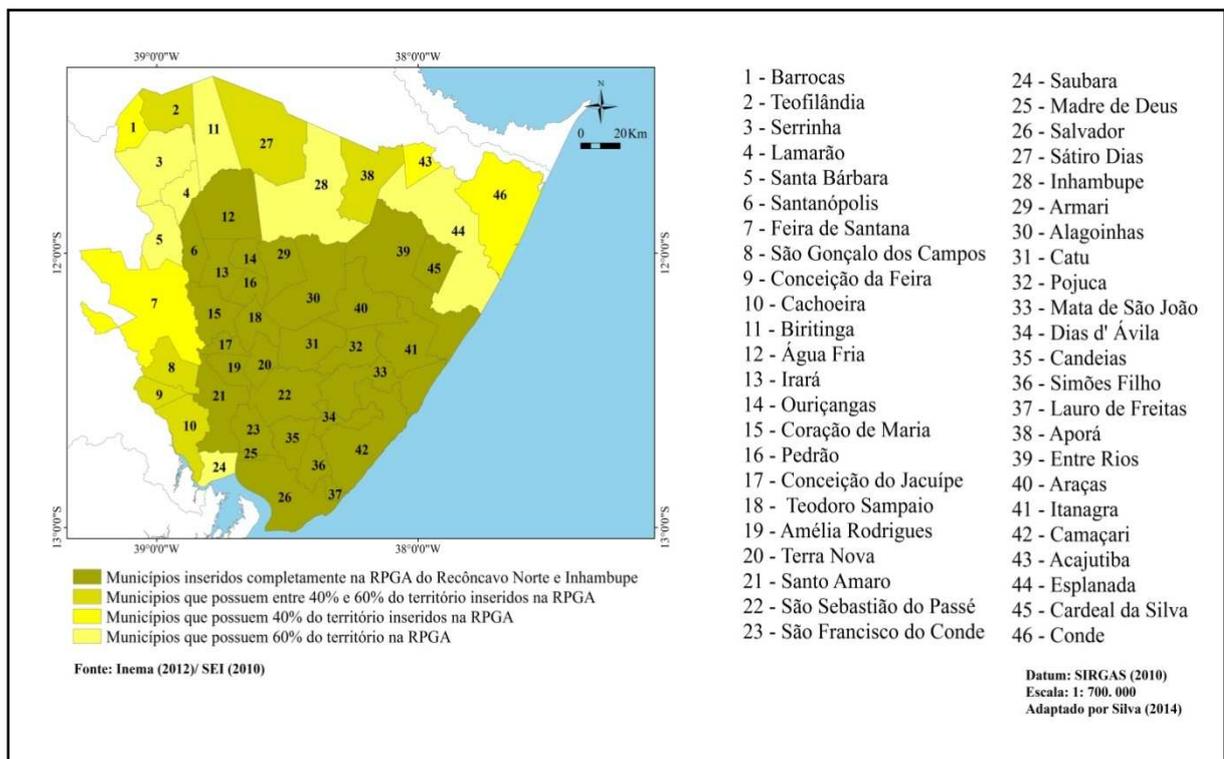
A RPGA XI tem como particularidade a junção de duas áreas bem distintas em tipos climáticos e perfil econômico, municípios situados na Região Metropolitana de Salvador e municípios do semi-árido baiano. De acordo com o INEMA (2014), os principais rios que compõem essa bacia são: Subaúma, Catu, Sauípe, Pojuca, Jacuípe, Joanes, Subaé, Açú e rios secundários da Baía de Todos os Santos e o rio Inhambupe.

As características naturais associadas a posição geográfica são fundamentais em relação ao fator climático, porém vale salientar que devido a inserção da bacia do rio Inhambupe, os ambientes climáticos se tornaram bem diferenciados, variando a partir da tipologia climática de Thornthwaite, de úmido e subúmido a semi-árido. No litoral, o clima é úmido, com chuvas regulares, mais concentradas no outono e inverno, onde são atingidos níveis pluviométricos acima de 1.600mm anuais até 2.095mm em Salvador, características que correspondem ao clima úmido. Na faixa subsequente, apresenta níveis pluviométricos mais baixos que variam de 1.500 a 1.200mm ao ano, caracterizado pelo clima subúmido, na área considerada como de transição, o clima varia de subúmido a seco, com índices pluviométricos que variam entre 800 a 900 mm anuais, as chuvas são concentradas na primavera e no verão,

além de possuir um déficit hídrico durante todo o ano, característico da região semi-árida (SEI, 2003).

A redução dos índices pluviométricos exerce grande influência no regime dos rios que compõem a bacia, no noroeste os rios são temporários, com o curso interrompido nos períodos de estiagem, comprometendo dessa maneira o sistema de drenagem, tanto das águas superficiais quanto dos lençóis subterrâneos. No litoral, no entanto, devido sua localização e a influência das massas de ar e das frentes o regime pluviométrico é mais intenso, o que favorece a existência de uma rede de drenagem que é constantemente alimentada com a presença de rios perenes. (SEI, 2003).

Figura 6: Percentual de terras dos municípios inseridos na RPGA do Recôncavo Norte e Inhambupe - 2014



Fonte: INEMA, 2012.
 Elaboração: SILVA, 2014.

A consideração da bacia hidrográfica a partir de uma visão sistêmica e holística requer a compreensão de outros elementos que a compõem como o uso e ocupação das terras bem como quais as principais atividades desenvolvidas. Segundo dados da SEI (2003), 49% das terras são usadas para atividades de pastagem, seguidas

pela silvicultura 13%, por áreas cultivadas com o percentual de 11%, 24% de cobertura vegetal e 3% das terras são para outros usos, denominação utilizada para definir espaços ocupados como a exploração de petróleo, zonas industriais e malha urbana.

Apesar de 3% das terras serem utilizadas para outros usos, mesmo representando um percentual pequeno em relação a área de pastagens com 49%, é a área que possui maior concentração de indústrias do Estado da Bahia representada pela capital da Bahia e a Região Metropolitana de Salvador: Simões Filho, Camaçari, Lauro de Freitas, Candeias, Madre de Deus e Feira de Santana. Dentre as indústrias destacam-se a petroquímica, (Complexo Petroquímico de Camaçari), termoplástica, química fina, papel e celulose, bebidas, fertilizantes e mais recentemente a indústria automotiva, o Centro Industrial de Aratu (Simões Filho e Candeias), Refinaria Landolfo Alves (Madre de Deus) e Centro Industrial de Subaé (Feira de Santana). (SEI, 2003). Vale destacar que a presença marcante de indústrias, conseqüentemente, requererá uma maior dependência hídrica dessa bacia hidrográfica e influenciará na inserção desses agentes (representantes de indústrias) no principal fórum de discussão sobre gestão de recursos hídricos que é o comitê de bacia hidrográfica. Com o intuito de destacar a dependência hídrica devido às atividades industriais desenvolvidas, SEI (2003), acrescenta:

No complexo Petroquímico de Camaçari, o uso da água subterrânea é intenso, com um número considerável de poços, nos quais se estima que o consumo ultrapasse uma marca superior a 7.000 m³/h de água, volume considerado alto. Essa exploração intensa vem provocando mudanças no regime de fluxo desse sistema aquífero. Estudos realizados, no período 1992 a 1993 por geofísicos da Universidade Federal da Bahia detectaram manchas de contaminação nos lençóis freáticos, relacionados aos processos industriais, e concluíram que o rebaixamento do aquífero provoca uma amplificação na sua recarga a partir do lençol freático, correndo risco de poluir-se. (SEI, 2003, p. 22-23)

Os problemas ambientais existentes na área que compreende a bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe estão fortemente relacionados as atividades industriais, resultantes do mau uso dos recursos ao longo do tempo, principalmente, das águas, tendo como principal consequência mananciais comprometidos pelo contingente de efluentes líquidos e sólidos. Além da poluição e utilização excessiva dos recursos hídricos, outro fator de grande relevância é a dos níveis de desmatamento que também afetam as nascentes dos cursos d'água e provoca o assoreamento dos rios, comprometendo de forma direta a vida das

populações locais. (SEI, 2003). Daí a importância de analisarmos o papel do comitê de bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe nas discussões que envolvem o uso, ou melhor, o mau uso das águas.

3.5.2 Bacia hidrográfica do Salitre

Localizada no centro-norte da Bahia entre as latitudes 9°27' e 11°30' Sul e as longitudes 40°22' e 41°30' Oeste, a RPGA XVII (Figura 7) do Rio Salitre possui uma área de 14.132 km², com população de 96.951 habitantes, abrange um total de 9 municípios: Morro do Chapéu, Várzea da Roça, Miguel Calmon, Umburanas, Jacobina, Mirangaba, Campo Formoso e Juazeiro, sendo que apenas Várzea Nova está totalmente inserido na bacia (Figura 7, Tabela 1).

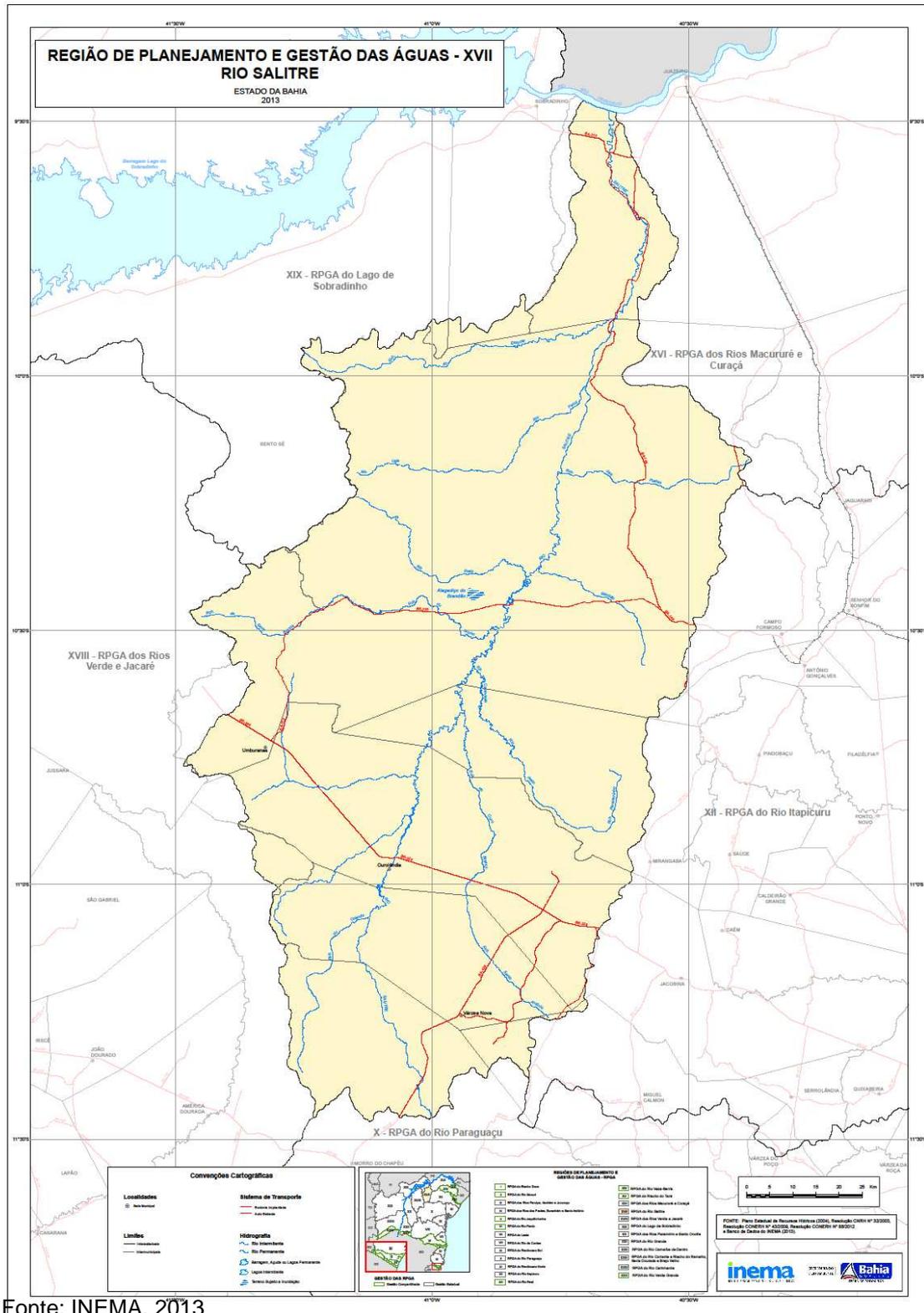
Tabela 1: Área dos municípios da bacia do rio Salitre - 2003

Municípios	Área total em km ²	Área inserida na bacia km ²	Área inserida na bacia (%)	Participação do município na bacia (%)
Campo Formoso	7.208,00	5.362,14	74,4	40,0
Jacobina	2.042,00	869,41	42,6	4,4
Juazeiro	5.615,00	786,45	14,0	5,8
Miguel Calmon	1.463,00	118,12	8,1	0,9
Mirangaba	1.944,00	1.419,22	73,1	10,5
Morro do Chapéu	5.920,00	1.101,68	18,6	8,2
Ourolândia	1.333,00	1.246,39	93,5	9,2
Umburanas	1.810,00	1.349,99	74,6	10,0
Várzea Nova	1.214,53	1.214,53	100,0	9,0
TOTAL	28.549,53	13.467,93	47,2	100,0

Fonte: Informações Básicas dos Municípios Baianos in Gonçalves *et al.* 2003.
Elaboração: ALMEIDA, 2013.

O município de Várzea Nova é o único que compõe a RPGA do Salitre que possui 100% do seu território na área que também corresponde à bacia hidrográfica, o município de Ourolândia conta com mais de 90% de seu território e os municípios de Umburanas, Campo Formoso e Mirangaba possuem mais de 70% do percentual de suas terras na área que compreende a bacia do Salitre. A tabela representa através de números a complexidade destacada por Cardoso (2003) referente à incompatibilidade entre os limites físicos da bacia hidrográfica e os limites políticos administrativos dos municípios.

Figura 7: Região de planejamento e gestão das águas do Salitre - 2013



Fonte: INEMA, 2013

O rio Salitre é o mais expressivo da bacia e a nomeia. Com a área de 333, 24 km, nasce na região central do Estado, na Chapada Diamantina, no município de Morro do Chapéu e deságua no rio São Francisco, a 20 km a montante da cidade de Juazeiro. Apesar de não possuir um sistema composto por outros rios, o rio Salitre é bastante relevante por sua extensão e por ter seu exutório no Rio São Francisco.

Diferentemente da Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe, que tem como particularidade a quantidade de municípios, de rios e elevado potencial industrial, a Bacia do Salitre é tipicamente rural e possui um sistema de drenagem incipiente. Além dessas especificidades que as diferenciam, os municípios que fazem parte da bacia do Salitre estão localizados numa mesma faixa climática e possuem características fisiográficas semelhantes, ou seja, não há muita variação em relação aos índices pluviométricos que oscilam de 400 a 600mm anuais.

O Conflito pelo uso da água faz parte da construção histórica do Rio Salitre. Em 1978, quando no Brasil estava em voga a discussão sobre os conflitos de terras no Paranapanema (SP), a bacia hidrográfica do Rio Salitre que no período pertencia a Bacia do São Francisco, recebeu destaque da mídia pelas primeiras mortes ocorridas no país pelo conflito de água, o que despertou atenção de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia. No ano de 1984, mais precisamente em 07 de fevereiro, na comunidade de Campos dos Cavalos, no município de Juazeiro, ocorreram mais duas mortes devido aos conflitos provocados pelo uso da água no Baixo Salitre.

4 ARRANJO INSTITUCIONAL, AGÊNCIAS E AGENTES DE REGULAÇÃO DOS USOS DAS ÁGUAS

4.1 A Institucionalização da gestão de recursos hídricos: da legislação à prática

No final do século XXI, temáticas relacionadas à degradação da qualidade da água e sua possível escassez foi foco de muitas discussões através da elaboração de políticas ambientais. Em especial, a partir da década de 80, iniciativas de modernização dos modelos de sistemas nacionais de gestão da água foram impulsionadas pelo então movimento global em busca da sustentabilidade. Dentro desta perspectiva, a gestão ambiental e a gestão da água ganharam importância, principalmente, na implementação de políticas públicas de desenvolvimento de vários países e, principalmente, do Brasil com a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH).

Na esfera federal existem vários instrumentos que legitimam e fundamentam o uso das águas, dentre estes destacamos o Código de Águas de 1934, a própria Constituição Federal de 1988 que foram instrumentos utilizados na implantação de leis específicas para gestão de Recursos Hídricos. No Brasil atualmente, a Lei nº 9.433/97 é o instrumento maior desta gestão e atribui ao Estado a competência de criar mecanismos que promovam uma gestão integrada entre as esferas federal e estadual. No contexto do Estado da Bahia está em vigor a Lei Estadual nº 11.612/2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SGRH).

Em relação aos recursos hídricos, a Constituição Federal brasileira é centralizadora no sentido de atribuir a União à competência privativa de legislar sobre águas e energia, além de incentivar o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de águas represadas, em relação ao domínio hídrico, compete a União, ainda, criar o direito de águas e definir os critérios de outorga e direitos de uso. Além da competência privativa a Constituição estabelece em relação à União, aos Estados e ao Distrito Federal, uma competência legislativa concorrente, em relação a determinadas circunstâncias.

No âmbito dos recursos hídricos, com base no Art. 24, VI da Constituição Federal essas competências estão relacionadas à *defesa dos recursos naturais*, a

proteção do meio ambiente e o controle da poluição, como bens de interesse coletivo. Em relação aos recursos hídricos, no Art. 23, VI e IX da Constituição Federal, estão relacionados nesta competência comum: a proteção do meio ambiente; o combate à poluição, em qualquer de suas formas; a promoção da melhoria das condições de saneamento básico.

Para Santo (2012), a legislação federal de recursos hídricos pode ser encarada como um dos marcos mais importante na gestão de recursos hídricos, pois:

[...] traz em seu bojo princípios básicos mais modernos e condizentes com a realidade atual e poderia ser aplicada em qualquer país do mundo. Como consequência direta de sua promulgação são publicados: 1. a Lei nº. 9.605, de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), que dispõe sobre “as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”; e 2. o Decreto nº. 3.692 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), que cria a Agência Nacional de Águas (ANA) e deslança o processo de criação de Comitês de Bacias. (SANTO, 2012, p. 89)

A Lei das Águas, conforme foi amplamente conhecida, pode ser considerada como um marco importante na gestão de recursos hídricos, porque estabeleceu dentre os fundamentos básicos, o valor social e econômico da água, os usos múltiplos, o estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão e, de implementação de uma gestão descentralizada a partir da participação do poder público, usuários e comunidade, além disso, a descentralização da gestão sinalizou para a importância de alguns agentes, nesse caso o comitê de bacia hidrográfica. Isso é ratificado em Silva (2009):

[...] a análise da Lei 9.433/97 permite afirmar que o Brasil passou a dispor, com a sua promulgação, de um instrumento capaz de regular o uso da água no país, inspirado em princípios como a gestão integrada de bacias hidrográficas, a descentralização da gestão, a participação do usuário nos órgãos decisórios, o princípio de usuário pagador, a água como bem econômico e a gestão planejada do uso da água em consonância com a gestão ambiental e demais planos aplicados ao espaço da bacia, o que remete, em última instância, à necessidade de gestão do território. (SILVA, 2009, p. 132)

A Lei Federal nº 9.433/97 introduziu algumas alterações em relação ao Código de Águas, enquanto o Código fixava o prazo de trinta anos, prazo máximo para as concessões e autorizações de direito de uso, a lei estendeu este prazo para trinta e cinco anos. No Art. 43, parágrafo 3º o Código institui que ficaria sem efeito a concessão se, durante três anos consecutivos, deixasse de fazer uso privativo das águas. Esse parágrafo foi revogado pela Lei Federal, que propõe suspender a outorga de direito de uso de recursos hídricos de forma parcial ou total, definitivo ou

por prazo determinado, na ausência de uso por três anos consecutivos. Enquanto, no Código, a preferência de derivação para o abastecimento das populações era sob qualquer hipótese, a nova lei estatui que apenas em situações de escassez, os usos prioritários são para o consumo humano e dessedentação de animais. Um fator de unanimidade presente no Código de Águas, no Art. 46 que é mantido pela nova Lei nº 9.433/97 no Art. 18 é o reconhecimento que as águas são públicas de uso comum e inalienáveis e que cabe apenas outorga-se sobre o direito de uso.

4.1.1 Legislação estadual de recursos hídricos: nova perspectiva de integração

A lei de águas do Estado da Bahia, Lei nº 11.612 de 08 de outubro de 2009, surge em substituição da Lei nº 11.050/2008 que teve como avanços a alteração da denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e das entidades de Administração Indireta, substituindo a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), que hoje é o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), estabelecendo as suas atribuições, além de outras providências.

A atual Legislação Estadual de Recursos Hídricos surge com uma nova perspectiva de integração entre as políticas federais, estaduais e municipais do meio ambiente, saneamento, saúde, habitação, desenvolvimento regional e urbano, uso do solo, dentre outras relacionadas com a gestão das águas. Através do combate à degradação das matas ciliares e nascentes, poluição hídrica e à desertificação, bem como institui outras responsabilidades ao INEMA. É importante ressaltar a maior rigidez em relação à fiscalização contra o mau uso das águas nas bacias hidrográficas, prevendo um aumento nas multas, que antes correspondiam a R\$ 50 mil reais para R\$ 1 milhão de reais, além da efetivação e implementação de ações educativas.

A Lei Estadual nº 11.612/2009, surge então num contexto de maior preocupação ambiental bem com o objetivo de agir em consonância com a Legislação Federal, principalmente, na consolidação da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentre os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, está o PERH –

Plano Estadual de Recursos Hídricos, que significa um plano diretor, de natureza estratégica de abrangência estadual que tem como principal objetivo a fundamentação e orientação em relação à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o seu gerenciamento, os Planos de Bacias Hidrográficas, o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes, a outorga de direito de uso de recursos hídricos, a cobrança pelo uso, o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos (SEIRH), o monitoramento das águas, a fiscalização do uso de recursos hídricos, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (FERHBA) e a Conferência Estadual do Meio Ambiente.

No Capítulo I, Art. 8º a Lei nº 11.612/09 enfatiza a importância do PERH em definir os mecanismos institucionais fundamentais à gestão sustentável e integrada das águas, que tem com objetivo de estabelecer os seguintes pressupostos:

- I- a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas;
- II- o aproveitamento múltiplo de recursos hídricos, através do reuso, reciclagem e outras formas de tratamento, e o rateio dos custos das obras de interesse comum direta ou indiretamente, indicando subsídios parciais ou totais a serem concedidos;
- III- a proteção das águas contra ações que possam comprometer seu uso atual e futuro;
- IV- a prevenção e mitigação dos efeitos da seca, de enchentes, da poluição e outros eventos que ofereçam riscos à saúde e à incolumidade pública ou graves prejuízos econômicos e sociais;
- V- o rigoroso controle dos grandes impactos ambientais negativos resultantes de aproveitamento dos recursos hídricos. (BAHIA, 2009)

Além destas incumbências do PERH, o mesmo constitui-se como instrumento de planejamento a longo e médio prazo, em consonância com a implantação de programas e projetos, que devem conter alguns elementos, dentre os quais se podem destacar o diagnóstico da situação atual das águas, da gestão da oferta e da demanda dos recursos hídricos.

4.2 Superfícies de regulação na gestão de recursos hídricos

Apesar da discussão sobre superfície de regulação ainda ser considerada insipiente ou embrionária na Geografia brasileira, vale salientar que as discussões sobre a conceituação de regulação possuem duas vertentes de influência: uma norte-americana em que a regulação é compreendida como um aparato jurídico com o intuito de aplicar algum tipo de punição para as práticas consideradas

anticoncorrenciais e, a outra, de origem europeia que enfatiza a concepção política e a importância da ação da esfera pública na implementação e definição de um contingente de normas aplicadas as diferentes esferas produtivas.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos se diferencia em relação às demais agências reguladoras, pois impõe uma unidade espacial para operacionalização, que nesse caso é a bacia hidrográfica com o intuito de valorizar as inter-relações de fenômenos que interferem na disponibilidade de recursos hídricos. Dessa forma, é possível destacar que essas agências obedecem a uma ordem reguladora que preconiza a adoção por parte do poder público de superfícies de regulação, neste caso a própria arquitetura institucional através do poder que lhe é conferido de regulamentar, desregulamentar e rerregulamentar, projetando em superfícies de regulação (RIO, 2001). Nesse sentido, compreende-se superfície de regulação como:

[...] sendo uma superfície cuja configuração é fluida e tem como particularidade apoiar-se em malha específica que define para os diferentes atores as condições de acesso aos recursos que nela se concentram ou nos serviços que lhe são associados; constitui portanto, configuração distinta e particular em termos de escala de gestão. Seu caráter operatório encontra-se, precisamente, na possibilidade de articular informações de natureza fixa e de fluxos. (RIO, 2001, p. 31)

Nessa perspectiva, é possível compreender as agências de regulação como superfícies de regulação normativas, pois possui a malha específica, que nesse caso é a bacia hidrográfica, com a potencialidade de gerar rupturas e inflexões nas estratégias e práticas desenvolvidas pelos agentes inseridos na gestão de recursos hídricos. Desta forma, as superfícies de regulação permitem analisar as discordâncias entre os recortes territoriais de ordem político-administrativa, nesse caso os municípios que estão inseridos numa determinada bacia hidrográfica e os de ordem regulatória que podem ser destacados como o estabelecimento das Regiões de Planejamento e Gestão das Águas ou da própria bacia hidrográfica, que não possui seus limites de acordo com a malha municipal, situação que pode gerar conflitos de interesses.

A superfície de regulação está vinculada a questão escalar, pois estabelece os limites de ação por parte dos agentes que estão envolvidos na gestão, já que outro aspecto de interesse que define uma superfície de regulação é sua fluidez e a

necessidade de uma malha específica, nesse caso, a bacia hidrográfica, a fim de garantir que diferentes atores tenham acesso aos recursos, isto é, a água.

A implementação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos no Brasil (Figura 8) foi inspirado no modelo francês, pois evidenciou as ações e instrumentos de regulação a serem aplicados nas bacias hidrográficas. Algumas mudanças na organização institucional no Brasil já haviam ocorrido desde a Constituinte de 1988, ao estabelecer a dominialidade das águas de superfície, que promoveu algumas alterações no Código das Águas de 1934, e, admitiu a coexistência entre o domínio público e privado, embora destacasse a garantia da utilização gratuita da água para suprir as necessidades vitais.

O reconhecimento da dominialidade das águas, a partir da concepção de ser um bem finito passível de escassez e essencial para a vida impulsionou a formulação da Lei Federal nº 9.433/97 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos com o objetivo de assegurar: a) redução da centralização do sistema de gestão; b) abertura do processo de decisão; c) arbitragem em situações de conflitos de interesses decorrentes da concordância entre usos múltiplos na bacia hidrográfica; d) redução da tensão entre qualidade e degradação da qualidade da água. (RIO, 2001).

A partir das reflexões a cerca das superfícies de regulação, Rio (2001), ressaltou sobre a análise dos objetivos do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e destacou alguns traços específicos de uma superfície de regulação: recursos do território (água); os limites definidos para a projeção de normas sobre um quadro físico (bacia hidrográfica); legitimidade de representação dos agentes envolvidos (agentes que compõem os comitês de bacias hidrográficas)

As relações estabelecidas entre os agentes envolvidos na gestão de recursos hídricos são complexas e servem para ratificar a ideia de superfície de regulação, fundamental para compreender os limites e oportunidades que esses agentes terão caso sejam autorizados a participar do “jogo” político. O comitê de bacia hidrográfica constitui-se como “arena” onde este jogo político se estabelece, pois trata-se do principal fórum de discussão na gestão de recursos hídricos com a presença de agentes que representam vários segmentos da sociedade. Ao destacar o papel dos agentes através do exercício da representatividade, Rio (2001), esclarece que:

O que nos parece importante ressaltar é o fato de que a criação de superfícies de regulação busca o enquadramento de conflitos entre atores num campo previamente estabelecido. Ao definir uma unidade espacial para a ação e práticas de negociação opera-se, neste caso, uma ruptura que afeta as articulações territoriais tradicionais. Em outros termos, os atores possuem uma localização que implica em posicionamentos, disputas, conflitos e negociação que colocam em jogo forças que são espaciais. (RIO, 2001, p. 62)

O observar desses aspectos esbarra, todavia, nas próprias condições de representatividade e legitimidade dos agentes que passam agora a integrar o processo de gestão. Alguns destes agentes parecem ter sua representatividade e legitimidade assegurada pela própria função que executam. Sem dúvida, as empresas distribuidoras de água têm a representação de seus interesses como usuários ou como depositárias da concessão de um serviço público assegurado, responsáveis para garantir o acesso de todos a um bem coletivo. Outros atores carregam em sua própria definição ambiguidades em termos de representatividade e legitimidade. Este é o caso das associações de usuários e ONG's chamadas a exercer a função de catalisador da sociedade civil. Também nesse caso, os canais de representação pressupõem delegação de responsabilidade e, igualmente, de uma estrutura em rede, capaz de mobilizar e intervir no processo decisório. (RIO, 2001, p.51).

No contexto de novo arranjo institucional as agências reguladoras ganharam maior destaque. Em relação aos recursos hídricos, o marco desse período, foi a implantação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos a partir da Política Nacional de Recursos Hídricos (Quadro 10). Nesse sentido, o SNRH constitui-se como uma exceção à medida que instituiu a bacia hidrográfica como um sistema integrado a partir da valorização e inter-relação entre os fenômenos, assumindo assim a importância das relações multisetoriais quer no nível ambiental quer a partir de vários agentes.

A reforma regulatória empreendida no Brasil, principalmente, a partir dos anos de 1990, está intimamente relacionada à reforma de privatização e liberalização de setores de serviço público e infraestrutura, essas agências apesar de serem consideradas como uma inovação em relação às atribuições assumidas pelo poder público ainda conserva o recorte setorial fruto das tradições políticas, nesse sentido, Peci (2007) destaca que:

Nesses termos, a regulação de serviços públicos de infraestrutura, considerados como sistemas complexos, abertos, em transformação constante, significaria a sucessão dos diversos atos, traduzidos em “*regras e normas, critérios e referências*”, para a harmonização de comportamentos que, num dado momento, privilegiam um ou alguns dos seus elementos, e cujo objetivo é não apenas o de controlar, mas equilibrar e fazer funcionar *corretamente* o sistema. (PECI, 2007, p. 1)

Segundo o autor, apesar da regulação está fundamentada num conjunto de regras e normas, além do sentido de apenas controlar os serviços públicos e de infraestrutura é possível pensar na perspectiva de equilibrar no sentido de oportunizar o funcionamento do sistema. É possível, no entanto perceber a relação dialética de controle e equilíbrio das agências reguladoras, porém vale salientar que o funcionamento correto do sistema dependerá de que angulo se faz a análise.

Figura 8: Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos - 2014



Quadro 10: Arranjo Institucional do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH) - 2001

Instâncias	Atribuições	Atores envolvidos	Escala de atuação
CNRH	Articular o planejamento dos recursos hídricos; arbitrar conflitos.	Representantes dos níveis federal e estadual, usuários e organizações civis com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos.	Federal
ANA	Organizar, implantar e gerir o SNRH, definir e fiscalizar condições de operação de reservatórios, garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos.	(Órgão Técnico).	Federal
Conselhos Estaduais	Promover debate sobre recursos hídricos, arbitrar conflitos, estabelecer cobrança pelo uso do recurso.	Entidades públicas e privadas, correspondentes às do CNRH.	Estadual
Comitês de Bacias	Discutir sobre o uso múltiplo da água, outorga e cobrança do uso, enquadramento dos corpos d'água, desenvolver ações para melhoria ambiental.	Representantes dos níveis federal e estadual, usuários e organizações civis cujo território se situem, ainda que parcialmente em suas áreas de atuação.	Estadual
Agências de Águas	Cobrar pelo uso dos recursos, gerir os recursos oriundos dessa cobrança, constituindo de fato, Secretarias Executivas dos Comitês	(Órgão Técnico).	Regional/ Local
Consórcios intermunicipais	Implantar políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos.	Prefeituras, Associações de usuários, órgãos de pesquisa e estudo.	Regional/ Local

Fonte: ANEEL, *apud*, RIO, 2001.
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Considerar os limites e possibilidades criadas pela adoção da bacia hidrográfica é essencial para compreender o arranjo institucional e o papel de cada agente de gestão, no entanto, Rio (2001), destaca que “antes de mais nada, é importante considerar o verdadeiro potencial que esta unidade espacial oferece como efetivo espaço de mudança no perfil político-administrativo”.

Neste sentido, admite-se que a função regulatória projetada no território cria novos limites para as ações e práticas, tanto de instâncias político-administrativas, como dos atores intervenientes no processo de gestão do território. (RIO, 2001, p. 64)

Desde o estabelecimento da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão é possível pensar que a partir da função regulatória projetada no território, possibilita a criação de novos limites de ações e práticas dos agentes

envolvidos no processo de gestão do território, dentre esses agentes que estarão inseridos na gestão da bacia hidrográfica, destaca-se os comitês, que congrega uma variedade de agentes e de interesses.

4.3 As agências de regulação no Brasil: importação de um modelo?

O debate sobre regulação no Brasil é feito em grande parte por autores que se debruçaram sobre a literatura norte-americana na compreensão da inserção do modelo regulador no Brasil. Vale salientar, segundo Pacheco (2006), que no caso americano, as discussões permeavam na concepção de Estado, enquanto o brasileiro, na concepção de governo. Além disso, o debate nos EUA é marcado pela experiência pré e pós New Deal¹³, por resistências a ampliação da intervenção do Estado, enquanto no Brasil, a criação de agências independentes está fortemente associada à tentativa de escapar da rigidez do modelo burocrático expresso pela Constituição Federal de 1988.

Segundo Martins (2004), a primeira menção às agências reguladoras foi feita no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE). O documento baseava-se no diagnóstico de que existia uma crise do Estado – evidenciada pelos aspectos fiscais, patrimoniais e gerenciais, além de questionar o papel do Estado nesse contexto de crise, propunha um conjunto de medidas na esfera administrativa e gerencial, baseada no argumento de que as instituições públicas deveriam se assemelhar ao mercado, no sentido de obtenção de recursos e, restringindo a força atual do Estado, ou seja, baseado na ideia de crise do Estado, o documento propunha estratégias de enfrentamento dos principais obstáculos à implementação de um aparelho estatal moderno e eficiente.

É digno de nota que, de acordo como o Plano Diretor, é possível identificar três níveis de atividades do Estado: 1) núcleo estratégico – responsável pela formulação de políticas públicas; 2) atividades exclusivamente estatais – realizadas pelas agências autônomas; 3) serviços não exclusivos – desempenhados por organizações de cunho social. Com o intuito de esclarecer os três níveis de

¹³ Em português significa o Novo Acordo, foi um conjunto de medidas econômicas e sociais adotadas no governo Roosevelt, entre os anos de 1933 e 1937, que teve como principal objetivo recuperar a economia dos Estados Unidos após a crise de 1929, através do princípio básico da forte intervenção do Estado na economia.

atividades do Estado, Costa (1999), destaca que as agências autônomas, responsáveis por atividades exclusivamente estatais, podem ser caracterizadas por dois tipos de entes públicos: as agências executivas e as agências reguladoras. As agências executivas, correspondem a uma estratégia de flexibilização da gestão de organismos responsáveis por atividades exclusivamente estatais, já as agências reguladoras, diz respeito a uma ação mais efetiva do Estado no sentido de regulação dos serviços públicos essenciais e de áreas econômicas consideradas importantes (PECI, 2007). Na perspectiva de análise da reforma regulatória brasileira, o autor destaca que:

A reforma regulatória brasileira torna-se mais complexa como consequência das características do sistema federativo no país. As agências reguladoras multiplicam-se em diferentes unidades da federação, não apenas como resultado da reforma de desestatização que abrange Estados e municípios, mas também visando responder às titularidades que a própria Constituição define quanto aos serviços públicos. (PECI, 2007, p. 82)

O programa de desestatização iniciado no Brasil, a partir de 1990, culminou na criação de agências reguladoras independentes, como a Anatel e Aneel criadas a partir de outubro de 1997, e, que serviram de inspiração para outras agências como é o caso da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional de Águas (ANA), ambas criadas em 2000. Nesse sentido, entende-se por agência reguladora:

As agências são autarquias sob regime especial, parte da administração pública indireta, e caracterizadas por independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes, autonomia financeira e ausência de subordinação hierárquica. Tais agências apresentam um certo isomorfismo organizacional, mas na realidade existem diferenças marcadas entre elas, ao mesmo tempo em que elas operam conforme regras informais bastante variadas. (MELO, 2000, p. 56, 57)

Peci (2007) avança na concepção de que:

As agências reguladoras são concebidas como órgãos que implementam políticas públicas definidas pelo núcleo estratégico, no âmbito dos respectivos ministérios, numa clara adoção do modelo de distinção política-administração. Para o modelo conceitual de agência independente, a política regulatória assume grande relevância, sendo responsabilidade do chamado núcleo estratégico a definição dos macros balizamentos da política regulatória a ser implementada pelas agências setoriais. (PECI, 2007, p. 84)

Apesar de fortemente influenciado pelo modelo americano, a criação de agências reguladoras no Brasil não foi resultado de discussões sobre o modelo de regulação, antes disso foram encaminhadas as leis e, posteriormente, a discussão

sobre os conceitos básicos impulsionados pelas diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial inspirada na experiência dos Estados Unidos (FACHIN, 1998; FADUL, 1998; PEI; CAVALCANTI, 2002). O quadro comparativo indica o modelo de regulação implantado nos EUA e no Brasil (Quadro 11).

Quadro 11: Modelo de regulação implantado nos EUA e no Brasil – 2007

Componentes de análise	Estados Unidos	Brasil
Origem das reformas	Pressão da sociedade civil Crises do capitalismo Teorias econômicas e ideológicas favoráveis.	Impostas pelas diretrizes internacionais Reflexo das reformas de privatização e liberalização Concepção unilateral pelo MARE (Inserir nota).
Lógica de regulação	Regulação como defesa dos efeitos excessivos da concorrência.	Regulação como resposta às falhas de mercado.
Significado da regulação	Regulação como intervenção do Estado.	Regulação como intervenção indireta do Estado no contexto de maior participação do setor privado.
Reforma regulatória	Materializa-se na redução de comissões e entidades institucionalizadas para este fim.	Materializa-se na proliferação de agências de natureza independente.
Modelo organizacional	Entidades com maior ou menor grau de independência com relação ao controle do Executivo.	Agências independentes.
Delegação para agências independentes	Criação de entes de natureza técnica que contam com especialistas capazes de desempenhar funções administrativas.	A delegação é justificada pelas características inerentes a indústrias de serviços públicos, especificamente com relação à vulnerabilidade de apropriação política e descontinuidade de serviços ao longo prazo.
Mecanismos que asseguram a independência	Reconhecimento da impossibilidade do insulamento político e econômico.	Baseiam-se no pressuposto do insulamento político e econômico.

Fonte: PEI (2007) p. 88,89.

Adaptação: ALMEIDA, 2014.

Destarte, é necessário destacar que as agências e agentes de gestão de recursos hídricos foram institucionalizados seguindo os princípios federais, ou seja, a partir de norma escrita, nesse caso a Lei das Águas, associada a outros documentos normativos, como a própria Constituição Federal de 1988, através da premissa de descentralização da gestão de recursos hídricos. Porém, percebe-se que essa descentralização ocorre de cima para baixo (Quadro 12) após as deliberações do Estado e não dos anseios da sociedade, com enfoque no papel

dele, que apesar de descentralizar a gestão, muitas vezes burocratiza as ações de novos agentes inseridos na gestão de recursos hídricos.

Quadro 12: Criação de Agências Reguladoras no Brasil – 2006

Agência	Lei	Ministério
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996	Ministério das Minas e Energia (MME)
Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997	Ministério das Comunicações (MC)
Agência Nacional de Petróleo (ANP)	Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997	Ministério de Minas e Energia (MME)
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999	Ministério da Saúde (MS)
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000	Ministério da Saúde (MS)
Agência Nacional de Águas (ANA)	Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000	Ministério do Meio Ambiente (MME)
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)	Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	Ministério dos Transportes (MT)
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	Ministério dos Transportes (MT)
Agência Nacional do Cinema (ANCINE)	Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001	Casa Civil
Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)	Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005	Ministério da Defesa

Fonte: PACHECO, 2006.

Adaptação: ALMEIDA, 2014.

4.3.1 A Agência Nacional das Águas

A Agência Nacional de Águas foi criada em 17 de julho de 2000, com a promulgação da Lei nº 9.984, constitui-se como uma agência reguladora das águas, uma autarquia federal com autonomia financeira e administrativa, vinculada ao Ministério de Meio Ambiente. Porém sua instalação ocorreu em 19 de dezembro de 2000 pelo Decreto nº 3.692 e dentre os seus principais objetivos estão o de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

O Decreto nº 3.692/00 define algumas atribuições da ANA:

- I- fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União;
- II- elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;
- III- estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação destes comitês;
- IV- arrecadar, distribuir e aplicar receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;
- V- planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar, os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios;
- VI- prestar apoio aos Estados na criação de órgãos gestores;
- VII- propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos o estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, à conservação qualitativa e quantitativa de recursos hídricos;
- VIII- dirimir conflitos entre usuários, dentre outros (BRASIL, 2000).

Com o intuito de sistematizar as atribuições da ANA, Freitas e Dutra (2000) destacam:

É um órgão executor, na medida em que implementa o sistema nacional de gerenciamento, tendo como foco a gestão por bacia e, portanto, a implantação dos comitês. É também um órgão regulador clássico, uma vez que lhe compete, por um lado, regular no sentido clássico a oferta e a demanda e, por outro lado, fiscalizar os usos dos recursos hídricos, inclusive mediando os conflitos e dispondo de poder de polícia. Por fim, dispõe de um poder outorgante, visto que lhe cabe autorizar o uso de água em rios de domínio da União. (FREITAS; DUTRA, 2000, p. 6)

Apesar de a ANA ser considerada uma agência reguladora clássica, pois controla a oferta e demanda, Freitas e Dutra destacam que também exerce atribuições na execução, fiscalização e dispõe do poder outorgante na gestão de recursos hídricos. Nesse sentido, Carrera-Fernandez (2002), infere que:

De acordo com a nova postura de estado regulador para energia e água, iniciada em 1996 com a criação da ANEEL e consolidada mais tarde com a ANA, desenvolve-se no Brasil uma nova mentalidade para o setor de recursos hídricos. A atual legislação estabelecida dá competência à ANA para implementar no país a política nacional de recursos hídricos, fazendo desaparecer o anacronismo prevalente no setor durante praticamente todo o século XX. Dessa forma as outorgas destinadas à geração de energia elétrica, de competência exclusiva da União, mas que em última instância eram decididas pelo setor elétrico, deverão ser agora decididas pela ANA. Ao analisar os pleitos de outorga, a ANA poderá decidir se deverá ou não outorgar, em função das disponibilidades dos sistemas hídricos. (CARRERA-FERNANDEZ, 2002, p. 267)

Vale destacar sobre a importância da criação da ANA articulada a ANEEL, unindo assim os setores de energia elétrica e água, considerada para Carrera-Fernandez, como um marco fundamental na mentalidade do setor de recursos

hídricos. A ANA surge como agência reguladora e fiscalizadora e assume a responsabilidade de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de autorizar ou não as outorgas para o setor elétrico que antes necessitavam, apenas, da aprovação da União.

Segundo Rio (2001), o que diferencia a Agência Nacional das Águas como agência reguladora das demais como ANEEL, ANATEL, ANP, é o vínculo a uma unidade espacial (territorial): a bacia hidrográfica e suas múltiplas escalas. Ainda destaca que em relação aos recursos hídricos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a ANA e as Agências de Água definem a superfície de regulação, porém vale salientar que mesmo o fato da ANA ter sido criada apenas em 2000, após a criação do CNRH, isso não garantiu a articulação entre esses agentes, e de certa forma favoreceu a centralização na gestão de recursos hídricos tendo na União, a figura de dominialidade dos cursos d'água interestaduais. No sentido de ratificar a importância da ANA, Silva (2009), destaca que:

[...] a Agência de Águas tem um papel fundamental na gestão dos recursos hídricos numa dada bacia ou num conjunto de bacias, a depender das opções dos respectivos comitês. Como a gestão do uso da água é parte importante da respectiva gestão do território e, como vimos, a própria lei define que deve estar integrada a gestão ambiental e demais planos aplicados à área da bacia, a agência passa a ter uma função fundamental na execução de uma política que não é apenas de gestão do uso da água, mas em última instância, de gestão do território. (SILVA, 2009, p. 131)

Portanto, a importância atribuída a Agência Nacional de Águas na gestão territorial da bacia hidrográfica, visto que a gestão do uso da água está articulada a gestão do território, que corresponde à bacia hidrográfica, além disso, o próprio contexto histórico de inserção da gestão das águas na gestão ambiental foi fundamental para a integração de agências reguladoras e para a formulação de planos aplicados ao território que corresponde a bacia.

Segundo a ANA (2011), os avanços institucionais são fundamentais no sentido de promover conciliação dos diversos interesses e a construção coletiva de soluções de problemas relacionados aos múltiplos usos das águas, relacionados à diversidade de interesse, distribuição desigual e o uso inadequado. Esses fatores estão relacionados a atividades como: abastecimento urbano, irrigação agrícola, utilidade industrial, geração de energia elétrica, além de essencial para manter a vida dos ecossistemas.

Devido à possibilidade dos usos múltiplos das águas estarem relacionados a várias atividades, os interesses também são bastante distintos, nesse sentido, a água disponível em um território tem de atender a demandas concorrentes como a qualidade da água para a manutenção do ecossistema aquático, que não será a mesma necessidade para a geração de energia ou para a manutenção de uma indústria. Essas divergências podem gerar conflitos, principalmente, em áreas em que o recurso água não é abundante, nesse contexto, o comitê de bacia hidrográfica surge como órgão colegiado que reúne vários segmentos da sociedade e o poder local, estadual e federal e torna-se um ambiente favorável na resolução de conflitos.

4.3.2 Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA)

A Lei Estadual nº 11.612 de 08 de outubro de 2009 para os recursos hídricos, alterou a denominação, atribuições e estrutura organizacional dos cargos comissionados da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e substituiu a Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), pelo Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ). No entanto, a partir da Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011, foi criado o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) em substituição ao INGÁ, com o intuito de integrar duas autarquias da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) o Instituto do Meio Ambiente (IMA) e o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ). Tais mudanças ocorreram no sentido de promover a articulação entre a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos.

Entre as atribuições do INEMA, pode-se destacar: a) executar ações e programas relacionados à Política Estadual de Recursos Hídricos e a Política Estadual sobre mudança do clima; b) atuar de forma articulada com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e a sociedade civil organizada (INEMA, 2014).

Para o INEMA (2013) as alterações de ordem estrutural e organizacional, geraram mudanças positivas, pois introduziu uma abordagem mais ágil e sistêmica, apoiada na valorização do elemento humano, para o enfrentamento das questões dos recursos hídricos na Bahia, além de ter tido uma área de atuação significativamente ampliada.

Com o intuito de atender a população de vários municípios e promover uma gestão mais eficaz, foram criadas algumas unidades regionais (UR's) que estão articuladas a Coordenação de Gestão Descentralizada do Instituto e que possuem atribuições específicas para licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, acompanhamento das Políticas de Recursos Hídricos e gestão de Unidades de Conservação, além de prestar apoio aos municípios no desenvolvimento da gestão ambiental local, em articulação com a SEMA. As UR's estão localizadas nos municípios de Eunápolis, Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, Seabra, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista. Porém alguns municípios contam com postos avançados: Alagoinhas, Caetité, Guanambi, Ilhéus, Itaberaba, Irecê, Jequié, Paulo Afonso e Teixeira de Freitas.

5 OS COMITÊS DE BACIAS COMO AGENTES DE GESTÃO TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA

5.1 O comitê de bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe: funcionamento, debates e limitações

O Comitê do Recôncavo Norte e Inhambupe foi instituído pela Resolução do CONERH nº 11, de 14 de fevereiro de 2006 (Anexo 1), criado em 22 de março de 2006, pelo Decreto nº 9.936 de 22 de março de 2006 (Anexo 2), em consonância com a Lei Federal nº 9.433/97, a Lei nº 9.843/05 que instituiu os Comitês de Bacias Hidrográficas e ampliou as competências do CONERH e da Lei Estadual nº 11.612/09. O Estado da Bahia, conforme indicado anteriormente, foi regionalizado pelo INEMA, em 26 Regiões de Planejamento e Gestão de Águas, a partir da concepção da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão, desta forma, o comitê de bacia hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, corresponde a RPGA XI com o total de 49 municípios, porém apenas 29 destes estão integralmente na área que compreende a RPGA.

O CBHRNI era denominado de Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte (CBHRN), e somente em 2008, foi feita a inclusão do município Inhambupe e da bacia do rio Inhambupe à bacia original. Segundo Fadul, Silva e Cerqueira (2013), a partir da análise das atas das reuniões do comitê no ano de 2008, verificou-se que a inclusão de Inhambupe na antiga área do CBRHN demorou um tempo, pois as solicitações para a inclusão foram registradas na ata de reunião do comitê de janeiro de 2008, porém em setembro do mesmo ano o governo assinou o decreto que alterou a composição desse comitê.

O CBHRNI é composto pelos seguintes órgãos: Plenário, Diretoria (presidente, vice-presidente e secretário), Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas, essas últimas criadas para examinar matérias específicas com o teor técnico-científico, jurídico ou institucional a fim de subsidiar o Plenário na tomada de decisões.

Em consonância com o Regimento Interno,¹⁴ o CBHRNI é um colegiado tripartite com representantes do poder público, usuários e sociedade civil, composto por 90 membros (Anexo 3) entre titulares e suplentes, incluindo pessoas físicas e

¹⁴ Os Regimentos Internos dos comitês de bacias hidrográficas da Bahia estão disponíveis no site do INEMA (www.inema.ba.gov.br)

jurídicas para um mandato de quatro anos, com a possibilidade de reeleição. Em relação à composição do CBHRNI, o Regimento Interno indica:

I- do poder público: 01 da União; 03 do Estado; 11 dos municípios.

II- dos usuários ou associações de usuários de águas: 02 para abastecimento urbano e lançamentos de efluentes urbanos; 09 para indústria e mineração; 01 para irrigação e uso agropecuário; 01 para pesca; 02 para turismo e lazer.

III- da sociedade civil organizada: 02 para organizações técnicas de ensino e pesquisa; 12 para organizações civis e de recursos hídricos compreendendo ONG's, OSCIP's, associações, sindicatos e entidades de classe; 01 para comunidade tradicional.

A diretoria é composta por presidente, vice-presidente e secretário:

Quadro 13: Composição da Diretoria do CBHRNI – 2014

Segmento	Entidade	Representante	Cargo
Usuários	COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari.	Sérgio de Almeida Bastos.	Presidente.
Sociedade Civil Organizada	AMOM – Associação de Proprietários e Moradores do Loteamento Miragem.	Miguel Angel Polino.	Vice-Presidente.
Poder Público	Prefeitura Municipal de Pojuca.	Adriana Alves dos Santos Mol.	Secretária.

Fonte: INEMA, 2014.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Apesar da própria Legislação Federal de Recursos Hídricos admitir a possibilidade da composição do comitê de bacia ser feita com 50% do poder público, em relação ao CBHRNI a composição é paritária, com a mesma quantidade de representante dos três segmentos.

Ainda em relação à composição do CBHRNI, Fadul, Silva e Cerqueira (2013), destacam em conformidade com a legislação estadual, que a categoria usuários, compreende pessoa física ou jurídica com concessão para a utilização da água para desenvolver suas atividades, dentre as quais podem-se destacar: indústria, abastecimento e efluentes urbanos, agricultura, agropecuária, mineração, aquicultura, turismo, lazer e outros. Vale ressaltar, pela composição e presença às reuniões o segmento que se destaca é o de usuários, principalmente no setor da indústria, que tem previsto pelo Regimento Interno do Comitê a possibilidade de

ocupação de 09 vagas; dentre essas destacam-se: CETREL S/A – Empresa de Proteção Ambiental, que atua na área de proteção ambiental do Polo Industrial de Camaçari; a Braskem S/A – empresa petroquímica, o COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - associação privada que representa algumas empresas do Polo Industrial de Camaçari e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) - representante das indústrias do estado da Bahia, a DOW BRASIL S/A – representante do segmento industrial e mineração.

Em relação às outras categorias do segmento usuários, a exemplo da irrigação, agropecuária, pesca, não se observa muita representatividade, porém destaca-se nessa categoria: COPENER FLORESTAL LTDA, a categoria de turismo e lazer é representado pelo Sindicato de Hotéis de Salvador e Litoral Norte e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa S/A, sociedade de empresa mista do governo do estado da Bahia, responsável pelo abastecimento de água e serviços de saneamento básico, enquadrada no setor de abastecimento e efluentes urbanos.

No segmento sociedade civil, os representantes que se enquadram podem estar nas seguintes categorias: organizações não governamentais, associações, conforme a Lei nº. 9.843, de 27 de dezembro de 2005, e a Resolução do CONERH nº. 3, de 17 de janeiro de 2006, movimentos sociais e instituições de pesquisa e ensino que atuam na área de recursos hídricos e povos e comunidades tradicionais, conforme Decreto Federal 6040 de 07 de fevereiro de 2007 e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, caso aja comprovação da sua localização na bacia hidrográfica.

No segmento do poder público está previsto em lei a participação de representantes da União e do Estado da Federação, bem como a garantia de uma vaga para o órgão responsável pela gestão das águas, nesse caso, o INEMA (FADUL, SILVA, CERQUEIRA, 2013).

Existem divergências entre os segmentos e sua representação. Em relação ao segmento usuários, por exemplo, empresas públicas de saneamento e energia elétrica, entram na categoria, quando na maioria das vezes defendem interesses governamentais, além disso, algumas associações e sindicatos que muitas vezes representam interesses de grandes usuários entram no segmento da sociedade civil (CARDOSO, 2003).

A partir das análises das atas do referido comitê nos anos de 2008, 2009 e 2010, Fadul, Silva e Cerqueira (2013), construíram dois quadros, tomando como referência a legislação, cujas temáticas foram pontos de pauta nas reuniões e, a frequência em que esses assuntos foram discutidos, relacionados à atuação dos comitês. Foi possível ampliar a análise através do acesso às atas dos anos 2011, 2012 e 2013¹⁵ (Tabela 2).

Tabela 2: Frequências dos temas discutidos nas reuniões do CBHRNI – 2008 a 2013

Temáticas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Promover a participação dos representantes do poder público.		4	1	2	3		10
Estabelecer os procedimentos de elaboração, implementação e revisão do Plano de Bacia Hidrográfica	5	1		1	3	2	12
Acompanhar a elaboração e aprovar o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica e suas alterações.						2	2
Acompanhar a implementação do Plano de Bacia Hidrográfica sugerindo as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.		1		3	2	3	9
Arbitrar, em primeira instância administrativa, conflitos relacionados com o uso da água.				1		2	3
Deliberar sobre questões que tenham sido encaminhadas pela respectiva Agência de Bacia Hidrográfica.							-
Outros (eleição e posse da diretoria, definição de calendário de reuniões. Discussão e/ou revisão do regimento interno do comitê, criação de comitês técnicos, informações gerais etc.).	7	10	2	3	4	4	30

Fonte: FADUL, SILVA E CERQUEIRA, 2013.
Adaptação: ALMEIDA, 2014.

¹⁵ Devido à falta de atualização das reuniões realizadas pelo comitê nos anos de 2011, 2012 e 2013, no site do INEMA, o acesso às atas das reuniões ocorreu através de solicitação direta ao presidente do comitê. Em uma das últimas reuniões realizadas pelo comitê uma representante da Interação Social do INEMA, solicitou que essa atualização fosse feita o mais rápido possível, devido às cobranças feitas pelo Ministério Público da Bahia.

A partir da complementação dos dados do quadro, das informações contidas nas atas das reuniões dos referidos anos 2011, 2012 e 2013, das observações e registros feitos de algumas reuniões de 2012 e 2013, foi possível perceber que alguns assuntos referentes a algumas temáticas indicadas em lei foram recorrentes, como a participação de representantes do poder público, a elaboração e implementação do Plano de Bacia – principal instrumento na gestão de recursos hídricos, enquanto outros como arbitrar em primeira instância os conflitos e deliberar sobre questões encaminhadas pela respectiva Agência de Bacia, pouco ou nunca foram mencionados nas reuniões de 2008 a 2013. No entanto, a Agência de Bacia, corresponde a uma entidade jurídica sem fins lucrativos que exerce a função de secretaria executiva no apoio técnico e suporte operacional para os comitês de bacias com estrutura administrativa e financeira própria. Devido os comitês de bacias hidrográficas da Bahia ainda estarem em fase de consolidação e as Agências de Bacias não terem sido implementadas, não seria possível o comitê deliberar sobre nenhuma questão encaminhada por sua secretaria executiva (Tabela 3).

Vale destacar outra particularidade, o grande número de vezes que foram discutidas questões referentes às atribuições técnicas, como: o agendamento de reuniões, revisão de calendário, eleição, renovação de membros, leituras das atas, entre outras. Nesse sentido, Fadul, Silva e Cequeira (2013), destacam:

A análise das atas das reuniões do CBHRNI mostrou tanto a ausência de discussões sobre temas considerados importantes no processo de consolidação do modelo de bacias hidrográficas e no uso das águas, quanto a forte presença de temas que seriam secundários para a própria existência do comitê. Este comitê foi criado em 2006 e até o momento presente ainda não tem seu Plano de Bacia construído, assim como o processo de cobrança pelo uso da água ainda não foi iniciado e o comitê ainda não dispõe de Agência de Água. (FADUL, SILVA, CERQUEIRA, 2013, p. 422)

A presença marcante de temas relacionados às atividades burocráticas e secundárias em relação às prioridades do comitê como é o caso da implementação do Plano de Bacia, a fim de viabilizar a implementação dos outros instrumentos de gestão, a saber: enquadramento, outorga e cobrança, constitui-se um dos entraves no avanço do comitê como sendo um dos agentes principais na gestão de recursos hídricos.

Ainda em relação a forte presença de questões secundárias, é importante salientar que as mesmas ocorrem, principalmente, devido a ineficiência da comunicação e organização estabelecida entre os membros do CBHRNI, pois as

atas poderiam ser disponibilizadas por e-mail, no sentido de conferência, eximindo a necessidade de ser lida na íntegra na reunião subsequente e o calendário de reuniões deveria ser estabelecido para o exercício do ano todo, sem que houvesse a necessidade de ser retomado praticamente em todas as reuniões, contribuindo para a perda de tempo com questões desnecessárias e o desvio do foco de questões primordiais e essenciais. Nesse caso, vale analisar se o perfil adotado nas reuniões ocorre no sentido de desmotivar a discussão de questões essenciais, ou seja, se existe um propósito na manutenção do formato das reuniões do CBHRNI por parte dos segmentos que possuem maior poder de articulação e decisão a fim de privilegiar os interesses do segmento que representa.

Tabela 3: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHRNI para proposição ao CONERH – 2008 a 2013

Temáticas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
A criação de agências de bacia hidrográfica.					1		1
Os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.					1	1	2
O plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.							
As vazões das acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados de pouca expressão, para efeito de dispensa de outorga do direito de uso.							
As prioridades e os critérios específicos para outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de escassez.							
As reduções das vazões outorgadas em casos de necessidade de racionamento, devidamente motivados, para efeito de revisão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos.							
O enquadramento dos corpos d'água em classes.	2	1			1	1	5
Rateio dos custos das obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, de interesse comum e coletivo.							

Fonte: FADUL, SILVA e CERQUEIRA, 2013.
Adaptação: ALMEIDA, 2014.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, foi criado em 1998, pela Lei 7.354 em decorrência da Lei 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, constituem-se como um órgão colegiado em articulação com o Instituto de Gestão de Águas e Clima (INEMA), porém as atribuições do CONERH, no estado da Bahia, só foram definidas em 2006 com a instituição da Política Estadual de Recursos Hídricos através da Lei 10.432. Dessa forma, é necessária uma articulação entre as discussões e proposições do comitê de bacia hidrográfica com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Essas proposições estão relacionadas à criação da Agência de Bacia, os mecanismos e valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o plano de aplicação dos valores arrecadados com a cobrança, questões que envolvem outorga: dispensa, revisão, entre outros, o enquadramento dos corpos d'água e o rateio dos custos de obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, de interesse comum e coletivo.

Diante do exposto, a articulação entre o comitê de bacia e o CONERH, constatou-se, a partir dos registros em ata referentes ao ano de 2008 a 2013, que o enquadramento dos corpos d'água em classes foi a temática mais discutida nas reuniões do comitê, seguido pelos valores (nesse caso seria mais a menção da cobrança) pelo uso dos recursos hídricos, o que é bastante coerente, pois a não concretização do Plano de Bacia inviabiliza a discussão de outras questões, visto que é considerado como o documento mais importante para implementação dos outros instrumentos de gestão e, como fonte imprescindível de informações de cunho ambiental, social e econômico do território que compreende a bacia hidrográfica.

De forma geral, a partir da análise do quadro 1 e 2, e do acréscimo de informações referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013, prevalece as observações de Fadul, Silva e Cerqueira (2013) sobre as discussões estabelecidas no CBHRNI:

Tratam, preferencialmente, de discussões sobre questões eleitorais e renovação dos integrantes do comitê. Percebe-se ainda que o calendário de reuniões não parece estabelecido com regularidade, observando-se a frequência das reuniões entre os anos analisados. Apesar de se considerar que a condução do processo de eleição pode ser um processo demorado, o tema percorreu, durante muito tempo, as pautas das reuniões e muitas vezes pode ter havido a necessidade de reuniões extraordinárias para tal finalidade. (FADUL, SILVA e CERQUEIRA, 2013, p. 420-421)

Destarte, apesar das observações realizadas pelos referidos autores tomando como referência as atas de 2008, 2009 e 2010 e, através da análise das atas dos anos 2011, 2012 e 2013 percebe-se que o perfil das reuniões continua sendo o mesmo, porém com alguns avanços no sentido de construção do Plano de Bacia e da inserção da discussão de outras questões referentes à gestão de recursos hídricos. Nesse sentido, faz-se necessário sintetizar as principais discussões realizadas nas plenárias realizadas pelo comitê nos referidos anos.

Em 2011, foram realizadas 3 reuniões extraordinárias correspondentes a 37ª, 38ª e 39ª plenárias, nas respectivas datas: 16 de fevereiro, 14 de junho e 31 de agosto. Vale salientar que, nos meses de setembro a dezembro, segundo material disponibilizado pelo presidente do comitê, não foram realizadas nenhuma reunião ordinária ou extraordinária.

A partir da análise da ata da 37ª plenária extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2011 (Anexo 4), pode-se notar um avanço nas discussões referentes ao Plano de Bacia, onde foi sinalizado pelo diretor do INEMA, que tinha saído o termo de referência para licitação do Plano de Bacia através do pedido da prefeita de Lauro de Freitas ao governador do Estado. O diretor do INEMA destacou que estava previsto para aquele período a licitação de 10 planos de bacias e, que o do CBHRNI seria um dos prioritários. Em relação ao financiamento desses planos, já que trata-se de um instrumento que deve ser denso contendo as informações de todo o território que compreende a bacia, seria financiado pelo senado e pelo programa SWAP1¹⁶ do Banco Mundial, indicou, porém, que caso não obtivessem recursos por meio desse programa, este viria do próprio Estado.

Conforme o registro em atas, outro avanço notável nas discussões do comitê, foi a inserção de temas relevantes nas reuniões realizadas em 2011 e 2012, que foram indicados pelos membros titulares: 1) Sistematização de diversas informações sobre recursos hídricos que seriam disponibilizadas pelo comitê através de uma comissão criada composta por representantes da FIEB, EMBASA, CETREL e INGÁ; 2) questão de saneamento e abastecimento da bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe, sob responsabilidade da EMBASA e 3) questões sobre saneamento e abastecimento em relação aos 45 municípios que fazem parte da bacia.

¹⁶ Programa com enfoque setorial amplo das áreas de saúde e recursos hídricos do Estado da Bahia, vinculado ao Banco Mundial.

A 38ª plenária extraordinária, realizada em 14 de junho de 2011 (Anexo 5), no auditório da UNIFACS em Salvador, foi um marco importante, pois contou com a presença do Diretor Geral do INEMA, Júlio Mota, convidado a participar da reunião com o objetivo de apresentação da nova estrutura do órgão. Alguns questionamentos foram feitos, em relação à continuidade da capacitação, a construção do plano de bacia, compensação para os municípios que distribuem água para outros municípios, nesse caso o município de Biritinga, a execução do princípio poluidor pagador, em relação aos principais poluidores da bacia – os municípios de Camaçari e Simões Filho, o aumento de oferta hídrica e as dificuldades na transição do INGÁ para o INEMA,¹⁷ principalmente em relação à diminuição de escritórios e articulação com os municípios.

Além disso, a desarticulação entre o comitê de bacia e o INEMA foi destacada no sentido da falta de seriedade na forma em que o órgão gestor encara o comitê, o que acaba por desgastar a relação de ambos e anulando ações concretas por parte do colegiado, ou seja, o que a representante da Associação Comunitária de Moradores de Sobrado (Santanópolis) e o representante do Centro de Desenvolvimento Sócio Comunitário (Mata de São João) queriam dizer é que o comitê não estava assumindo seu papel de ente com atribuições consultivas, deliberativas e propositivas, visto que as decisões vinham de cima para baixo a partir das indicações do INEMA. Apesar disso, foi salientada a importância do comitê, que mesmo tendo seu papel enfraquecido, faz-se necessário (Anexo 5).

Questões referentes ao processo eleitoral foram levantadas, bem como a elaboração do Plano de Bacia, que segundo o diretor geral, algumas adequações em relação a algumas prioridades seriam feitas, especialmente com o intuito de contemplar a área ambiental, relativo a Áreas de Preservação Permanente (APP), corredores ecológicos e definição de áreas estratégicas para conservação, além disso, sinalizou para a implementação de 10 planos de bacias no estado da Bahia, entre os quais seis foram considerados prioritários para o INEMA: Grande, Corrente, Paraguaçu, Recôncavo Norte e Inhambupe, Contas e Leste.

A ata da 39ª plenária extraordinária do CBHRNI (Anexo 6), destacou que houve uma sequência das questões levantadas na reunião anterior, nesse caso a

¹⁷ A transição do Ingá para o INEMA ocorreu em 2011, no segundo mandato do governador do Partido dos Trabalhadores, Jacques Wagner. A mudança foi justificada a partir da ideia de unificação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, antes compartimentada em SEMA, IMA e INGÁ.

apresentação da EMBASA sobre saneamento e abastecimento, visto que foi feita anteriormente devido à ausência de representantes dessa categoria. Nessa reunião, foi solicitado por parte da Interação Social do INEMA, a inserção de um ponto de pauta que contemplasse a adequação da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos necessária para o acompanhamento do Plano de Bacia, foi destacado também que a composição dessa Câmara Técnica tinha sido definida na 32ª reunião plenária, mas que precisava ser adequada a partir da portaria do CONERH. A solicitação de inserção do ponto de pauta foi aceita pelo presidente do comitê desde que fosse dada sequência a organização da pauta e que a discussão ocorresse no final da reunião.

Em relação às prioridades dos assuntos discutidos no comitê, fica evidente, a partir desse exemplo, que questões burocráticas e/ou informativas recebem mais importância do que questões que envolvem de fato a gestão de recursos hídricos, nesse caso específico à consolidação de uma câmara técnica – CTPPP, fundamental para viabilizar a implementação do Plano de Bacia. Contraditoriamente, questões envolvendo ainda a estrutura organizacional do novo órgão, as atribuições da Embasa e ainda o valor diferenciado das diárias pagas para as despesas da sociedade civil, ganharam maior destaque.

O setor de Interação Social do INEMA - responsável pela articulação e divulgação das reuniões dos CBH's, destacou a importância da capacitação dos membros do comitê e o intuito de nivelar de forma continuada todos os comitês em igualdade de condições, porém apesar do destaque, o INEMA não estava garantindo a efetivação dessa capacitação o que serviu de crítica por parte do presidente do comitê e do vice-presidente. Além disso, foi sinalizada a importância da participação dos municípios na construção do plano de bacia e da mobilização dos mesmos por parte do comitê, principalmente, porque conforme destacado pela EMBASA, os maiores poluidores são os resíduos sólidos.

Conforme o registro em ata (Anexo 6), outro ponto de destaque da 39ª plenária foi o papel dos usuários na composição do comitê, pois, conforme indicou o vice-presidente, o mesmo tem mantido o funcionamento “por causa da capacidade da indústria de colocar dinheiro”.

No ano de 2012, foram realizadas 3 reuniões ordinárias, correspondentes a 40ª, 41ª e 42ª plenárias, respectivamente em 28 de março, 09 de agosto e 27 de

novembro. Importante destacar que devido à reincidência de discussões sobre o calendário nas reuniões anteriores, foi possível estabelecer junto ao INEMA as datas das reuniões ordinárias.

As discussões referentes à 40ª plenária ordinária (Anexo 7) foram bastante relevantes, pois foi colocado em pauta questões que envolvem a operacionalização do Plano de Bacia: a formação da câmara técnica CTPPP, a participação da sociedade civil no processo de construção, o prazo de execução, as oficinas que correspondem às etapas do plano, a formação da Câmara Técnica de Educação Ambiental – CTEA, a articulação com o Plano de Conservação da Biodiversidade, enquadramento dos corpos d'água, capacidade técnica do comitê, cobrança pelo uso da água, a criação de Agências de Bacias, entre outras.

Críticas foram feitas em relação à centralização das reuniões do comitê para Salvador, ao esvaziamento das reuniões, principalmente, da sociedade civil, que segundo o representante de Mata de São João, pode ser explicada devido à transição do INGÁ para o INEMA, ausência do poder público, a rotatividade dos membros do comitê, o que para alguns, quebra a continuidade e a lógica das discussões e até mesmo as faltas seguidas do presidente do comitê (Anexo 7).

Um dos destaques dessa plenária se deu em relação à criação das CTPPP, primeiro quanto ao número de componentes, se deveriam ser obedecidas às indicações do CONERH ou do comitê, bem como suas atribuições de cunho técnico. Nesse sentido, é importante ressaltar as exigências de competências técnicas por parte dos membros dos comitês e, que segundo alguns membros deveriam ser contemplados a partir das capacitações oferecidas pelo INEMA, o que não vêm ocorrendo de forma contínua. Além disso, uma das críticas feitas ao órgão, enquanto principal agente na gestão de recursos hídricos e principal condutor das ações dos comitês é o fato de os membros do comitê não terem disponíveis as informações que serão destacadas nas reuniões com certa antecedência, a fim de procurarem compreender o funcionamento e o andamento do Plano de Bacia.

Vale salientar também, que um dos entraves na atuação dos comitês, conforme destacado por Magalhães Junior (2007), é a falta de informações e capacitação. Isso fica evidente, nas discussões de alguns membros do comitê, conforme indica a ata da 40ª reunião ordinária, posto que muitas vezes as plenárias são utilizadas apenas para a socialização de decisões ou documentos, elaborados pela empresa

responsável pelo Plano de Bacia, a IBI/KL, que muitas vezes não são disponibilizados com antecedência, o que acaba inviabilizando um maior conhecimento por parte dos membros do comitê. Nesse caso, o comitê deixa de assumir o papel de deliberar e assume a função de apenas legitimar as ações do INEMA.

A 41ª plenária ordinária ocorreu em 09 de agosto de 2012 (Anexo 8) e apesar dos questionamentos feitos por alguns membros, foi realizada no auditório da UNIFACS, na Rua José Peroba, 251, Ed. Civil Empresarial, 1º andar, Stiep, Salvador. Muitas questões são recorrentes, principalmente, devido ao fato da implementação do Plano de Bacia: a reformulação da CTPPP, a instauração da CTEA, capacitação dos membros do comitê, necessidade de formação técnica para fazer parte das câmaras técnicas, contratação do Plano de Bacia, participação dos agentes sociais, em especial, sociedade civil e poder público, visto que a presença dos usuários sempre foi marcante.

Nesse sentido, apesar do comitê de bacias ser um colegiado composto por uma estrutura tripartite, com poder público, usuários e sociedade civil, as atribuições e conhecimentos técnicos são exigidos por parte das demandas estabelecidas de criação de câmaras técnicas, que já trazem na própria nomenclatura a essência operacional, desta forma, fica evidente que o segmento que possuir maior conhecimento técnico sairá a frente com maior compreensão e engajamento no processo de formulação do Plano de Bacia, que muitas vezes poderá ser direcionado a partir de interesses distintos da aplicação de conhecimentos e informações técnicas. No entanto, uma das críticas atribuídas à formação dessas câmaras é a disponibilidade de corpo técnico para dar suporte ao comitê, porém foi indicado o papel importante das universidades a fim de suprir a carência técnica, tão necessária para a compreensão de algumas questões referentes principalmente ao enquadramento dos corpos d'água em classes, cobrança pelo uso da água, entre outras.

Em 27 de novembro de 2012, foi realizada a 42ª plenária ordinária do CBHRNI (Anexo 9) com os seguintes pontos de pauta: leitura da ata da reunião anterior, conclusão da formação da CTPPP, algumas informes referentes à contratação do Plano de Bacia e o calendário de reuniões para o ano de 2013.

Salvo as discussões recorrentes, a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos foi finalmente concluída, com a indicação de 6 membros conforme Resolução 55 do CONERH, além disso, foi indicada a importância da formação de outras câmaras técnicas, como a Câmara Técnica de Educação Ambiental e de Mobilização Social. Um dos destaques da reunião, foi a apresentação do consórcio que ganhou a licitação para elaborar o Plano de Bacia, a IBI/KL que expôs as etapas de construção do plano, sendo que a primeira consistia em elaborar e aprovar um Plano de Trabalho que deveria passar pela CTPPP, pelo comitê e INEMA.

Outro assunto recorrente é a renovação dos membros do comitê e a eleição para diretoria, já que alguns se mostraram contrários à renovação concomitantemente, com a formulação do Plano de Bacia, conforme indica a ata da 42ª reunião, porque segundo eles, isso dificultaria o processo, visto que os novos membros não estariam a par do funcionamento do comitê e das particularidades que envolvem o plano, porém houve a defesa da abertura de eleição para composição da diretoria, principalmente por conta das sucessivas faltas do atual presidente. Vale destacar, que as indicações para a prorrogação para a manutenção dos membros do comitê junto ao INEMA e eleição para a nova diretoria, partiram do secretário executivo do comitê.

No ano de 2013, de forma atípica, foram realizadas 4 plenárias - 2 ordinárias e 2 extraordinárias. As plenárias ordinárias ocorrem em 19 de março correspondente a 43ª e em 12 de novembro a 46ª e as plenárias extraordinárias, a 44ª em 5 de setembro e a 45ª em 16 de outubro.

A 43ª plenária ordinária ocorreu no dia 19 de março de 2013 (Anexo 10), e foi direcionada especialmente para a eleição da diretoria, visto que o antigo presidente não participava das reuniões, os membros do comitê expuseram a necessidade de eleição para eleger a nova diretoria, deste modo, foram compostas 2 chapas: Chapa 1: Presidente - Sérgio Bastos (usuário), Vice presidente – Miguel Polino (sociedade civil) e Secretário – Adriana Mol (poder público, prefeitura de Pojuca); Chapa 2: Presidente – Carlos Alberto de Oliveira Pereira (usuário), Vice Presidente – Renato Cunha (sociedade civil) e Secretário – Antonio Carlos (poder público, prefeitura de Serrinha). Os votos válidos foram contabilizados em 25 e após o processo de votação o resultado foi favorável para a chapa 1, com o total de 20 votos, 3 votos para a chapa 2 e 2 abstenções.

Ainda em relação ao processo eleitoral, é importante destacar que o mandato dos membros do comitê encerraria em dezembro de 2013, tornando necessária a formação de comissão eleitoral para renovação do colegiado. Nesse aspecto, vale retomar as discussões da última reunião em relação à renovação do comitê, visto que foi exposto pelo então empossado presidente (Anexo 15) que seria mais proveitoso à manutenção dos membros até a conclusão do plano de bacia, pois segundo ele, a renovação dificulta o processo de engajamento e poderá ter reflexo negativo na construção do plano.

Foram dadas sequências as atividades referentes à formação da Câmara Técnica de Cobrança e encaminhamento para a formação da Câmara Técnica de Educação Ambiental, com 6 membros cada, conforme indicação do CONERH. Em relação ao Plano de Bacia, que pode ser considerado como o cerne das discussões estabelecidas pelo comitê, visto ser o principal instrumento de gestão para a criação dos demais instrumentos, ocorreu através de comunicação por parte do INEMA sobre o andamento em relação ao plano de trabalho e a importância da consolidação das câmaras técnicas, em especial a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos, principal responsável na análise do andamento do Plano de Bacia e interlocutora entre o consórcio responsável pela elaboração, o INEMA e o CBHRNI.

Conforme registro em ata, (Anexo 10), foram feitos questionamentos por parte de representantes de Inhambupe em relação à inserção do município nas discussões do comitê, através de representatividade titular. Além disso, houve questionamento sobre as diárias para os membros dos comitês (disponibilizada apenas para a sociedade civil) e a qualidade da água do município de Terra Nova. Nesse sentido, é digno de nota que alguns questionamentos levantados na discussão da 43ª plenária, como os acima citados, não foram considerados com a devida seriedade e que o foco das discussões girou em torno de questões de caráter administrativo e burocrático.

Na 44ª plenária extraordinária do dia 05 de setembro de 2013 (Anexo 11) foi apresentado e aprovado o Plano de Trabalho, construído pela IBI/KL para a implementação do Plano de Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (Figura 9). Foram destacadas as etapas que envolviam mobilização e consulta pública em alguns municípios, bem como foi apresentada pelo presidente do comitê a

deliberação nº 03/2013, solicitando a CONERH e ao INEMA, a prorrogação dos membros do comitê. O representante do INEMA indicou a importância e possibilidade de renovações, porém, um dos questionamentos feitos foi em relação a quantas renovações seriam necessárias, posto que a previsão para conclusão do Plano era para o mês de junho de 2014.

Uma particularidade dessa reunião foi a quantidade de questionamentos e participação por parte da plenária sobre a postura e decisões tomadas pelo consórcio IBI/KL, junto ao INEMA e CTPPP, em relação à escolha dos municípios que participariam da consulta pública e o direcionamento das discussões do comitê. Em relação ao direcionamento das discussões, o vice-presidente, destacou que muito mais importante do que discutir a possibilidade e quantidade de renovações do mandato dos membros do comitê, a urgência seria em fixar a discussão sobre o Plano de Bacia, visto que se estendia desde 2007, e que até então não havia sido construído.

Quando questionado sobre o que motivou a escolha dos municípios de Camaçari, Alagoinhas e Inhambupe para a realização de consultas públicas, o técnico da IBI/KL destacou alguns: capacidade de articulação, capacidade de recebimento e organização do evento e também questões de articulação política, tamanho, população e poder econômico. Devido aos questionamentos sobre as escolhas dos municípios por não terem sido previamente participadas ao comitê, o representante do consórcio sugeriu uma votação para escolha dos municípios onde ocorreriam as consultas públicas, oficinas e plenária final, desta forma, foram estabelecidos alguns critérios: 1) Participação no Comitê, 2) Acessibilidade, 3) Infraestrutura, 4) Importância Geopolítica, 5) Manutenção da divisão estabelecida (R1, R2, R3, R4)¹⁸ e, depois a votação. Em seguida, foram definidos os municípios para a realização das oficinas, a saber: R1) Camaçari (13 votos); R2) Alagoinhas (12 votos); R3) Serrinha (12 votos); R4) Feira de Santana (15 votos). Como resultados da eleição para a realização das consultas públicas, os municípios mais votados

¹⁸ Essa divisão se refere à regionalização feita por parte do comitê a fim de facilitar a articulação dos municípios que integram o CBHRNI. A R1 corresponde os municípios de: Camaçari, Candeias, Catu, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho; R2: Aramari, Alagoinhas, Araçás, Itanagra, Entre Rios, Cardeal da Silva, Esplanada, Conde, Acajutiba, Aporá, Inhambupe; R3: Olindina, Sátiro Dias, Biritinga, Teofilândia, Barrocas, Serrinha, Lamarão, Água Fria, Santa Bárbara, Santanópolis, Irará, Ouricangas, Pedrão; R4: Feira de Santana, Coração de Maria, Teodoro Sampaio, Conceição do Jacuípe, Terra Nova, Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Santo Amaro, Cachoeira, Saubara.

foram: Camaçari (10 votos), Feira de Santana (07 votos) e Alagoinhas (07 votos) e como resultado da eleição para a realização da Plenária Final foi escolhido o município de Salvador (14 votos).

Figura 9: Foto da 44ª plenária extraordinária do CBHRNI - 2013



Fonte: Auditório da UNIFACS, Salvador-BA, 2013.
Fotografia: ALMEIDA, 2013

Um dos questionamentos levantados diz respeito à falta de informações sistematizadas sobre a Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe e o fato da empresa contratada na ter sua sede no Estado da Bahia. Nesse sentido, foi observado que os dados necessários para elaboração do documento seriam colhidos através de entidades renomadas e de centros de pesquisa. Além disso, outras questões foram colocadas em debate, como a inserção do município de Aramari no comitê – solicitação negada, pois de acordo com o presidente do comitê não seria possível por causa do regimento interno, a escolha do slogan para divulgação da realização das consultas públicas e oficina para posterior construção do Plano: Águas do Recôncavo Norte: cuidar das águas, preservando para gerações futuras e denúncia em relação à implantação de obra de saneamento por parte da Embasa no município de Camaçari.

A 45ª reunião extraordinária do CBHRNI ocorreu no dia 16 de outubro de 2013 (Anexo 12), no auditório da UNIFACS, Stiep, Salvador e foi construída com base, principalmente, nos questionamentos anteriormente discutidos, em relação à implantação de obra de saneamento da Embasa no município de Camaçari e a

inserção de representante do município de Inhambupe como membro titular do comitê.

As observações feitas em relação à obra da EMBASA mobilizou o INEMA, a exercer uma de suas atribuições – fiscalização, e também indicou um dos papéis do comitê de bacia que é *promover o debate sobre questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes*, que foi ratificado pelo vice-presidente sobre a importância do comitê em acompanhar, questionar e cobrar.

Vale ressaltar, que o poder público do município de Inhambupe é reincidente em solicitar sua inclusão entre os membros titulares do comitê. Desta forma, atendendo a solicitação, os membros do comitê, indicaram a possibilidade de serem abertas eleições para as vagas que não estão ocupadas pelos 3 segmentos, visto que o comitê precisa ser construído a partir de uma estrutura tripartite.

Outra particularidade diz respeito à falta de comunicação em relação às datas das reuniões para todos os municípios que compõem o CBHRNI, bem como para as datas de realização de reuniões das câmaras técnicas, nesse caso especial a CTEA. Além disso, cobranças foram feitas em relação ao não cumprimento por parte do consórcio IBI/KL do cronograma, nesse caso, no Plano de Trabalho, instrumento primeiro na construção Plano de Bacia. Os atrasos foram justificados pelo representante do INEMA devido a baixa qualidade do material entregue pelo consórcio e atraso do pagamento por parte do governo.

Portanto, apesar da morosidade da empresa responsável pelo consórcio em aplicar as ações que viabilizem a construção do Plano de Bacia, o CBHRNI tem avançado nas discussões sobre o instrumento de gestão e, principalmente, na criação de Câmaras Técnicas, a saber: de Planos, Programas e Projetos e Educação Ambiental, que são importantes para o acompanhamento da implantação do Plano de Bacia.

No dia 12 de novembro de 2013, foi realizada a 46ª plenária ordinária, em encerramento do ano de 2013 (Anexo 13), com a seguinte pauta: aprovação do calendário de reuniões do Comitê para 2014 e para as câmaras técnicas; apresentação da CTPPP do cronograma atualizado do Plano de Bacias; apresentação do Plano de Mobilização do Plano de Bacias; apresentação do INEMA sobre o processo de Cobrança pelo uso da água; Formação da Câmara Técnica de

Outorga e Cobrança (CTOC) e avaliação do processo para o preenchimento das vacâncias dos membros.

Em relação à sequência dos pontos de pauta, o presidente indicou limitações devido à ausência do INEMA, responsável pela apresentação da cobrança pelo uso da água, o que impossibilitaria a formação da Câmara Técnica de Cobrança, o não cumprimento da empresa IBI/KL no envio do Plano de Mobilização e a não contagem por sua parte do número de vagas em aberto do comitê. Dessa forma, é possível inferir que a morosidade por parte principalmente da diretoria e do poder público, nesse caso na figura do INEMA, inviabilizam as discussões no comitê, direcionando o foco para questões puramente burocráticas e operativas.

Um ponto alto da reunião, foi o questionamento por uma representante da sociedade civil sobre a forma como a ata era redigida, sem a retratação fiel sobre o que havia sido discutido, solicitou gravação das reuniões e acesso com antecedências das mesmas para que fossem corrigidas quaisquer irregularidades, além de sinalizar para a importância das atas como forma de registro das ações do comitê e fontes de pesquisas. Nesse sentido, o presidente indicou a impossibilidade de constar nas atas a íntegra das discussões.

O presidente destacou os atrasos cometidos pela empresa contratada para construção do Plano de Bacia e a passividade do INEMA em relação às devidas cobranças. Desta forma, os membros do comitê indicaram o prazo da primeira quinzena de janeiro de 2014 para que a IBI/KL entregasse o diagnóstico do Plano de Bacia. O representante do INEMA destacou a dificuldade do órgão em trabalhar com todos os 14 CBH's da Bahia devido o número restrito de pessoal e recursos, nesse caso, vale destacar que o número total de comitês para o Estado da Bahia é de 25, de acordo com as RPGA's e já existe dificuldades em trabalhar com os 14 já formados. Porém, segundo representante da empresa contratada, a morosidade se dá também pelos conflitos de interesses e da "boa vontade" política para o aceleração ou retardamento na elaboração do plano.

Outro assunto de bastante relevância discutido na última reunião de 2013, foi a implantação da cobrança pelo uso da água. Segundo o presidente, esse instrumento seria a última etapa a ser implantada, dessa forma deveria ser prioridade a elaboração do Plano de Bacia. O prefeito do município de Entre Rios questionou o posicionamento do presidente, destacando que a cobrança deveria ser o primeiro

instrumento a ser aplicado e que o comitê PCJ seria referência para implementação desse instrumento. Neste contexto, seria necessária capacitação para a aplicação desse instrumento.

5.2 O Comitê de bacia hidrográfica do Salitre: funcionamento, debates e limitações

A Resolução do CONERH nº 16 de 04 de dezembro de 2006, (Anexo 14) aprovou a instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Salitre, porém foi criado a partir do Decreto nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006 (Anexo 15). A área de atuação do CBHS corresponde à bacia do rio Salitre, localizada no norte da Bahia, está inserida na Região de Planejamento das Águas V (Figura 7). Em relação a outras RPGA's, a do Salitre tendo como referência a quantidade de municípios que estão inseridos, apenas nove: Várzea Nova, Ourolândia, Campo Formoso, Mirangaba e Umburanas, Jacobina, Juazeiro, Miguel Calmon e Morro do Chapéu.

Segundo o Regimento Interno do CBHS, o comitê não possui sede fixa como é o caso do CBHRNI, desta forma, as reuniões plenárias, ocorrem a partir de um sistema de itinerância, com o objetivo de contemplar todos os municípios que pertencem a RPGA's.

O Regimento Interno corresponde ao documento máximo do comitê que define atribuições, estrutura e funcionamento. Nesse caso, foi realizada uma reunião plenária nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2008, onde foi discutido e aprovado o Regimento Interno do CBHS, indicando algumas alterações na redação. Em Relação à estrutura: I Diretoria; II Secretaria Executiva; III Plenário; IV Câmaras Técnicas e a inserção dos Grupos de Trabalho. Tomando como referência os regimentos de outros comitês que já haviam se instituído, nesse caso, foram feitas modificações em relação a possibilidades de reeleições dos membros da diretoria, da destituição, a indicação para definição do plano de trabalho, o que inclui a previsão de 4 reuniões ordinárias anuais e extraordinárias quando houver necessidade, bem como a ampla divulgação das mesmas além de indicação da pauta prévia para que os membros do CBHS pudessem propor a inserção de outros pontos, entre outras definições.

Conforme indicado pela Lei nº 9.433/97, a composição dos comitês deve ser tripartite, porém indica que o comitê pode preencher até 50% das vagas pelo poder público. Alguns comitês, a fim de preservar a igualdade de condições, optaram pela

distribuição paritária entre os três segmentos. Dessa forma, de acordo com o Regimento Interno, o CBHS estabeleceu a quantidade de 18 membros titulares com a seguinte composição: I- do Poder Público: 1 da União; 2 do Estado e 3 dos Municípios;

II- dos Usuários: 1 para Pesca, Turismo e Lazer; 1 para Abastecimento e Efluentes Urbanos e 4 para Irrigação e Uso Agropecuário;

III- da Sociedade Civil: 1 para Associações Regionais, Locais e Setoriais de Usuários de Recursos Hídricos; 3 para ONGs; 1 para Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa com interesse na área de recursos hídricos e 1 para Comunidades Tradicionais.

De acordo com a Legislação Federal e o próprio Regimento Interno do comitê, o segmento do poder público é composto pela União, Estado e municípios, nesse caso representam o poder público: a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, a Superintendência de Biodiversidade e Unidades de Conservação, o INEMA, a prefeitura municipal de Juazeiro, a prefeitura municipal de Campo Formoso, a prefeitura municipal de Mirangaba, a prefeitura municipal de Jacobina, a prefeitura municipal de Morro do Chapéu e prefeitura municipal de Várzea Nova.

O segmento da sociedade civil, tem sua representação através de associações, como a Associação Quilombola do Povoado de São Tomé, Associação Comunitária e Agrícola de Lagoa de Canabrava entre outras, o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável da Região do Piemonte da Diamantina, e universidades: Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

O segmento dos usuários é composto majoritariamente por pequenos usuários da categoria irrigação e agropecuária, com representação por pessoa física, além da Embasa, na categoria de abastecimento urbano e lançamento de efluentes. O quadro a seguir indica a lista mais recente dos membros do CBHS:

Quadro 14: Lista dos membros do comitê de bacia hidrográfica do rio Salitre - 2014

(continua)

SEGMENTO	CATEGORIA	ENTIDADE	MUNICÍPIO	REPRESENTANTE	CARGO
	Abastecimento				

Usuários	Urbano e Lançamento de Efluentes	EMBASA	Senhor do Bonfim		Titular
Usuários	Abastecimento Urbano e Lançamento de Efluentes	Vacância			Suplente
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro	Campo Formoso	José Carlos Martins de Oliveira	Titular
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Alcides Balbino de Souza	Juazeiro	Alcides Balbino de Souza	Suplente
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Joacy Silva Mendes	Mirangaba	Joacy Silva Mendes	Titular
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Edson Carvalho Santos	Mirangaba	Edson Carvalho Santos	Suplente
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Firmino Roque de Lima Neto	Mirangaba	Firmino Roque de Lima Neto	Titular
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Luiz Carlos Bruno da Silva	Mirangaba	Luiz Carlos da Silva	Suplente
Usuários	Irrigação e Agropecuária	Ednilson Ubaldino Freire	Mirangaba	Ednilson Ubaldino Freire	Titular
Usuários	Irrigação e Agropecuária	José Caetano do Lago	Mirangaba	José Caetano do Lago	Suplente
Usuários	Pesca, Turismo, Lazer, Esporte e Outros Usos	Associação dos Condutores de Visitantes de Morro do Chapéu	Morro do Chapéu	Luiz Alberto Rodrigues Dourado	Titular
Usuários	Pesca, Turismo, Lazer, Esporte e Outros Usos	Vacância			Suplente
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação de Pequenos Produtores de Salinas	Várzea Nova	Arlete Silva de Carvalho Alves	Titular
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação Comunitária Bairro da Varginha	Morro do Chapéu	Valdemar Maria de Jesus	Suplente continua
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural e Sustentável da Região do Piemonte da Diamantina	Jacobina	Almacks Luiz Silva	Titular
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada	Jacobina	Richard Ferreira da Silva	Suplente

		Norte			
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação De Pequenos Produtores de Umburanas	Umburanas	Renato José Pereira da Silva	Titular
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação Comunitária Agrícola de Lagoa da Canabrava	Mirangaba	Ramalho José dos Santos	Suplente
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação de Criadores de Ovinos e Caprinos do Vale do Salitre	Juazeiro	Edgar Ferreira dos Santos	Titular
Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Associação Comunitária Agrícola do Médio Salitre	Juazeiro	Minéia Clara dos Santos	Suplente
Sociedade Civil Organizada	Comunidades Tradicionais	Central de Associações Comunitárias Quilombolas de Lajes dos Negros	Campo Formoso	Joelina Barbosa Celestino	Titular
Sociedade Civil Organizada	Comunidades Tradicionais	Associação Comunitária Quilombola do Povoado de São Tomé	Campo Formoso	Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho	Suplente
Sociedade Civil Organizada	Entidades de Ensino e Pesquisa	UNEB- Universidade do Estado da Bahia de Juazeiro	Juazeiro	José Humberto Félix de Souza	Titular
Sociedade Civil Organizada	Entidades de Ensino e Pesquisa	UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco	Petrolina	Manoel Messias Alves de Souza	Suplente
Poder Público	Municipal	Prefeitura Municipal de Várzea Nova	Várzea Nova	Clóvis Almeida Menezes	Titular
Poder Público	Municipal	Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu	Morro do Chapéu		Suplente
Poder Público	Municipal	Prefeitura Municipal de Jacobina	Jacobina	Ivanilton de Araújo Aquino	Titular continuação
Poder Público	Municipal	Prefeitura Municipal de Mirangaba	Mirangaba		Suplente
Poder Público	Municipal	Prefeitura Municipal de Campo Formoso	Campo Formoso		Titular
Poder	Municipal	Prefeitura	Juazeiro	Josival Santos	Suplente

Público		Municipal de Juazeiro		Barbosa	
Poder Público	Federal	CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	Juazeiro	Edneuma Gonçalves de Souza	Titular
Poder Público	Federal	FUNASA – Fundação Nacional de Saúde	Juazeiro	Cinara Cristina da Costa Braga	Suplente
Poder Público	Estadual	INEMA	Juazeiro	Walter Guerra da Silva Filho	Titular
Poder Público	Estadual	Vacância			Suplente
Poder Público	Estadual	SFC – Superintendência de Biodiversidade e Unidade de Conservação	Morro do Chapéu		Titular
Poder Público	Estadual	Vacância			Suplente

Fonte: INEMA, 2014.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

A diretoria é composta por presidente, vice-presidente e secretário:

Quadro 15: Composição da Diretoria do CBHS - 2014

Segmento	Entidade	Representante	Cargo
Sociedade Civil Organizada.	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região do Piemonte da Diamantina.	Almacks Luís Silva.	Presidente.
Usuários.	Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro.	José Carlos Martins de Oliveira.	Vice-Presidente.
Sociedade Civil Organizada.	Universidade do Estado da Bahia.	José Humberto Félix de Souza.	Secretário.

Fonte: INEMA, 2014.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

O comitê de bacia hidrográfica do Salitre foi instituído e criado no final de 2006, porém a primeira ata de registro, disponível no site do INEMA consta de junho de 2007, indicando como a 1ª plenária ordinária. Além disso, não existem nos registros do site do INEMA as atas das reuniões de 2011 a 2013, porém, o acesso aos registros ocorreu através de solicitação direta ao secretário do comitê que disponibilizou via e-mail as referidas atas. No sentido de estabelecer um parâmetro

de análise entre os dois comitês, objetos empíricos de pesquisa, foi utilizado como referência o quadro elaborado por Fadul, Silva e Cerqueira (2013), a partir da sistematização das temáticas discutidas no comitê, em relação às suas atribuições, bem como a relação do CBHS e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Tabela 4).

Tabela 4: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHS – 2008 a 2013

Temáticas	2008	2009	2010	2011 ¹⁹	2012	2013	Total
Promover a participação dos representantes do poder público.							-
Estabelecer os procedimentos de elaboração, implementação e revisão do Plano de Bacia Hidrográfica		1	1				2
Acompanhar a elaboração e aprovar o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica e suas alterações.		1	1		1	1	4
Acompanhar a implementação do Plano de Bacia Hidrográfica sugerindo as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.			1			1	2
Arbitrar, em primeira instância administrativa, conflitos relacionados com o uso da água.	2	1			1		4
Deliberar sobre questões que tenham sido encaminhadas pela respectiva Agência de Bacia Hidrográfica.							-
Outros (eleição e posse da diretoria, definição de calendário de reuniões. Discussão e/ou revisão do regimento interno do comitê, criação de comitês técnicos, informações gerais etc.).	6	1	1		3	1	12

Fonte: ATAS DAS PLENÁRIAS.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Questões burocráticas e administrativas como eleições, calendário e regimento interno do comitê são destacadas no primeiro ano de análise – 2008, visto que havia pouco tempo de implantação e criação do CBHS. No decorrer dos anos foi possível

¹⁹ Segundo informações do Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Salitre no ano de 2011 não houve reuniões, o que justifica a falta de registros. Porém acreditamos que não há registros, mas que ocorreram as reuniões visto que não existe sequência lógica no número das reuniões ordinárias e extraordinárias.

constatar que as discussões permeavam em torno da elaboração e implementação do Plano de Bacia Hidrográfica. Vale salientar que, uma das particularidades desse comitê são discussões a cerca de conflitos relacionados ao uso das águas, principalmente, por se tratar de uma área com histórico de escassez.

Outra particularidade está relacionada à promoção da participação do poder público, que não era discutido nas reuniões, devido ao pequeno número de municípios que fazem parte do RPGA's V, porém através do acesso a lista de presença de algumas reuniões foi possível constatar que existem duas vagas do poder público Estadual em vacância. Essa mesma situação, com disponibilidade de duas vagas também está indicado no segmento de usuários. Discussões relacionadas à deliberação de questões encaminhadas pela Agência de Bacia não foram mencionadas nas reuniões de 2008 a 2013, isso decorreu, principalmente, devido ao pouco tempo de criação dos comitês o que implica na inexistência da Agência de Bacia (Tabela 5).

Vale salientar que, apesar do pouco tempo de implantação dos comitês, questões referentes à elaboração do Plano de Bacia são recorrentes. No caso do CBHS, essas discussões foram sinalizadas desde as primeiras reuniões do comitê em 2007 e 2008, porém ainda não existem registros em relação à construção desse instrumento, conforme indicado em ata do CBHRNI, (Anexo 4) foi dada prioridade a elaboração do Plano de Bacia para 10 comitês, dentre os quais destacam-se: Grande, Corrente, Paraguaçu, Recôncavo Norte e Inhambupe, Contas e Leste. Segundo entrevista a uma técnica do INEMA, sobre porque o CBHS não foi um dos prioritários na construção do Plano de Bacia, visto ter sido um dos primeiros a prover tal discussão, foi destacado que os entraves se devem ao fato de problemas relacionados a instituição responsável, nesse caso a empresa UFC, que devido ao não cumprimento dos prazos, levou o comitê e o INEMA tomarem medidas administrativas e judiciais através da anulação do contrato, gerando um processo jurídico que impossibilitou até mesmo a contratação de uma nova empresa.

É importante destacar que não foi possível avaliar os assuntos discutidos nas reuniões do CBHS no ano de 2011, por falta de registros nesse período, segundo o secretário decorre do fato de não ter ocorrido reuniões no respectivo ano, porém através da análise das atas anteriores, e em especial, as posteriores, percebe-se que não há uma sequência lógica no número das reuniões, sejam ordinárias ou

extraordinárias, caso não fosse levado em consideração que tenha ocorrido reuniões em 2011.

Tabela 5: Frequência dos temas discutidos nas reuniões do CBHS para proposição ao CONERH – 2008 a 2013

Temáticas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
A criação de agências de bacia hidrográfica.	1				1		2
Os valores para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.							
O plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.							
As vazões das acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados de pouca expressão, para efeito de dispensa de outorga do direito de uso.							
As prioridades e os critérios específicos para outorga de direito de uso de recursos hídricos em situações de escassez.							
As reduções das vazões outorgadas em casos de necessidade de racionamento, devidamente motivados, para efeito de revisão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos.							
O enquadramento dos corpos d'água em classes.					2	1	3
Rateio dos custos das obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, de interesse comum e coletivo.							

Fonte: ATAS DAS REUNIÕES.

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Os comitês de bacias hidrográficas devem trabalhar em articulação com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que entre suas atribuições está a de aprovar a criação dos comitês de bacias e suas respectivas agências, aprovar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, atuar como instância de recurso nos conflitos entre os comitês, estabelecer critérios gerais para outorga, direitos de uso e cobrança pelo uso das águas, entre outros. Dessa forma, devido ao pouco tempo de implementação dos comitês de bacias na Bahia, alguns instrumentos ainda não

foram aplicados, pois os mesmos dependem primeiro da elaboração do Plano de Bacia.

Nesse contexto, as questões que tiveram destaque nas discussões do CBHS estão relacionadas principalmente a criação de Agência de Bacia e o enquadramento dos corpos d'água, necessários para a aplicação dos outros instrumentos como outorga e cobrança, pelo uso das águas. Portanto, vale salientar que, no Estado da Bahia, não há ainda a Agência de Bacia, instância importante na gestão de recursos hídricos, responsável pela criação do Plano de Bacia.

Em 2008, foram realizadas a 4ª, 5ª e 6ª reuniões extraordinárias, respectivamente em fevereiro, março e junho. As discussões permearam em torno do Regimento Interno do CBHS, de conflitos pelo uso da água e eleições para a presidência no comitê.

A 4ª reunião plenária extraordinária foi realizada nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2008 (Anexo 16) onde foi discutido detalhadamente o Regimento Interno do CBHS. Vale destacar que ele constitui-se como o documento máximo do comitê que estabelece diretrizes relacionadas à sua organização e funcionamento, porém é digno de nota que, foram tomados por base o regimento de outros comitês que ora haviam sido implantados. Diferentemente do CBHRNI, o CBHS fez algumas alterações desde sua estrutura até questões que envolvem seu funcionamento. Em relação à sua estrutura foi acrescentado além da diretoria, secretaria executiva, plenária, câmaras técnicas os grupos de trabalho.

Outra particularidade está relacionada ao mandato e eleições da diretoria. O documento prevê o mandato de dois anos, porém a impossibilidade de eleição para terceiro mandato consecutivo dos membros da diretoria. Além disso, estabelece que, na ausência da Agência de Bacia, a secretaria executiva será exercida pelo órgão gestor e executor da política de recursos hídricos, estabelece também que deveriam ser previamente agendadas 4 reuniões ordinárias podendo ocorrer a cada três meses além das reuniões extraordinárias, caso necessárias e a divulgação das mesmas através dos diversos meios de comunicação.

Algo de destaque dessa plenária extraordinária, realizada em 2 dias consecutivos, relacionado à representatividade, previsto no Regimento Interno, no Artigo 25, no Inciso 4º que os membros do CBHS, quando julgarem relevante, poderão fazer constar em ata o ponto de vista discordante do órgão ou entidade que

representa. Além da questão da representatividade, posto que a composição do comitê compreende a sociedade civil, usuários e poder público, ficou claro que a autonomia dos membros dos comitês deveria ser preservada, mesmo que suas opiniões pessoais não representassem a opinião do segmento o qual representa.

A 5ª reunião plenária extraordinária do CBHS ocorreu em 25 de março de 2008 (Anexo 17), no município de Jacobina. Além da discussão de temas recorrentes, como eleições para uma nova diretoria, foi destacado em pauta a necessidade do debate a cerca do conflito relacionado à irrigação, estabelecido no Baixo Salitre, entre pequenos trabalhadores rurais e o MST.

A princípio foram destacadas questões referentes à ampliação do mandato das diretorias do comitê, indicado pelo CONERH, devido à proximidade do período eleitoral regular e o lançamento do Programa de Gestão Compartilhada. Posteriormente, foram expostas algumas particularidades sobre o conflito que se instaurou entre os pequenos trabalhadores rurais, ligados a UAVS – União das Associações do Vale do Salitre e o Movimento dos Sem Terra. Segundo representantes da UAVS, a associação tinha firmado um contrato com a CODEVASF, para irrigação de uma área de 151 hectares e 102 hectares em época de seca, irrigação proveniente da adutora do salitrinho que recebia água do Projeto Salitre. Porém, a partir de 2007, o MST, ocupou uma área considerável do Projeto Salitre, que segundo os representantes da UAVS, correspondia a uma área de aproximadamente 150 hectares cultivada pelo MST, o que acabara por comprometer o abastecimento de água para a irrigação dos pequenos agricultores, pois a oferta de água não era suficiente para atender as demandas. Todavia, o que os trabalhadores da UAVS questionavam era que haviam feito acordo com a CODEVASF e que pagavam pelo uso da água, em detrimento ao MST, além disso, acusavam o Movimento dos Trabalhadores sem Terra de obstruir a passagem de água da adutora através da utilização de sacos plásticos.

Entre as atribuições dos comitês de bacias hidrográficas, está o de arbitrar em primeira instância conflitos referente ao uso das águas, desta forma, as questões colocadas na referida reunião foram procedentes, pois o CBH constitui-se como um ente consultivo e deliberativo e tem autoridade perante a lei de mediar conflitos. No entanto, muitas vezes os conflitos não são dirimidos na instância local do comitê de bacia, sendo necessário em alguns casos, a participação do Conselho Estadual de

Recursos Hídricos, na busca de soluções. Nesse caso, houve o direcionamento para outra reunião específica onde ambas as partes poderiam ser ouvidas, visto que nesse momento, somente a UAVS foi ouvida. Além disso, foi destacado por um dos membros do comitê que seria necessário se “despir” de interesses individuais na busca de verdadeiras já que o governo não se pronunciara em relação a esse conflito porque envolvia dois aliados – a UAVS e o MST, desta forma, sugeriu-se que fosse estabelecida uma comissão para discutir melhor o conflito.

A pauta da 6ª reunião plenária extraordinária, realizada em Morro do Chapéu, em 11 de junho de 2008 (Anexo 18), indicava além da leitura e aprovação da ata anterior, votação e eleição da diretoria do CBHS. Porém outras questões foram colocadas em pauta: criação da Agência única de bacia, estabelecimento da cobrança pelo uso das águas, vazamento de cianeto no rio Itapicuru e conflitos estabelecidos no baixo salitre.

Em relação ao processo de votação e as eleições da diretoria do CHBS, foram feitos alguns questionamentos, referentes à realização do processo eleitoral sem convocação prévia e sem edital. Desta forma, esclareceu-se sobre o processo e sobre o papel do suplente em suprir a falta do titular nas respectivas reuniões. Em relação à eleição da diretoria, ocorreu a partir de chapa única, em que o vice-presidente mostrou interesse na presidência do comitê, o qual foi aprovado pelos demais membros através do voto. Vale salientar, que em reuniões anteriores foram diversas vezes questionada a ausência do então presidente já que o comitê estava a 60 dias sem presidência.

A partir da experiência de outro comitê, nesse caso, o CBHSF, foi colocado em pauta a importância da agência única de bacia e a cobrança pelo uso das águas. Além disso, questões relacionadas à qualidade e contaminação das águas foram levadas ao debate, a partir de denúncia feita por um membro do comitê sobre vazamento de cianeto proveniente da mineradora Yammana Gold, no rio Itapicuru, no município de Jacobina, bem como o andamento dessa questão pelo INGÁ e CRA.

A discussão a cerca do conflito entre a UAVS e o MST, voltou a ser ponto de pauta, no sentido do encaminhamento feito através da reunião promovida no CBHS e através de um grupo de trabalho com os representantes dos pequenos agricultores e do movimento dos trabalhadores sem terra. Nesse sentido, ficou definido que o

MST deveria sair da área do Projeto de Irrigação, até o dia 17 do corrente mês, de forma pacífica ou não, visto que a reintegração de posse já havia sido pedida a mais de um ano. As famílias deveriam ser relocadas para uma área em Sobradinho e a CODEVASF seria responsável dentro do prazo de até 180 dias, implantar um projeto de irrigação, contados a partir da assinatura do contrato.

Questões referentes aos conflitos pelo uso das águas são recorrentes nas discussões do CBHS, nesse sentido, foi solicitado nessa mesma reunião, através de ofício por parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro à CODEVASF, aumento na demanda de água de forma a garantir as plantações dos moradores do salitre. Além disso, em relação à qualidade das águas, foi apresentado por parte dos técnicos da EBDA, projeto de revitalização de sub-bacias, incluindo a bacia do salitre, mais especificadamente Morro do Chapéu, onde estão suas nascentes.

Segundo informações do site do INEMA, existe apenas o registro de uma reunião ordinária do CHBS no ano de 2009, a 5ª plenária ocorreu nas datas de 23 e 24 de abril, no município de Umburanas (Anexo 19), porém ao examinar a ata é possível verificar que houve outra reunião no referido ano, pois um dos pontos de pauta foi à apreciação das atas das reuniões que ocorreram anteriormente, a 6ª plenária extraordinária em Morro do Chapéu e a 4ª plenária ordinária em Mirangaba, esta última sem registro no site do INEMA.

Um dos pontos de destaque da 5ª reunião plenária ordinária foi à relação entre o CHBS com o CONERH, pois algumas deliberações do comitê não foram colocadas na pauta da reunião do CONERH, as quais foram sinalizadas no sentido de destacar a desarticulação entre o comitê e o conselho, visto que nem mesmo fora consultado e informado que o processo eleitoral para renovação da diretoria seria prorrogado, situação considerada suspeita por parte de alguns com o intuito de fazer a diretoria permanecer por mais tempo no poder.

Algumas medidas foram tomadas em relação à proposta do Parque Nacional Boqueirão da Onça, a partir da exposição de um mapa elaborado com a parceria da UNEB/Jacobina, com a localização dos municípios de Umburanas, Campo Formoso e Ouro-lândia que possuem território dentro e no entorno do referido parque. Algumas deliberações foram direcionadas pelo CBHS ao Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes, porém não gerou nada de muito concreto. Nesse caso, é possível perceber que em alguns casos o CBHS exerce algumas de

suas atribuições, principalmente, em relação a deliberar sobre determinadas questões, relacionadas a conflitos existentes pelo uso das águas e sobre outras questões, como é o caso do Parque Nacional Boqueirão da Onça, porém em muitos casos suas ações se constituem apenas como pontuais e pouco efetivas, principalmente devido ao fato de que é necessária a articulação com outros órgãos, a fim de que suas deliberações tornem-se ações de fato.

Segundo registro em ata (Anexo 19), em relação ao Projeto Salitre foi indicado que não contemplaria o salitreiro nem os pequenos agricultores, já que o próprio edital constituiu-se num entrave para a participação dos mesmos. Nesse sentido, foi informado que seria realizada na câmara de vereadores de Juazeiro uma reunião, a fim de ajustar o edital do projeto com a presença de representantes do CBHS, com o intuito de acrescentar o que foi analisado a partir do comitê sobre o referido projeto.

Um ponto alto da discussão da 5ª plenária ordinária foi à construção do Plano de Bacia, que segundo o presidente do comitê, não deveria ocorrer concomitantemente às eleições. Ainda em relação à elaboração do Plano de Bacia, foi indicado que ao invés de criar câmaras técnicas para o seu acompanhamento, deveriam criar grupos de estudo, pois possuem uma estrutura menos burocrática que as câmaras técnicas.

Não há registros no site do INEMA sobre outras reuniões realizadas no ano de 2009, assim como há apenas registro de uma reunião ordinária que ocorreu no dia 7 de maio de 2010. Em relação à publicização das atas dos comitês através do site do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, é possível constatar que existe ineficiência dos comitês da Bahia em disponibilizar as referidas atas, o que pode ser verificado a partir do acesso ao site e por parte do órgão em cobrar a apresentação das mesmas, a fim de disponibilizar sua publicação. Vale destacar que, em uma das reuniões do CBHRNI, uma das técnicas do INEMA, representante do setor de Interação Social, destacou que existe atualmente uma cobrança feita pelo Ministério Público da Bahia no sentido da atualização das atas dos comitês de bacias hidrográficas.

A 6ª reunião plenária ordinária do CBHS ocorreu no dia 07 de maio de 2010, no município de Jacobina (Anexo 20). As discussões ocorreram em torno da eleição da nova diretoria e da elaboração do Plano de Bacia do Salitre. A eleição da nova diretoria, ocorreu de forma mais burocrática, pois a mesma já atuava desde o ano de

2009, posto que a presidente se ausentara em várias reuniões consecutivas, desta forma, houve uma votação emergencial para compor a diretoria até o final desse ano, porém o processo foi efetivado com composição de chapa única na 6ª plenária ordinária, na qual foi legitimada a diretoria que já atuava, tendo como presidente Almacks Luis Silva, vice-presidente José Carlos Martins de Oliveira e José Humberto Félix de Souza como secretário.

Questões relacionadas à representação e sua importância foram colocadas em pauta por representante da CODEVASF e representante da Associação Quilombola do Povoado de São Tomé, além de ter sido destacada a necessidade de preencher as vagas que estavam em vacância. Portanto, o ponto alto da reunião ocorreu com a discussão a cerca do Plano de Bacia, a elaboração de Câmara Técnica de Programas, Planos e Projetos - CTPPP e estabelecimento do plano de trabalho.

Foram esclarecidos o processo histórico, a metodologia e as etapas de elaboração do Plano de Bacia por parte do INGÁ, atual INEMA, atrelado a isso foi destacado pelo órgão a importância da criação da CTPPP, com a atribuição de analisar tecnicamente o conteúdo dos dados hídricos e socioambientais levantados para a construção do Plano, bem como acompanhar sua elaboração.

É possível inferir que o conhecimento técnico é muito importante na composição da CTPPP, a fim de acompanhar de forma eficaz a construção do Plano de Bacia, sendo assim, o conteúdo técnico do mesmo constitui-se como um limitante na participação de alguns membros do comitê. A fim de contemplar o conhecimento e/ou direcionar sua construção, foi indicado à composição da CTPPP: Almacks Luis Silva, Manoel Ailton Rodrigues dos Santos, o pesquisador da Embrapa do Semiárido – Lúcio Alberto Pereira, Marcostony Cruz – da Unidade Regional de Juazeiro, o professor da UNEB de Juazeiro - Jairton Fraga Araujo, o biólogo da prefeitura de Campo Formoso – Rangel, o engenheiro do CREA de Jacobina – Gilson Pereira, Minéia Clara dos Santos e Edneuma Gonçalves de Souza da CODEVASF.

Após estabelecer os nomes que comporiam a CTPPP, foi definida uma agenda para a realização de capacitação dos membros do CBHS e de reuniões da referida câmara, a fim de analisar as minutas do Plano de Bacia, definir as oficinas e consultas públicas para a construção do plano, bem como onde seriam realizadas.

Conforme citado anteriormente, com base em entrevista com o secretário do CBHS, não há registro das reuniões realizadas pelo comitê no ano de 2011, porém é

possível constatar que ocorreram reuniões nesse período, visto que da 6ª plenária ordinária ocorrida em 2010, pula-se para a 9ª plenária ordinária em 2012, além disso, da 6ª plenária extraordinária em 2008, pula-se para a 13ª plenária extraordinária em 2012. Desta forma, a falta ou não disponibilidade dos registros das atas constitui-se como um fator limitante na análise das discussões do CBHS. Apesar das limitações impostas, a partir do acesso direto às referidas atas, é possível sistematizar as discussões posteriores, dos anos de 2012 e 2013.

Em 2012, o CBHS realizou duas plenárias, a 9ª plenária ordinária e a 13ª plenária extraordinária. Obedecendo a ordem cronológica, a 13ª reunião plenária extraordinária ocorreu no dia 09 de outubro de 2012, na cidade de Juazeiro (Anexo 21), onde foi discutidas questões referentes à revisão do Regimento Interno do CBHS, solicitação dos processos de licenciamento pela CODEVASF diretamente pelo INEMA – Juazeiro, abastecimento de Lajes, Campo Formoso, indicação para articulação entre o CBHS com INEMA no sentido de promover ações educativas, indicação para o financiamento dos membros suplentes do CHBS para a participação das reuniões, avaliação da qualidade da água da bacia do Rio Salitre através da exposição de relatório desenvolvido pelo IES e a indicação por meio do relatório que os membros do referido comitê não estão preparados para a gestão de recursos hídricos.

A partir dos resultados do relatório exposto, percebe-se a necessidade da realização de oficinas com o intuito de capacitar os membros do CBHS para a gestão de recursos hídricos, principalmente em relação à aplicação de um dos instrumentos de gestão que é o enquadramento dos corpos d'água.

Em 21 de dezembro de 2012, foi realizada a 9ª reunião plenária ordinária, no município de Morro do Chapéu (Anexo 22). Diferentemente da última reunião extraordinária que ocorreu em outubro do corrente ano, algumas questões sobre o andamento do Plano de Bacia foram retomadas, bem como a proposta de criação da Agência de Bacia.

Em relação à construção do instrumento máximo de gestão, que é o Plano de Bacia, foi sinalizado pela coordenação da CTPPP, que em decorrência de algumas pendências de caráter econômico e administrativo entre o INEMA e a UFC, ocorreram entraves na viabilização do plano, porém foi destacado por representante

do INEMA, que seriam tomadas as necessárias providências no sentido de não trazer ainda mais prejuízo para o CBHS.

Portanto, vale destacar que, apesar de ter sido sinalizado que providências seriam tomadas para resolver às questões pendentes entre o INEMA e a UFC, através da participação e acompanhamento das discussões do CBHS, é possível inferir que pouco, ou nada foi feito nesse sentido, visto que o Plano de Bacia do referido comitê não está nem na fase inicial e não foi indicado por parte do INEMA, como um dos planos prioritários. Conforme indicado anteriormente, a partir de entrevista com uma representante do INEMA, o CBHS não foi indicado como prioridade para construção do plano, devido ao fato de ainda estar em julgamento o não cumprimento das ações por parte da UFC, ou seja, questões de ordem jurídicas tem sido um grande entrave na construção do Plano de Bacia do CBHS.

Em seguida, o debate girou em torno da eleição dos membros do comitê, visto que já havia sido realizada a eleição para a diretoria. A coordenadora da Interação Social iniciou tais discussões, destacando as competências do comitê, tendo como referência a Resolução do CONERH nº 52 de 19 de junho de 2009.

Após a apresentação e discussão da Resolução do CONERH nº 52 que destaca as competências dos comitês de bacias, foi indicada a formação de comissão eleitoral, porém houve algumas divergências no sentido que não havia representante do segmento usuário para fazer parte da comissão, além disso, não houve consenso na indicação do membro da sociedade civil para a composição da comissão eleitoral. Desta forma, o encaminhamento final da reunião se deu no sentido de levar ao INEMA todos esses entraves, a fim de deliberar sobre a possibilidade da composição da comissão eleitoral não ser paritária, ou seja, com a presença dos três segmentos.

No ano de 2013, foram realizadas três reuniões, duas em caráter ordinário, correspondendo a 10ª e 11ª plenárias, realizadas respectivamente em 16 de maio e 12 de dezembro e uma, em caráter extraordinária, a 14ª plenária, em 31 de outubro.

A 10ª plenária ordinária ocorreu em Juazeiro (Anexo 23), tendo como pauta a prorrogação dos membros da diretoria do CBHS, o curso de capacitação em Gestão Pública das Águas, oferecido aos membros do comitê, o andamento do Plano de Bacia e os entraves entre a UFC e o INEMA, a mobilização do segmento de usuários para a participação das reuniões, bem como a composição da comissão

eleitoral, informe sobre o curso de Usos Múltiplos das Águas do Rio São Francisco e apresentação pelo presidente do comitê sobre o Eixo Sul do projeto de transposição do São Francisco, que engloba trecho da bacia do Salitre.

Vale destacar quatro particularidades expostas nessa plenária, uma diz respeito ao Regimento Interno do Comitê que foi pauta de muitas reuniões, mas que foi entregue pelo presidente na referida reunião através de cobrança por parte do INEMA. Outra questão que merece destaque é o encaminhamento do Plano de Bacia do CBHS, visto ter entrado em pauta em várias reuniões e ter sido mobilizado muito antes de outros comitês da Bahia, mas que devido a problemas de ordem jurídica não foi iniciada nem mesmo a primeira etapa para implementação. Outra questão, diz respeito à falta de presença às reuniões por parte do segmento de usuários, e por fim, a necessidade de mobilização por parte do comitê e do INEMA, a fim de garantir que o comitê mantenha sua composição tripartite.

Em 31 de outubro de 2013, ocorreu na cidade de Juazeiro a 14ª reunião plenária extraordinária (Anexo 24). A reunião foi iniciada com alguns informes referentes ao Encontro Nacional de Comitês de Bacias, realizado em Porto Alegre, da reunião de indicadores da Cátedra UNESCO, realizada na UNEB e o projeto de recuperação hidro-ambiental desenvolvido no município de Morro do Chapéu.

Questões recorrentes foram retomadas, como é o caso da formação da comissão eleitoral, pois houve alguns desafios no sentido estabelecer uma estrutura tripartite, porém na referida reunião, foi possível fazer a composição da comissão eleitoral obedecendo a Resolução CONERH nº 52/2009, Artigo 21, I, II. Foi definido ainda que deveria ocorrer mobilização em alguns municípios, os quais representam o Baixo, Médio e Alto Salitre – Juazeiro, Jacobina (Distrito de Laje) e Várzea Nova, com o intuito de esclarecer à população a importância do comitê de bacia e da participação dos três segmentos.

A discussão sobre os entraves na implantação do Plano de Bacia não foi retomada. Os assuntos discutidos nessa reunião plenária foram de ordem administrativa e burocrática onde foi priorizada a formação da comissão eleitoral, tendo em vista as dificuldades existentes nesse processo, devido à falta de representatividade do segmento de usuários. Portanto, é necessário compreender também que, apesar das atas constitui-se um excelente instrumento na coleta de informações, as mesmas em sua gênese possuem um caráter padronizado e

sucinto, desta forma, em algumas situações, questões relevantes que geraram um debate mais acentuado muitas vezes não são retratadas com a mesma intensidade que ocorreram.

A última reunião plenária ordinária de 2013, correspondente a 11ª, ocorreu no município de Mirangaba, na câmara de vereadores no dia 12 de dezembro (Anexo 25). Diferentemente das demais reuniões analisadas, a referida reunião contou com a presença de autoridades do município, dentre elas o prefeito e alguns vereadores (Figura 10). Além disso, houve a participação marcante da sociedade civil, porém não membros do CBHS e contrariamente um esvaziamento dos mesmos.

A reunião foi iniciada com apresentação cultural, de músicas de artista da terra, além disso, contou com a participação do presidente do comitê que apresentou uma palestra intitulada: “Águas de Taquarandi”, além disso, expôs a Nota Técnica 001/13, emitida pela CERB em atendimento a Câmara de Vereadores de Jacobina onde informa que as águas de São José do Jacuípe estão inadequadas para o consumo humano.

Figura 10: Foto da 11ª reunião plenária ordinária do CBHS - 2013



Fonte: Câmara de vereadores do município de Mirangaba/BA, 2013
Fotografia: ALMEIDA, 2013.

Algumas questões referentes ao saneamento da Bacia do Salitre foram expostas pela CODEVASF, que destacou que a partir daquele momento, a EMBASA assumiria as obras, pois a empresa que era responsável decretou falência. Houve questionamentos em relação à ineficiência nas obras de saneamento no município

de Morro do Chapéu, bem como a fiscalização das obras e a perfuração desenfreada de poços. Questionou-se até como deveriam ser feitas as denúncias referentes à perfuração ilegal de poços. Após as discussões foi estabelecido o calendário das reuniões do CBHS para o ano de 2014.

Mais uma vez é possível constatar que a implementação do Plano de Bacia não foi ponto de pauta, talvez por estar em tramitação jurídica, envolvendo a UFC e o INEMA. Vale destacar que o presidente do CBHS exerce funções administrativas ligadas a secretaria de Meio Ambiente do município de Mirangaba e que em alguns momentos a reunião recebeu um grande teor político partidário e ganhou a forma de apresentação de resultados de uma gestão.

6 OS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS UMA PERSPECTIVA DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS?

O comitê de bacia é o *locus* privilegiado nas discussões que envolvem a gestão da bacia hidrográfica: saneamento, meio ambiente, agropecuária, energia, turismo entre outros, relacionadas aos múltiplos usos dos recursos hídricos. Esse colegiado é considerado como um “micro-campo” (CARDOSO, 2003), dentro dos recursos hídricos, visto possuir atribuições consultivas e deliberativas, desde ações que priorizem a bacia, a arbitragem em relação aos conflitos existentes e a cobrança pelos múltiplos usos das águas.

De acordo com a perspectiva de Cardoso (2003), dependendo do contexto, o comitê de bacia pode ser considerado um importante agente político regional na gestão de recursos hídricos, e que isso pode gerar dois efeitos:

O primeiro, de ser um espaço que possa projetar as vozes dos atores locais para além de sua área de atuação, particularmente aqueles que esbarram com resistências no próprio município, como pequenas ONGs e organizações de trabalhadores; ou mesmo pode proporcionar projeção política para prefeitos, vereadores ou aqueles que têm intenções políticas. O segundo efeito é que se torne um espaço de disputa dos atores locais, na medida que se consolide sua atuação. O exemplo da implementação da cobrança é o mais evidente, já que os Comitês têm poder para determinar como será feita a cobrança, passando a desempenhar um papel importante na economia regional. A disputa por esse espaço ocorrerá inevitavelmente, em especial por parte dos usuários da bacia. (CARDOSO, 2003, p. 52)

Em relação ao primeiro efeito indicado pela autora, vale destacar que os comitês que se constituíram objetos dessa pesquisa, não são encarados como um espaço de projeção das vozes dos atores locais, visto que as decisões que prevalecem são direcionadas pelo Estado. Em relação, principalmente, ao CBHS, é possível perceber que o espaço de debate do comitê muitas vezes é utilizado para oportunizar projeção e intenções políticas. Em se tratando do segundo efeito, é digno de nota que nos comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre ainda não foi aplicada à cobrança pelo uso das águas, pois para que esse instrumento possa ser aplicado, é necessário primeiro, a implantação do Plano de Bacia.

Algumas análises foram feitas a partir da aplicação de questionários com alguns membros dos comitês no sentido de indicar a atuação diferenciada relacionada aos três segmentos, bem como entrevistas semiestruturadas com os

presidentes com o intuito de compreender o funcionamento, as atribuições e relações existentes.

6.1 A composição tripartite e o seu papel: uma análise comparativa

A Legislação Federal para recursos hídricos no Artigo 1, Inciso VI estabeleceu que a composição dos comitês de bacias deveria ser tripartite, ou seja, composta pelo poder público, sociedade civil e usuários, a fim de promover uma gestão descentralizada. Mesmo com a possibilidade da criação do Regimento Interno, os CBH's deveriam obedecer às deliberações estabelecidas na Legislação Federal de recursos hídricos, quanto a sua própria estrutura.

No sentido de visualizar a participação e engajamento dos segmentos no CBH foi elaborado um questionário e distribuído nas reuniões do comitê a fim de perceber a ação do poder público, usuários e sociedade civil, a partir do olhar dos próprios membros. Desta forma, o questionário continha 13 questões fechadas (Apêndice A) algumas de múltiplas escolhas, relacionadas às atribuições do comitê de bacia, razões da participação, avaliação da composição, os aspectos positivos e negativos do CBH, sugestões de melhoria para os trabalhos realizados, os interesses envolvidos, a participação nas reuniões e as decisões.

Foram aplicados 20 questionários no Comitê do Recôncavo Norte e Inhambupe, sendo que 11 para o segmento do poder público, 4 dos usuários e 5 da sociedade civil. Vale destacar que a composição total do CBRNI é de 90 membros entre titulares e suplentes, distribuídos em 15 vagas titulares para cada segmento, sendo assim, foi possível contar com a participação de um percentual de 22% do total, salvo as 3 vagas em situação de vacância.

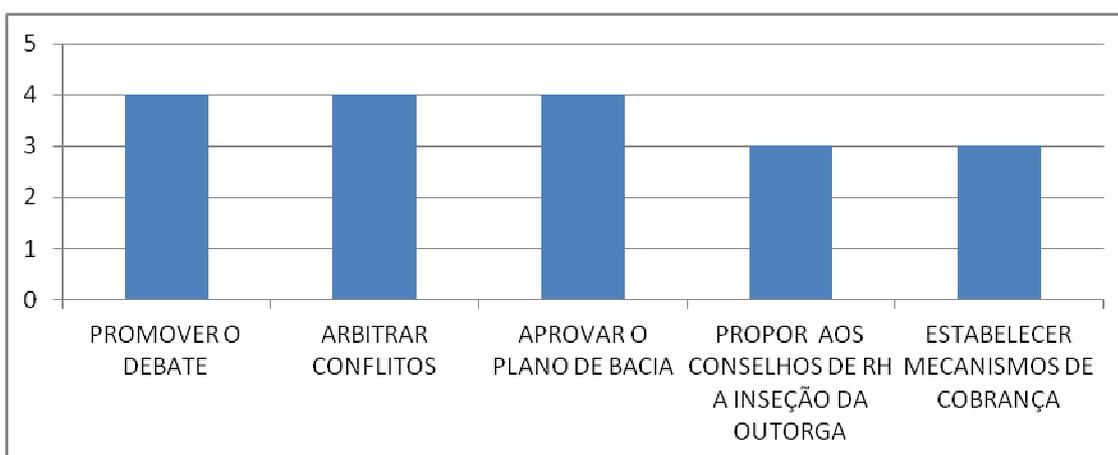
No Comitê do Salitre foi possível aplicar 18 questionários, sendo que 9 para o segmento do poder público, 2 para o de usuários e 7 para a sociedade civil. A composição total do CBHS é de 36 membros, entre titulares e suplentes, distribuídos em 12 vagas titulares para cada segmento. Desta forma, contamos com a participação de um percentual de 50% do contingente total.

Com essas informações fez-se uma análise comparativa entre o CBHRNI e o CBHS. *A priori*, a partir da quantidade de entrevistados constatou-se a presença marcante do poder público nos dois comitês, bem como a escassa participação dos membros do CBHRNI, visto que só foi possível obter a colaboração de cerca de 22%

da composição total. Além disso, após as observações feitas durante a participação de algumas das reuniões plenárias, dos questionários e das entrevistas ficou evidente que no CBHRNI o segmento mais participativo é o de usuários, junto com o poder público e que no CBHS o segmento mais atuante é o do poder público e da sociedade civil.

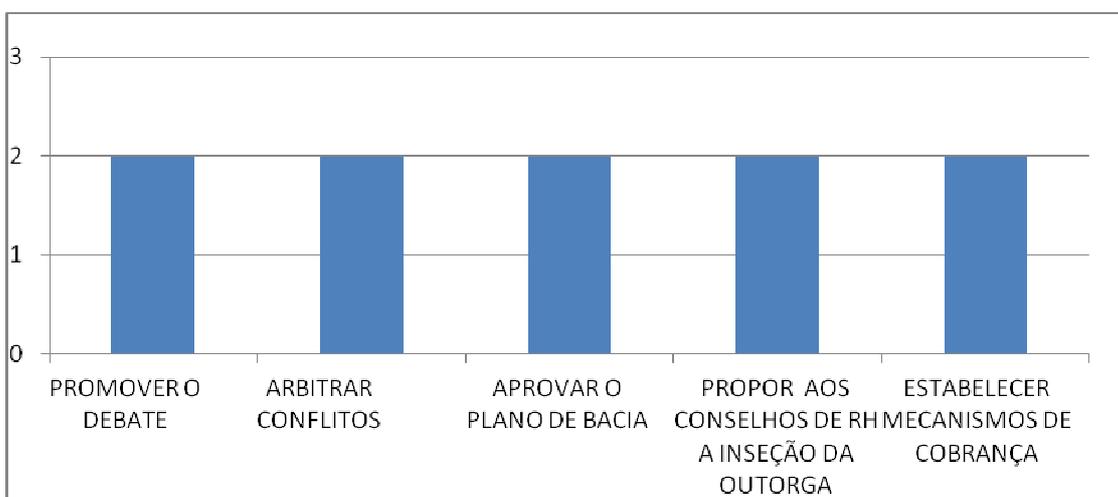
Dessa forma, optou-se por analisar comparativamente às respostas aos questionamentos associadas aos respectivos segmentos (Gráficos 1 e 2). O primeiro questionamento foi feito no sentido de analisar se os membros do comitê tinham clareza das atribuições, desta forma, a questão foi de múltipla escolha. Segundo a legislação são várias as atribuições de um comitê de bacia.

Gráfico 1 - Atribuições do comitê de bacia - segmento usuários CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 2 - Atribuições do comitê de bacia - segmento usuários CBHS (2014)



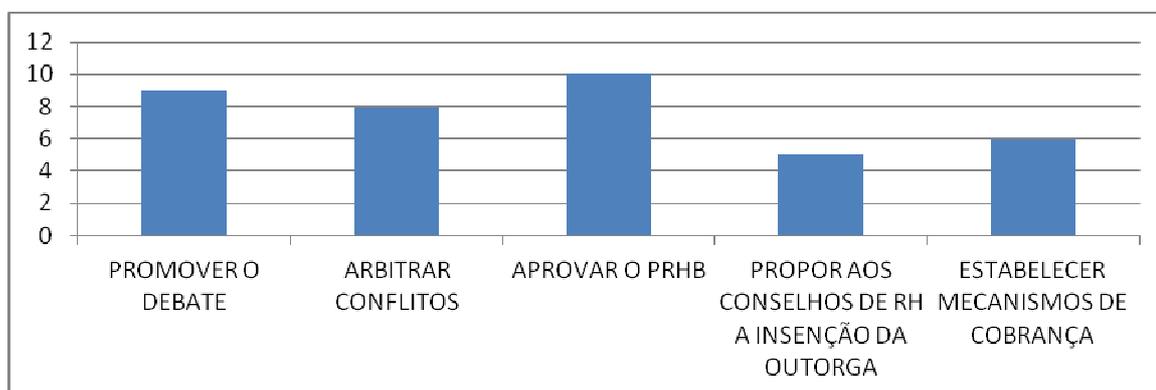
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Foram indicadas cinco atribuições dos comitês de bacias hidrográficas: 1) promover o debate sobre questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, 2) arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, 3) aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, acompanhar a sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de metas, 4) propor aos conselhos de recursos hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade e outorga de direitos de uso, 5) estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados. Nem todos os usuários do CBHRNI destacaram que as afirmativas condiziam como responsabilidade do comitê, dos 4 usuários que responderam essa questão, 3 indicaram que todas as atribuições são de responsabilidade do comitê, sendo que 2 afirmaram apenas 3 atribuições, sendo que as três das primeiras questões foram unânimes entre os entrevistados.

Em relação ao Comitê do Salitre, apenas 2 membros do segmento de usuários estavam presentes quando foi aplicado o questionário e indicaram todas as atribuições do comitê de bacia, dessa forma, destaca-se que o segmento de usuários, de ambos comitês têm clareza de suas responsabilidades na gestão de recursos hídricos, ou seja, possuem preparação técnica e estão muito bem direcionados pelas instituições que representam.

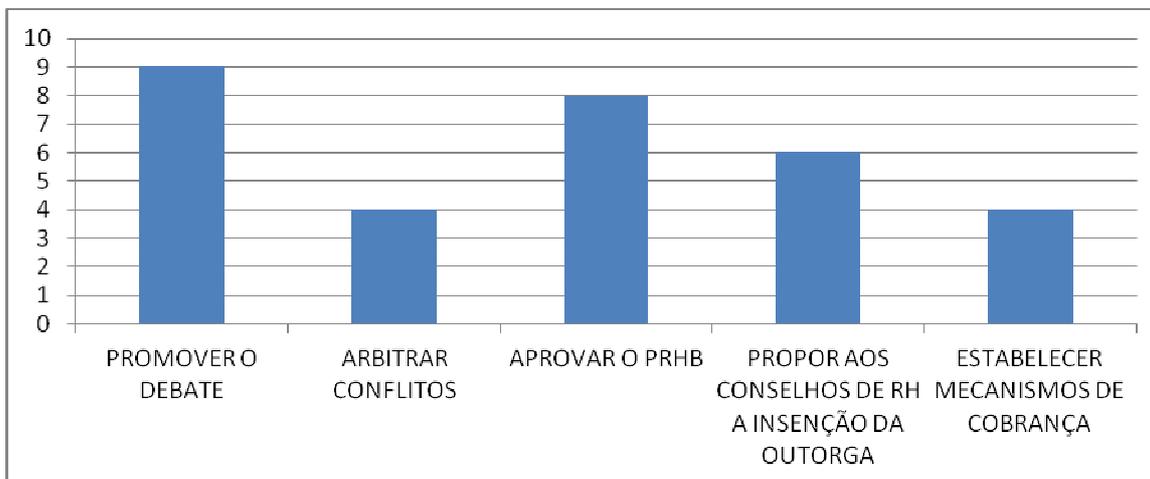
No CBHRNI, o segmento que estava mais bem representado em relação à quantidade foi o poder público (Gráficos 3 e 4). A mesma situação se repetiu no CBHS, já que os membros também foram questionados sobre suas responsabilidades dentro do colegiado.

Gráfico 3 - Atribuições do comitê de bacia - segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 4 - Atribuições do comitê de bacia - segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Foram aplicados 11 questionários para o segmento do poder público do CBHRNI, em relação as atribuições do comitê de bacia, dentre esses, apenas 4 indicaram que todas as alternativas constituem-se como atribuições do CBH, vale salientar que de todas as alternativas destacadas a mais indicada foi a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, com 10 votos, seguido por 9 votos que destacaram sobre a importância dos debates e 8 para a importância da mediação dos comitês nos conflitos existentes em relação aos usos dos recursos hídricos.

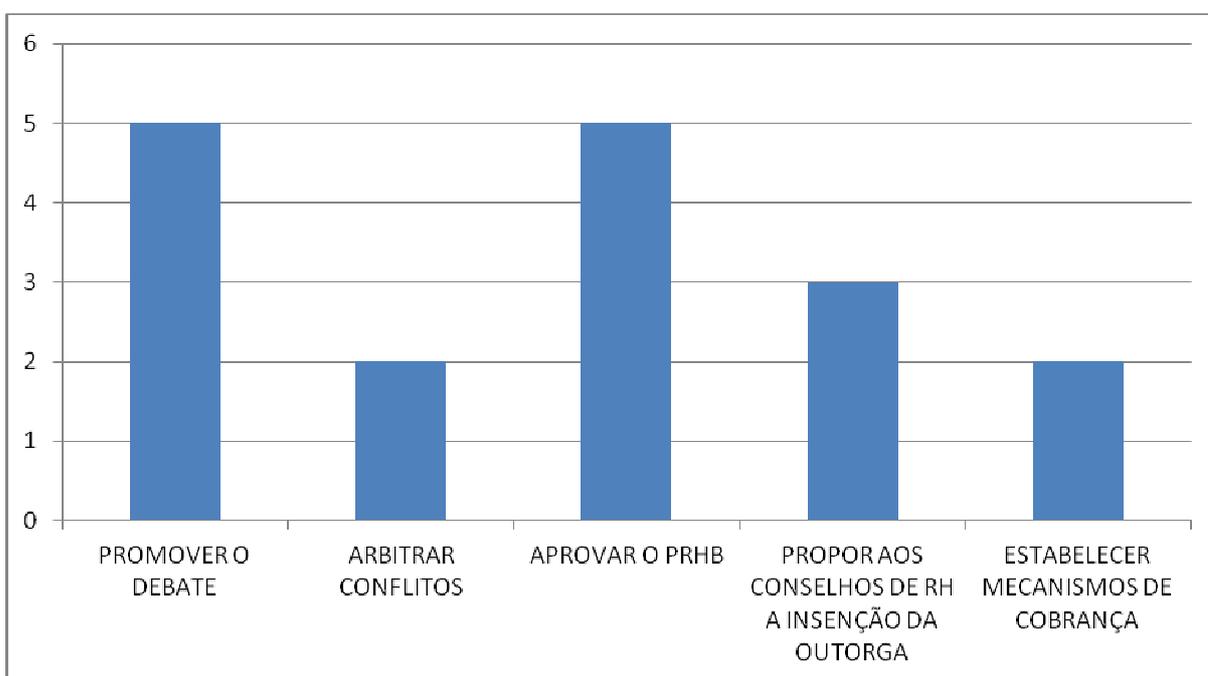
No CBHS, foram aplicados 9 questionários para o segmento do poder público, sendo que 9 indicaram a importância do comitê de bacia em promover o debate sobre questões relacionadas aos recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes. Depois, com 8 votos foi indicado como uma das atribuições do CBH a aprovação do Plano de Recursos Hídricos, seguido por 6 votos ao quesito que indicou a atribuição de propor aos conselhos de recursos hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso.

Em relação ao CBHRNI, a atribuição que recebeu maior destaque foi a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia e, que em relação ao CBHS foi a importância do comitê em promover o debate sobre as questões referentes aos recursos hídricos. Conforme indicado, as atribuições destacadas são competências dos comitês de bacia e que nem mesmo o poder público possui clareza das suas

atribuições, pois se isso estivesse claro, todas as alternativas seriam indicadas por todos os 11 entrevistados no CBHRNI e os 9 entrevistados no CBHS, do segmento do poder público.

Em relação ao segmento da sociedade civil (Gráfico 5) é possível constatar que no CBHRNI, apenas 5 membros responderam o questionário, dentre os quais apenas 2 indicaram todas as atribuições do comitê de bacia.

Gráfico 5 - Atribuições do comitê de bacia - segmento sociedade civil CBHRNI (2014)

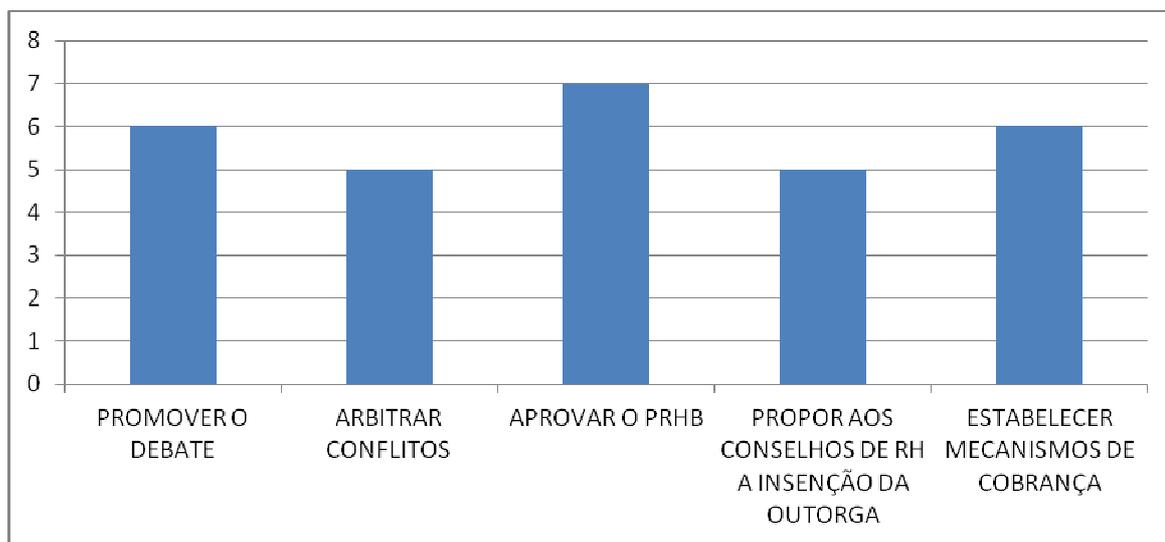


Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Além disso, a promoção do debate sobre questões referentes aos recursos hídricos e a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia foram indicados como sendo as principais atribuições do CBH.

Conforme indicado, anteriormente, a partir da participação das reuniões e de observações feitas pelos membros do CBHS o segmento que se destaca, juntamente com o poder público é o segmento da sociedade civil, dessa forma, foram respondidos 7 questionários (Gráfico 6) por parte dos membros desse segmento:

Gráfico 6 - Atribuições do Comitê de bacia - segmento sociedade civil CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Dos 7 membros que responderam o questionário, 3 indicaram todas as atribuições como sendo competências do comitê de bacia. Todos os membros destacaram que a principal atribuição do CBH é a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia. Em um dos questionários foi feita uma observação por um dos membros da sociedade civil, em relação ao que é previsto em lei, e o que de fato acontece, pois segundo o representante da comunidade quilombola, essas atribuições são recomendadas pela legislação de recursos hídricos, porém não são cumpridas.

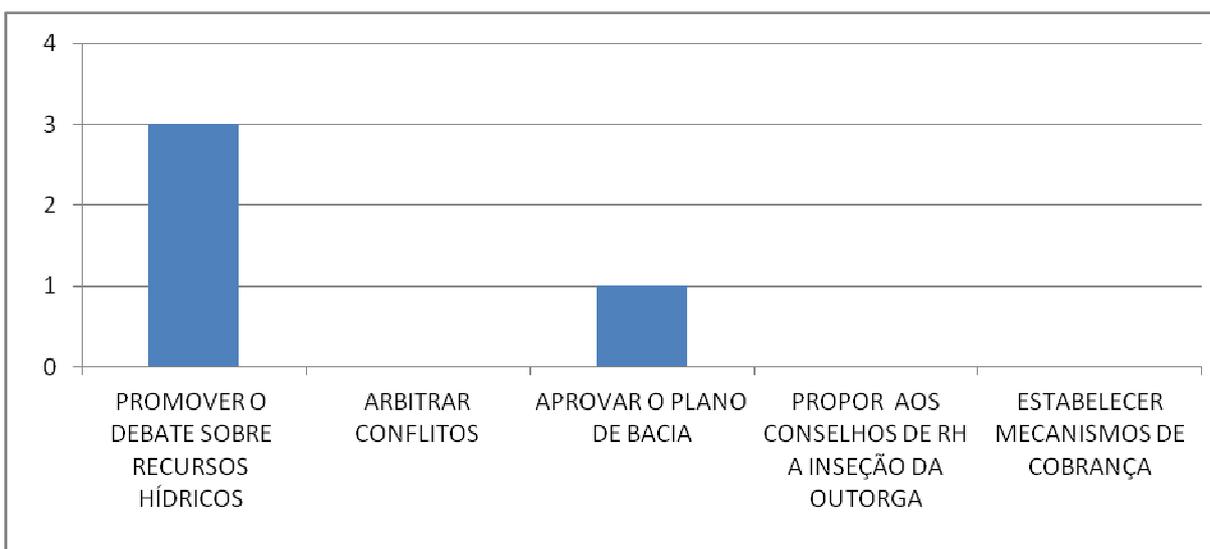
Em seguida, foi citada a promoção de debate e o estabelecimento dos mecanismos de outorga como sendo atribuições dos comitês de bacias. É notório, se comparado às respostas dos membros do CBHRNI e os membros do CBHS, no segmento da sociedade civil, já que houve maior equilíbrio nas respostas dos membros do CBHS em detrimento dos membros do CBHRNI, ou seja, quase todos os membros do CBHS indicaram a maioria das atribuições como responsabilidade do comitê.

A partir da análise da primeira questão, referente as atribuições dos CBH's, foi possível constatar que o segmento de usuários, em ambos os comitês analisados, possuem maior clareza de suas responsabilidades junto ao CBH, e, que nem mesmo o poder público que na teoria deveria estar preparado para atuar dentro do

comitê, não possui clareza do seu papel como um colegiado importante na gestão de recursos hídricos.

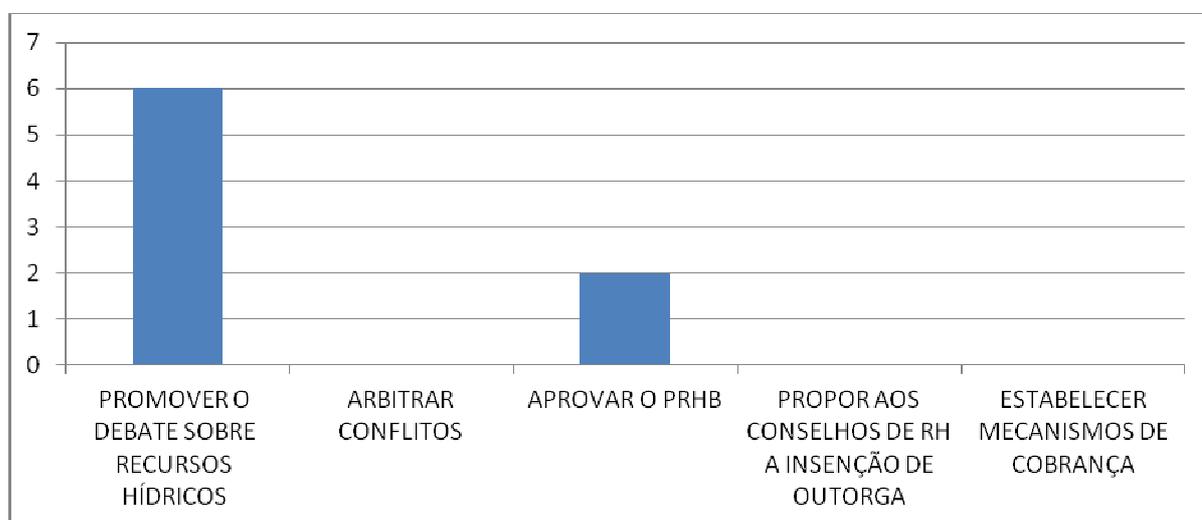
Atrelado a questão referente às atribuições dos comitês de bacias (Apêndice A) foi questionado aos membros do comitê, qual dessas atribuições são mais desenvolvidas no segmento que representa (Gráficos 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

Gráfico 7- Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento usuários CBHRNI (2014)



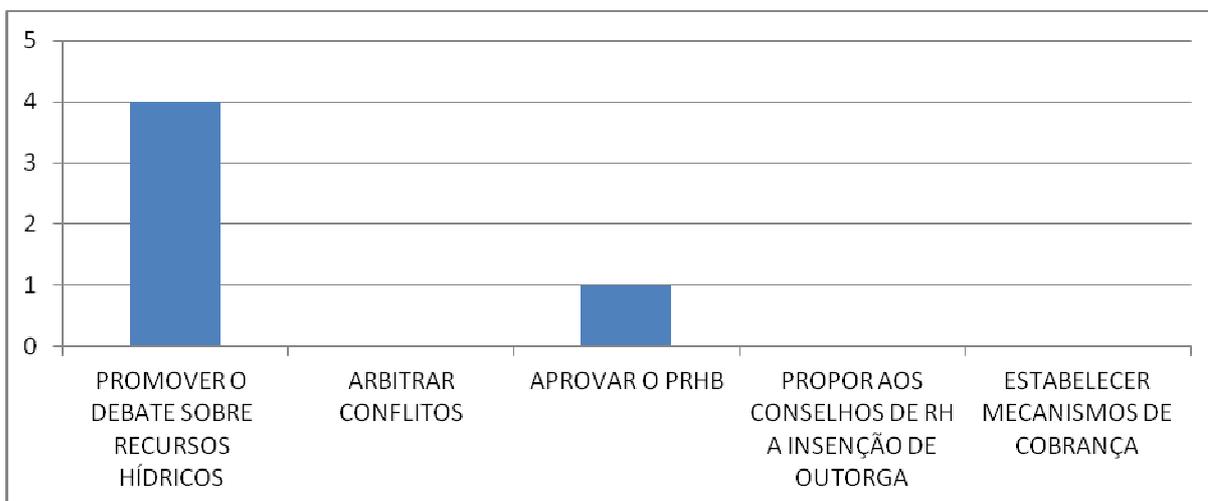
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 8 - Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

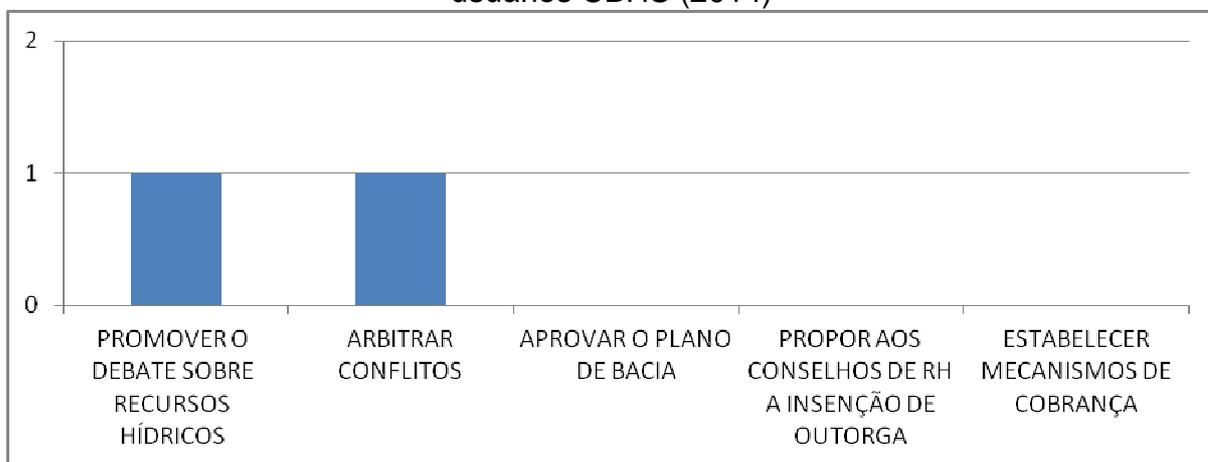
Gráfico 9 - Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

A partir da análise dos três segmentos, constatou-se que a atribuição mais desenvolvida no CBHRNI é a de promover o debate sobre os recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes. Alguns dos membros não souberam responder e articular a questão 1 com a questão 3 do questionário, logo suas respostas não foram consideradas. Apesar de pouco representativo foi indicado por parte dos três segmentos que a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia também é uma atribuição desenvolvida, mesmo que de forma “tímida” no CBHRNI.

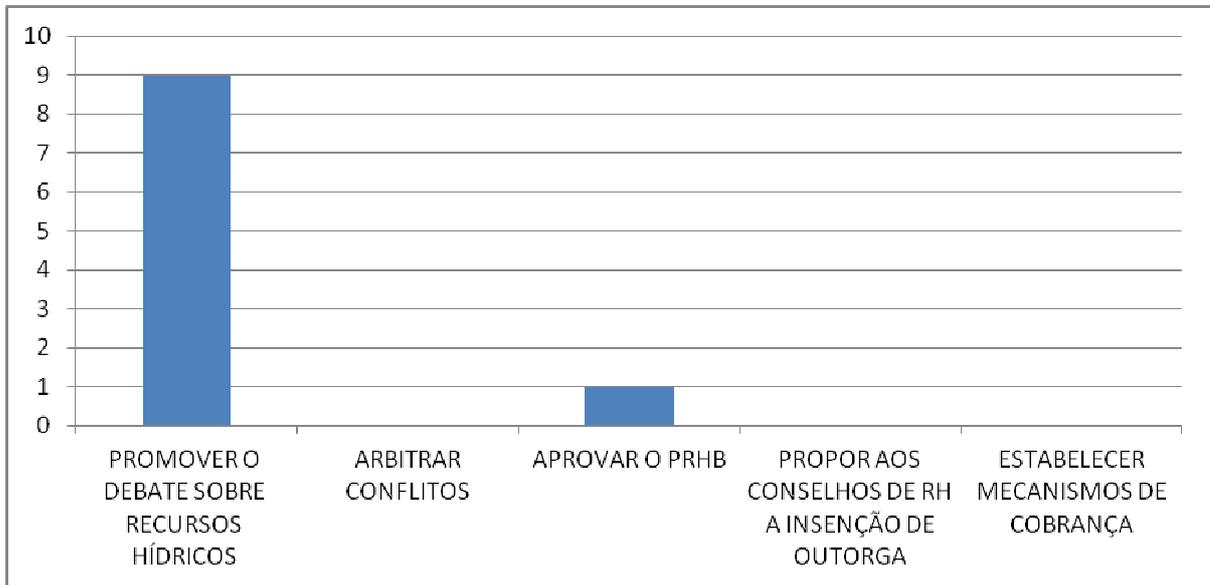
Gráfico 10 - Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – segmento usuários CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 201

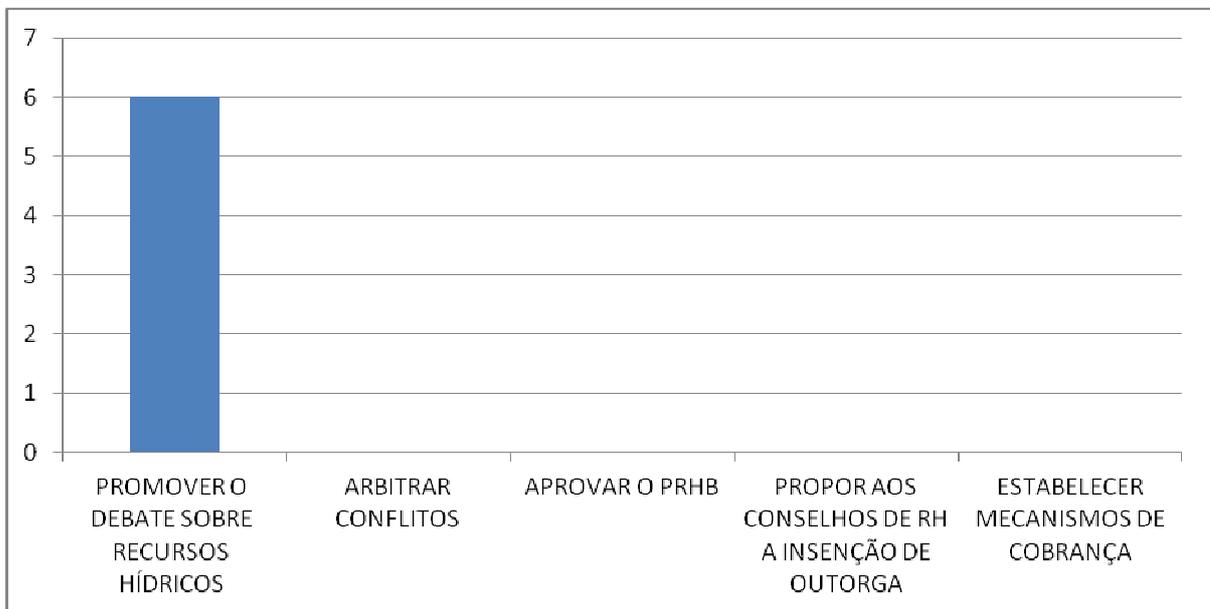
Gráfico 11 - Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 12 - Atribuição mais desenvolvida no CBH que representa – sociedade civil CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

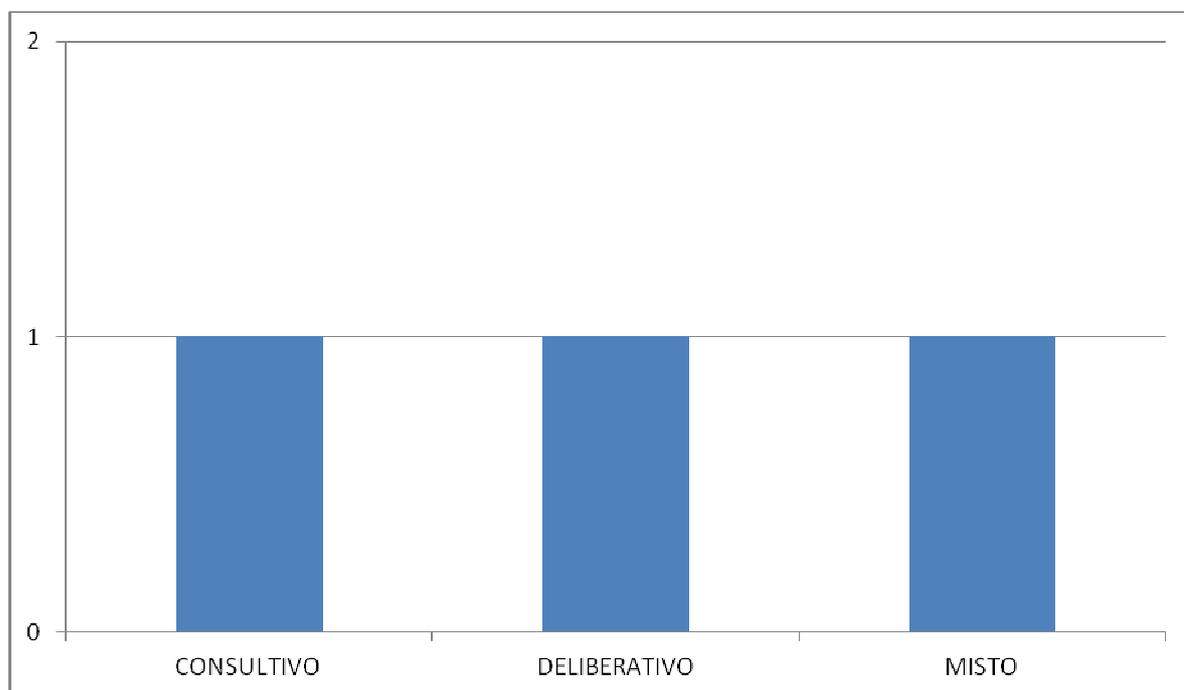
No Comitê de bacia hidrográfica do Salitre, a atribuição mais desenvolvida é a de propor debate sobre os recursos hídricos, seguida de aprovar o Plano de Recursos Hídricos e arbitrar em primeira instância os conflitos relacionados ao uso

dos recursos hídricos. Porém somente o segmento de usuários indicou essa particularidade do CBHS que pode ser verificado em análise da ata (Anexo 23).

Portanto, vale destacar que houve equilíbrio entre as respostas dos membros do CBHRNI e do CBHS, pois a maioria indicou como prioritários no seu comitê o debate e a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. A única particularidade notada em relação ao CBHS foi a indicação da mediação do comitê na resolução de conflito. Situação ocorrida e registrada na Bacia do rio Salitre.

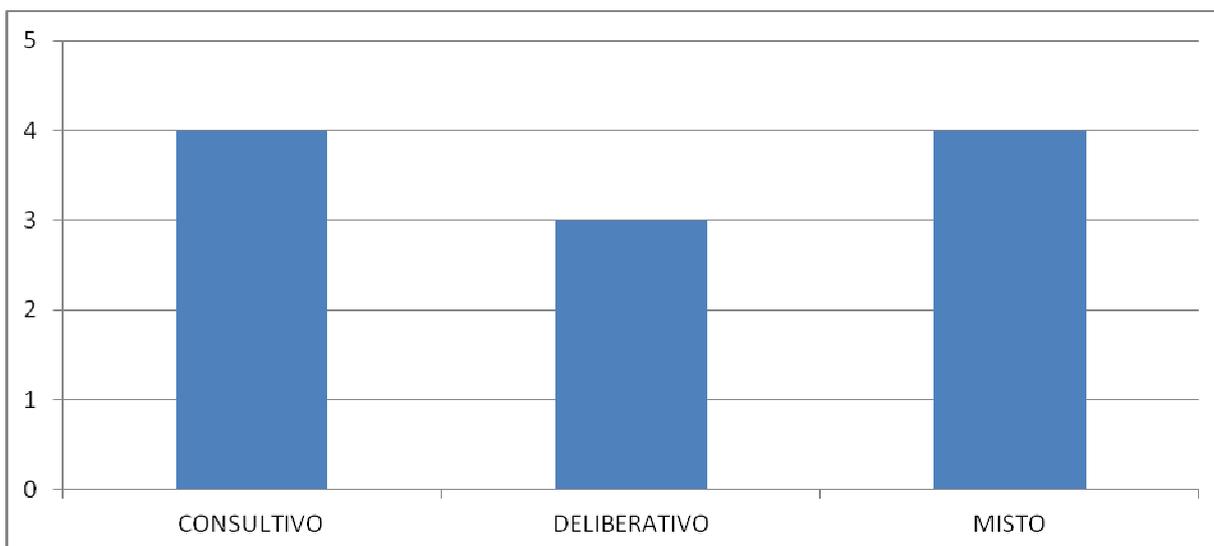
Segundo os documentos normativos da Agência Nacional das Águas, o comitê de bacia exerce suas ações com caráter deliberativo, propositivo e consultivo (Gráficos 13, 14, 15, 16, 17 e 18), ou seja, possui atribuições mistas: aprovação do Plano de Bacia (deliberativa), propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos (propositiva), promover o debate das questões relacionadas aos recursos hídricos (consultiva).

Gráfico 13 - Caráter das ações do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014)



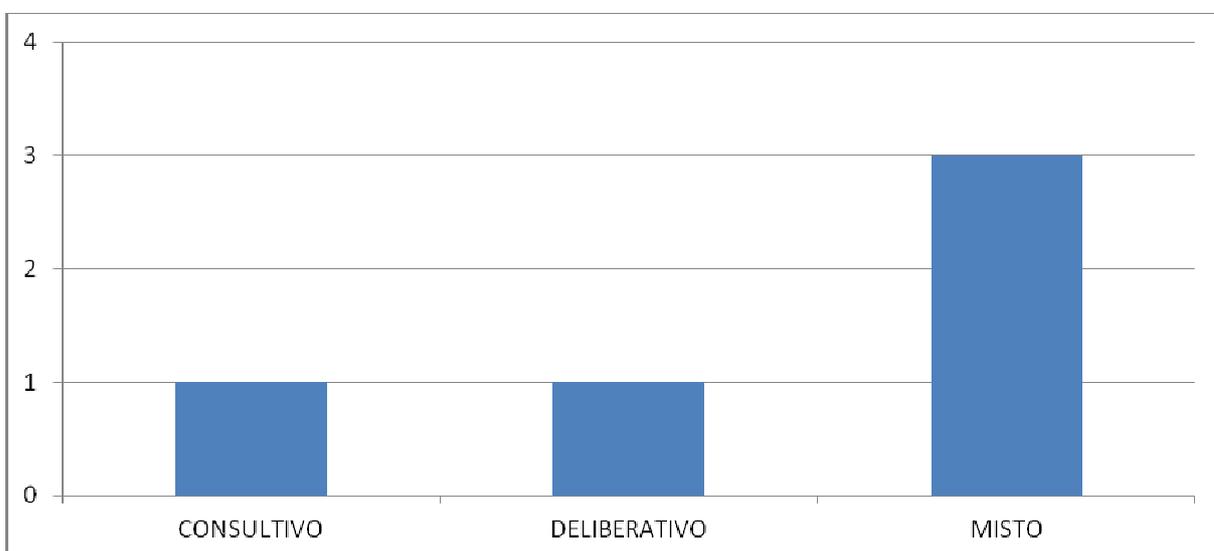
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 14 - Caráter das ações do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

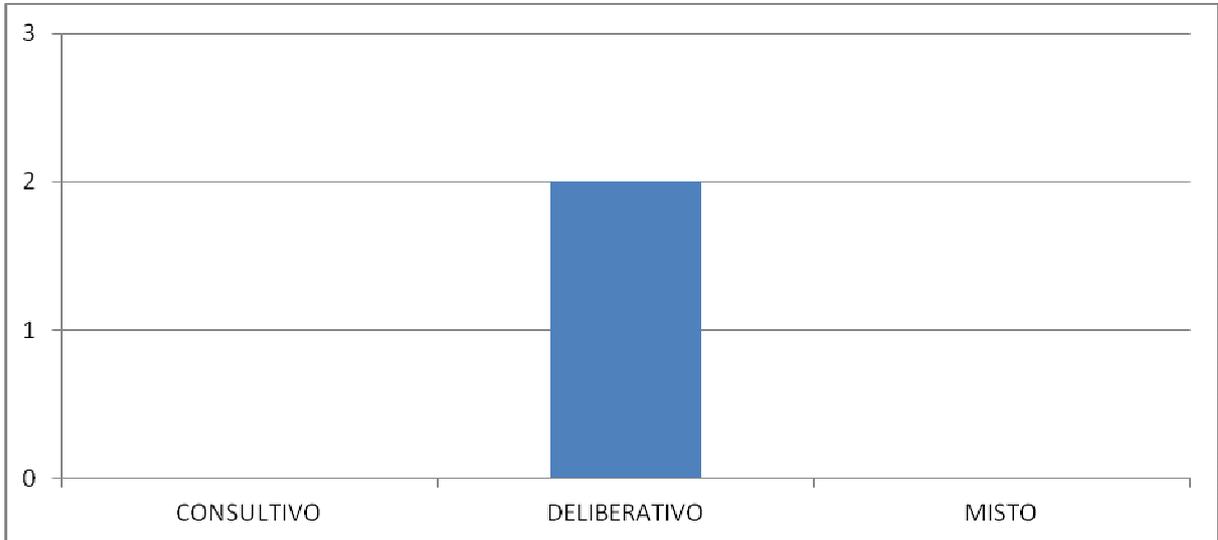
Gráfico 15 - Caráter das ações do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

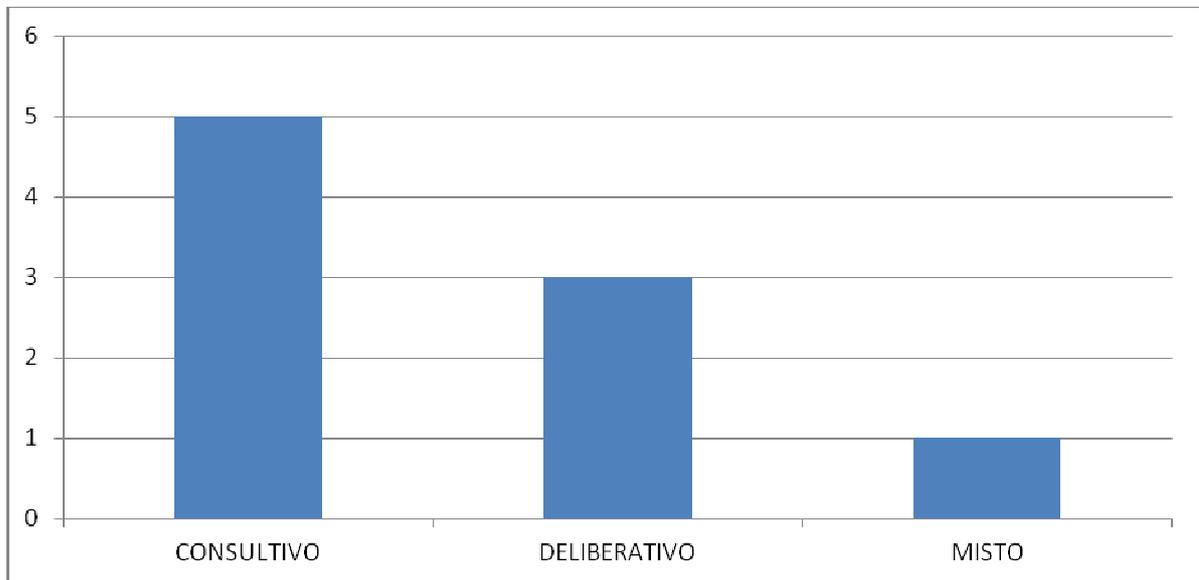
No CBHRNI a grande maioria dos que responderam o questionário indicaram que o caráter das ações do comitê de bacia é misto, pois além de atribuições de ordem consultiva e deliberativa o colegiado possui atribuições propositivas, principalmente, em articulação como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Gráfico 16 - Caráter das ações do CBH – segmento usuários CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
 Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 17 - Caráter das ações do CBH – segmento poder público CBHS (2014)

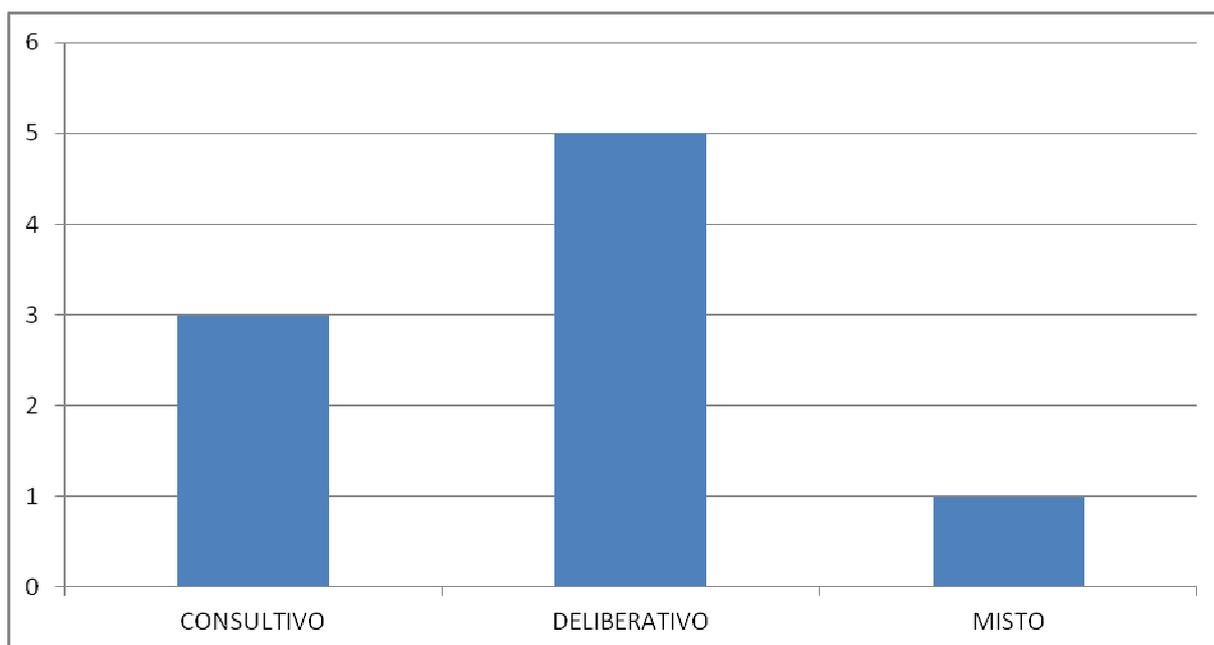


Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
 Elaboração: ALMEIDA, 2014

O caráter deliberativo do comitê ganhou destaque por parte da maioria dos membros do CBHS. No segmento de usuários foi unanimidade entre os

entrevistados o destaque para o caráter deliberativo do CBH, o poder público destacou o aspecto consultivo e a sociedade civil também indicou o caráter deliberativo.

Gráfico 18 - Caráter das ações do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

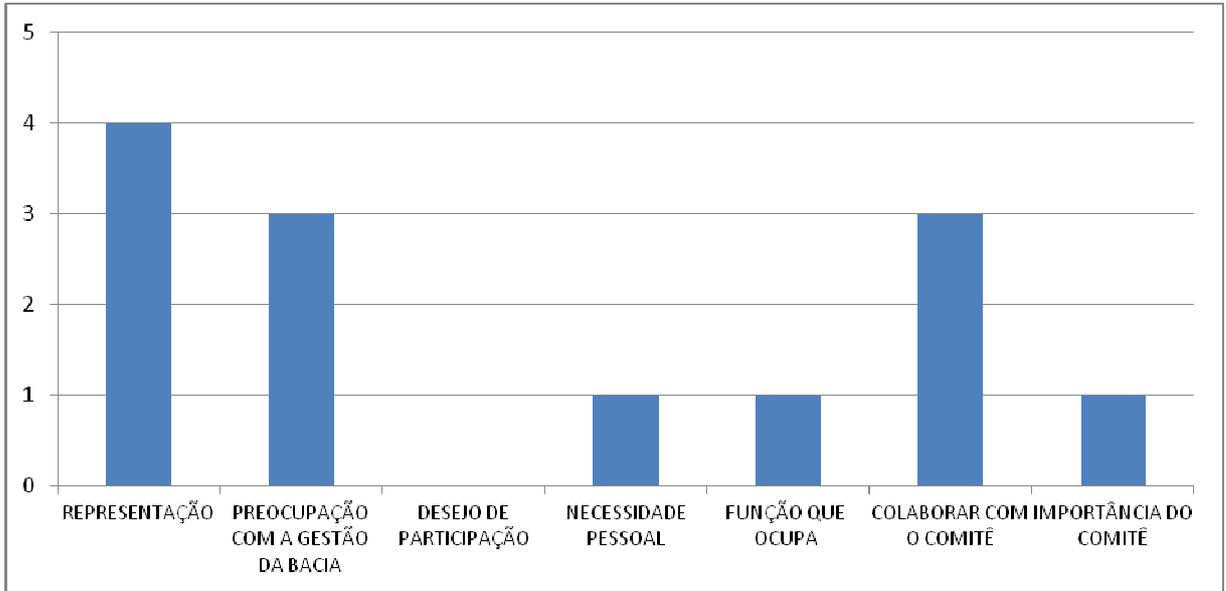
As ações com caráter deliberativo estão relacionadas a arbitrar em primeira instância os conflitos pelo uso da água, aprovar o Plano de Bacia, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos, selecionar critérios e promover o rateio de custos de obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

No CBHS, conforme exposto em atas, (Anexos17, 18) ocorreram alguns conflitos pelo uso da água e o comitê utilizou o caráter deliberativo das suas ações para mediar e encaminhar para a resolução.

Foram elencadas algumas razões que impulsionaram a participação no CBH: representar órgão/entidade; preocupação com a gestão da bacia hidrográfica; desejo de participação social; necessidade pessoal; pela função que ocupa no órgão;

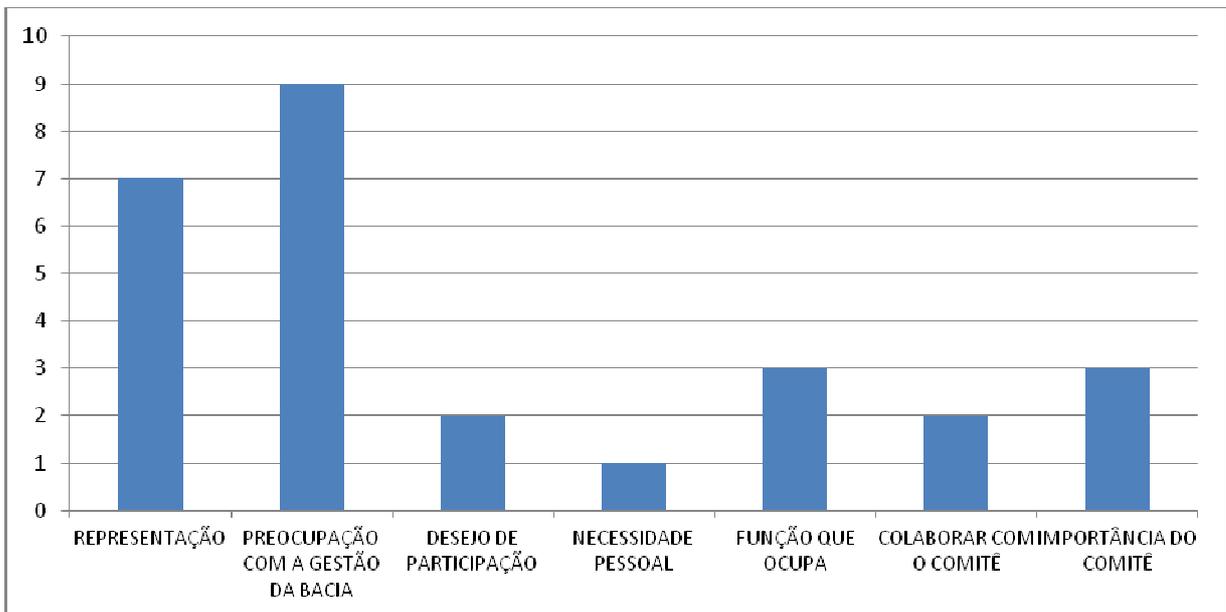
colaborar com o comitê; importância do comitê; outras razões (Gráficos 19, 20, 21, 22, 23 e 24).

Gráfico 19 - Razões para participação no CBH – segmento usuários CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

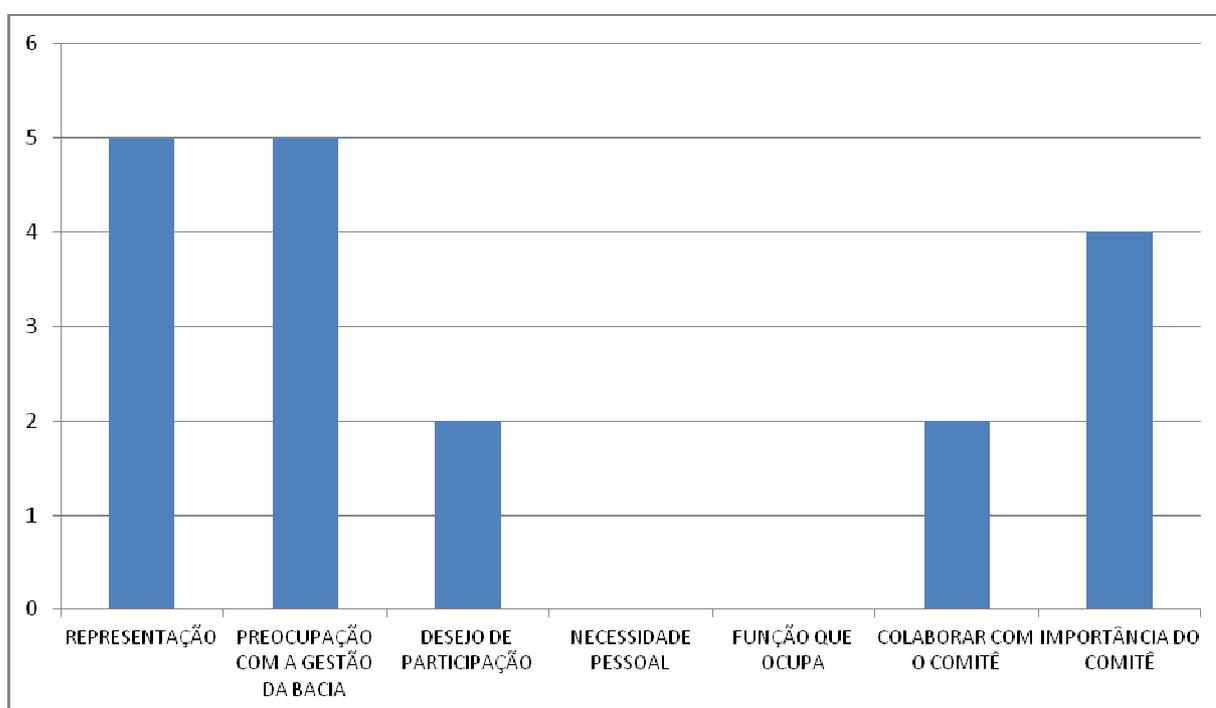
Gráfico 20 - Razões para participação no CBH – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Entre os três segmentos analisados no CBHRNI, foram indicadas que as razões que incentivaram a participação estão atreladas a preocupação com a gestão da bacia hidrográfica e representação do órgão/entidade, seguidas por colaborar com o comitê e sua importância.

Gráfico 21 - Razões para participação no CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)



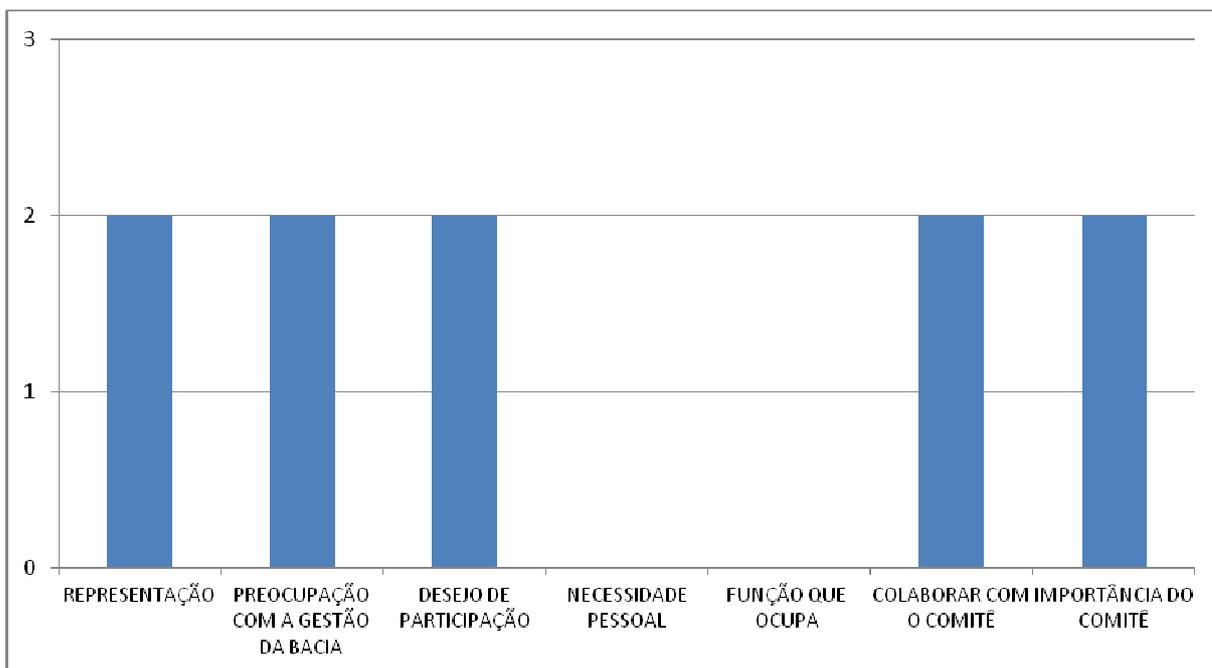
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Além disso, o desejo de participação social foi revelado pela minoria dos membros do comitê, isso mostrou que a participação não é movida pelo desejo, mas está intimamente relacionada com as responsabilidades exercidas no órgão ou entidade que representam.

Em relação ao segmento do poder público, constatou-se que a grande maioria (9 votos) indicou como razão principal da participação a preocupação com a gestão da bacia. No segmento de usuários foi a representação do órgão ou entidade (4votos) e no segmento da sociedade civil houve um equilíbrio entre a representação

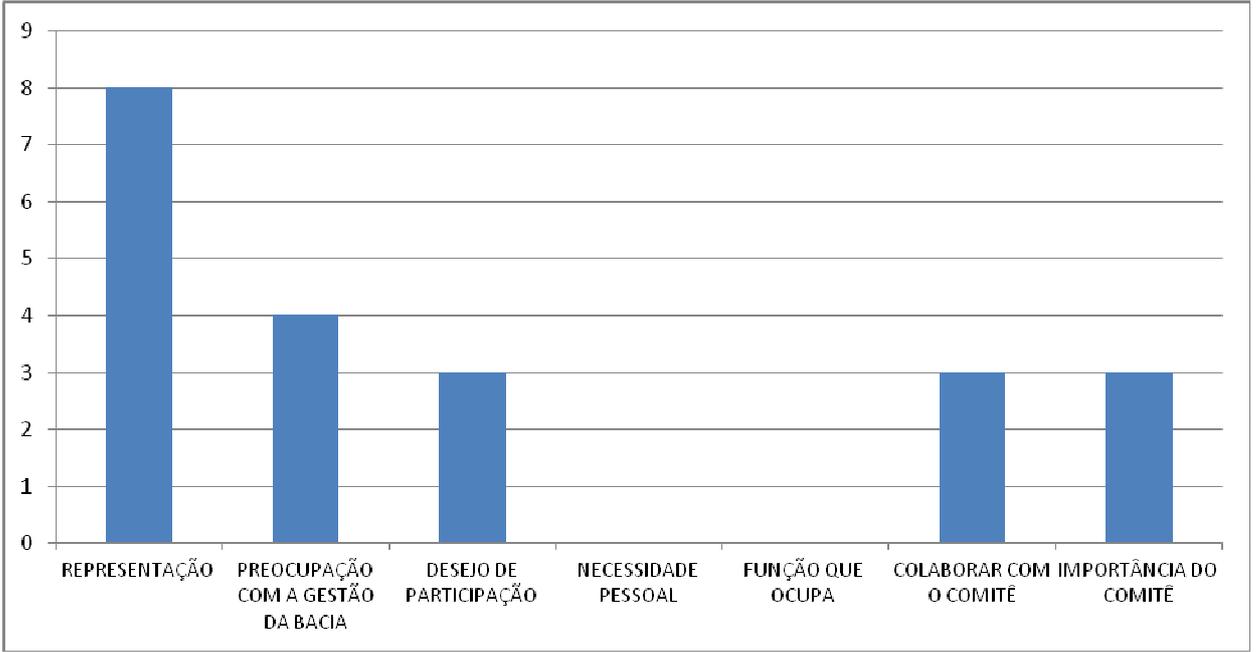
da entidade (5 votos), preocupação com a gestão da bacia (5 votos) e a importância do comitê (4 votos) como um agente político na gestão de recursos hídricos.

Gráfico 22 - Razões para participação no CBH – segmento usuários CBHS (2014)



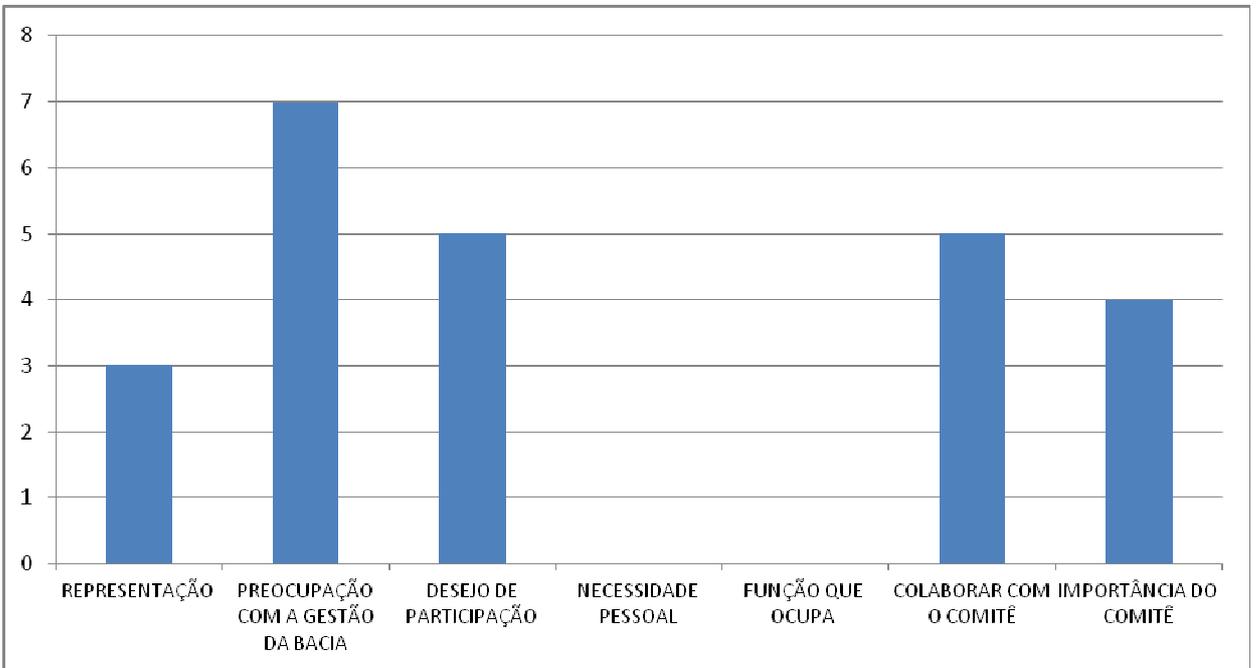
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 23 - Razões para participação no CBH – segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
 Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 24 - Razões para participação no CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014)



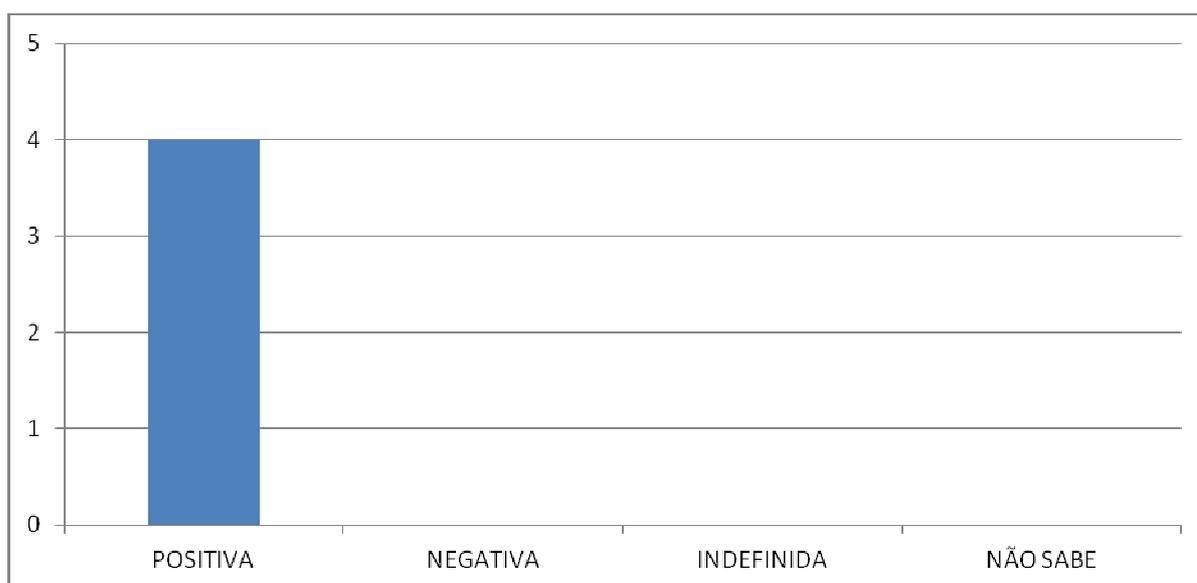
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
 Elaboração: ALMEIDA, 2014

Assim como ocorreu no CBHRNI, as razões que indicaram a participação dos membros do CBHS estão majoritariamente associadas à representação de órgão ou entidade e preocupação com a gestão da bacia (13 votos cada), seguidas pelo desejo de participar (10 votos), colaborar com o comitê de bacia (10 votos) e a importância do colegiado (9 votos).

A partir da análise de cada segmento, vale sinalizar que as razões que indicaram a participação estão intimamente relacionadas ao segmento representado. Dessa forma, no segmento de usuários - com a participação de apenas 2 membros, foram indicadas a representação, preocupação, desejo, colaboração e importância do comitê como motivadores à participação. No segmento do poder público, a representação do órgão ou entidade foi indicada como principal motivadora e no segmento da sociedade civil a preocupação com a gestão da bacia hidrográfica foi apontada pela maioria como principal razão de participação nas discussões do comitê.

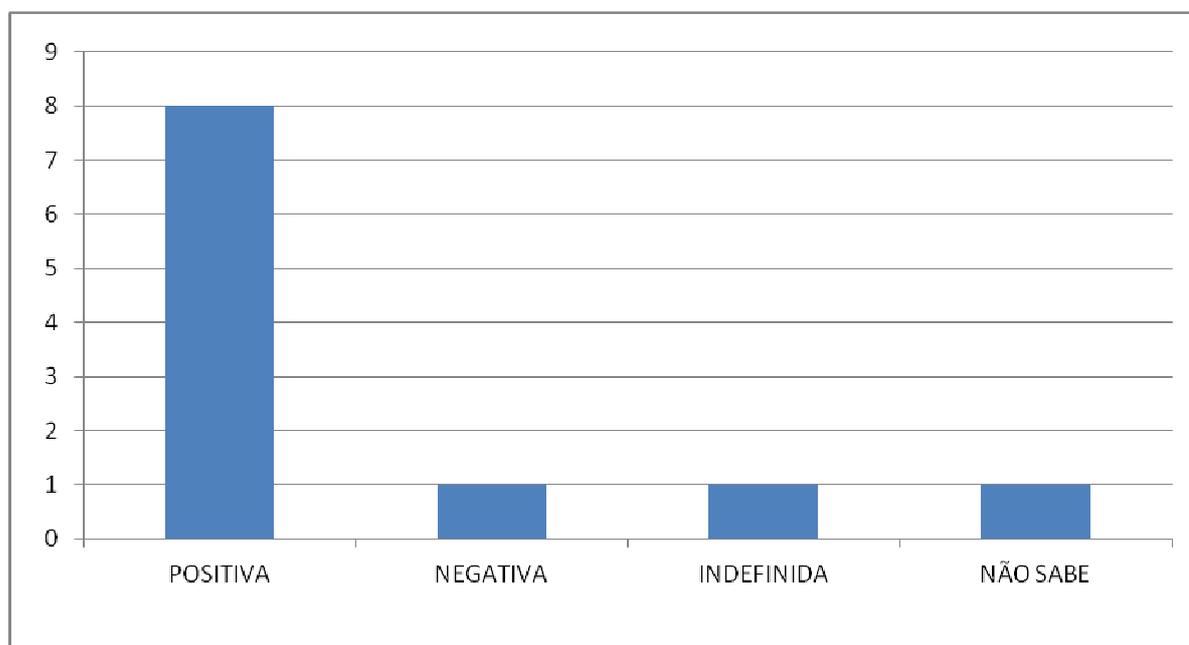
Além de questões relacionadas às atribuições e motivações para atuação no comitê de bacia, foram apresentados questionamentos em relação à sua composição, como positiva, negativa, indefinida e desconhecida (Gráficos 25, 26, 27, 28, 29 e 30)

Gráfico 25 - Composição do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

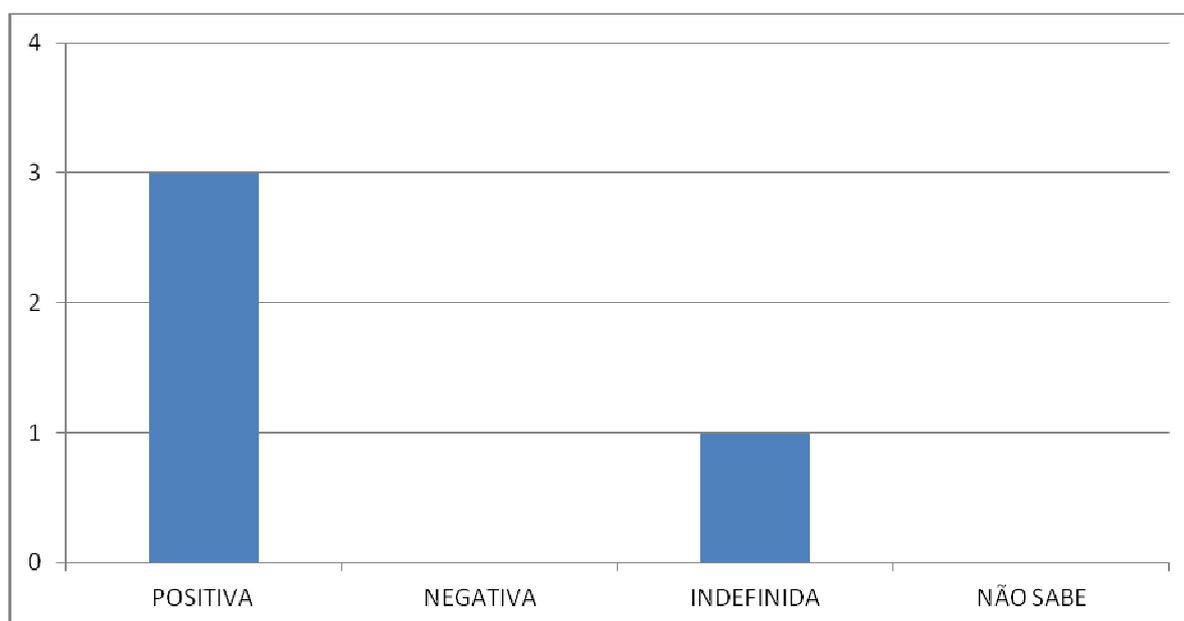
Gráfico 26 - Composição do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA,

Gráfico 27 - Composição do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

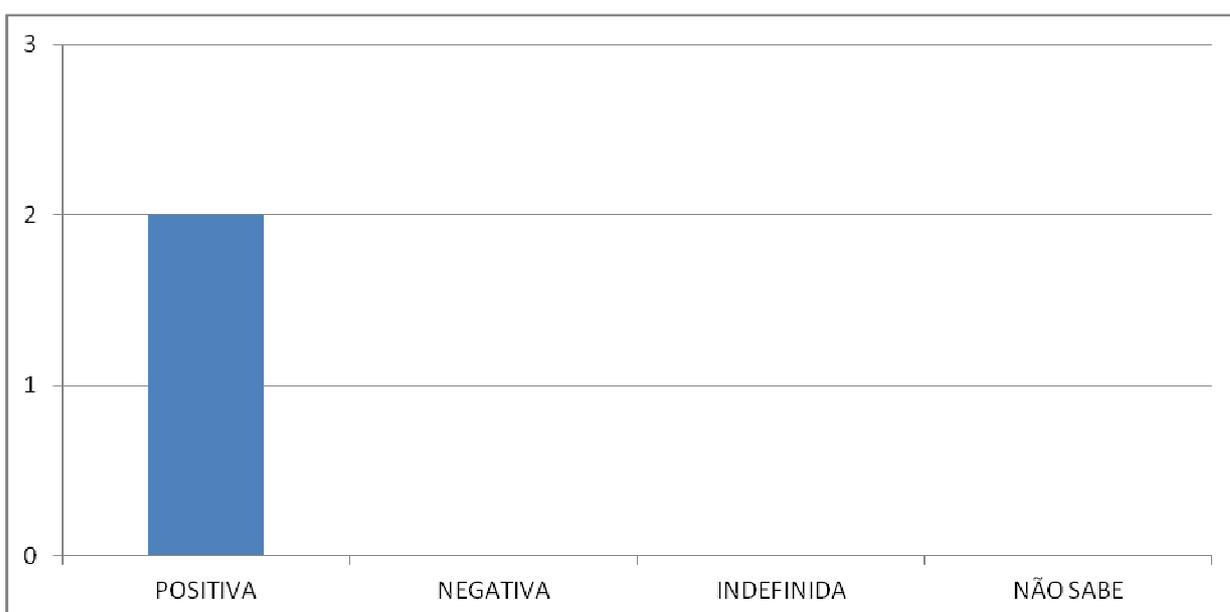
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Em conformidade com a Legislação Federal de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, no Artigo 1, Inciso VI, a gestão da bacia deve ser descentralizada e

participativa com a atuação do poder público, usuários e sociedade civil, dessa forma, a fim de obedecer o documento máximo na gestão de recursos hídricos, os comitês de bacias hidrográficas foram instituídos a partir da composição tripartite. No sentido de avaliar a composição do CBH, os membros que o compõem foram questionados sobre se sua composição pode ser considerada como positiva, negativa ou indefinida. Conforme esperado, a grande maioria que respondeu o questionário indicou que a possibilidade de representação desses três segmentos é positiva, por sinalizar para um processo mais participativo e descentralizado.

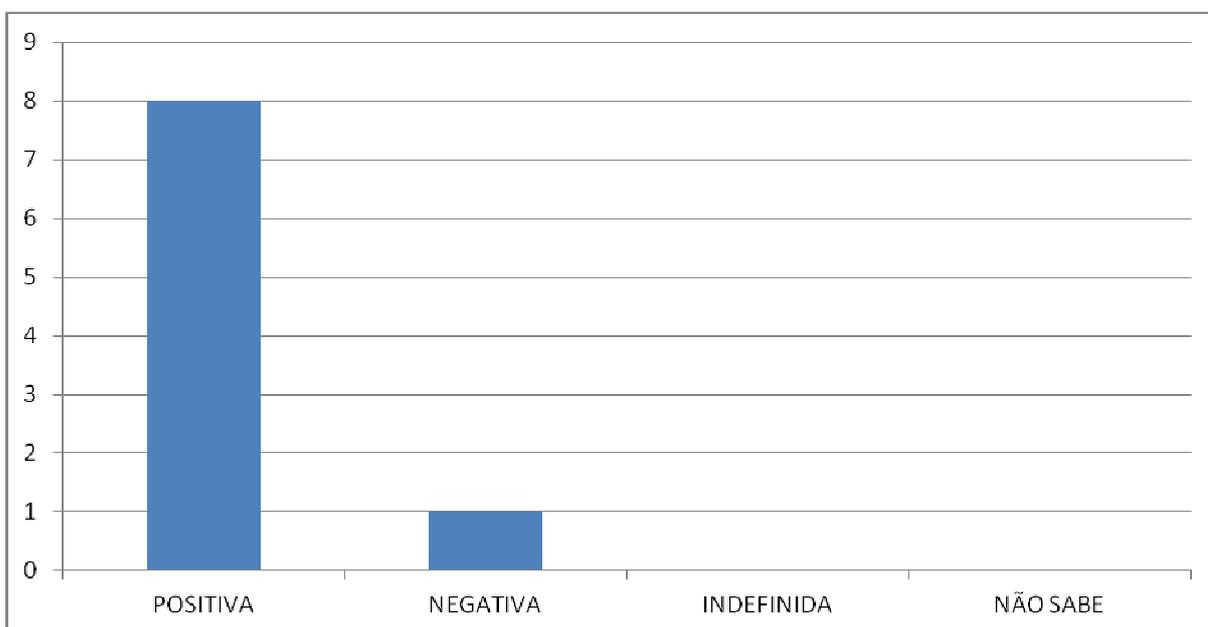
Em relação ao CBHRNI, o segmento que indicou de forma unânime o aspecto positivo da composição do CBH foi o de usuários, já o segmento do poder público, apenas um membro indicou como negativa, assim como também um, como indefinida e, ainda que não sabe, ou seja, não conhece a composição do comitê. Nesse sentido, é importante compreender a concepção sobre o poder público, pois entende-se não apenas representantes da esfera estadual e federal, nesse caso o INEMA, mas representantes de prefeituras municipais, que muitas vezes entendem a composição do comitê, o seu papel e importância já que alguns participam das reuniões plenárias por ocupar cargos comissionados pelo gestor público municipal.

Gráfico 28 - Composição do CBH – segmento usuários CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

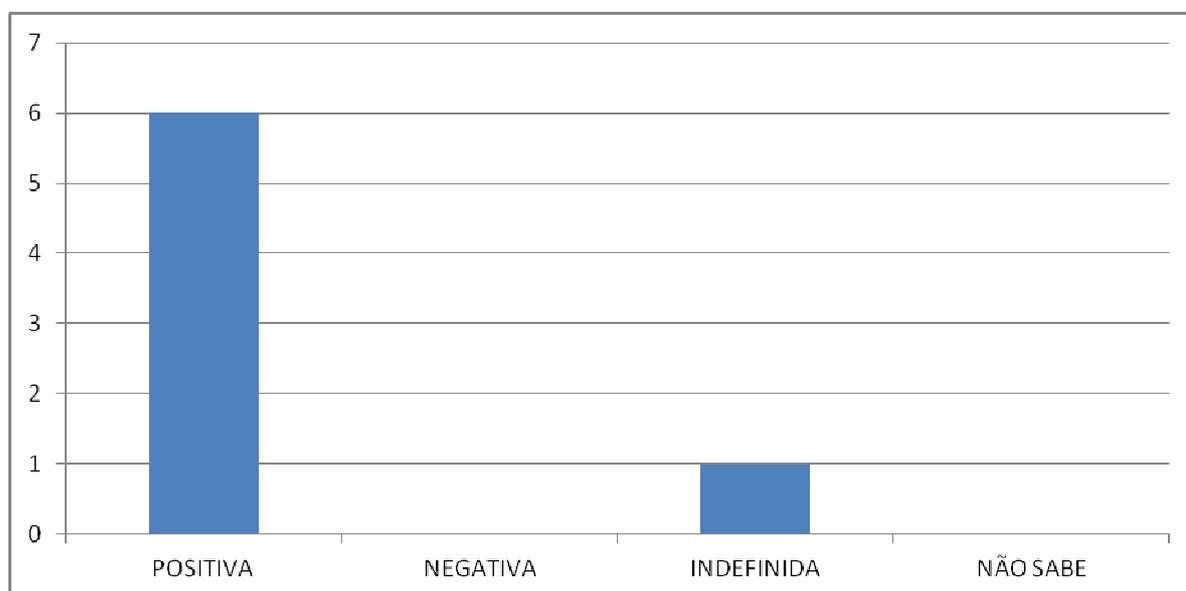
Gráfico 29 - Composição do CBH – segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 30 - Composição do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

De forma similar as respostas dos questionários no CBHRNI, a grande maioria dos membros que participou do questionário no CBHS respondeu como positiva a composição do comitê de bacia. No segmento do poder público, foi indicado por um

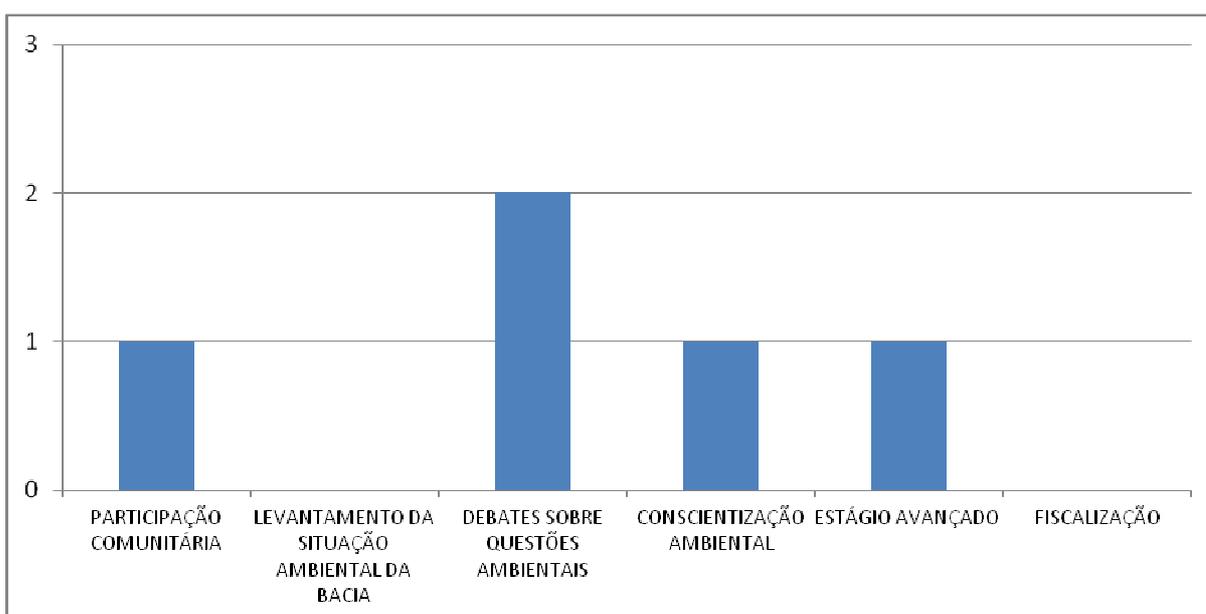
integrante como negativa, e no segmento da sociedade civil também foi sinalizado por um participante como indefinida.

Ainda em relação ao poder público, vale destacar que esse segmento possui maior rotatividade e, em alguns casos, menos clareza da importância do CBH como agente de gestão de recursos hídricos, pois o rodízio de membros obedece ao período do mandato de determinado partido político, segundo informação de um dos presidentes entrevistados isso acaba sendo um dos entraves na gestão.

Além de questionados sobre a composição tripartite, foram elencadas questões que indicam os aspectos positivos do CBH: participação comunitária; levantamento da situação ambiental da atual bacia e encaminhamento de projetos; debates sobre questões ambientais; conscientização ambiental da comunidade; estágio avançado perante outros comitês e fiscalização no uso de recursos hídricos (Gráficos 31, 32, 33, 34, 35 e 36).

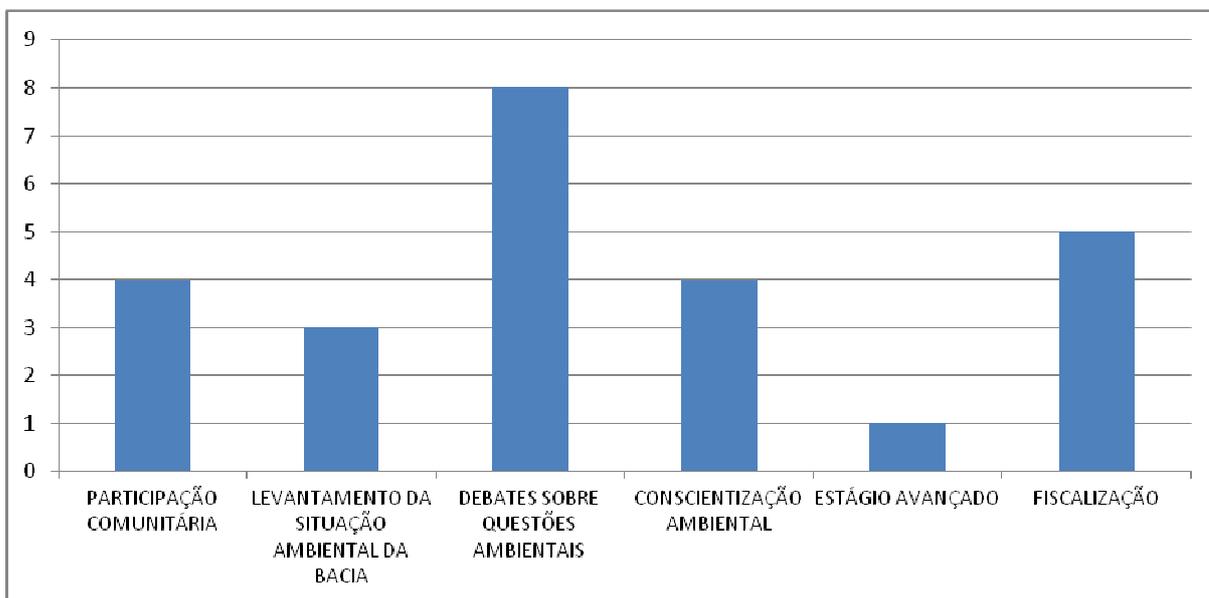
Em relação aos aspectos negativos, foram destacados: falta de infraestrutura; falta de divulgação de informações e estudo da bacia; grande intervalo de tempo entre as reuniões; falta de recursos; não é muito representativo e a defesa de interesses relacionados ao segmento representativo (Gráficos 37, 38, 39, 40, 41 e 42).

Gráfico 31- Aspectos positivos do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014)



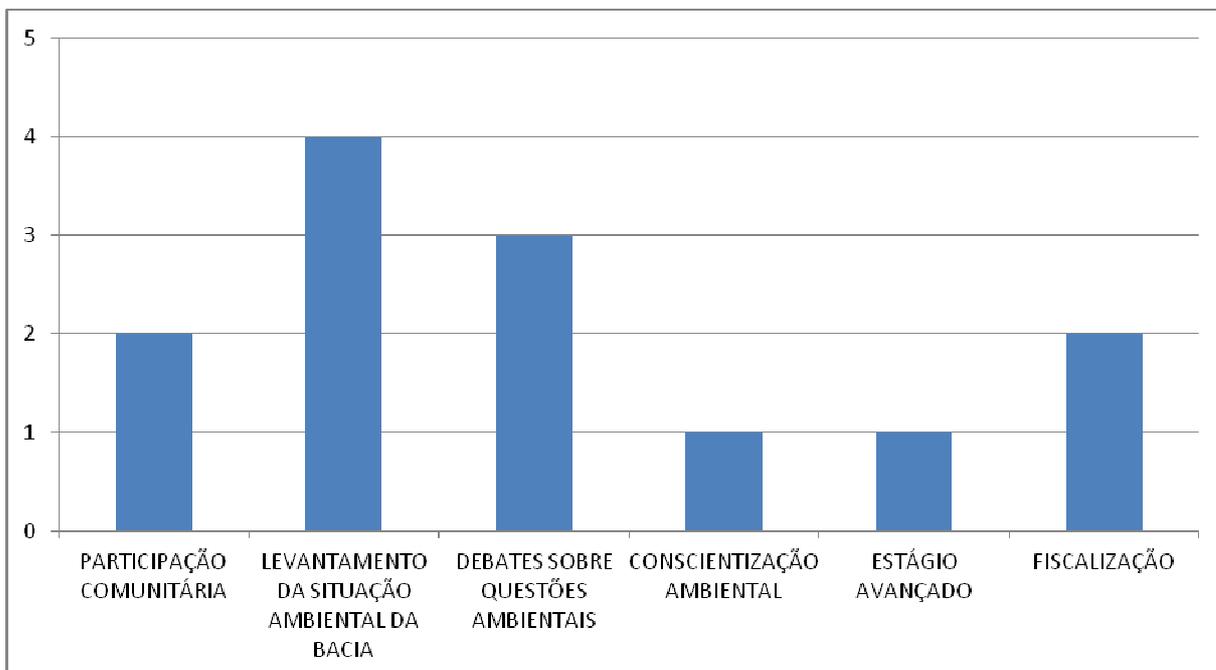
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 32 - Aspectos positivos do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 33 - Aspectos positivos do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)



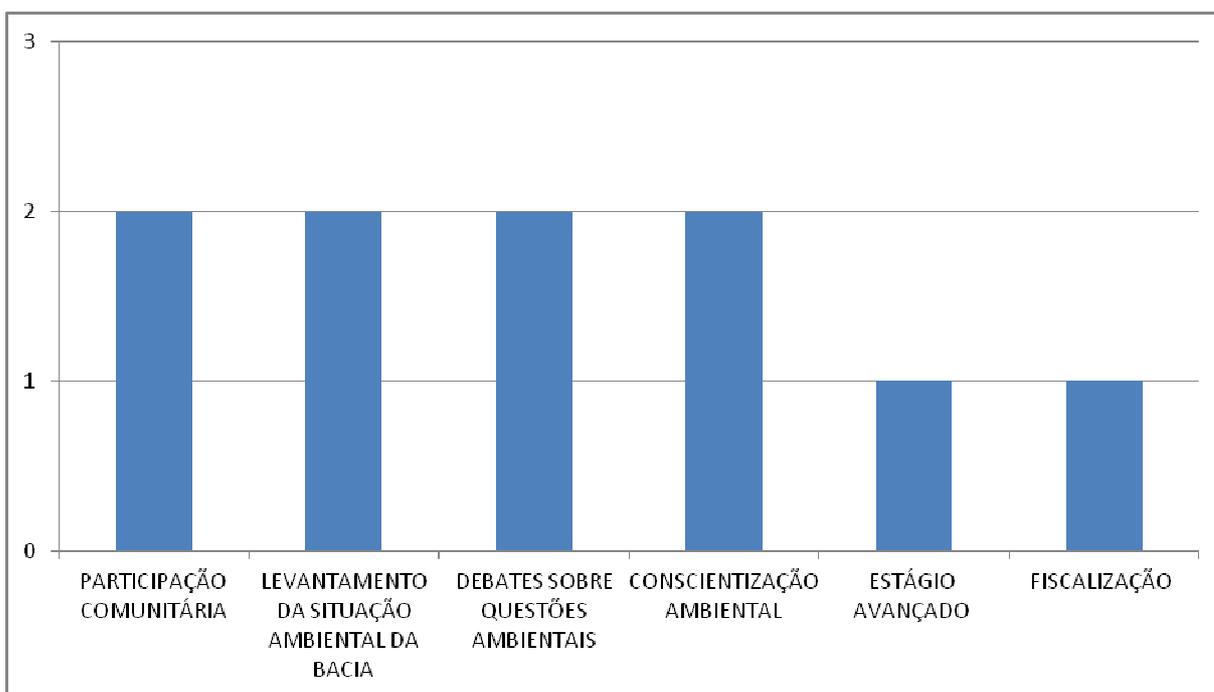
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

O debate sobre questões ambientais foi o aspecto positivo apontado pela maioria dos membros do CBHRNI, seguido pela participação comunitária, levantamento da situação atual da bacia e fiscalização no uso dos recursos hídricos. Em relação aos aspectos positivos destacados pelo questionário, no caso do CBHRNI, atualmente pode-se destacar o levantamento da situação ambiental atual da bacia, visto que está em fase de construção do Plano de Bacia, que *a priori* necessita do diagnóstico dos aspectos físicos e socioambientais da Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe.

Quando o questionário foi aplicado, o andamento para a implantação do Plano de Bacia, ainda era insipiente, dessa forma o que prevaleceu nas respostas sobre os aspectos positivos do CBH foi o debate sobre as questões ambientais, que acaba sendo algo recorrente nas discussões dos comitês de bacias de uma forma geral.

Seguindo o mesmo perfil do CBHRNI, no CBHS os membros que participaram do questionário indicaram os debates sobre questões ambientais como ponto positivo do comitê, seguido da participação comunitária, levantamento da situação atual da bacia e conscientização ambiental das comunidades.

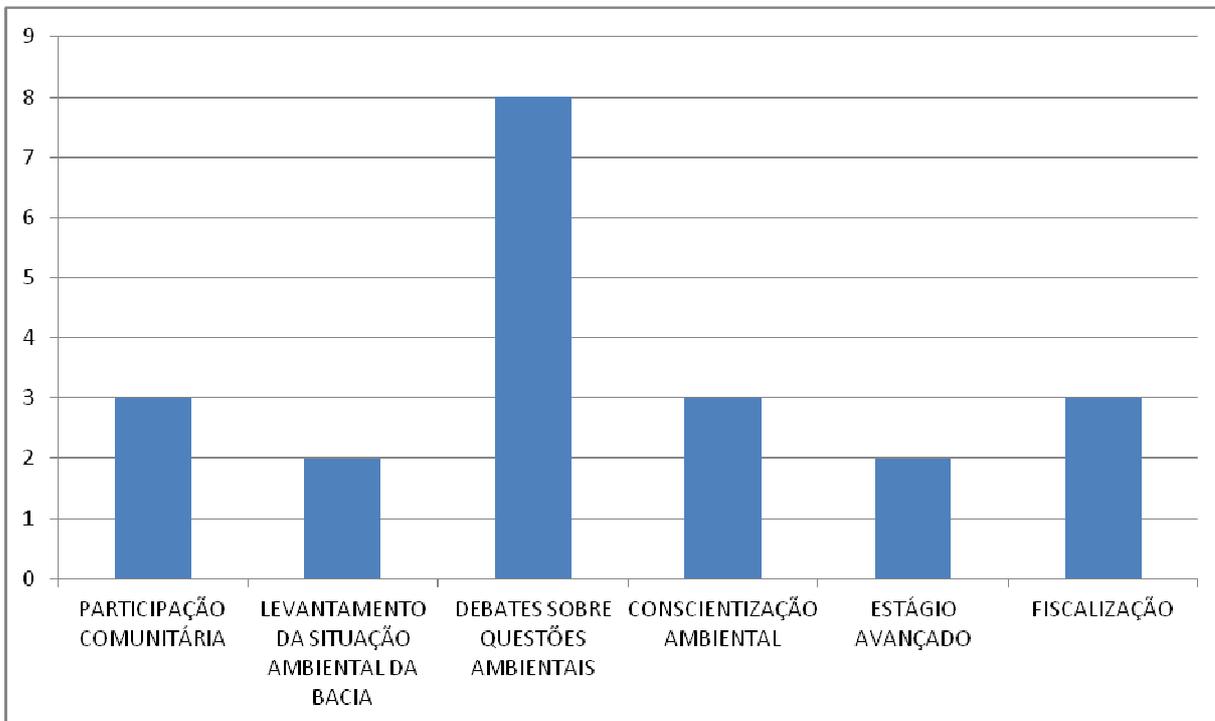
Gráfico 34 - Aspectos positivos do CBH – segmento usuários CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

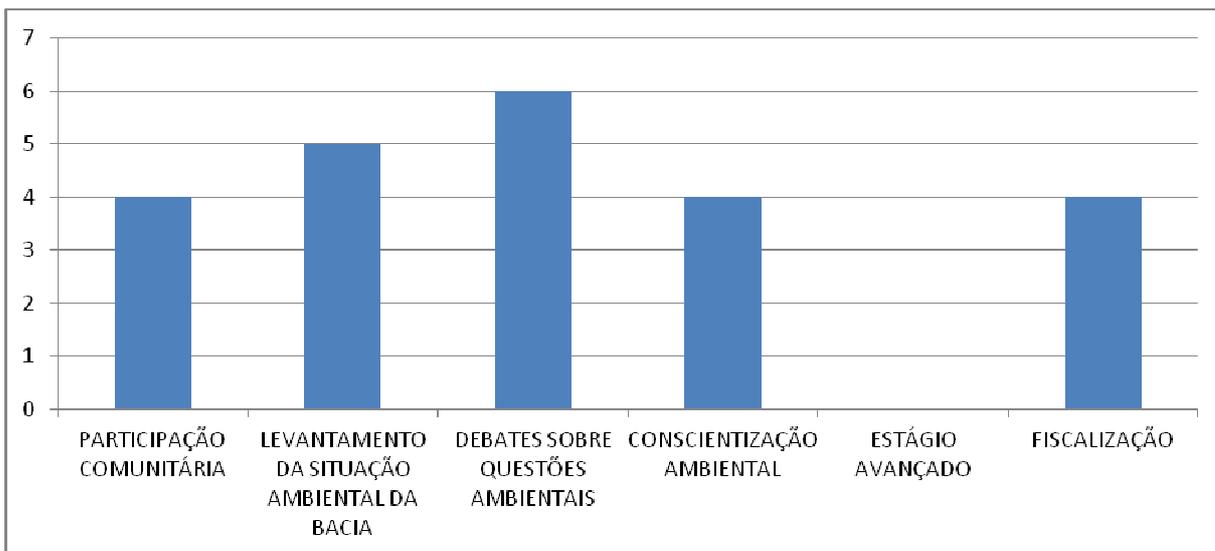
Gráfico 35 - Aspectos positivos do CBH – segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 36 - Aspectos positivos do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014)

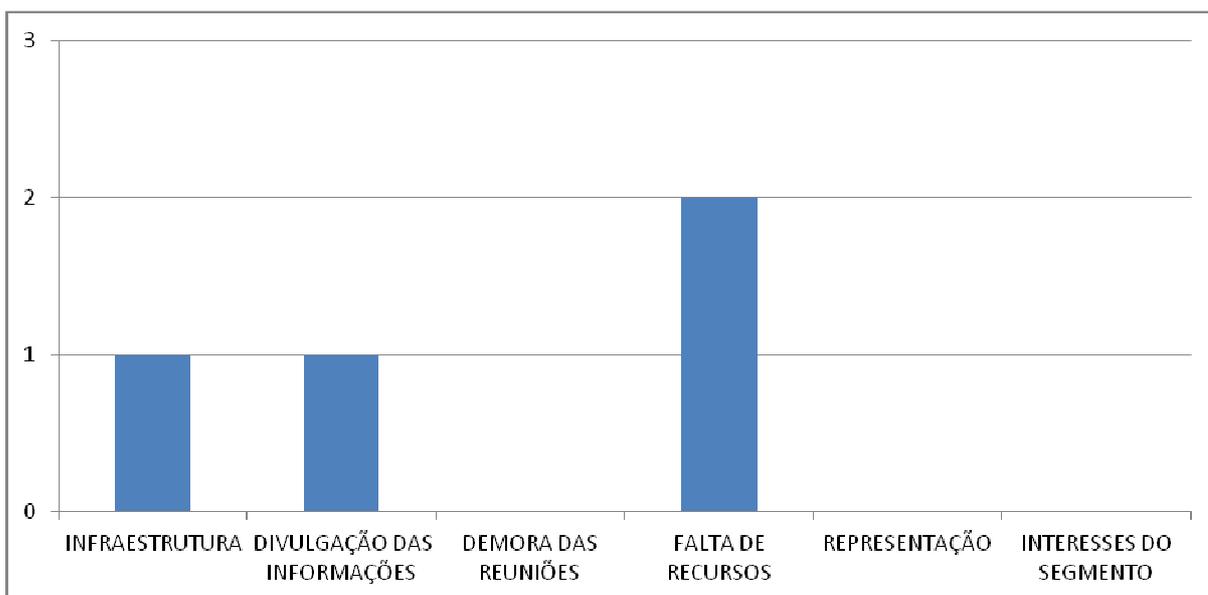


Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

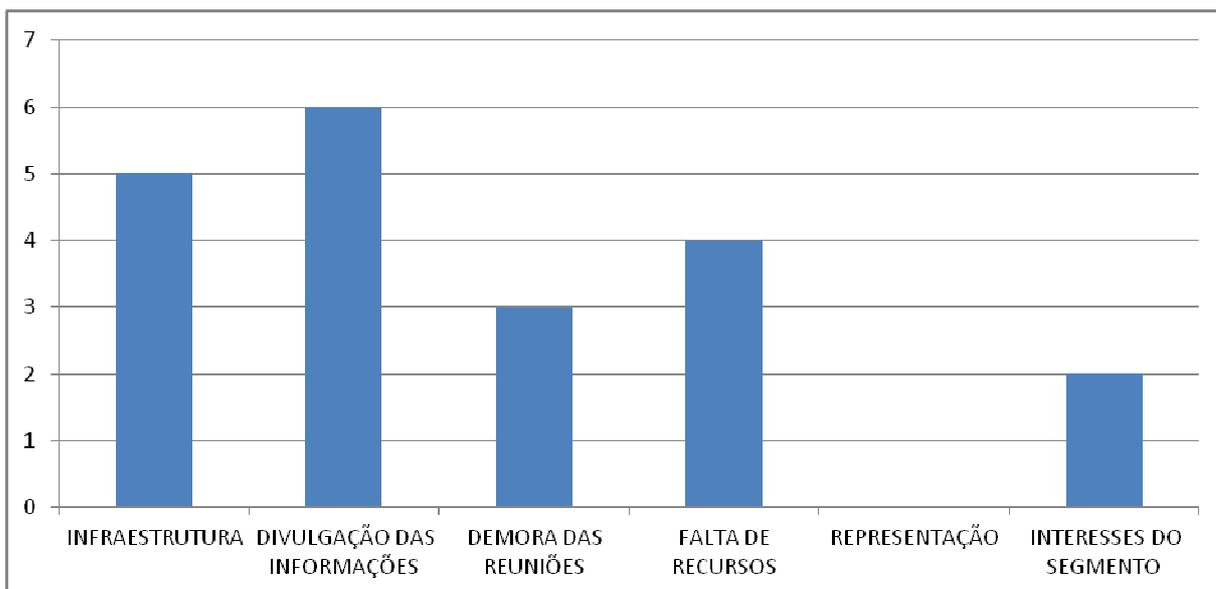
Devido a recente implantação dos comitês de bacias na Bahia, no CBHRNI e no CBHS a alternativa que sinalizou como aspecto positivo o estágio avançado em relação a outros comitês não foi indicada pela maioria como sendo uma particularidade. Isso revelou que os membros têm consciência do estágio em que o comitê se encontra e das suas dificuldades.

Gráfico 37 - Aspectos negativos do CBH – segmento usuários CBHRNI (2014)



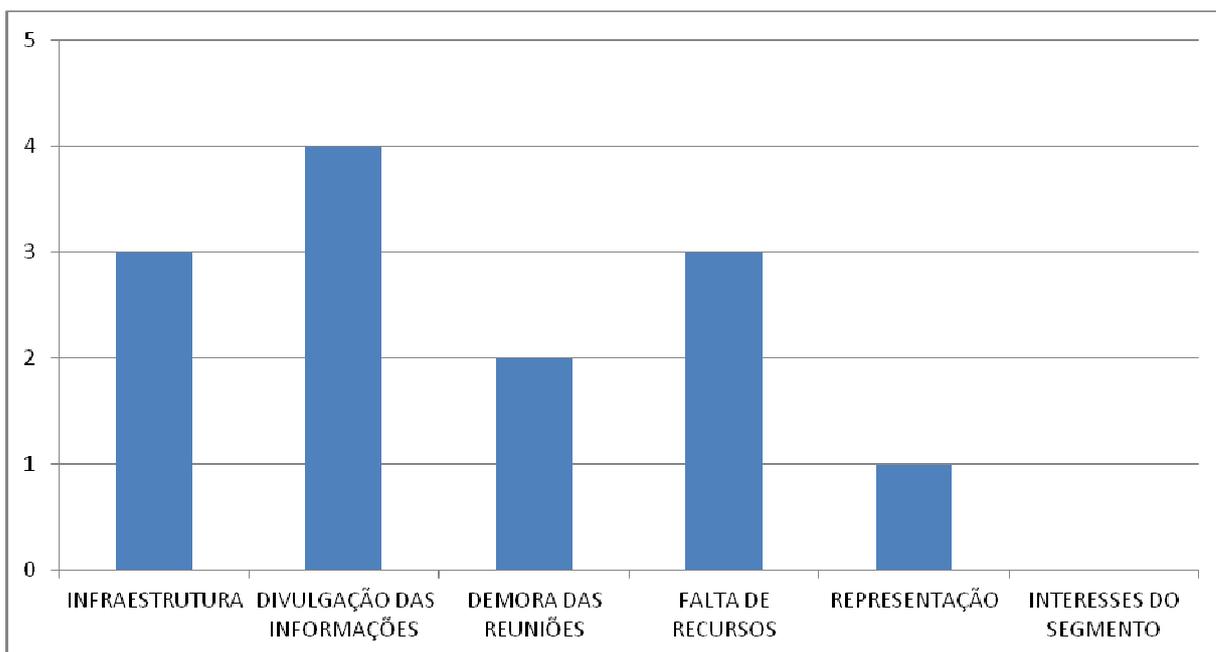
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 38 - Aspectos negativos do CBH – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 39 - Aspectos negativos do CBH – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

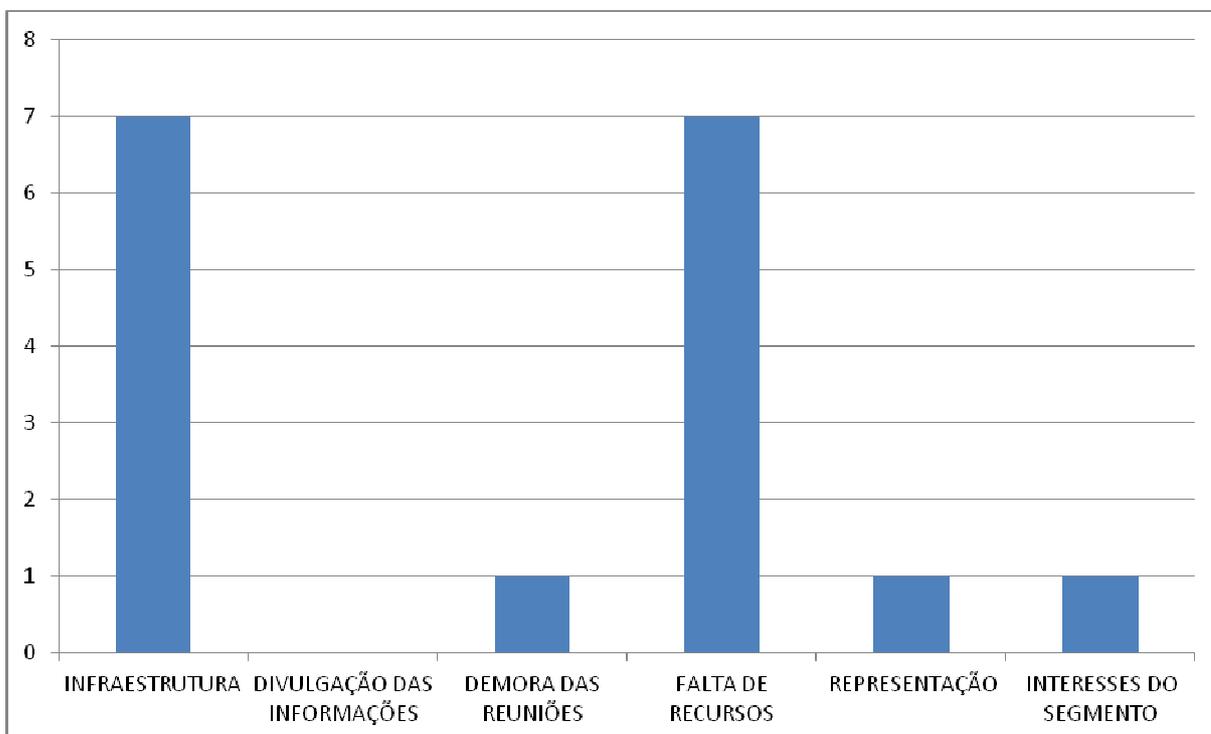
Segundo os entrevistados do CBHRNI, os aspectos negativos estão relacionados, principalmente, à falta de divulgação das informações e dos estudos da bacia, seguido ausência de recursos e de infraestrutura. Essas questões são

colocadas como sendo um dos principais entraves para o funcionamento do comitê, conforme as atribuições que lhe são estabelecidas.

No INEMA, apesar da existência do setor de Interação Social responsável também pela divulgação de informações referentes aos comitês de bacias hidrográficas da Bahia, percebe-se que sua atuação ocorre de forma mais ampla no sentido de publicar, através do site do órgão documentos relacionados a cada comitê como as atas, deliberações, composição, entre outros, porém a partir do acesso recorrente a esse meio de informação foi possível constatar que não há uma atualização frequente.

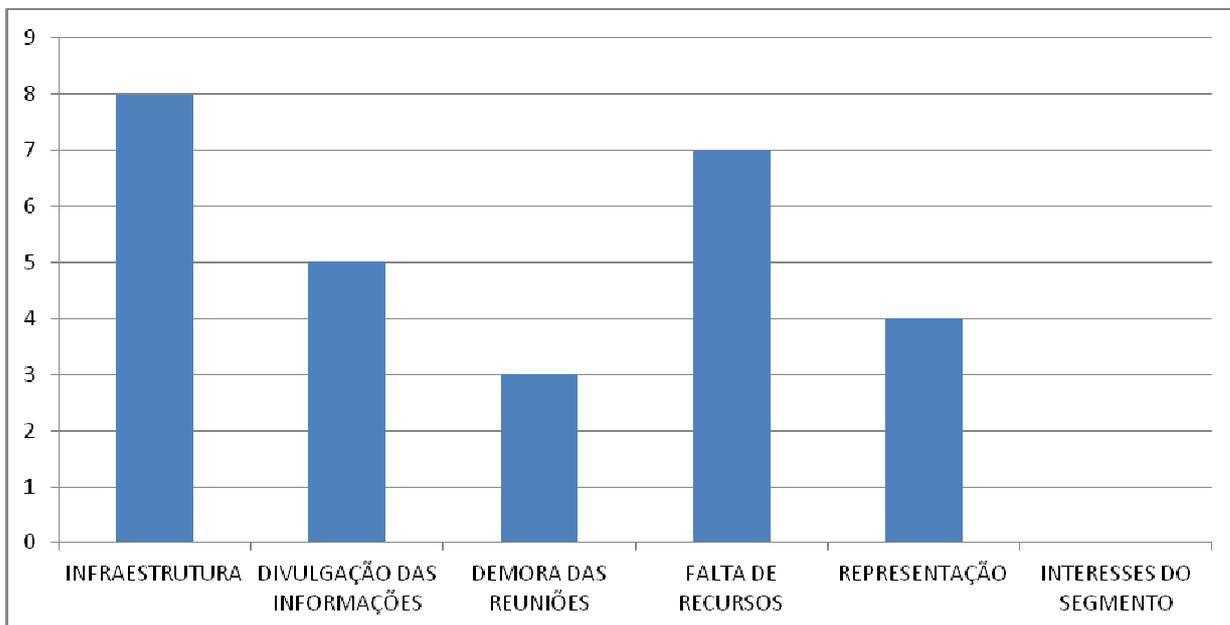
Apesar da necessidade de pontuar a ineficiência na atualização das informações por parte do INEMA, o questionamento foi feito no sentido da divulgação das informações dentro de cada comitê, ou seja, a agenda de reuniões plenárias e das reuniões das câmaras técnicas, que muitas vezes foram feitas no caso do CBHRNI pelo vice-presidente.

Gráfico 40 - Aspectos negativos do CBH – segmento usuários CBHS (2014)



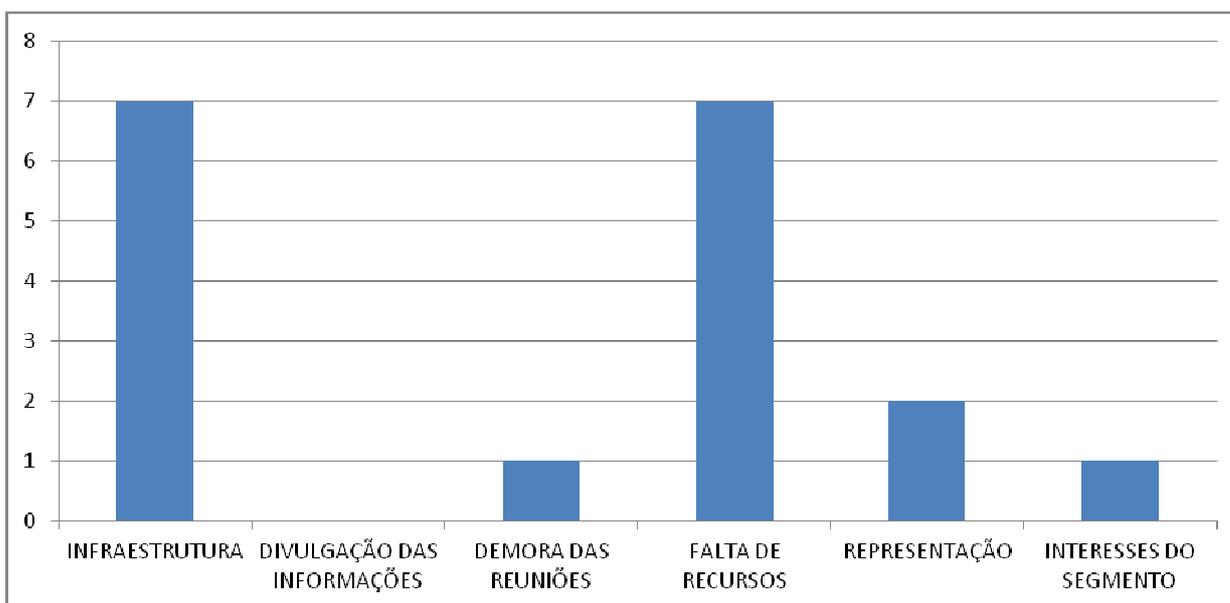
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 41 - Aspectos negativos do CBH – segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 42 - Aspectos negativos do CBH – segmento sociedade civil CBHS (2014)



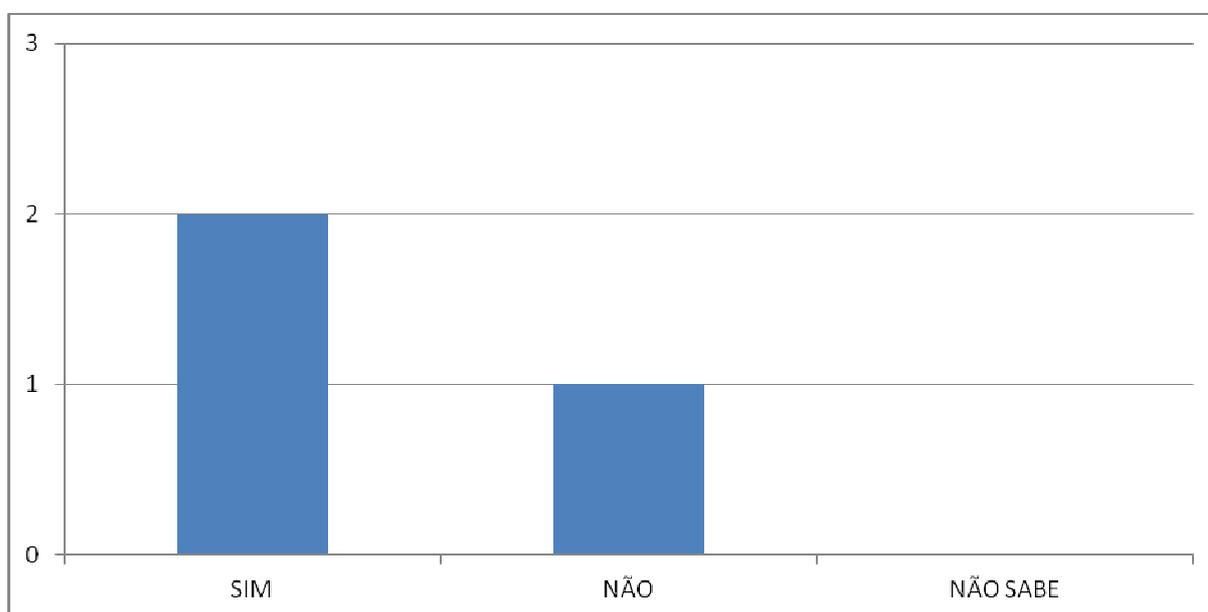
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

No CBHS, foram apontados como aspectos negativos, a falta de infraestrutura e de recursos como um dos principais entraves para a atuação do CBH. Dessa

forma, os aspectos externos, relacionados à estrutura física se sobressaíram em relação aos aspectos operativos e políticos, como a divulgação das informações, grande intervalo de tempo entre as reuniões, a falta de representação e defesa de interesses relacionados ao segmento.

Um dos objetivos da pesquisa foi analisar nas discussões dos comitês a existência de interesses políticos e econômicos e, qual segmento possui mais força na tomada de decisões. É possível verificar, na participação e análise da frequência das reuniões no CBHRNI que o segmento mais representativo é o de usuários, articulado como o poder público, através da representação do INEMA, porém no CBHS o segmento que mais se destacou foi o da sociedade civil em articulação ao poder público, principalmente, as prefeituras municipais e o INEMA. Dessa forma, foram questionados sobre a presença de interesses políticos e econômicos e qual/s segmentos possuem maior poder de participação e decisão (Gráficos 43, 44, 45, 46, 47 e 48)

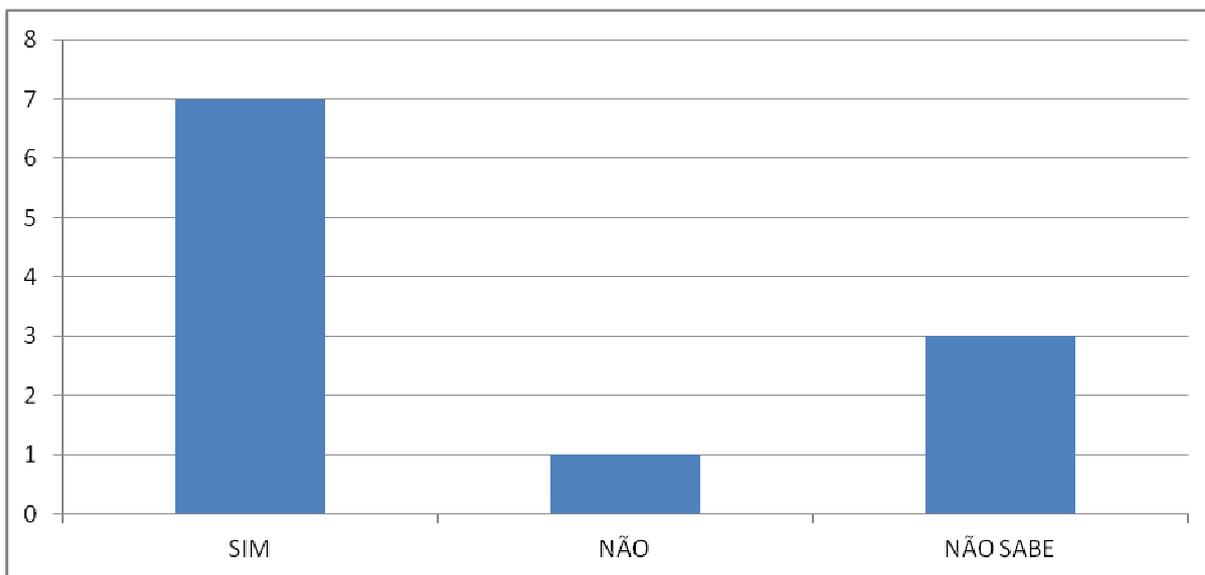
Gráfico 43 - Interesses políticos e/ou econômicos – segmento usuários CBHRNI
(2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

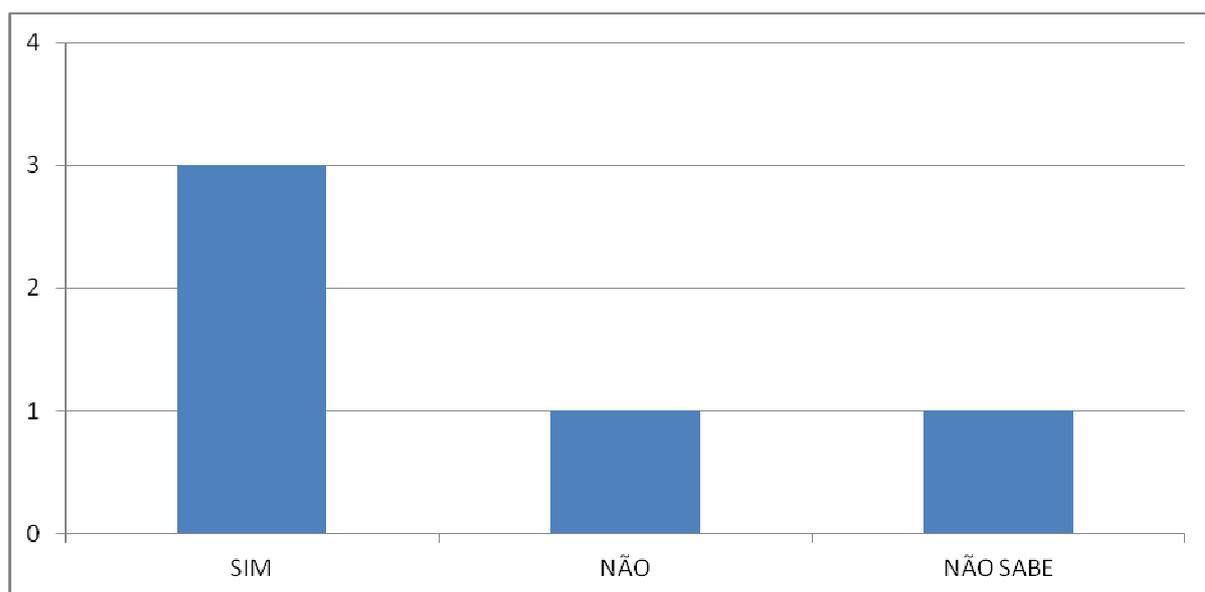
No CBHRNI, a grande maioria dos entrevistados admitiu a existência de interesses políticos e econômicos nas discussões do comitê, uma minoria indicou não existir e outra que não sabe.

Gráfico 44 - Interesses políticos e/ou econômicos – segmento poder público
CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

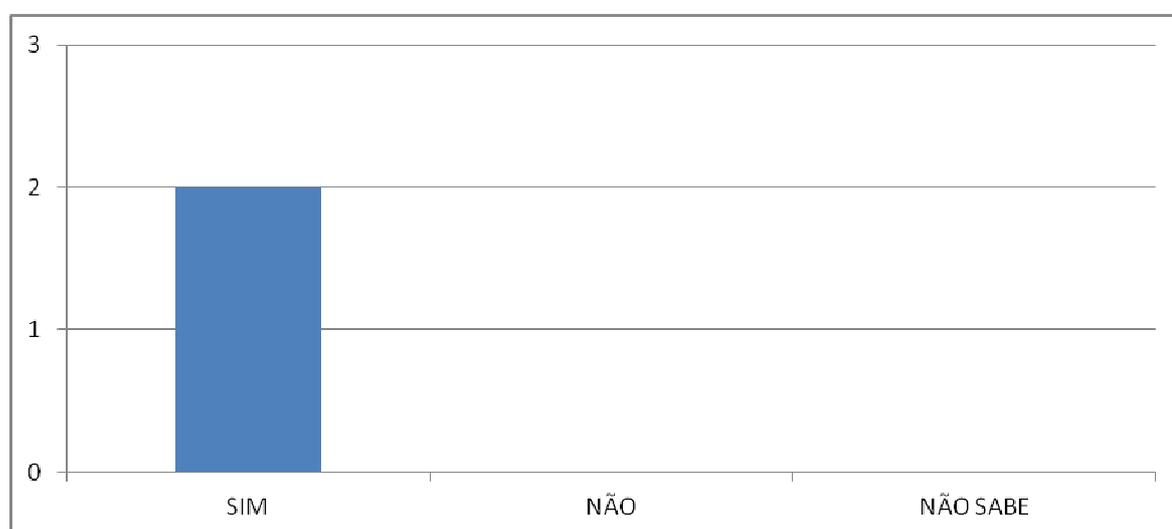
Gráfico 45 - Interesses políticos e/ou econômicos – segmento sociedade civil
CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014

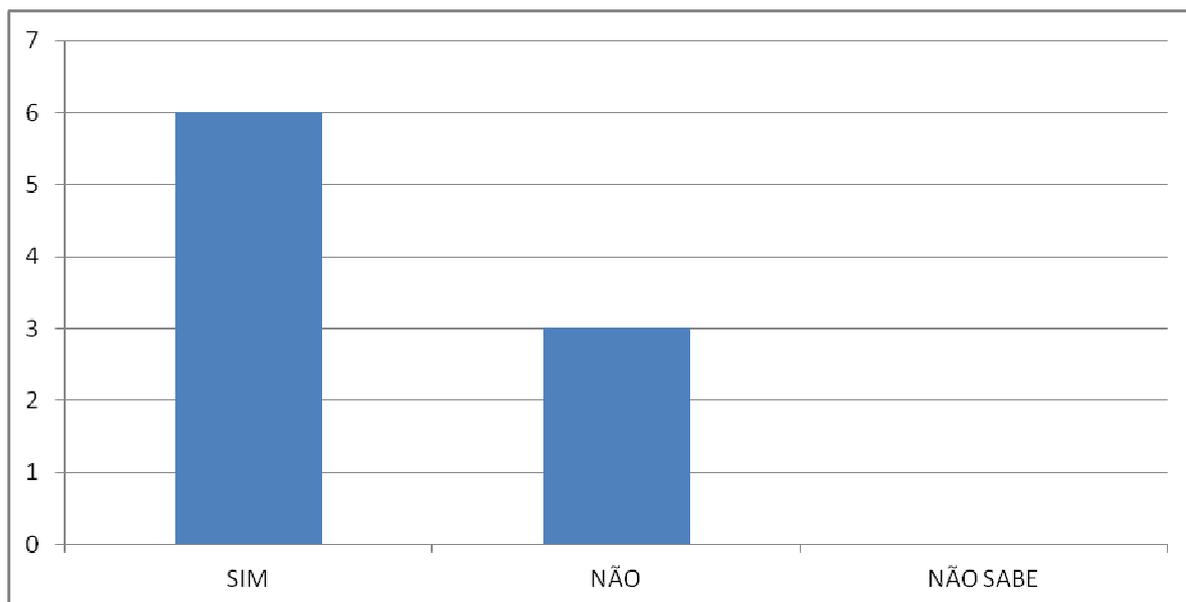
O CBHRNI possui algumas particularidades em relação ao CBHS, principalmente em relação à quantidade de municípios com o total de 46, enquanto no CBHS apenas 9 e, pela localização e importância econômica e política dos municípios. Conforme indicado na caracterização da Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe (Capítulo 2), alguns municípios estão localizados na Região Metropolitana de Salvador: Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias e Simões Filho, dessa forma, devido a grande quantidade de indústrias existe maior representatividade do segmento de usuários.

Gráfico 46 - Interesses políticos e/ou econômicos – segmento usuários CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

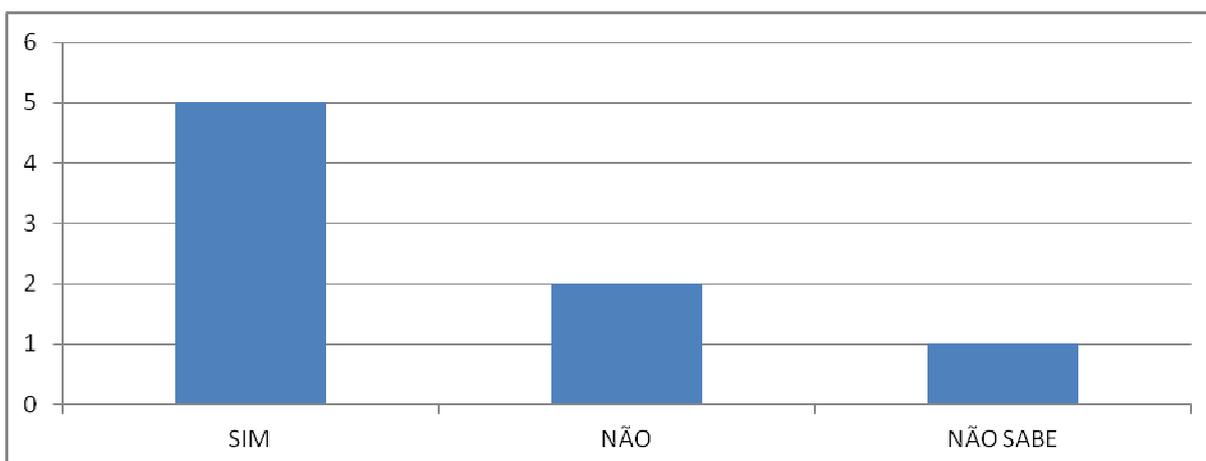
Gráfico 47 - Interesses políticos e/ou econômicos – segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 48 - Interesses políticos e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHS (2014)



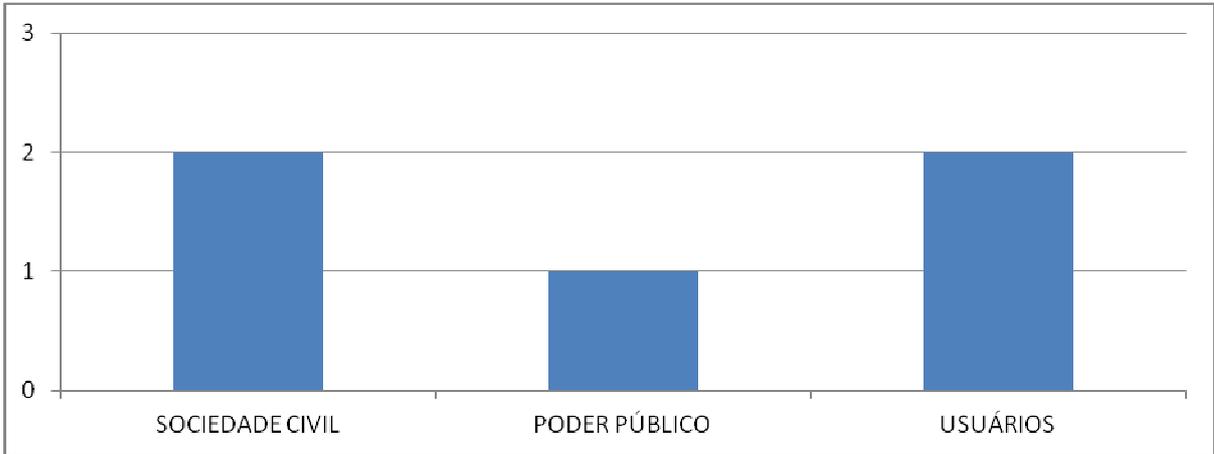
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

A partir da análise dos gráficos, foi possível verificar que a grande maioria dos membros do CBHS indicou a existência de interesses políticos e econômicos nas discussões promovidas pelo CBH. Além disso, o segmento de usuários foi o único unânime ao indicar a presença de interesses dentro desse colegiado.

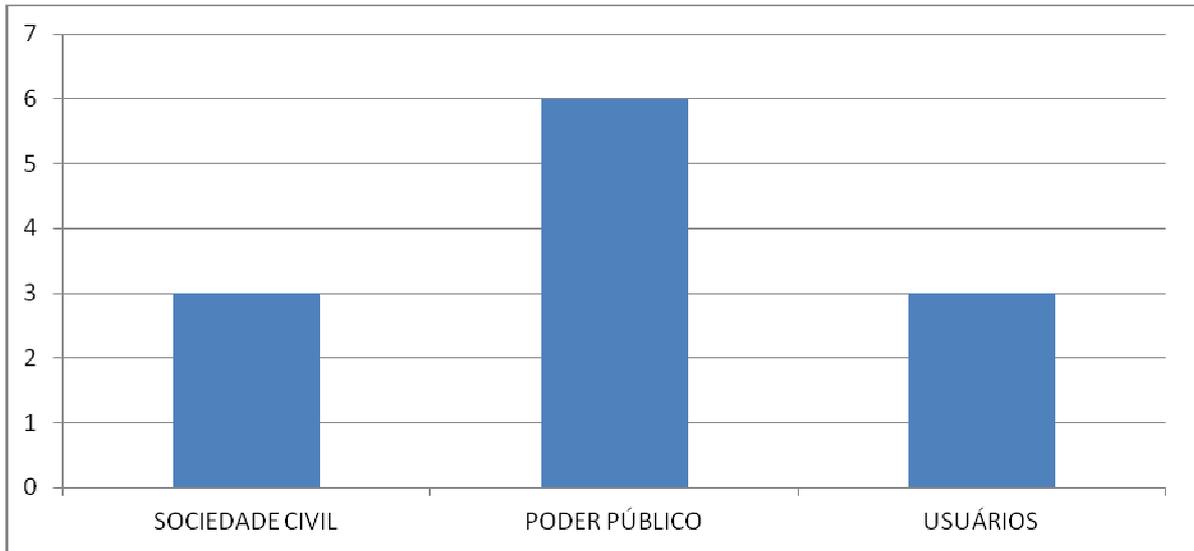
Muito mais importante do que indicar se existe ou não interesses políticos nas discussões do CBH é compreender qual o segmento exerce maior influência em direcionar as discussões e decisões legitimadas no e pelo CBH, como instância política (Gráficos 49, 50, 51, 52, 53 e 54).

Gráfico 49 - Prevalência de interesses político e/ou econômicos – segmento usuários CBHRNI (2014)



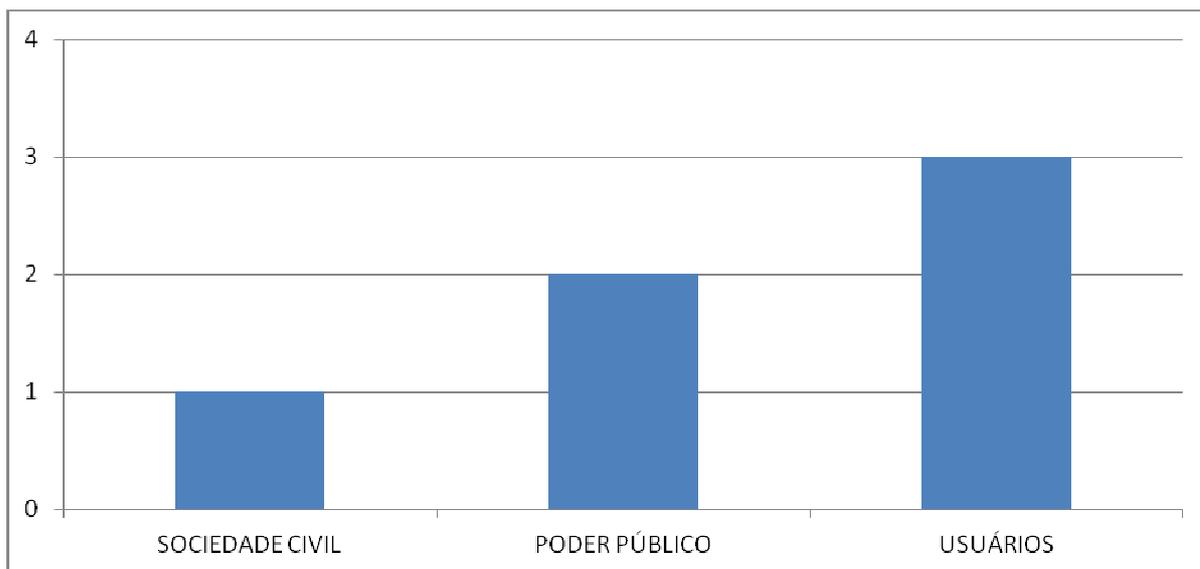
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 50 - Prevalência de interesses político e/ou econômicos – segmento poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 51- Prevalência de interesses político e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHRNI (2014)

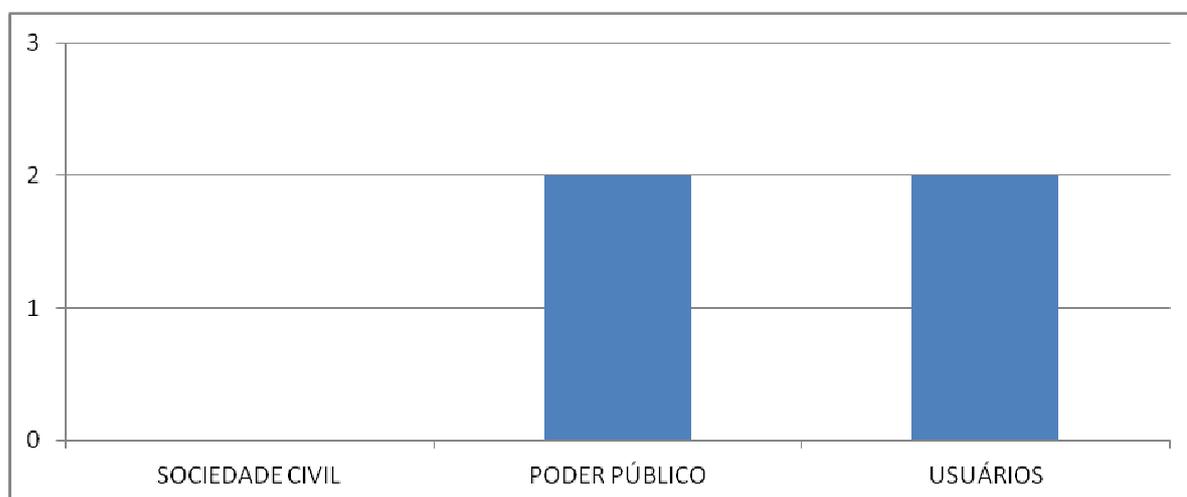


Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Houve um equilíbrio nas respostas dos membros do CBHRNI em relação aos interesses políticos e econômicos. Do total de 20 entrevistados, foram indicados 6 votos para a sociedade civil, 9 sinalizaram o poder público e 8 indicaram o segmento de usuários como o mais importante no direcionamento das decisões. Alguns dos entrevistados destacaram mais de um segmento como importante na representação dos interesses de sua categoria.

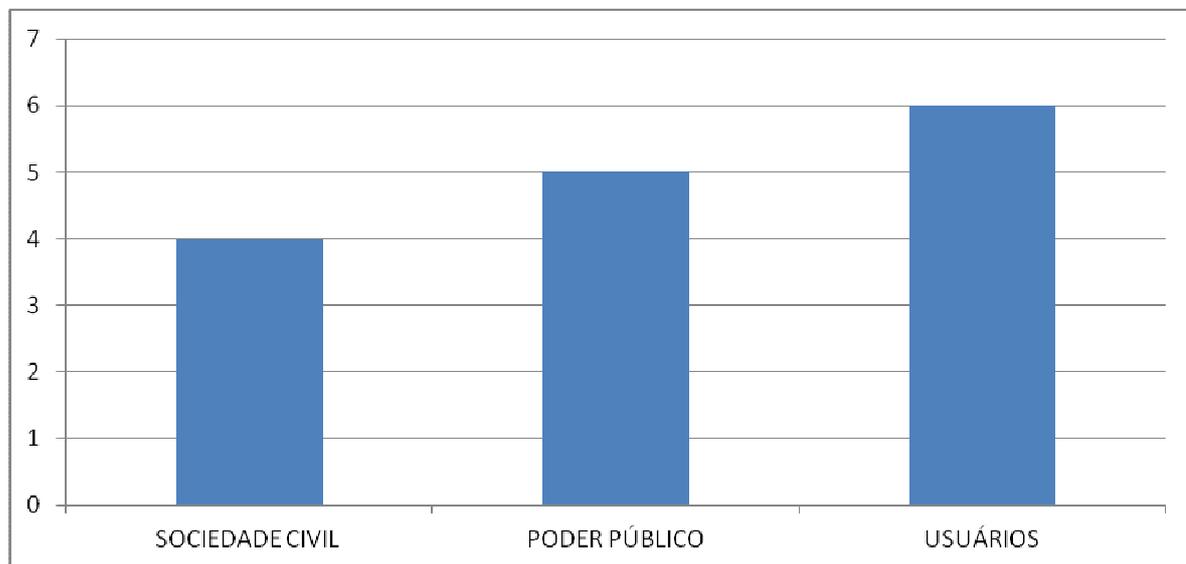
Portanto, a partir das observações e entrevista com o presidente do CBHRNI, foi possível constatar que o segmento de usuários, atrelado ao segmento do poder público exercem maior poder de decisão, pois ambos possuem informações técnicas necessárias para o direcionamento das ações.

Gráfico 52 - Prevalência de interesses político e/ou econômicos – segmento usuários CBHS (2014)



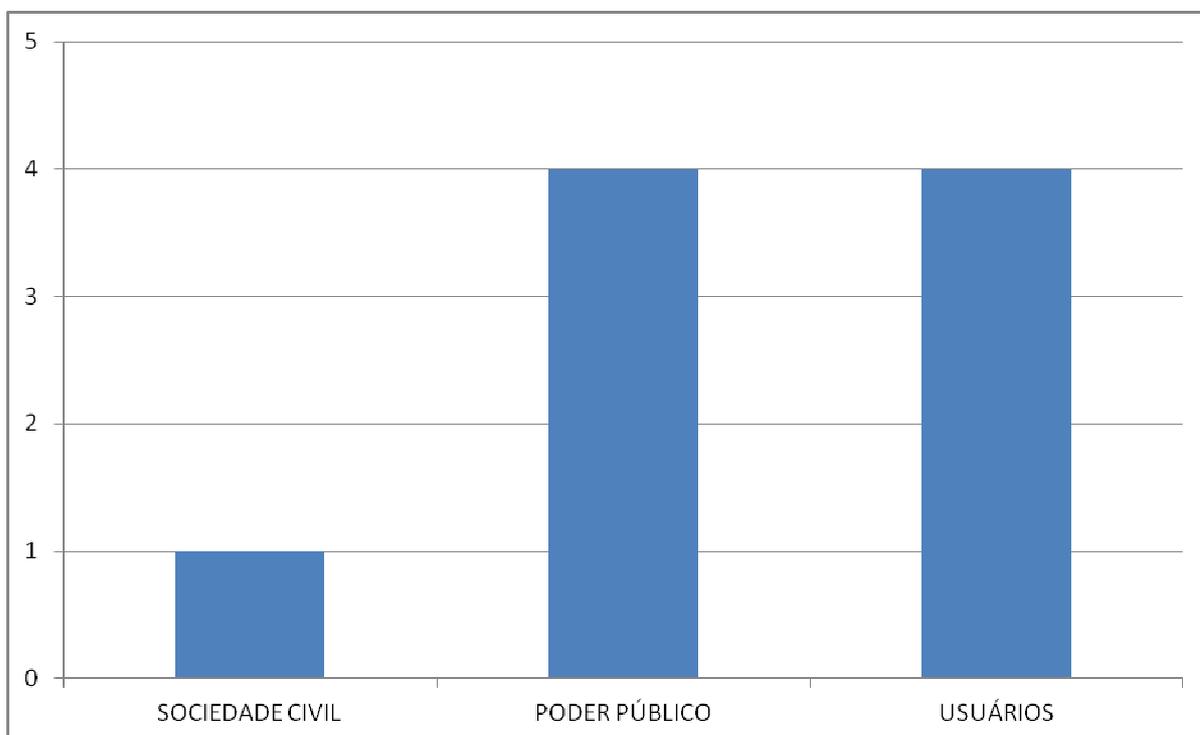
Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 53 - Prevalência de interesses político e/ou econômicos – segmento poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 54 - Prevalência de interesses político e/ou econômicos – segmento sociedade civil CBHS (2014)

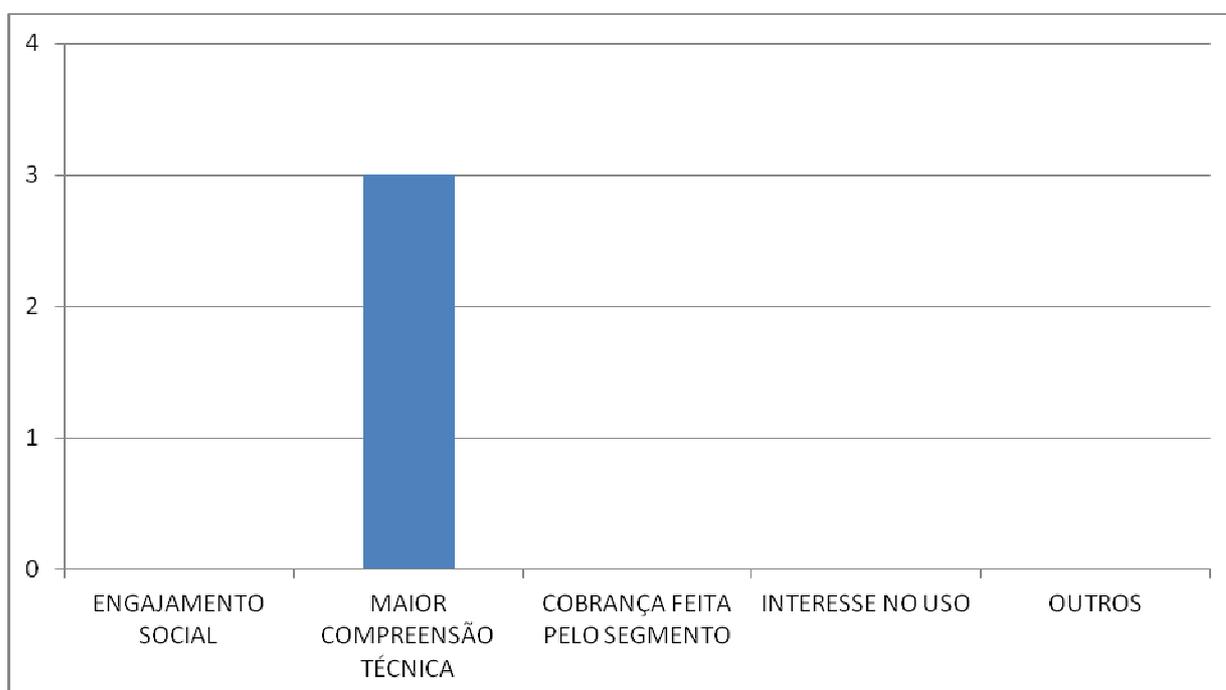


Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

No comitê do Salitre, foi possível perceber a partir das respostas ao questionário, que o segmento que mais se destacou com mais força na defesa dos seus interesses foi o de usuários, seguido do poder público, porém o que se verificou a partir da entrevista feita com o presidente e dos depoimentos dos membros, é que o segmento que tem mais destaque é o da sociedade civil. Porém, de acordo com as observações feitas nas reuniões plenárias, ficou evidente o papel do poder público na figura do INEMA e de alguns municípios, que devido à inserção dos membros na gestão pública municipal viabilizou a articulação desse agente e os municípios, em especial Mirangaba.

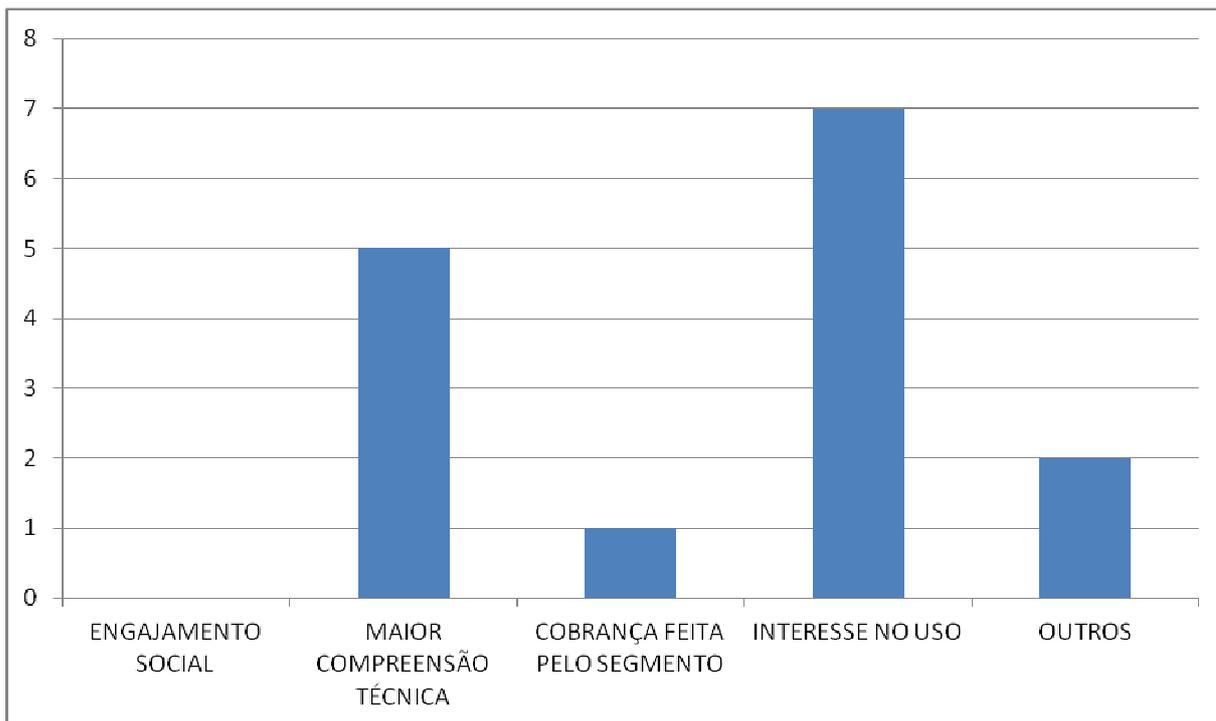
Alguns questionamentos foram feitos sobre as razões que impeliram a participação no comitê de bacia: engajamento social; maior compreensão técnica das questões discutidas no comitê; cobrança feita por parte do segmento que representa; interesse no uso dos recursos hídricos e outras. (Gráficos 55, 56, 57, 58, 59 e 60).

Gráfico 55 - Razões para participação por segmento – usuários CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

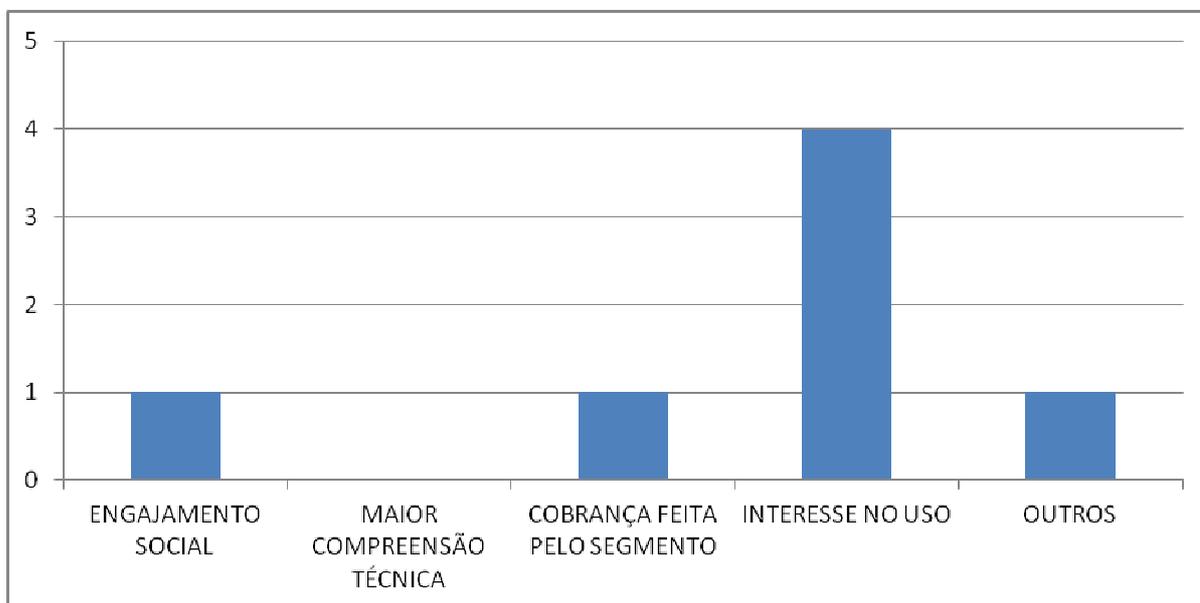
Gráfico 56 - Razões para participação por segmento – poder público CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

Gráfico 57 - Razões para participação por segmento – sociedade civil CBHRNI (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014.

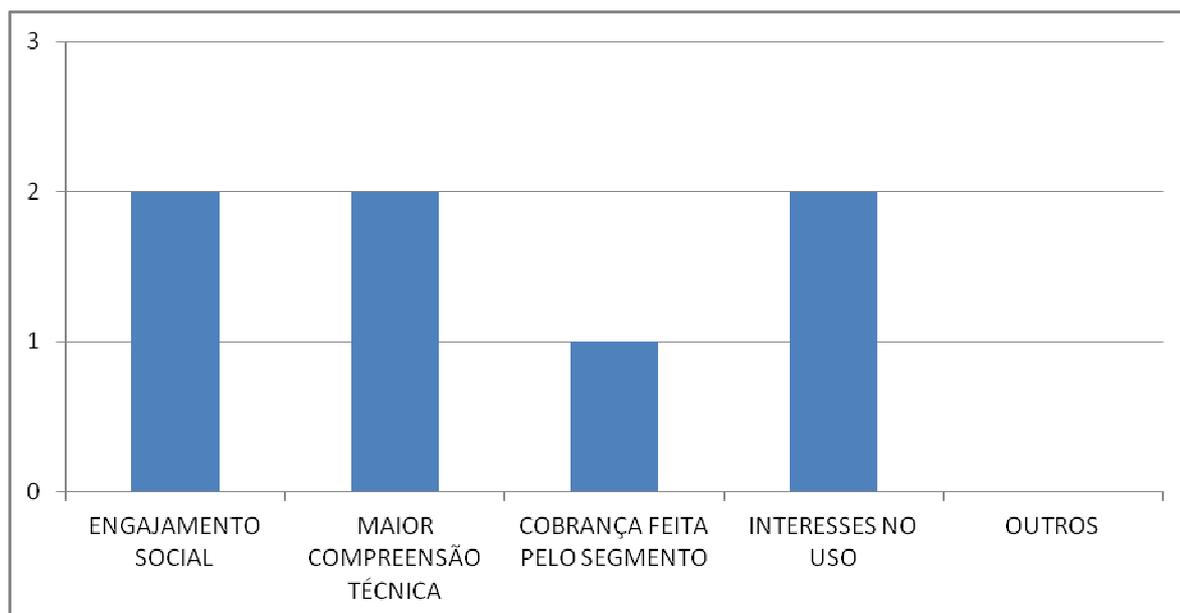
A partir da análise do gráfico sobre as razões para a participação no comitê de bacia, destacou-se algumas particularidades referentes às intencionalidades de cada segmento, a saber:

1) o segmento de usuários do CBHRNI, sinalizou que as razões de sua participação estão intimamente relacionadas a compreensão técnica, porém não afirmaram que essa compreensão está atrelada ao interesse no uso dos recursos hídricos, visto que o segmento de usuários é representado através de grandes indústrias da Região Metropolitana de Salvador e do polo petroquímico;

2) o segmento do poder público, destacou a priori, o interesse no uso, seguido pela maior compreensão técnica e cobrança feita pelo segmento representado;

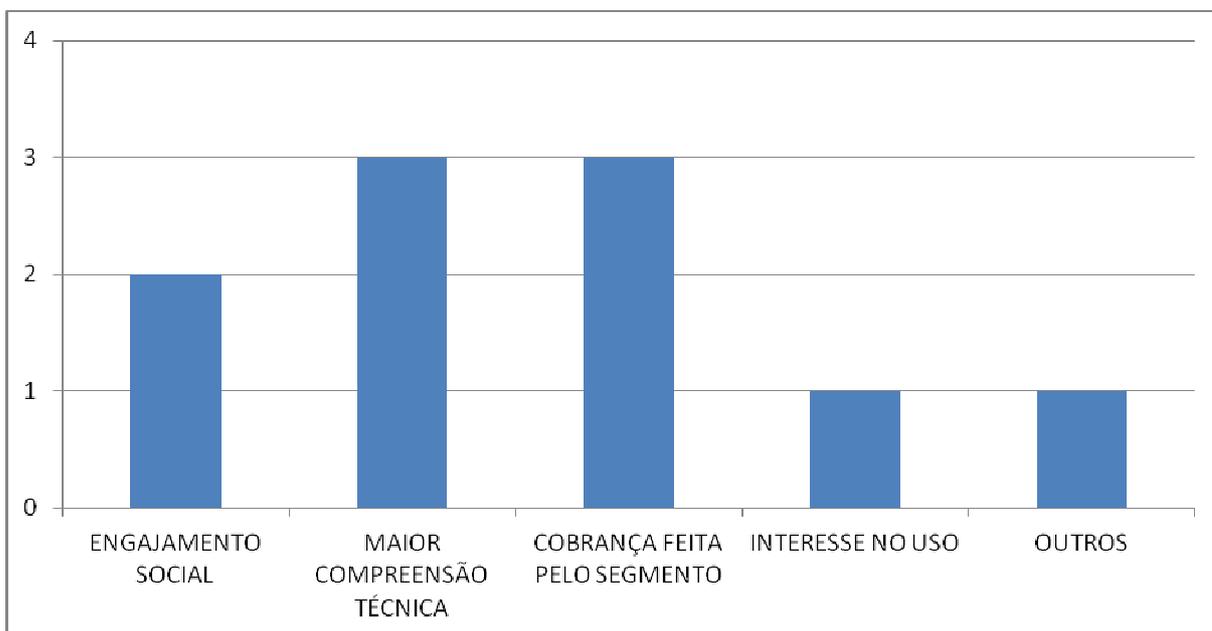
3) o segmento da sociedade civil, indicou principalmente, o interesse no uso, nesse caso, a garantia do abastecimento e qualidade da água, porém sinalizou também o engajamento social como uma das razões que justificaram sua participação, podendo ser qualificado como pertinente, pois, diferentemente dos outros segmentos – usuários e poder público, a participação da sociedade civil tem com premissa inicial o engajamento social nas discussões referentes aos recursos hídricos. No entanto, em alguns casos, conforme indicado anteriormente, algumas ONGs e Associações têm suas atividades associadas ao segmento de usuários, e muitas vezes, se apropriam do caráter despretensioso dessas entidades a fim de adquirirem algum tipo de vantagem ou privilégio.

Gráfico 58 - Razões para participação por segmento – usuários CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).
Elaboração: ALMEIDA, 2014.

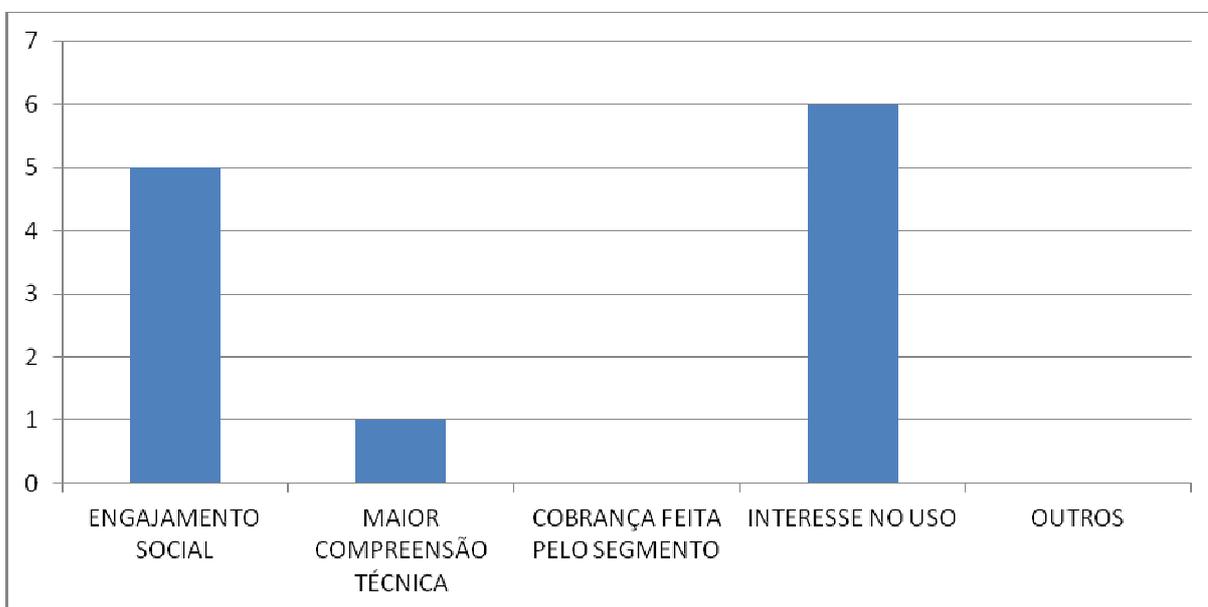
Gráfico 59 - Razões para participação por segmento – poder público CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

Gráfico 60 - Razões para participação por segmento – sociedade civil CBHS (2014)



Fonte: Questionário de pesquisa (2013).

Elaboração: ALMEIDA, 2014

A análise as respostas ao questionamento sobre as razões para a participação dos segmentos nas discussões do comitê do Salitre, nos revelou algumas particularidades que diferem do que ocorreu no CBHRNI:

- 1) O segmento de usuários associou a participação no CBH, ao engajamento social, a maior compreensão técnica e ao interesse no uso;
- 2) O segmento do poder público indicou pela maioria dos votos a maior compreensão técnica das questões discutidas no comitê, cobrança feita pelo órgão ou entidade que representa e engajamento social;
- 3) O segmento da sociedade civil mostrou o interesse no uso e o engajamento social como razões que fundamentam sua participação.

A principal particularidade do CBHS, em relação a essa questão, foi que todos os segmentos destacaram o engajamento social como um dos motivadores à participação.

6.2 Os interesses e direcionamentos do CBHRNI e CBHS

Conforme indicado no Capítulo 1, a diretoria do comitê de bacia hidrográfica é composta pelo presidente, vice-presidente e secretário. No intuito de analisar as impressões e relações existentes nesse colegiado, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os presidentes do CBHRNI e CBHS. O presidente do Comitê do Recôncavo Norte e Inhambupe, representa o segmento de usuários através do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), enquanto o presidente do Comitê do Salitre representa o segmento da sociedade civil, através do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região do Piemonte da Diamantina (CODEP).

Com o intuito de compreender o funcionamento interno e as relações estabelecidas no comitê, os integrantes foram indagados sobre a importância do Estado como um dos principais agentes na gestão de recursos hídricos, as competências do comitê e clareza do papel dos membros, como é feita a mobilização das entidades para participar do colegiado, como são realizadas as eleições, quais os setores, ou segmentos mais atuantes no comitê, quais os interesses desse segmento, qual a relação do CBH com outras instituições públicas e, quais os avanços, entraves e desafios em relação aos membros do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (Comitê, INEMA, CONERH), os níveis de descentralização, fortalecimento do comitê, implementação dos instrumentos de

gestão, exercício da representatividade e participação mais efetiva e outras considerações.

Quando questionados sobre a clareza entre o papel do Estado e o dos CBH's, responderam:

[...] não existe porque a maioria dos membros dos comitês da Bahia acha que o comitê é o Estado. O Estado é um membro do comitê, o comitê é formado pela sociedade civil, pelo poder público federal, municipal estadual, onde geralmente no Estado que não tem agência de bacia, no caso aqui da Bahia é o INEMA que é a secretaria executiva, ele é um membro que tem o voto como qualquer outro membro, como um prefeito de uma cidade, como a FUNASA, como qualquer outra entidade, então muitos membros de comitê, acham que ele está ali só para dizer amém e apoiar o que o Estado e o funcionário do INEMA diz. Ele não sabe que o Estado não é o comitê, o Estado é um dos membros do comitê. Foram comitês criados por decreto e não fizeram capacitação. Nós passamos 4 ou 5 anos sendo capacitados como comitê provisório para depois sair como comitê oficial, hoje não, baixa-se um decreto, cria um comitê aí vai correr atrás de tudo onde os membros não tem uma capacitação e acontece esse tipo de coisa, agora foi que saiu uma pequena capacitação, tá saindo outra. (Presidente do CBHS)

[...] às atribuições estão claras, não existe dúvida entre qual é a atribuição do comitê e a parte do Estado, os instrumentos de gestão não estão todos implantados aqui no Estado, a questão que levanto, a participação é democrática, mas a questão que eu levanto é a lentidão na tomada de decisão nessa interface Estado/comitê essa eu diria que é um aspecto relevante, mas do ponto de vista das atribuições a questão está clara então a implantação é demorada esse é, vamos dizer assim, o lado negativo do processo, o processo é participativo, mas é muito lento. (Presidente do CBHRNI)

O presidente do CBHS traz aspectos relacionados às atribuições do Estado e do comitê e destaca que não há consciência por parte dos membros que o Estado é apenas mais um agente de gestão de recursos hídricos e não o responsável por direcionar as discussões. Além disso, indicou que a dificuldade na clareza das atribuições está relacionada à forma de como os CBH's foram criados no Estado da Bahia, a partir de decreto, ou seja, de deliberações que vieram de “cima” para “baixo” sem a capacitação e preparação necessárias.

Aspectos referentes à clareza das competências do Estado e do CBH foram colocadas pelo presidente do CBHRNI como positivas, pois indicou que a participação se dá de forma democrática, visto que existe conhecimento do que compete ao Estado e ao comitê, porém a única crítica feita a essa estrutura está relacionada à “lentidão” na tomada de decisão entre a interface do Estado/comitê.

Quando indagado sobre o porquê da morosidade na tomada de decisões entre a interface do Estado e do comitê, o presidente do CBHRNI atribuiu ao processo natural de amadurecimento:

[...] ao processo mesmo de amadurecimento, vamos dizer assim dos componentes. Vamos dizer assim: um processo novo tem o quê? cinco ou seis anos, é, o meu comitê tem mais ou menos isso, já teve duas, três eleições então eu diria, os usuários estão mais preparados, o poder público tem preparo mais alterna de quatro em quatro anos e isso traz uma certa descontinuidade e o restante a sociedade civil. Embora a área do Recôncavo seja até vamos dizer assim, mais preparada, existe (nós já fizemos muitos treinamentos no comitê) certo despreparo, uma falta de capacitação natural da sociedade civil, às vezes ela confunde um pouco o papel dela e agente tem que explicar, eu diria isso são os motivos pela questão ser lenta. (Presidente do CBHRNI)

O presidente do CBHRNI esclarece como natural a “lentidão” das decisões na esfera do comitê e destaca que o segmento de usuários e o poder público são os mais bem preparados no direcionamento das decisões, porém sinaliza como um dos entraves a descontinuidade e alternância que há entre o segmento do poder público, pois sua representação estará intimamente relacionada com as eleições municipais. Além disso, atribui à falta de capacitação da sociedade civil como um dos principais motivos na demora das discussões do comitê.

Vale destacar que enquanto o presidente do CBHS atribui ao Estado a ineficiência dos comitês por não oferecer capacitação necessária e pela própria forma em que os comitês são implantados, o presidente do CBHRNI, sinaliza para o despreparo da sociedade civil como um dos principais motivos da ineficiência dos comitês.

Foram questionados sobre qual ou quais os interesses da instituição que representam tem na inserção do comitê de bacia:

[...] olha as instituições elas são todas eu digo assim: normais, cegas, mudas e surdas, alguns diretores, alguns gerentes, alguns chefes é que tem algum envolvimento, você chega hoje em qualquer órgão, não é o órgão em si que faz, se muda aquele gerente, aquele chefe, ele tem um olhar completamente diferente do comitê. Na nossa instituição, nós tínhamos uma presidente que gostava muito do comitê, quando me procurou para representar o CODEP como membro do comitê do Salitre, já a última presidente acha que é conselho dentro de conselho, achava que deveria não ter, agora foi eleito um prefeito do CODEP que também diz que acha que o CODEP não deve está no comitê, então digo que não depende muito das instituições, elas são frias, as pessoas, o diretor o gerente, o chefe é quem é que tem que ter sensibilidade e dizer se quer ou não, tem faculdades, universidades - quer dizer, nós temos umas que o reitor gosta, quer, indica e luta, outros nem ligam, o que é que agente vai fazer? É entidade ou é pessoa? (Presidente do CBHS)

[...] ela dá um apoio pleno, eu divulgo regularmente as ações do comitê, vamos dizer assim, em todos os usuários que eu represento, então existe um acompanhamento nessa gestão, do que está sendo feito e eu levo algumas coisas para os meus representantes, quer dizer para o segmento que represento. Eu trago os interesses desse segmento que eu represento, mas nem sempre agente consegue fazer exatamente da forma como agente acha, agente tem que, existe uma questão coletiva que tem que ser atendida, mas ele tem uma atuação muito permanente nisso, cobram, eu tenho que enviar relatório, eu tenho que tá mantendo a par de tudo, é assim que é feito desde o início. (Presidente do CBHRNI)

Conforme indicado anteriormente, o presidente do CBHS representa o segmento da sociedade civil através do (CODEP) e o presidente do CBHRNI representa o segmento de usuários através do (COFIC). Segundo o presidente do CBHS, a inserção nas discussões do comitê é muito mais de interesse individual do que coletivo da (CODEP), visto que alertou que o que vai direcionar o engajamento do segmento a partir do conselho, será a posição política de cada presidente, dessa forma o perfil participativo será flexível levando em consideração a importância que a entidade atribui ao CBH e o perfil de quem o representa. Isso fica evidente, quando no final das suas observações fez o seguinte questionamento: é entidade ou é pessoa?

O presidente do CBHRNI, diferentemente do presidente do CBHS, ressaltou a importância que o segmento de usuários, através do (COFIC) atribui ao comitê de bacia. Sinalizou para a importância do repasse de informações para a entidade representada, bem como seu esforço em ter seus interesses assegurados. Porém, deixou claro que apesar de saber da importância da representação nem sempre é possível atingir o esperado, pois segundo ele, trata-se de um colegiado onde as decisões são tomadas de forma coletiva. Nesse sentido, é salutar compreender que apesar disso, o fato de ter no presidente do comitê uma representação do segmento de usuários pode de alguma forma direcionar as decisões no sentido de privilegiar esse segmento.

Sobre os segmentos que mais se destacam no comitê de bacia, ressaltaram:

[...] olhe eu digo que os setores mais envolvidos é a sociedade civil, agora o mais atuante é o usuário porque o usuário assim ele atua, porque eu digo atuante? Porque ele bota a bomba maior que tem, capta o maior volume de água e a jusante o pequeno, a agricultura familiar fica sem água e esse é o problema crucial do Salitre, que é a escassez porque num lugar temos água e em outro não temos, então eu digo que o mais atuante é o usuário, porque atua mesmo, usando a quantidade de água que não devia usar. Se a secretaria executiva usasse a nossa deliberação que nós pedimos, revisão de outorga... Porque você admitir um Estado que tem um comitê

com 9 municípios e temos apenas 26 outorgas e outorgas caducas de 25 anos que não são renovadas não são revistas onde você não sabe o endereço, chega lá e diz: esse daqui foi meu pai, isso aqui é direito adquirido foi do meu pai e você, né?! Então agente fica nessa situação! (Presidente do CBHS)

[...] não tenha dúvida, que nesse comitê é o setor de usuário, é o mais atuante mais participativo, ele não mudou tanto, ele tem mantido uma certa base de usuários, a própria EMBASA é o principal usuário que sempre esteve presente, entendeu? Então ele, eu diria que o segundo em alguns pontos é a própria sociedade civil, então os dois, eu diria tem um segmento da sociedade alguns municípios que é atuante, outros não, e no poder público idem. Por exemplo: Salvador é atuante, Lauro de Freitas é atuante, algumas prefeituras são, Camaçari é atuante, mas nem todos são atuantes, então não existe uma certa uniformidade, agora os usuários sim, os usuários dão uma cobertura. (Presidente do CBHRNI)

Quando questionado sobre a atuação marcante do segmento de usuários, o presidente do CBHRNI esclareceu:

[...] maturidade de gestão, formação técnica, formação gerencial, tudo, é um segmento mais preparado, e eu diria, dentro do segmento usuário, o segmento da indústria é muito diferenciado em relação aos outros segmentos, isso eu posso dizer tranquilamente. Né? Se você pegar o segmento do agronegócio, embora use muito mais água, agora que começou a ter uma atuação mais efetiva nesse aspecto, mas a indústria, isso é perfil nacional, é assim em Brasília, em Minas Gerais em São Paulo, o perfil de atuação e gestão, nessa parte, a indústria ela que tem grandes tecnologias, ela que faz os grandes reusos de água, ela que promove na frente usando tecnologia e não é porque ela quer aparecer não, é porque ela entende que isso é fazer negócio bem feito, então esse é o perfil de atuação da indústria. (Presidente do CBHRNI)

O presidente do CBHS diferenciou participação de atuação. Segundo ele, o segmento mais participativo é o da sociedade civil, porém o mais atuante é o de usuários. A justificativa foi pautada no poder de captação de água que o segmento possui. Ainda relacionou que isso ocorre pela ineficiência na atualização das outorgas de direitos de usos que já foi indicado pelo comitê, porém essa atualização não foi feita pelo INEMA, órgão responsável pela fiscalização. Apesar de muitas de suas observações ressaltarem a importância do poder público, principalmente na figura do INEMA, não destacou o segmento do poder público como atuante dentro do CBHS.

O presidente do CBHRNI foi categórico ao ressaltar a atuação dos usuários, principalmente na figura da EMBASA. Em seguida, destacou a importância de alguns municípios na atuação dentro do comitê, porém houve um equívoco, pois foram enquadrados no segmento da sociedade civil, quando na verdade, representam o poder público municipal. Dentre os municípios mais atuantes

sinalizou: Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari. É importante relacionar a atuação desses municípios como os usuários, visto que é justamente na Região Metropolitana de Salvador a concentração de usuários a partir do setor da indústria. Além disso, quando questionado sobre a articulação do segmento, destacou três particularidades importantes: maturidade de gestão, formação técnica e formação gerencial, acrescentou ainda, que dentro do segmento de usuários é o setor da indústria que se mostra mais atuante em todo o Brasil.

Algumas perguntas foram feitas no sentido de compreender quais são os desafios, entraves e avanços referentes aos níveis de descentralização das decisões, ao fortalecimento dos comitês, a implementação dos instrumentos de gestão e o exercício da representatividade.

Em relação ao nível de descentralização responderam:

[...] é o maior, é o seguinte: para você se locomover, para você se corresponder, você precisa de uma internet boa, no interior onde temos uma internet que tenha uma boa velocidade, nós precisamos de uma impressora com a qualidade boa e colorida para produzir um folder, nós precisamos produzir um folder para sair entregando na população da bacia, nós precisamos de um carro para se locomover, então a hora em que o governo vem e tira esses recursos do comitê isso é o maior entrave, o comitê não tem uma estrutura, onde é que um presidente do comitê telefona para o próprio INEMA? Do seu bolso, tem hora que chega o fim do mês minha conta de telefone esta em 250, 300 reais do interior pra aqui, então esse é o maior entrave hoje, é vamos dizer assim, a falta de estrutura que o INEMA não dá aos comitês pra poder eles sobreviverem. (Presidente do CBHS)

[...] avanços, bons avanços: é a própria lei, é o próprio processo de gestão de águas, isso eu diria um avanço, ele é bom, bonito na sua concepção conceitual, na prática ele é mais trabalhoso, ele é mais lento, é o seguinte, se eu pudesse decidir tudo que eu tenho que fazer e não perguntar a ninguém eu vou fazer mais rápido, se eu tiver que entrar em consenso com 50 pessoas vai demorar, até eu entender, até eu divulgar, até todos terem o mesmo nível, a capacidade de poder participar e interesse, então o processo é um processo naturalmente mais lento, então a evolução que eu vi, qual foi a evolução? A evolução foi agente não ter mudado muito o comitê, o comitê se preservou na sua parte operativa, mais efetiva e está preservado, eu vejo isso como positivo, então não é um avanço, foi um fato. Avanço eu vejo a atuação desse governo, dessa gestão, deu prioridade a isso, pra mim foi um avanço, eu achava que estava um pouco no discurso, que ia demorar mais um pouquinho do que eu imaginava, algumas coisas avançaram bem outras não, então tem alguns instrumentos que agente precisa correr atrás senão vai demorar muito para implantar. (Presidente do CBHRNI)

A concepção de descentralização destacada nesse trabalho, está relacionada à importância da própria Legislação Federal de Recursos Hídricos ao retirar do Estado a exclusividade em decidir sobre os recursos hídricos, ou seja, na inserção de outros agentes de gestão, a exemplo do comitê de bacia com a participação, além do

Estado, dos usuários e da sociedade civil. No entanto, ficou evidente, que os presidentes dos referidos comitês não possuem ampla clareza do que seria a descentralização na gestão de recursos hídricos, principalmente, o presidente do CBHS que quando questionado a respeito indicou como desafios e entraves a falta de recursos e de estrutura do comitê.

O presidente do CBHRNI destacou a princípio, a importância da legislação, mas indicou que existe certa distância entre a lei e a prática a que atribui a “lentidão” dos processos de decisão. Além disso, justificou a morosidade através do aspecto coletivo e consensual que o comitê estabelece quando indica que um consenso de 50 pessoas é muito mais complexo do que a decisão feita apenas por uma. Destacou como um dos avanços a permanência do que chamou de “parte operativa” do comitê, bem como ressaltou a importância que o governo deu na gestão de recursos hídricos através da implantação dos instrumentos de gestão.

Algumas considerações foram feitas em relação aos avanços, desafios e entraves no fortalecimento dos comitês:

[...] o maior avanço, eu diria é a cada hora uma juventude que tem chegado aos comitês, são pessoas que tem nível, são pessoas que estão fazendo cursos nas diversas universidades daqui da Bahia, são pessoas que tem feito cursos de pós-graduação e tem buscado os comitês, os alunos de geografia, os geógrafos de um modo geral tem buscado muito os comitês para pesquisa, em Jacobina mesmo no Salitre, tem um o curso de geografia, antigamente não tinha um trabalho de conclusão de curso, um TCC falando do Salitre, esse ano fui convidado, foram seis trabalhos de conclusão de curso falando do Salitre, com isso está ficando alguma coisa escrita e isso eu acho que é um dos pontos fortes que nós temos que com isso agente vai transformar, melhorar muito. Os entraves, os desafios ainda é a rotatividade dos funcionários do governo no Estado, o Estado em 10 anos que abriu concurso para cento e poucas pessoas. Os técnicos do governo não são funcionários de carreira, funcionários concursados como manda a lei né? Pra poder uma pessoa exercer uma função de fazer um alto de infração ele tem que cumprir a Política Nacional de meio ambiente, de recursos hídricos, ele tem que ser ou um técnico ambiental ou analista ambiental, então um cara desse que é contratado como reda ou outra maneira que ele é contratado, dificulta muito porque ele está lá no comitê hoje e amanhã não está mais, aí entra um outro, amanhã não sabe mais nada, ele começou um trabalho deixou pendente, isso tem sido um entrave muito grande, o INEMA não ter um quadro de funcionários da ativa, concursados pra que tenha um acompanhamento no comitê isso tem dificultado bastante. (Presidente do CBHS)

[...] avanços, entraves. Entrave: a capacitação, as distâncias - difícil você chegar a uma comunidade que não, por exemplo, as universidades, a descentralização de algumas universidades fora participar de alguns núcleos, a própria participação das entidades, os cursos de formação, isso tudo leva tempo, então eu diria capacitação é um entrave. Porque hoje você vê o seguinte: o tema recursos hídricos, ele não está muito, nem na pauta do governo. (Presidente do CBHRNI)

Como avanços, o presidente do CBHS destacou a participação da juventude nas discussões do comitê e aumento acentuado do número de pesquisas acadêmicas que estabelecem o comitê de bacia como objeto de estudo. Atribui a rotatividade dos funcionários do Estado como o principal entrave no fortalecimento dos CBH's, pois acaba inviabilizando uma formação técnica adequada e a continuidade das ações. O presidente do CBHRNI, não destacou nenhum avanço no fortalecimento do comitê de bacia, e indicou a capacitação como um dos principais entraves.

Segundo a Legislação Federal de Recursos Hídricos, os instrumentos de gestão são: Plano de Bacia, enquadramento dos corpos d'água por classes, outorga de direito de uso dos recursos hídricos e cobrança. Dessa forma foram questionados sobre a aplicação desses instrumentos:

[...] o problema é o seguinte: a Bahia como nós falamos que desde 1997 é a lei 9.433 a lei de recursos hídricos, desde 2006 foi criado o primeiro comitê e nós não temos ainda um comitê da Bahia que tem o Plano de Bacia, se você não tem Plano de Bacia será que a outorga está bem? Será que tem enquadramento? Será que tem cobrança? Se não tem o Plano de Bacia, consequentemente não tem os outros instrumentos, então acho que o entrave é esse mesmo, tem que ter Plano de Bacia pra poder assim surgir dentro da série seguindo os outros instrumentos, para que isso venha a acontecer. Hoje nós vimos aí o que a Bahia passou nessa seca agora que eu tenho dito que não é seca, a Bahia, nós passamos por duas secas, uma seca hídrica que agente já sabia que ia acontecer e a outra seca mesmo que já é a questão por falta dessa capacidade de não se ter um plano hídrico de bacia: que água eu tenho reservada para a agricultura? Que água eu tenho reservada para indústria? Que água eu tenho reservada para o consumo humano? Então com isso agente sabe que é realmente por isso, que precisa estabelecer isso na Bahia. (Presidente do CBHS)

[...] primeiro entrave: falta de informação, não é um entrave isso é uma limitação, não existe informação técnica, dado confiável, regular, que possa permitir, se você não mede você não gerencia, ora como é que você vai tomar uma decisão se você não tem informação? No papel você toma dá tudo no papel, agora você chega lá no campo é completamente diferente então é o seguinte, qual é a rede de recursos hídricos que o Estado tem para monitorar recursos hídricos? Ela é deficiente! Então é o seguinte, ele está evoluindo ele quer evoluir e sabe onde precisa e tem recurso pra fazer e não é só implantar, quem toma conta dessa rede depois? Para essa rede funcionar, para o dado ser confiável, pra guardar ele certinho tudo isso custa dinheiro, então o estado não tem na sua estrutura ainda, mas ele tá dando passos importantes nesse sentido, porque essas tecnologias permitiram você gerenciar informação de uma forma muito mais efetiva. (Presidente do CBHRNI)

Em relação à implantação dos instrumentos de gestão, o presidente do CBHS ratificou a importância do Plano de Bacia como o principal, criticou ainda a

inexistência desse plano nos comitês do estado da Bahia a partir de uma análise do ano que a Legislação Federal indicou a importância de sua implementação (1997) e da criação dos primeiros comitês na Bahia (2006). Além disso, estabeleceu uma relação entre o plano de bacia e outros instrumentos de gestão: enquadramento, outorga e cobrança que necessitam das informações que devem estar contidas nesse documento para estabelecer suas ações de gestão.

Diferente do que expôs o presidente do CBHS, o presidente do CBHRNI, focou suas análises no aparato técnico e na importância das informações necessárias para obter diagnóstico ambiental da área que compreende a bacia, indicando que sem essas informações é inviável estabelecer os instrumentos de gestão.

Em relação à aplicação do principal instrumento de gestão que é o Plano de Bacia, o CBHRNI encontra-se a frente do CBHS, visto que já foram iniciadas as oficinas nos municípios polos, com o intuito de fazer um diagnóstico socioambiental dos municípios que compõem a bacia hidrográfica, vale salientar, que a construção do plano de bacia está sendo realizada pela IBI, uma empresa de consultoria contratada pelo INEMA. Uma das oficinas de diagnóstico do Plano de Recursos Hídricos e da proposta de enquadramento dos corpos de água, foi realizada em Serrinha, no dia 24 de julho de 2014, que corresponde ao polo da Região 3: Água Fria, Barrocas, Biritinga, Irará, Lamarão, Ouriçangas, Pedrão, Santa Bárbara, Santanópolis, Sátiro Dias, Serrinha e Teofilândia. Conforme destacado na análise dos registros em atas e entrevistas realizadas, apesar do CBHS ter iniciado as discussões sobre o plano de bacia, houve problemas entre o INEMA e a empresa contratada, gerando um processo jurídico e inviabilizando o início de sua construção.

Algumas questões foram levantadas sobre o exercício de representatividade no comitê de bacia:

[...] às vezes existe uma falsa representatividade também dentro dos comitês , porque para mim dizer que represento uma entidade, eu tenho que sair de lá e dizer olha a pauta da reunião que eu vou e como é que vocês meus pares aqui pensam que eu devo me comportar lá nessa votação que se tiver lá aí sim eu estou votando pela entidade mas se essa entidade não sabe que estou aqui, o que vai ser discutido e o que eu vou votar , eu vou votar por mim ou pela entidade? E quando eu voltar daqui como é que eu socializo o que aconteceu aqui com a entidade? Então agente sabe que representatividade é uma coisa difícil e hoje cada dia que passa as pessoas tem usado essa representatividade para enriquecimento próprio, para cobrança de emprego, capitalização própria, como a gente mesmo já disse: é difícil essa representatividade e agente espera que isso mude porque precisa essa sociedade civil, hoje são poucas instâncias no Brasil que dá esse poder a sociedade civil como nos comitês de bacia dão,

com caráter deliberativo para sociedade civil, mas poucas pessoas sabem e vem para o comitê de bacia também com essa capacidade de ter essa representatividade e usar, agente tira assim, eu fico às vezes preocupado e quando eu chego aqui na reunião do comitê do Recôncavo Norte com todo essa civilização aqui de Salvador, eu não vejo às vezes até as discussões que eu vejo nos comitês do interior, fico muito preocupado quando eu vejo as pessoas aqui da capital deixar sua água ser exportada né? Através do pólo, através da água mineral, através das fábricas de cerveja, dos lençóis de São Sebastião que é tudo e beber água do semiárido de uma transposição do rio Paraguaçu que vem pela barragem de Pedra do Cavalo tem hora que eu fico impressionado como é que as pessoas aqui de Salvador não discutem água, está previsto pela ANA, entre lá você que vai ouvir isso aqui que eu estou falando, chegue lá e entre no atlas da ANA e veja o que é que tá dizendo para Salvador no ano 2020 se não tomar uma providência vai ter um colapso total no sistema hídrico e agente chega aqui no comitê do Recôncavo Norte e se discutem água às vezes para o pólo né? E eu fico preocupado por essas discussões nos comitês da Bahia. (Presidente do CBHS)

[...] eu diria tem dois segmentos que precisam, todos precisam, inclusive o de usuários, mas eu diria especialmente o poder público, em entender qual o seu papel, teria que ser o mais atuante de todos aonde os comitês funcionam muito a parte pública lá no sul é muito efetiva. A tomada de decisão participativa é mais efetiva né, mas eu diria ser tripartite é bom e o comitê sempre foi tripartite antes de ter regra antes de dizer tinha regra, foi ele que estabeleceu a tripartite, foi ele que lutou por isso, foi ele que botou no seu regimento isso, então agente acha que isso é importante, equilibra, então todas as nossas decisões, por exemplo, não existe nenhuma regra que diz que o presidente e o vice e o secretário tem que ser cada um de um segmento, podia ter os três do mesmo, mas agente faz questão que seja assim, cada um de um segmento e as vezes varia. Eu hoje estou como presidente, mas dos três que tiveram antes nunca foram usuários, eram poder público, eu acho que o correto tem que ser poder público porque ele tem uma participação mais política ele tem uma interface mais apropriada. (Presidente do CBHRNI)

Alguns aspectos referentes à representatividade foram levantados pelos presidentes dos comitês analisados, dentre eles, vale ressaltar a crítica feita pelo presidente do CBHS ao afirmar que há uma falsa representatividade, pois para que ela de fato ocorresse seria necessário forte diálogo entre a entidade e quem a representa, no sentido de estar a par da pauta da reunião com antecedência para que fosse indicado qual deveria ser o posicionamento do representante do segmento em relações às questões discutidas, além disso, ressaltou a importância de expor junto à entidade quais foram as decisões e deliberações estabelecidas no colegiado.

Afirmou que muitos se apropriam da representatividade para adquirir privilégios individuais, como projeção política e enriquecimento ilícito e ainda fez uma crítica incisiva as discussões que são estabelecidas no Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, como secundárias, porque segundo o entrevistado, deveriam discutir a situação hídrica atual da bacia.

O presidente do CBHRNI destacou outras particularidades: a importância da representatividade em todos os segmentos, porém a necessidade maior entre o segmento do poder público, a relevância da opção pela estrutura tripartite, pois indica que isso ocorre há muito tempo e que os comitês fizeram questão de ter a participação de vários segmentos, a não existência da obrigatoriedade de na diretoria existir a composição tripartite, ou seja, nada impediria que o presidente, vice-presidente e secretário representassem o mesmo segmento e por fim defendeu que a presidência do comitê deveria ser do segmento do poder público, pois o julga mais preparado e engajado politicamente para direcionar a gestão.

A partir da análise das respostas dos questionamentos, principalmente em relação à representatividade, percebe-se que existe no CBHRNI grande articulação entre o segmento de usuários e do poder público, na figura do INEMA. Conforme indicam Santos (1996) e Côrrea (1990), as ações dos agentes são imbuídas de intencionalidades, o que se torna evidente quando analisamos as entrevistas com os presidentes dos comitês. É possível constatar que o presidente do CBHRNI, em todas suas colocações não atribui ao Estado à morosidade nas decisões que envolvem o comitê, além de não assumir que existe por parte desse agente a intenção de não fazer fluir as ações promovidas pelo CBH. Além disso, no seu discurso ficou claro que existe um empenho maior por parte do segmento dos usuários em se apropriar do conhecimento técnico e das discussões promovidas no colegiado e que a sua representatividade se dá nesse sentido.

No caso do CBHS, existe por parte dos membros e em especial pela presidência do comitê, uma visão mais crítica do papel do Estado como sendo um dos agentes mais importantes na gestão de recursos hídricos, em especial na Bahia, visto que destaca desde a “lentidão” na aplicação da Legislação Federal em relação a criação dos comitês, bem como a forma que foram implantados através de decretos estaduais e não pela mobilização da sociedade. Além disso, destacou que existem muitos equívocos, principalmente por parte da sociedade civil que ratifica o poder do Estado por assumi-lo como principal agente de gestão para tomar as decisões finais no comitê, além de existir intencionalidade por parte do mesmo em não oferecer capacitação adequada para os membros do colegiado.

Nesse sentido, cabe salientar que a estrutura do comitê condiz com o perfil descentralizador, porém isso não garante que as ações sejam mais participativas,

porque o Estado ainda é o agente com maior poder de atuação, através do aparato técnico e financeiro necessários para efetivar algumas ações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na geografia são poucos os estudos que tomam como referência a gestão territorial da bacia hidrográfica a partir dos comitês, muitos desses são feitos no campo da administração, políticas públicas a partir da ênfase no princípio da participação. A abordagem destacada nessa pesquisa consistiu na compreensão que a história federativa brasileira foi marcada pela relação dialética entre períodos com maior centralização e outros com maior descentralização, que foi refletido também na gestão de recursos hídricos. O marco que indicou um período de maior descentralização na gestão de recursos hídricos foi o contexto de implantação da Lei Federal 9.433/97. O caráter descentralizador desse documento não se dá pela repartição de competências entre a União, Estados e municípios, o que poderia ser caracterizado como desconcentração de poder, mas principalmente por estabelecer alguns princípios que destacam uma nova abordagem da bacia hidrográfica e a perspectiva de uma gestão descentralizada com a inserção de novos agentes.

A partir de uma abordagem política da bacia hidrográfica, caracterizada como um território institucionalizado pela legislação federal de recursos hídricos foi possível compreender o contexto de inserção de outros agentes de gestão a partir de uma perspectiva participativa, nesse caso, os comitês de bacias hidrográficas.

Percebe-se, no entanto, que a descentralização estabelecida como um dos princípios fundamentais na gestão de recursos hídricos ocorre principalmente a partir do teor institucional com a inserção do poder público, usuários e sociedade civil. Isso se torna evidente ao analisarmos as atas das reuniões dos comitês, os questionários e as entrevistas, onde é possível perceber o papel preponderante do Estado através do órgão de gestão de recursos hídricos da Bahia – INEMA. Apesar da composição do poder público dos comitês corresponder também as prefeituras dos municípios que estão inseridos no território da RPGA, o Estado é o principal agente desse segmento, pois é também o responsável por fazer cumprir as deliberações normativas.

Apesar da Legislação Federal de Recursos Hídricos ter estabelecido alguns instrumentos de gestão de recursos hídricos, desde 1997, no Estado da Bahia o atendimento a essas deliberações, que incluem a criação dos comitês de bacias hidrográficas ocorreu apenas em 2006 com a criação de seis comitês: Leste, Paraguaçu, Itapicuru, Recôncavo Norte e Inhambupe, Salitre, Verde/Jacaré, ou seja, com quase uma década de atraso.

Destarte, a recente implantação dos comitês de bacias na Bahia, vai refletir na criação e aplicação de instrumentos de gestão, principalmente o Plano de Bacia Hidrográfica que é o documento máximo do colegiado, necessário para implantação de outros instrumentos, a saber: o enquadramento dos corpos d'água por usos preponderantes e a cobrança pelo uso das águas. O CBHRNI está na fase diagnóstica de construção do Plano de Bacia, que consiste na promoção por parte da empresa contratada (IBI), de oficinas nos municípios polos com o intuito de colher informações socioambientais dos municípios que compõem a RPGA.

Entre as atribuições do comitê está a de aprovar o Plano de Bacia, acompanhar a sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento das metas. No Estado da Bahia, nenhum dos 14 comitês implantados possui esse instrumento de gestão. O CBHRNI está em fase de construção do Plano, dessa forma é possível analisar como o processo é conduzido pelo INEMA: são

contratadas empresas, através de licitações, para construir o documento junto ao comitê, o que é justificado pelo órgão devido à necessidade de estudo da realidade socioambiental da bacia e conhecimento técnico. Porém, o que foi possível constatar através das observações das reuniões é que algumas das minutas elaboradas pela empresa não são disponibilizadas com antecedência para análise dos membros do comitê, o que acaba inviabilizando a participação na construção do documento e limitando a atuação do colegiado apenas no sentido de legitimar as decisões estabelecidas pelo INEMA.

Conforme indica a Agência Nacional das Águas, os comitês de bacias possuem atribuições consultivas, propositivas e deliberativas (Quadro 2), porém através das respostas aos questionários foi possível constatar que não são todos os membros do comitê que possuem clareza de suas atribuições. Em relação à promoção de debate sobre gestão de recursos hídricos e arbitrar em primeira instância os conflitos existentes pelo uso da água, foi possível constatar a partir do acesso às atas, que os comitês não assumem seu poder de polícia e pouco vez no sentido de ações com caráter deliberativo.

A descentralização na gestão de recursos hídricos ocorre apenas no âmbito institucional a partir da inserção de novos agentes, pois ainda é o Estado, nesse caso na figura do INEMA, que direciona o que é ou não prioritário para os comitês de bacias na Bahia. No entanto, apesar do reconhecimento do teor institucional da descentralização, é importante destacar que houve um avanço legislativo ao prescrever a inserção além do poder público, dos usuários e da sociedade civil, bem como a criação de um colegiado que pode ser encarado como um *locus* privilegiado nas discussões referentes à gestão de recursos hídricos.

Quando destacamos o papel do Estado como um dos principais agentes na gestão territorial da bacia hidrográfica, é no sentido de inferir que apesar de estabelecer a partir de normas específicas os parâmetros para essa gestão, ao mesmo tempo cria meios e estratégias para diminuir o poder de decisão desses novos agentes. Dentro dessa perspectiva, a bacia hidrográfica passa a se tornar uma superfície de regulação, o que prevê a criação da Agência Nacional de Águas, como agência reguladora na gestão de recursos hídricos.

Nesse sentido, os comitês de bacias hidrográficas, surgem como um dos agentes na gestão territorial da bacia hidrográfica, que congrega o poder público,

usuários e sociedade civil, mas que tem suas ações fortemente direcionadas pelo poder público e em alguns casos, como ocorre no CBHRNI associada ao segmento de usuários. A inserção da sociedade civil nas discussões e decisões do comitê estará intimamente relacionada à disponibilidade de informações e o nível de capacitação.

Dentro desse contexto, apesar dos comitês constituírem como fórum democrático na gestão de recursos hídricos, é necessário qualificar a participação, principalmente da sociedade civil, a fim de que não sejam cooptados por outros segmentos. É necessária a promoção de ações que visem capacitar a sociedade civil em questões específicas bem como a mobilização para a inserção de associações, sindicatos, a fim de que possam participar do processo decisório e de não exercer seu papel apenas no sentido de legitimar as ações do poder público através de uma *pseuda* participação.

Em relação à questão da representatividade e participação qualificada, ficou claro a partir dos questionários e das entrevistas aplicados no CBHRNI e CBHS, que o segmento dos usuários, seguido pelo poder público possui maior clareza das suas atribuições dentro do colegiado, o que potencializa seu poder de decisão. Dessa forma, é possível constatar três principais entraves na consolidação do comitê de bacia como um agente eficaz na gestão territorial da bacia hidrográfica, no sentido da participação efetiva de todos os segmentos: disponibilidade de informações, nível de capacitação e burocratização nas discussões e nas ações.

Outro fator que merece destaque, é que o fato de não existir participação igualitária por todos os segmentos, não desqualifica os comitês como agentes importantes na gestão territorial da bacia hidrográfica, ou seja, as relações estabelecidas, os interesses envolvidos e as intencionalidades dos agentes serão variados e, conseqüentemente, os segmentos que estiverem mais engajados terão seus interesses garantidos *a priori*. O que se discute aqui, é que as legislações estabelecem alguns mecanismos no sentido de aparentar que as decisões serão tomadas de forma mais democrática e participativa, quando na verdade não oportuniza que isso ocorra. Dessa forma, destaca-se que os comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre, tem suas ações limitadas em relação a oportunizar que todos os membros do colegiado tenham as informações e condições necessárias para participarem da construção de uma gestão participativa das águas.

Entende-se por condições, as informações e conhecimentos técnicos necessários, pois sua ausência causa limitações no sentido de enfraquecer determinado segmento. Apesar de destacar que todos os agentes possuem interesses e intencionalidades variados, é o segmento da sociedade civil, que “ganhou” o estatuto de representar os interesses da maioria que prima por uma gestão que leve em consideração os aspectos sociais e não somente econômicos dos recursos hídricos. Porém vale salientar, que alguns membros inseridos nos comitês de bacias que representam a sociedade civil, se deixam cooptar por interesses de outros segmentos.

Uma característica marcante na maioria dos conselhos é o esvaziamento, em especial da sociedade civil, devido à falta de informação, não reconhecimento da importância da temática e a constatação de que as discussões promovidas não serão revertidas em ações. Dessa forma, sugere-se que os municípios que compõem a RPGA do Recôncavo Norte e Inhambupe e a RPGA do Salitre, estabeleçam ações de mobilização, através de palestras a fim de sensibilizar a população sobre a importância da temática discutida no colegiado, bem como divulgação das competências dos comitês de bacias hidrográficas.

É necessária também a inserção das universidades nesses fóruns de discussão no sentido de auxiliar nas informações técnicas e de qualificar a participação da sociedade civil, através de palestras, debates e cursos de formação.

Dentro do fórum de discussão, seria necessário rever a divulgação das informações referentes às atribuições e ações dos comitês, bem como a promoção de debates sobre temáticas que envolvem a gestão de recursos hídricos, com o intuito de desburocratizar as reuniões, que em muitos casos constitui-se como um fator desmotivador para a participação.

Os comitês de bacias hidrográficas podem ser considerados como colegiado privilegiado nas discussões que envolvem os recursos hídricos. Porém questões que envolvem a criação, estrutura e representatividade precisam ser revistas. Conforme sinalizado no Capítulo 5, a criação dos comitês não deve estar atrelada apenas ao cumprimento da legislação federal, mas deve constituir-se como fórum de discussão que congrega os anseios dos três segmentos que o compõem. A estrutura tripartite deveria contemplar todas as questões que envolvem a gestão da bacia hidrográfica, porém alguns segmentos se destacam principalmente por ter as informações

técnicas que o qualifica frente a outros. Nesse caso, é necessário atribuir um novo significado à representatividade a partir da qualificação de todos os membros através da mobilização que vise maior engajamento da sociedade a partir de uma variedade de representação.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; JORGE, Karina Dino. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Ambiente & Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 1-26, jul./dez. 2005.

ABERS, R; KECK, M. Comitês de Bacia no Brasil, uma abordagem política no estudo da participação social. **Revista Brasileira**. Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p.55-68 maio. 2004.

ABRUCCIO, Fernando Luiz. Para além da descentralização: os desafios da coordenação federativa no Brasil. In: **Democracia, descentralização e desenvolvimento**: Brasil e Espanha. Org. FLEURY, Sonia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 508 p.

AFFONSO, Rui de Brito Álvares. A Federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: **A Federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

ANDERSON, George. **Federalismo**: uma introdução. George Anderson; tradução: Ewandro Magalhães Jr. Fátima Guerreiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ANDRADE, Manoel Côrrea de: A questão do território. In: **A Questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec/IPECPE, 1995.

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesb, 2005.

ARNALD, André Jeon (Org.) **Dicionário Enciclopédico de Teoria e de Sociologia do Direito**.

ARRETCHE, Marta. A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem? **Espaço e Debate, Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XVI – 1991, n. 39. , p. 75-86.

_____. **Mitos da descentralização: maior democracia e eficiência nas políticas públicas?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 1996, p. 1-27.

BAHIA, **INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos)**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacia/comites>>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

BAHIA, **Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.agbpeixevivo.org.br/imagens/arquivos/legislacaoambiental/bahia/lei_11612_2009.pdf>. Acesso em: 07 de fev. 2014.

BARRELLA, W. et al. As relações entre as matas ciliares os rios e os peixes. In: RODRIGUES, R. R; LEITÃO FILHO; H. F. (Ed.) **Matas ciliares: conservação e recuperação**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BECKER, Bertha K. Geografia Política e Gestão do Território no limiar do Século XXI: uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 169-182, 1991.

BRASIL, **Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal e altera o Art. da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

_____. Ministério das Minas e Energia. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**: Documento Preliminar. Brasília: Departamento Nacional de Águas e Energia elétrica, 1997.

_____. Ministério das Minas e Energia. **Código de Águas**. Brasília: Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. v. 1, 1980.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Agência Nacional de Águas. **O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?** Brasília: MMA, ANA, 2011^a. 64 p.: il.

Cadernos de capacitação em recursos hídricos, v.1. Disponível em: <http://capacitacao.ana.gov.br/Lists/Cursos_Anexos/Attachments/89/Caderno_Capacitacao_Recursos_Hidricos_V1.pdf>. Acesso em: 10 març. 2014.

BOBBIO, N et ali (1986): **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

BORJA, Jordi. Descentralización: una cuestion de método. In: **Revista Mexicana de Sociologia**, XLVI, n. 4, 1984, p. 5-33.

CAMARGO, Aspásia. **A federação acorrentada. Nacionalismo desenvolvimentista e instabilidade democrática**. XVI Encontro Anual da ANPOCS, 58 pp. Caxambu.

CARDOSO, Maria Lucia de Macedo. **A Democracia das Águas na sua Prática: o caso dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais**. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

CARRERA-FERNANDEZ, José. **Economia dos recursos hídricos**. Salvador: Edufba, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Solidariedade territorial e representação. Novas questões para o pacto federativo nacional**. Território/LAGET, UFRJ. v. 1, n. 2 (jan/jun. 1997), p. 33-42. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1996.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira da Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 83-102, 1995.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

FADUL, Élvia; SILVA, Lindomar Pinto da; CERQUEIRA, Lucas Santos. **Políticas e gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: uma análise do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe**. Bahia Analise & Dados, v. 1. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013

FIORI, José Luis. O federalismo diante do desafio da globalização. In: **A Federação em perspectiva: ensaios selecionados**. (Orgs.): AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. São Paulo: FUNDAP, 1995.

FONSECA, Antonio Angelo Martins. **Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a captação de recursos**: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia – 1997/2003. Rio de Janeiro, 2003 (Tese de Doutorado).

FONSECA, Antonio Angelo Martins; SILVA, Ozana Rebouças. O Processo de emancipação Municipal e o Desempenho Institucional dos municípios baianos de Barrocas e Luis Eduardo Magalhães. In: MENEZES, Maria Ferreira; CAMPOS, Maria de Fátima; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Salvador: EDUNEB, 2010.

_____. Federalismo, descentralização e localismos no Brasil. In: CALDAS, A. et al. **Estado, território e a dinâmica das fronteiras**: reflexões e novos desafios. Salvador: JM Gráfica e Editora, 2013.

FREITAS, Adir José. Gestão dos Recursos Hídricos. In: SILVA, Demetrius David da; PRUSKI, Fernando Falco (Eds). **Gestão de Recursos Hídricos – aspectos legais, econômicos e sociais**. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos; Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2000.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Águas – aspectos jurídicos e ambientais**. 2 ed. (ano 2002), 4ª tir. Curitiba: Juriá, 2005.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GOLDENSTEIN, S; SALVADOR, Z. Sustentabilidade da gestão da água e desenvolvimento sustentável. In: DOWBOR, L; TAGNIN, R. A. **Administrando a água como se importante**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

GRANJA, Sandar Inês Baraglio; WARNER, Jeroen. **A hidropolítica e o federalismo**: possibilidades de construção da subsidiariedade na gestão das águas no Brasil. RAP. Rio de Janeiro 40 (6) p. 1097-1121, nov./dez. 2006.

GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. In: **VI Congresso Brasileiro de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**, 23 ago a 03 de set, 2000. Anais. Salvador, CD-RAM.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HOUAISS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Objetiva, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto (Org.); SINISGALLI, Paulo de Almeida (Org.). **Governança da água e políticas públicas na América Latina e Europa**. São Paulo: Annablume, 2009. (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).

KETTELHUT, Julio Tadeu Silva; AMORE, Luiz; LEEUWESTEIN, Jorgen Michel. A experiência brasileira de implementação de comitês de bacias hidrográficas. In: **Simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos**, 1998, Gramado, RS.. [Anais...] Gramado, RS: [s.n.] 5 a 8 de out. 1998.

LAMONICA, Mauricio Nunes. A bacia hidrográfica – de unidade ambiental a territorial. In: **Impactos e reestruturação da gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São João – RJ**, defendida em 22/05/2002 na Universidade Federal Fluminense Niterói – RJ.

LANNA. Antonio Eduardo. A inserção da gestão das águas na gestão ambiental. In: MUÑOZ, Héctor (Org.). **Interfaces da Gestão de recursos hídricos: desafios da lei das águas de 1997**. 2 ed. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

_____. **Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos**. 1999.

LANNA. Antonio Eduardo Leão. Instrumentos de gestão das águas: visões laterais. In: CHASSOT. Attico; CAMPOS Heraldo (Orgs.). **Ciências da terra e meio ambiente: diálogos para (inter) ações no planeta**. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2000. p. 231-247.

_____. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

LIMA, W. P.; ZAKIA M. J. B. Hidrologia de matas ciliares. In: RODRIGUES; R. R; LEITÃO FILHO; H. F. (Ed.) **Matas ciliares: conservação e recuperação**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 33-43.

MACHADO, Carlos José Saldanha. A gestão francesa de recursos hídricos: descrição e análise dos princípios jurídicos. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p. 31 – 47, out./dez. 2003.

MACHADO, Carlos José Saldanha (Org.). **Gestão de Águas Doces**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

MACHADO, Lia Osório. Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 55, n. 1/4, p. 5 – 13, jan./dez. 1993.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira. **Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MAGDALENO, Fabiano Soares. **O Território nas Constituições Replublicanas Brasileiras**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia): Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MAGRINI, A. Política e Gestão Ambiental: Conceitos e Instrumentos. **Revista Brasileira de Energia**, junho 2001, p.22-40.

MARÇAL, Monica dos Santos. Bacia Hidrográfica como novo recorte no processo de gestão ambiental. In: BICALHO, Ana Maria S. M.; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

MARTINS, H. F. **Reforma do Estado na era FHC: diversidade ou fragmentação da agenda de políticas de gestão pública**. Tese de Doutorado – Ebape/FGV, Rio de Janeiro. 2004.

MELO, Marcus Andre. **Política regulatória: uma revisão da literatura**. BIB, Rio de Janeiro, 2º semestre 2000.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NETO, Júlio Cerqueira César. **Política de recursos hídricos: instrumentos de mudança**. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1988.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Uma alternativa democrática ao liberalismo. In: IBASE (Org.). **A democracia como proposta**. Rio de Janeiro: Ibase, 1991.

PACHECO, Regina Silvia. **Regulação no Brasil: desenho das agências e forma de controle**. RAP, Rio de Janeiro 40 (4): p. 523 (43), jul./ago. 2006.

PECI, Alketa. **Regulação no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

PORTO, Monica F. A; PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**. vol.22 nº .63, São Paulo 2008.

QUERMES, Paulo Afonso de Araújo. **Contradições nos processos de participação na Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil: análise da experiência dos comitês de bacia**. Tese de Doutorado (Doutorado em Política Social): Universidade de Brasília, 2006.

REBOUÇAS, A. **Uso Inteligente da Água**. Escrituras. São Paulo, 2004.

REED, Mike. **Sociologia da Gestão**. Tradução: Manuela Reis. Rio de Janeiro: Celta Editora, Ltda. 1997.

RIBEIRO, César Augusto Oliveira. **Participação social e a gestão de recursos hídricos na Bahia**: estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Itapicuru. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração): Universidade Federal da Bahia, 2006.

RIO, Gisela Aquino Pires do; PEIXOTO, Maria Naíse de Oliveira. Superfícies de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano VI, n. 10, pp. 51-65, jan./jun. 2001.

_____. Território, instituições e superfícies de regulação. In: BICALHO, Ana Maria S. M.; GOMES, Paulo César da Costa (Org.). **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940-2010)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. (Tese de doutorado).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Uso atual das terras**: Bacia do Recôncavo Norte e Inhambupe. Salvador: SEI, 2003.

SILVA, Demetrius David da; PRUSKI, Fernando Falco (Edt.). **Gestão de recursos hídricos**: aspectos legais, econômicos e sociais. Brasília, DF: Secretaria de Recursos Hídricos; Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2000.

SILVA, Onildo Araujo da. **Recursos hídricos, ação do Estado e reordenação territorial**: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no Estado da Bahia - Brasil. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia): Universidade de Santiago de Compostela, 2009.

SILVA, R. C. **Análise das Áreas Suscetíveis à Erosão na Bacia do Arroio Pelotas (RS), com Auxílio do Geoprocessamento**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. **Concretude territorial, regulação e densidade normativa**. FFLCH – USP - Experimental, ano 1, n. 2, p. 35-45, março, 1997.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós 1988. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 24, p. 105-121, jun. 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, Vânia Maria Simões Rodrigues. **A participação dos Comitês de Bacias na gestão de recursos hídricos no Estado do Ceará: limites, avanços e desafios.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.

TEODORO, Valter Luiz Lost. **O conceito de bacia hidrográfica e a importância da caracterização morfométrica para o entendimento da dinâmica ambiental local.** Revista Uniara, n. 20, 2007.

TUNDISI, José Galizia. **Recursos hídricos no Século XXI.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

YASSUDA, E. R. Gestão de recursos hídricos: fundamentos e aspectos institucionais. **Rev. Adm. Púb.** v.27, n.2, p.5-18, 1993.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário aplicados aos membros dos Comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e do Salitre

QUESTIONÁRIO

CBH

Segmento que representa no CBH

1. Quais as atribuições dos comitês de bacias hidrográficas? (assinale quantas alternativas forem necessárias)

- () promover o debate sobre questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

- arbitrar, em primeira instância administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, acompanhar a sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento das metas;
- propor aos conselhos de recursos hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso;
- estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados.

2. Razão para participação do Comitê de Bacia Hidrográfica

- Representar órgão/entidade.
- Preocupação com a gestão da bacia hidrográfica.
- Desejo de participação social.
- Necessidade Pessoal.
- Pela função que ocupa no órgão.
- Colaborar com o Comitê.
- Importância do Comitê.
- Outras _____

3. Quais das atribuições citadas na questão 1 é mais desenvolvida no CBH que você representa?

4. Avaliação sobre a composição do Comitê de Bacia Hidrográfica.

- positiva.
- negativa.
- indefinida.
- não sabe.

5. Aspectos positivos do Comitê de Bacia Hidrográfica:

- participação comunitária.

() levantamento da situação ambiental da atual bacia e encaminhamento de projetos.

() debates sobre questões ambientais.

() conscientização ambiental da comunidade.

() estágio avançado perante outros comitês.

() fiscalização no uso de recursos hídricos.

6. Aspectos negativos do Comitê de Bacia Hidrográfica:

() falta de infra-estrutura.

() falta de divulgação de informações e estudos da bacia.

() grande intervalo de tempo entre as reuniões.

() falta de recursos.

() não é muito representativo.

() defesa de interesses relacionados ao segmento representativo.

() outros _____

7. Sugestões para a melhoria dos trabalhos realizados pelo CBH.

() melhor disponibilização de estudos e informações aos integrantes do comitê.

() maior divulgação de estudos da bacia para a população geral.

() reuniões mais frequentes com especialistas.

() reuniões aos finais de semana.

() reuniões mais freqüentes.

() promoção de maior conscientização ambiental da população.

() outros _____

8. Existência de interesses políticos e/ou econômicos:

() sim.

() não.

() não sabe.

9. Interesses políticos e/ou econômicos:

() sociedade civil.

poder público.

usuários.

10. O CBH promove ações participativas por parte de todos os segmentos que o compõe:

sim.

não.

parcialmente.

11. No CBH que você faz parte, qual o segmento que exerce maior participação nas reuniões e decisões?

poder público.

sociedade civil.

usuários.

12. A que você atribui a maior participação do segmento identificado na questão 11?

engajamento social.

maior compreensão técnica das questões discutidas no comitê.

cobrança feita por parte do segmento que representa.

interesses no uso dos recursos hídricos.

outros _____

13. O CBH exerce suas ações com caráter:

consultivo.

deliberativo.

misto.

Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada aos presidentes dos comitês do Salitre e do Recôncavo Norte e Inhambupe

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Identificação

Nome

CBH

Segmento que representa no CBH

Instituição

1- Como o Estado tem envolvido os Comitês na implementação da política dos recursos hídricos, como por exemplo, na formulação de diretrizes, legislação, hierarquização das obras e projetos? O que está sendo implementado, e como?

2- Considerando que a criação da SRH ocorreu dentro de todo o espírito democrático que envolveu a Constituição de 1988, como você avalia a implementação do processo de gestão participativa dos recursos hídricos na Bahia, e em especial na bacia hidrográfica da qual você participa, principalmente no que diz respeito a definição das atribuições do Estado e dos Comitês.

3- Desde o início do processo de formação do Comitê, qual tem sido o papel desempenhado pelo Estado? Existe clareza entre o papel do Estado e o papel dos membros do Comitê?

4- Como se deu a mobilização das instituições e pessoas para participar do Comitê? Nesta fase, houve esclarecimentos suficientes sobre o papel e as atribuições do Comitê?

5- Partindo do pressuposto de que o acesso à informação é fundamental no processo de tomada de decisão, de que forma tem se dado o repasse das informações aos membros dos comitês e a sociedade em geral? Quem faz?

6- Quais os setores mais envolvidos e atuantes no Comitê? Isso se deve a quê?

7- Quais as ações que o Comitê tem realizado?

8- Qual o envolvimento da sua instituição com o Comitê? Existe, por parte da instituição apoio à sua participação no Comitê?

9- Qual o interesse da sua instituição sobre as discussões, deliberações e ações do Comitê?

10- Quais os principais avanços, entraves e desafios no que diz respeito:

a) Relação institucional entre os membros do Sistema estadual de recursos hídricos – SRH/COGERH – COMITÊS-CONERH.

b) Níveis de descentralização.

c) Fortalecimento dos Comitês.

d) Implementação dos instrumentos de gestão.

e) Exercício da representatividade.

f) Participação mais efetiva.

ANEXOS

Anexo 1 - Resolução do CONERH nº 11 de 14 de Fevereiro de 2006 - Aprovação da Proposta de Instituição do CBHRN

DIÁRIO OFICIAL

Salvador · Quinta-feira
16 de março de 2006
Ano XC · No 19.080

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CONERH

RESOLUÇÃO CONERH Nº 11 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006

Aprova a proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CONERH, reorganizado pela Lei Estadual nº 8.194, de 21 de janeiro de 2002, alterada pela Lei Estadual nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002 e pela Lei Estadual nº 9.843, de 27 de dezembro de 2005,

RESOLVE

Art. 1º - Aprovar a proposta de instituição do Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte, órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, com área de atuação na respectiva bacia hidrográfica, vinculado ao CONERH, nos termos da Resolução CONERH nº 03, de 17 de janeiro de 2006 e conforme disposto no processo nº 1420060002080/2006.

§ 1º - A área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte está inserida na Região Administrativa da Água III, de acordo com o Decreto Estadual nº 6.296, de 21 de março de 1997, e apresenta os seguintes limites geográficos: ao Norte, a Bacia Hidrográfica do Rio Inhambupe; a Oeste, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu; ao Sul, a Baía de Todos os Santos e a Região Hidrográfica do Recôncavo Sul; e a Leste, o Oceano Atlântico, totalizando uma área de 12.331 Km².

§ 2º - As Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte são formadas pelas Bacias Hidrográficas do Rio Subaúma, do Rio Sauípe, do Rio Pojuca, do Rio Jacuípe, do Rio Joanes, do Rio Subaé, do Rio Açú e dos Rios secundários da Baía de Todos os Santos - BTS.

§ 3º - O Quadro I do Anexo I desta Resolução discrimina os municípios que fazem parte total ou parcialmente da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte.

Art. 2º - O Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte será criado por Decreto do Governador.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE KHOURY
Presidente

Anexo 2 - Decreto nº 9.936 de 22 de março de 2006 - Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e dá outras providências

Publicado D.O.E.
Em 23.03.2006

DECRETO Nº 9.936 DE 22 DE MARÇO DE 2006

Cria o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista do disposto na Lei nº 8.194, de 21 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis nºs 8.538, de 20 de dezembro de 2002, e 9.843, de 27 de dezembro de 2005,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criado o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte - CBHRN, com área de atuação nas respectivas bacias hidrográficas, nos termos da Resolução CONERH nº 11, de 14 de fevereiro de 2006, que aprovou sua proposta de instituição.

Parágrafo único - A área de atuação do Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte está inserida na Região Administrativa da Água III, de acordo com o Decreto nº 6.296, de 21 de março de 1997, e apresenta os seguintes limites geográficos: ao Norte, a Bacia Hidrográfica do Rio Inhambupe; ao Oeste, a Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu; ao Sul, a Baía de Todos os Santos e a Região Hidrográfica do Recôncavo Sul; e ao Leste, o Oceano Atlântico, totalizando uma área de 12.331 Km².

Art. 2º - O Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte será composto pelos seguintes representantes:

- I - do órgão gestor de recursos hídricos do Estado;
- II - dos órgãos da estrutura administrativa do Estado, com atuação na bacia hidrográfica;
- III - de cada categoria de usuários de águas, com atuação na bacia hidrográfica;
- IV - das organizações civis de recursos hídricos, com atuação comprovada na bacia hidrográfica;
- V - das entidades de ensino e pesquisa, com atuação comprovada na bacia hidrográfica, quando houver.

§ 1º - Poderão, ainda, integrar o Comitê das Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte representantes dos municípios situados na área de abrangência da bacia hidrográfica.

§ 2º - O número de representantes do poder público será limitado à metade do total dos membros.

Anexo 3 - Lista dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe

BANCO DE DADOS - CBH RECÔNCAVO NORTE E INHAMBUPE

Bacia	Gestão	Segmento	Categoria	Titular, Suplente, Convidado	Entidade	Representante	Endereço	Cep	Cidade	UF	Telefone	E-mail
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Federal	Titular	IBAMA							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Federal	Suplente	DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PESQUISA MINERAL	Paulo Sérgio de Amorim Paranhos	6ª Avenida nº 650 Área Federal - CAB	41750-300	Salvador	BA	3444-5540	
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Estadual	Titular	INEMA	José George dos Santos Silva	Avenida ACM nº 357 - Itaigara	41825-000	Salvador	BA	3116-3200	george.silva@inema.ba
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Estadual	Suplente	Vacância							-
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Estadual	Titular	SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Estadual	Suplente	CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana	Carmelita Bezzerra de Aguiar	Avenida Edgard Santos nº 936 - Narandiba	41192-005	Salvador	BA	3117-3400	
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Estadual	Titular	SEMA - Secretaria de Meio Ambiente		Avenida Luiz Vianna Filho - CAB - 3ª Av., 390 - Plataforma IV, Ala Norte, 4º Andar	41745-0005	Salvador	BA	3115-3805/ Fax: 3115-3808/ 3115-3807(direto)	-

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Estadual	Suplente	SEPLAN - Secretaria de Planejamento(SECT)	Maurício José Nunes Ferreira	Avenida Luiz Vianna Filho 2ª Avenida nº 250 - CAB	41745-003	Salvador	BA	3115-3944 / 3115-3945	gasec.seplan@seplan.ba
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Mata de São João	João Gualberto Vasconcelos	Rua Luiz Antônio Garcez, s/nº	48280-000	Mata de São João	BA	71 36351310/3635-3009/71 9985-3349 (Cristina) - FAX: 71 36351293	naira.fidalgo@pmsj.ba.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Simões Filho	Adilson Souza Fagundes	Praça 7 de novembro, 359 , Centro	43700-000	Simões Filho	BA	71 87020493/71 3296-8388/8765-9395 - FAX: 7133961194	asouzafagundes@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Camaçari	Marina Rodriguez Alonso	Rua Francisco Drummond, s/nº, Centro Administrativo	42800-000	Camaçari	BA	71 3621-6811/71 3621-6750/9979-7884	prefeitocaetano@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues	Mário Augusto Macedo Filho	Av. Justiniano Silva, nº 98 - Centro	44230-000	Amélia Rodrigues	BA	75 3242-2021/4623/75 3242-2157/71 9155-3030	marioaugustomacedo@pmsj.ba.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Pojuca	Adriana Alves dos Santos Mol	Praça Almirante Vasconcelos, s/n	48120-000	Pojuca	BA	71 36451147/71 9945-8189 - FAX: 7136451423	dricamol@yahoo.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Ouriçangas	Raimirando Nogueira Barbosa	Praça Santo Antônio, s/n	48150-000	Ouriçangas	BA	75 34472112/2107 - FAX: 75 34472158	prefeituradeouricangas@pmsj.ba.br

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura de Entre Rios	Fernando Almeida de Oliveira	Avenida Romeu Veloso, s/nº	48180-000	Entre Rios	BA	75 3420-2273 / 75 3420-2019 / 75 3420-2884	prefeitura.entrerios@bo
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Aramari	Ulisses José Lima Rodrigues	Alameda Otávio Mendes Basbosa, s/nº, Centro	48130-000	Aramari	BA	753432-1175 / 75 3432-1159/1175/1657	gleisy_aramari@hotmail
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Cardeal da Silva	Maria Quitéria Mendes de Jesus	Praça Divina Pastora, s/n	48390-000	Cardeal da Silva	BA	75 3456-2105/2106 / 75 3456-2113/75 9988-4203	gabyribeiro@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Alagoinhas	Joane Silva Carneiro	Praça Graciliano de Freitas, s/n, Centro	48100-000	Alagoinhas	BA	75 3423-8365/Fax: 75 3423-8367	joanecarneiro@yahoo.o
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Sátiro Dias	Sílvia Aparecida dos Santos	Praça Heitor Dias, s/nº	48485-000	Sátiro Dias	BA	75 34462286/2448 - FAX: 75 34462188	prefeiturasatirodias@h
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde	Wellington Marcula de Oliveira	Praça da Independencia, s/n , Centro	43900-000	São Francisco do Conde	BA	7136518000 - FAX: 7136518092 / 8003 / 8001 / 8343/ 8061	gapre.pmsfc@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Madre de Deus	Leandro Souza de Jesus	Avenida Rodolfo de Queiroz Filho, Orla, nº 55	42600-000	Madre Deus	BA	71 3604-1642/1216 - FAX: 7136043010/ 3604-1642 /5601/8836-8643	pmd.sead@ig.com.br

Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Santanópolis	José Antônio Lopes de Cerqueira	Praça João Nery, 48	44260-000	Santanópolis	BA	75 3694-2141 - FAX: 75 36942262	santanopolis@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Serrinha	Antônio Paulo Reis Barbosa	Praça Luís Nogueira, 311	48700-000	Serrinha	BA	75 3261-8300/8310/8301/ FAX: 75 32614131	paulobahiarb@bol.com
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Barrocas	Maria Lucenir Mota Oliveira	Rua Pedro Esmeraldo Pimentel, 295	48705-000	Barrocas	BA	75 3608-2150/3607-6042 - FAX: 75 3608-2154/3608-2253	pambarrocas@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara	Adriana Silva Barbosa	Praça Clodoaldo Campos, 26	44150-000	Santa Bárbara	BA	75 32361110 - FAX: 75 32361192 / 75 9924-9580	adrisb_20@hotmail.com
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Prefeitura Municipal de Biritinema	Álvaro Pedreira Lopes	Praça Municipal, s/n, Centro	48780-000	Biritinema	BA	7532672136 - FAX: 7532672170	prefeituradebiritinema@
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Titular	Prefeitura Municipal de Santo Amaro		Pça. da purificacao, s/n.	44200-000	Santo Amaro	BA	75 3241-8450/3241-8600/8609 - FAX: 7532418452	setur.ma.sa@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambuê	2010/2013	Poder Público	Municipal	Suplente	Vacância							

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Comunidades Tradicionais	Titular	Associação Cultural e Comunitaria Afro Terreiro Tombelaze	José Bernardo da Silva Gonçalves	Rua Tupinambá, nº 8, Centro.	42800-000	Camaçari	BA	3622-3997/8864-4364/3622-3858/8302-2477	terreirosombelazaze@h
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Comunidades Tradicionais	Suplente	Ilê Asé Ode Oluami União Osoosi/IFAGBEMI	Jailton Bispo dos Santos	Rua Manoel Rangel, Nº 104-B ou 49-E, Vila Mattos, Alto do Ondina	41950-380	Salvador	BA	3403-6100 (subsede)/3247-8584(sede)/ 8855-3654	jidewa_omo_osoosi@h
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Entidades de Ensino e Pesquisa	Titular	UNEB - Universidade do Estado da Bahia	Nélia Bispo Gonçalves	Rodovia Alagoinhas/Salvador BR 110 Km 03	48040-210	Alagoinhas	BA	(75) 3422-4888 / (71) 3237-0481/ (71) 8774-4162/ (71) 9270-3233	direcaodcet2@yahoo.co
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Entidades de Ensino e Pesquisa	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Entidades de Ensino e Pesquisa	Titular	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Entidades de Ensino e Pesquisa	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	AIDEA - Arborize Instituto de Defesa Educacao e Incremento Ambiental	Maria Jose Rosas	Rua do Migrante, s/n	42800000	Camaçari	BA	3622-0521/8153-4275	instituto@arborize.com

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	Associação de Pescadores Marisqueiros e Marisqueiras de Simões Filho	Raimundo Batista Nascimento	Av. Mapele, n. 272 E	43700-000	Simões Filho	BA	3295-3003/9901-7059	apmmsf@hotmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	AMOM - Associação de Proprietários e Moradores do Loteamento Miragem	Miguel Angel Polino	Rua Pedro Paulo Conceição Qd. L - Lote 03, casa 350, Miragem.	42.700.000	Lauro de Freitas	BA	3369-4006 / 8886-5515	mipol@ig.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sátiro Dias	Antonio Edivaldo de Oliveira	R. Otaviano Francisco da cruz	48485-000	Sátiro Dias	BA	75 3446-2201	angelicasouza23@hotmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Associação Comunitária da Colônia Campolândia	Juvenal Timotéo da Silva	Povoado Colônia Campolândia, s/n	48780-000	Biritinema	BA		
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	INSANTO - Instituto Santo Antonio	Cristiano Durval Lima Guimaraes	Rua dr. Jose Vilalva Ribeiro, n. 73	48720-000	Lamarão	BA	(75) 36882255	insanto@oi.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Associação Comunitária de Moradores do Sobrado	Sandra Antonia Bacelar de Lima	Fazenda Sobrado, s/n	44260-000	Santanópolis	BA	75 8228-1878/ 9905-9834	acms.sobrado@hotmail.com

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	Associação dos Produtores Orgânicos de Conceição do Jacuípe	Edenísio Antonio dos Santos	Fazenda Rio Seco, Lote 12, BR 324, Km 89, Zona Rural - vai buscar a carta no correio	44245-000	Conceição do jacuípe	BA	(75) 9137-4428/ 8186-5027	resistenciapetista@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores dos Campos	João Cesar Ferreira de Jesus	Fazenda campos, s/n, Amélia Rodrigues	44230-000	Amélia Rodrigues	BA	75 8196-6791	joacesardejesus@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	STTR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova	Lourdes Maria Alcântara	R. Maria da Glória 227	44270-000	Terra Nova	BA	75 3238-2042/75 9955-7075	strtn@ig.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Cooperativa de Produção dos Jovens do Município de Água Fria	Rafael Santos Borges	Av. Antônio Sérgio Carneiro, s/n	48170-000	Água Fria	BA	(75) 8178 3723/ 32942198 /2320/ 8817-6976	cooperativajovensdeagua@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	Associação Comunitária Rural do Rio Grande	Rita Ribeiro Pinto	Fazenda Rio Grande s/n	48150-000	Ouriçangas	BA	(71) 8156-3208	ritaribeirpinto@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Associação das Comunidades de Estaleiro Piaba e Gitáí	Francisco de Assis Mota de Oliveira	Fazenda estaleiro, s/n	48705000	Barrocas	BA	Tel: (75) 91721613,	assis_motta@hotmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teofilândia	Antonio Ferreira Lima	Praça José Luiz Ramos, Nº 112, Centro	48770-000	Teofilândia	BA	(75) 91773746/75 9920-8026/3268- 2444	pac02@ascoobcooperativa.com

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Associação de Moradores dos Loteamentos Jardim Verde Vale e Celina Porto	Paulo Reis de carvalho Almeida	Av. Ferreira Bandeira, n. 12	44200-000	Santo Amaro	BA	(75) 3241-7216/9113-8035	verdevale.celinaporto@ig.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	GAMBA - Grupo Ambientalista da Bahia	Renato Pegas Paes da Cunha	Av. Juracy Magalhaes Jr., Rio Vermelho, n. 768, sala 102	41940-060	Salvador	BA	32406822	gamba@gamba.org.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	Centro de Desenvolvimento Sócio Comunitário - IDE	Waldir Coutinho Lima	R. Julio Verissimo, Centro, n. 115	48280-000	Mata de São João	BA	(71) 36350344/1356/9602-7182	idecomunitario@ig.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	Associação dos Pescadores, Marisqueiras e Produtores Rurais de São Francisco do Conde	Levi de Sa Mirante	R. Beira Mar - caipe s/n	43900-000	São Francisco do Conde	BA	(71) 3652-7428	valberto.jesus@bol.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	FADES - Fórum Alagoíneas para Desenvolvimento Sustentável	Roque da Costa Nascimento	Rua da Palha, nº 34, Bairro Alagoíneas Velha	48030-490	Alagoíneas	BA	(75) 9901-8032/ 75 3181-0122/ 75 9135-3221/ Fax: 71 3421-7970	rc572008@hotmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Entre Rios	Jurandy Espirito Santo Pereira	Praça da Rodoviária Nova, n. 21	48180-000	Entre Rios	BA	(75) 34202557/71 9604-6014	asso_renascere@hotmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irará	Jairo Francisco Moreira	Praça Antonio de Oliveira Borges, n 39	44255-000	Irará	BA	(75)3247-2243 / (75) 8117-1274	jairostr13@yahoo.com.br

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana	Antonio Fernando Fonseca da Silva	R. Juvêncio Erundílio 420	44002-139	Feira de Santana	BA	(75) 3221-2667	strfeira@yahoo.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Titular	SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha	Girlene Neri Luciano	Rua Agenor de Freitas, 154, Centro -BA	48700-000	Serrinha	BA	(75) 3261-3344	strserrinha@atrib.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Sociedade Civil Organizada	Organização Civil de Recursos Hídricos	Suplente	Serrinha dos Amigos do Verde da Água e do Ar - SALVAAR	José Joaquim Batista	Rua Bernardo da Silva, 387, Centro	48700-000	Serrinha	BA	(75) 3261-2174/2016/9175-2787	ijoaquimbatista@bol.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Saneamento e Abastecimento Urbano e Lançamento de Efluentes	Titular	CETREL SA - Empresa de Proteção Ambiental	Eduardo dos Santos Fontoura	Via Atlântica, Km 09,	42810-000	Camaçari	BA	(71) 3634-6810 /6899 / 6811/ 6832	demosthenes@cetrel.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Saneamento e Abastecimento Urbano e Lançamento de Efluentes	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Abastecimento Urbano e Lançamento de Efluentes	Titular	EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento	Leonardo de Sousa Lopes	Av. 4a. Centro Administrativo da Bahia, n.420	41745-001	Salvador	BA	3360-2263/ 3372-4844/ Fax: 3372-4600	leonardo.lopes@embasa.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Abastecimento Urbano e Lançamento de Efluentes	Suplente	SAAE/Alagoinhas - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	Danilo Ribeiro Almeida	Largo da Independência, s/n	48020-480	Alagoinhas	BA	(75) 3423-8313 / 3421-6448 Fax: (xx) 3182-6035	saae@alagoinhasbahia.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	BSC - Bahia Specialty Cellulose (antiga Bahia Pulp)	Adalberto Rabelo Sanches	R. Alfa, AIN - Pólo Industrial de Camaçari, n. 1033	42810-290	Camaçari	BA	3634-0589, Fax: 3634-0735/ Cel.: 71 8832-3772	adalberto_sanches@bahia.com.br

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Monsanto Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Químicos LTDA.	Lucy Helena Silva de Jesus	Rua Eteno, n. 5001	42810-000	Camaçari	BA	34447278, Fax: 32447234	lucy.h.jesus@monsanto.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	BRASKEM S.A.	Sérgio de Rezende Hortélio	R. Eteno 1561, sala 203, Adm I - anexo.	42810-000	Camaçari	BA	3413-1949/ 91793538 Fax: 3413-2070	sergio.hortelio@braskem.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Millenium Inorganic Chemicals	Argemiro Moura Marinho	Rodovia BA 099 Km 20, Abrantes, s/n	42840-000	Camaçari	BA	(71) 3634-9114 /9304/ 3453-0082 / 9972-8851	vmveras@crystalglobal.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	CIFS - Centro das Indústrias de Feira de Santana	Alexandre Ferraz Visnevski	Av. Maria Quitéria, n. 1445	44075-445	Feira de Santana	BA	(75) 3625-0578 (71)3111-4877/ 75 3321-9700	alexandre@sapelba.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Elekeiroz S/A	Antonio Pedro Oliveira Costa	R. João Úrsulo, n. 1261	42810-030	Camaçari	BA	3632- 7852/7793/7815, Fax: 3632 1817	pedro.costa@elekeiroz.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	Parapanema S/A	José Umberto Barros Moreira	Via do Cobre, n. 3700,	42850-000	Dias D'Ávila	BA	2203-1359/ 2203- 1467	jumberto@parapanema.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	PEVAL S/A	Luis Fernando Galvão de Almeida	Travessa Terra Nova, s/n, Km 14 da BR 324 - Bairro Valéria	41301-330	Salvador	BA	21031000, fax: 33019129	pevalinv@peval.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari	Sérgio de Almeida Bastos	Rodovia BA 512, Km 1,5, Fazenda Olhos D'Água, s/n,	42810-440	Camaçari	BA	3634-3416, Fax: 3634 3411/9987-4886	cofic@coficpolo.com.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Quattor Petroquímica	Antonio Fernando Andrade Pinto Coelho	Rua Hidrogenio n. 1404	42810-000	Camaçari	BA	(71) 3797-3710 / 3864 Fax: (71) 3632- 2206	pcoelho@quattor.com.br

Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	DOW Brasil S/A	Marcelo Farias Kruschewsky	Fazenda Caboto Guará, s/n, Ilha de Matarandiba	44470-000	Vera Cruz	BA	36495178, Fax: 36495112	mfkruschewsky@dow.c
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Proquigel Química S/A	Carlos Roberto Morais Souza	Rua Hidrogênio, n. 824	42810-010	Camaçari	BA	36342475, Fax: 3634 2447	carlos.souza@unigel.co
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	Petrobras/FAFEN/BA	Giovanna Carrozzo	Av. ACM, nº 1116, Ed. Tropical Center, sala 402-A, Itaigara.	41825-904	Salvador	BA	71 3413-6423/ 6422	giovanna@petrobras.co
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Oxiteno Nordeste S/A Indústria e Comércio	Sylvio Cazuya Gondo	Rua Benzeno, n. 1065	42810-000	Camaçari	BA	36347711, Fax: 36322171	sylvio.gondo@oxiteno.o
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	FIEB Federação das Indústrias do Estado da Bahia	Mário Cezar Oliva Mattos	R. Edístio Pondé 342	41700-395	Salvador	BA	(71)3343-1240 / 3342-2396 Fax: 3341-1562	presidencia@fieb.org.br
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	Dupont do Brasil S.A.	Sérgio Luiz Correa Ferreira	R. Oxigênio - COPEC, 748	42810-000	Camaçari	BA	(71) 2109-6038 / FAX: 2109-6149	paloma.c.carvalho@bra
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Titular	PROCIA - Associação de Empresas do Centro Industrial de Aratu	Alberto Nunes Vaz da Silva	BR324 Km 18,5, Sede do SUDIC	43700-000	Simões Filho	BA	(71) 3594-9795 / 3242-0921 FAX: 3241-7429 /3242-4455	vazalberto@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Indústria e Mineração	Suplente	ITF Chemical LTDA.	Karina Cajazeira da Silva	Rua Beta, n. 574 - Pólo	42810-000	Camaçari	BA	36342908, Fax: 36342914	karina.silva@itfchemical
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Turismo, Lazer, Esporte e Outros Usos não consuntivos	Titular	Pojuca S/A (Tivoli Ecoresort Praia do Forte)	Sandro Brandão Flores	Av. Do Farol, s/n, Praia do Forte	48280-000,	Mata de São João	BA	3676-4000/ 4071/ Fax: 3676-4083	tivolishotels@tivolihotels
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Turismo, Lazer, Esporte e Outros Usos não	Suplente	Nolandis Empreendimentos e Participações LTDA. (IBEROSTAR)	André Penna de Andrade	Rodovia BA 099 Km 56 - Praia do Forte, s/n	48280-000	Mata de São João	BA	71 3676-4200	andre.penna@iberostar

			consuntivos									
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Turismo, Lazer, Esporte e Outros Usos não consuntivos	Titular	Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares, Similares de Salvador e Litoral Norte	Silvio Pessoa da Silva Junior	Av. Tancredo Neves - Centro Empresarial Iguatemi, n.274 - Bl.B, Sala 306	41820-907	Salvador	BA	3525-2555 Fax: 3525-2550	adm@sindicatohrs.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Turismo, Lazer, Esporte e Outros Usos não consuntivos	Suplente	Cluster de Turismo da Costa dos Coqueiros	Marcio Tavares Barreiros	Av. Do Farol, s/n, CEP: 48280-000, Praia do Forte	48280000	Mata de São João	BA	3287-2338	clustercc@gmail.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Irrigação e Agropecuária	Titular	Copener Florestal LTDA	André Ribeiro da Silva	R. dr. José Tiago Correia, s/n	48030-300	Alagoinhas	BA	(75) 34239900, Fax: (75) 34238218	andre_silva@bahiaspec
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Irrigação e Agropecuária	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Pesca e Aquicultura	Titular	Colônia Z-2	Carlos Alberto Oliveira Pereira	R. Sá Oliveira, São João do cabrito - Plataforma.	40717-380	Salvador	BA	3218-5294 /3497-5332/ 9948-5175/9189-2566	coloniadepescaz2@yahoo.com
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013	Usuários	Pesca e Aquicultura	Suplente	Vacância							
Recôncavo Norte/Inhambupe	2010/2013		Indígenas	Titular	Tribo kariri-xocó	Lymbo Andreliano Perigipe Santos	Rua Quingoma, s/n, Lauro de Freitas [não tem serviço de correio]	42700-000	Lauro de Freitas	BA	9607-2868/9948-5550	debora.tsl@unoparvirtu

Anexo 4 - Ata da 37ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe

CBHRNI

Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA DA XXXVII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16/02/2011

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2011, os membros do CBHRNI reuniram-se no Auditório da Unifacs, localizado no Edf. Civil Empresarial, na Rua Doutor José Peroba, nº 251, STIEP, Salvador - BA para a realização da XXXVII Reunião Extraordinária, conforme o ofício convocatório enviado. Às nove horas, sendo comprovado o quorum, deu-se por iniciada a reunião. Em seguida, Sergio Bastos, Secretário do CBHRNI apresentou a pauta. Foram lidas e aprovadas as atas de 13 de agosto de 2010 e 22 de dezembro de 2010. Comentado pelo diretor George do INGÁ que o Termo de Referência para contratação do plano de bacia está pronto para serem licitado. Confirmou que houve um pedido da Prefeita de Lauro de Freitas ao Governador. Existe a previsão para licitação de 10 planos no Estado. O do CBHRNI é um dos Comitês prioritários. Os recursos para execução destes planos, estão dependo da aprovação do Senado, programa SWAP 1 (Banco Mundial). Informou que de acordo com o Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos caso não seja possível a obtenção destes recursos pelo SWAP 1, serão utilizados recursos do Estado. Comentou também a respeito da mudança na organização da SEMA. O foco prevê a integração da INGÁ e IMA. Do ponto de vista do INGÁ as definições já estão tomadas, faltam os comentários externos. Sergio Bastos do COFIC perguntou sobre o impacto destas alterações na organização na gestão dos Comitês. George respondeu que os instrumentos de gestão estarão dentro do novo Instituto, os Comitês estarão ligados ao gabinete do Diretor Geral onde estão localizados os colegiados. Sergio Bastos citou que Ica assumiu o lugar de Milene na COGEP mas provavelmente ocorrerá nova mudança até maio. Coutinho da IDE relatou que em uma reunião na SEMA com representantes da Sociedade Civil, teve dificuldade de entender a nova organização. George comentou que faz parte do grupo de trabalho e que as mudanças estão ainda em discussão e que maiores detalhes só após a aprovação do Governador poderiam ser divulgados. Iniciaram os debates a respeito de uma proposta de planejamento para o período 2011 / 2012. Foram identificados temas para atuação do Comitê onde após uma definição de prioridades pelos membros titulares, foram escolhidos três itens como prioritários. O primeiro item abordará uma sistematização de diversas informações de Recursos Hídricos que serão disponibilizadas aos membros do Comitê. Neste item foi criado um grupo de trabalho composto pelos representantes da FIEB, da Embasa, CETREL, INGÁ, Unihidro. O grupo definiu uma reunião o dia 21/02 para iniciar os trabalhos de pesquisa do conhecimento. No segundo item será abordada a questão

do Saneamento e Abastecimento no Recôncavo Norte e Inhambupe. A Embasa prontificou-se a fazer uma apresentação envolvendo água, esgoto e resíduos sólidos, mostrando o estágio atual na bacia. O terceiro é similar ao segundo com ênfase nos 45 municípios da bacia. Foi definido um calendário de reuniões do Comitê prevendo as datas nos dias 13/04, 25/05, 13/07 em Inhambupe, 31/08, 19/10 em Feira de Santana. Informadas as datas para formação dos membros do Comitê, Fase 1 – 30/03 e 31/03, Fase 2 – 28/04 e 30/04. A Codea relembrou o processo de inscrição no curso e solicitou as informações para permitir o reembolso de despesas da Sociedade Civil. Os representantes do território de identidade Neide, secretária do território de identidade do Litoral Norte, Agreste Baiano, e Geraldo, coordenador do território, abordaram a necessidade de uma maior integração com o Comitê externando a vontade de participar da próxima reunião plenária como também sua participação nos trabalhos do Comitê. Nada mais havendo a tratar, a Diretoria do Comitê deu por encerrada a reunião às 12:55 horas e para constar, eu Sergio de Almeida Bastos, Secretário, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais membros da Diretoria, para surtir os efeitos legais. Salvador, 16 de fevereiro de 2011.

João Gualberto Vasconcelos – Presidente do CBHRNI

Miguel Angel Polino – Vice Presidente do CBHRNI

Sergio de Almeida Bastos – Secretário Executivo do CBHRNI

Anexo 5 - Ata da 38ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe

CBHRNI

Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA da XXXVIII Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe 14 de Junho de 2011

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e onze, se fizeram presentes os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, na cidade de Salvador, no Auditório da Unifacs, localizado no Edifício Civil Empresarial, para a XXXVIII Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, com a seguinte pauta: 1 – Leitura e aprovação da ata anterior; 2 – Apresentação da Embasa sobre Saneamento e Abastecimento; 3 – Apresentação da nova estrutura da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e criação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA; 4 – Informe sobre a segunda parte do Curso de Capacitação dos Membros do Comitê do CBHRNI; 5 – Informe sobre a contratação para o Plano de Bacia; 6 – O que ocorrer. Às 09 horas e 30 minutos, verificada a existência de quorum, foi iniciada a reunião pelo Secretário Executivo do Comitê, Sr. Sérgio Bastos, na ausência do Presidente e do Vice – presidente, tendo o Sr. José George sido indicado para secretariar a reunião, iniciou-se com a leitura da pauta, sendo feitas algumas observações sobre pontos da mesma, como a falta do representante da Embasa que seria responsável pelo segundo ponto de pauta, bem como do representante da INEMA para o terceiro ponto, o que resultou na alteração da ordem dos pontos a serem debatidos até que os mesmos se fizessem presentes. 1 – Leitura da Ata anterior – foi realizada pelo Sr. Sérgio Bastos a leitura da Ata da reunião anterior, algumas alterações de forma e conteúdo foram feitas devido à perda da gravação da plenária anterior, que prejudicou no informe de alguns pontos discutidos, após estas alterações a mesma foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos foram discutidas as datas das novas reuniões para as plenárias do Comitê, haja vista que com a fusão do INGÁ com o IMA, formando o INEMA, o calendário anteriormente aprovado pelo Comitê, já não estava mais sendo obedecido devido as dificuldades iniciais do novo órgão em garantir a realização destas reuniões devido a problemas burocráticos internos. Esta discussão também se estendeu para o curso de capacitação dos membros do Comitê que também já encontra-se comprometido, sendo este o 4º ponto da pauta. Sobre o assunto foi informado pela Coordenação de Interação Social, agora a responsável pelo acompanhamento dos Comitês na nova estrutura do INEMA, que está havendo uma reestruturação do curso e da sua data para ocorrer de acordo com os acertos entre a Coordenação, a Diretoria Geral do INEMA e também a SEMA, tendo como proposta que as mesmas ocorram em conjunto com as reuniões plenárias do Comitê, tendo para isto definido 2 horas, no dia da plenária para sua realização. Esta proposta não foi bem aceita pela plenária do Comitê, sendo colocado por vários integrantes a necessidade de se repensar esta estratégia, que com certeza não atingiria os objetivos propostos pela capacitação, A Sra. Sandra Lima da Associação Comunitária dos Moradores de Sobrado (Santonópolis), questionou a pertinência dos acordos e deliberações do Comitê junto ao INGÁ, atual INEMA, que os mesmos não vêm sendo levados a sério pelo órgão, o que acaba provocando o desgaste entre as relações do órgão gestor com o Comitê, resultando na

falta de ações concretas do mesmo, o que não pode continuar acontecendo. O Sr. Waldir Coutinho, do Centro de Desenvolvimento Sócio Comunitário (Mata de São João), ratificou as colocações anteriores e questionou sobre a carga horária do curso e a situação precária em que se encontra os compromissos do INEMA/INGÁ com o Comitê, principalmente após a instituição do INEMA. O Sr. Sérgio Bastos ponderou que algumas destas questões seriam mais bem abordadas com a chegada do Diretor Geral do INEMA que iria falar sobre a nova estrutura do sistema. A representante da Coordenação de Interação do Inema. A Sra. Milza Viana, colocou que um dos motivos desta dificuldade era que apesar da fusão dos órgãos e surgimento do INEMA, o mesmo ainda necessita de integrar seus processos administrativos e financeiros que demanda tempo e é um empecilho para realização de algumas ações do novo órgão. Foi sugerido pela Sra. Amanda, que faz o acompanhamento do Comitê pela Coordenação de Interação, que o Comitê fizesse uma proposta para a continuidade do processo de capacitação para ser apreciado na próxima reunião plenária. O Sr. Mário Cezar da FIEB colocou o histórico da falta de ação do comitê, mas que os membros do mesmo devem sempre imprimir o maior esforço possível pela sua continuidade e fortalecimento e que apesar dos percalços, esta luta vale a pena. O Sr. Alexandre Visnevski, do Centro das Indústrias de Feira de Santana, colocou que a reunião prevista para Feira de Santana, poderia ser transferida para Salvador para facilitação da mesma. O Sr. Paulo Reis da Prefeitura de Serrinha, fez questionamento sobre o processo de fusão e reestruturação dos órgãos ambientais do Estado e da SEMA, usando como parâmetro a reestruturação da FUNASA, que segundo o mesmo levou 05 anos para ser efetivada, ele se colocou contra a mudança da reunião de Feira de Santana para Salvador, pois é interessante para o comitê e seus membros o conhecimento de sua área de atuação, sua intinerância. Após estas colocações ficaram mantidas as reuniões de 31/08 em Salvador e 19/10 em Feira de Santana, lembrando que haverá em novembro a reunião do ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacia, onde é encaminhado pelo menos 01(um) membro do comitê, representante da sociedade civil para o evento, sendo o mesmo indicado pelo comitê. Ficou decidido que serão apresentadas as regras para definição de escolha do membro que participará do ENCOB na próxima reunião marcada para 31/08, foi ressaltado pelo Sr. Sérgio Bastos que o INEMA propicia a presença de 01(um) representante da sociedade civil no Encontro, contudo isto não impede que representantes de outros setores se façam presentes a suas expensas. Foi questionado pelo Sr. Eduardo Fontoura representante da CETREL, setor usuários sobre o período de renovação do Comitê, sendo relatado pelo Sr. Sérgio Bastos que já foi solicitado através do CONERH o calendário destas renovações não sendo apresentado até o momento. José George representante do INEMA no Comitê relatou que o calendário de renovação dos comitês previsto para 2011 já se encontra atrasado, logo todos os demais terão alteração nos seus períodos de renovação. Item 2 - Apresentação da Embasa sobre Saneamento e Abastecimento, não ocorreu devido a falta do representante da empresa responsável pela apresentação. Item 3 – Apresentação da Nova Estrutura da Secretaria de Meio Ambiente e Criação do Instituto Estadual de Meio Ambiente (INEMA) – O Sr. Sérgio Bastos fez uma breve introdução ao tema e apresentou aos presentes o Sr; Julio César Rocha Mota, Diretor Geral do INEMA. Antes do início da fala do Sr. Júlio Mota, o Sr. Sérgio Bastos fez algumas colocações, sobre o Comitê, suas ações e a necessidade da definição para continuidade do curso de capacitação dos membros, que já possui seu primeiro módulo concluído. O Sr. Júlio Mota começou sua explanação falando de sua trajetória dentro da área ambiental em particular na área dos recursos hídricos, tendo participado em diversas instâncias nos Sistemas Estadual e Nacional de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Ele pontuou que a capacitação do comitê estava sendo avaliada pela nova equipe que acompanhará os Comitês de Bacia no INEMA, a cargo da Coordenação de Interação Social, sendo que

na próxima reunião do mesmo já haverá uma definição das datas para a sua continuidade. Após isto, o Sr. Júlio Mota iniciou uma apresentação com as diretrizes gerais da nova estrutura da área de meio ambiente e recursos hídricos, com a fusão do INGÁ com o IMA. Em sua fala ele colocou a importância do Comitê de Bacia como controle social de uma política pública (Política de Recursos Hídricos), sem nada similar em outras áreas. Relatou os motivos que levaram a tomada de decisão pelo governo para esta reestruturação e os desafios que ela gera, focando na agilidade e melhoria dos tramites da área ambiental e a maior eficiência e eficácia da área para a Bahia. Foi mostrado um organograma da nova estrutura, tanto da SEMA como do INEMA e as diretrizes que serão levadas em conta para esta integração: Recursos Hídricos; Política Florestal; Biodiversidade; Descentralização e Desconcentração da Gestão Ambiental, Qualidade Ambiental: Regulação; Fiscalização e Monitoramento; Meio Ambiente Urbano. Foi feita, pelo Sr. Júlio Mota, uma breve descrição de cada diretoria e coordenação que compõem o INEMA. Após a apresentação do Diretor Geral do INEMA o Sr. Sérgio Bastos agradeceu a presença do dirigente do órgão na plenária do comitê e franqueou a palavra aos presentes para que os mesmos fizessem seus comentários e questionamentos ao Sr. Júlio, sendo ele mesmo o primeiro a fazer colocações ao diretor sobre a questão dos planos de bacia, o início do processo licitatório e uma previsão para o início de sua execução e alterações que se façam necessárias ao processo. O Sr. Júlio Mota explicou como anda o processo licitatório dos planos, as adequações que ocorrerão nos termos de referência visando dar um maior enfoque na área ambiental, sobre o que já era solicitado anteriormente, principalmente relativo às Áreas de Preservação Permanente (APP), corredores ecológicos e definição de áreas estratégicas para conservação, foi apresentado, ainda pelo mesmo, um cronograma preliminar dos 10 planos de bacia que o governo pretende concluir até 2014 estando entre os prioritários: Grande, Corrente, Paraguaçu, Recôncavo Norte e Inhambupe, Contas e Leste. O Sr. Paulo Reis questionou com relação a questão da descentralização e desconcentração das atividades do órgão, levando em conta que atualmente existem 26 escritórios regionais do IMA, INGÁ e SEMA quando somados e com a reestruturação essa quantidade cai para 9 escritórios regionais, colocando que isto é um contrassenso, o discurso não está de acordo com a prática. Ele ainda fez colocação a respeito da situação do município de Biritinga que tem poços explorando água para abastecimento de outros municípios sem, no entanto, receber nada em troca, deveria haver uma compensação ao município. O Sr. Júlio Mota explicou que na Política de Recursos Hídricos a água é tida como um bem público e não há uma dominialidade municipal para as águas, mas mesmo assim este é um tipo de questão que pode ser avaliado. Com relação às unidades regionais ele colocou que serão 9 unidades mas muito bem estruturadas, atendo e realizando vários serviços que antes elas não realizavam e que não há como o estado conseguir estruturar as 26 unidades existentes por questão de pessoal e custos para sua implantação no modelo proposto atualmente, ressaltando que haverá alguns escritórios locais com uma estrutura menor além dos 9 que também auxiliarão nas demandas do interior, segundo o diretor a melhor estruturação e o bom desempenho dessas unidades regionais servirá para que haja novos pleitos para outras regionais. O Sr. Mario Cezar agradeceu a presença do diretor do INEMA na plenária do Comitê e pela sua apresentação e discorreu sobre a parceria entre o setor produtivo – indústria e o Governo do Estado em trabalhos e estudos relativo às questões ambientais e de recursos hídricos. O mesmo relatou a questão do problema da disponibilidade de água para a grande Salvador, indicando a falta de estudos maiores sobre os mananciais existente na área do Recôncavo Norte, em especial o rio Pojuca, e questionou o Sr. Júlio Mota sobre qual a posição do INEMA sobre esta situação. O Sr. Mário também teceu considerações sobre a importância do aquífero São Sebastião, tema que deve começar a ser abordado dentro do Comitê e trazer o INEMA para esta

discussão, além da questão de sua responsabilidade sobre o gerenciamento do mesmo. O Sr. Júlio ponderou sobre as questões das demandas e uso racional da água, sendo colocado pelo Sr. Mário que há estudos realizados junto às grandes empresas sobre o tema de uso racional da água, incluindo a questão de reuso. O Sr. Júlio colocou a questão da desconcentração dos pólos industriais no Estado, mas principalmente a questão do reuso depende de estudos mais detalhados, bem como a questão de atendimento da região metropolitana por novos mananciais. Foi pontuado também pelo diretor a questão dos grandes poluidores da bacia, principalmente os municípios de Camaçari e Simões Filho, que poderiam desenvolver sistemas para utilização dos esgotos após tratamento adequado para aumento da oferta hídrica. Estratégias para aumento da oferta de água, conservação e gestão dos recursos hídricos estão relacionadas a estudos e planejamento. O Sr. Sérgio Bastos colocou a questão da definição de estratégia para que o planejamento e o gerenciamento das questões ligadas a água estejam sobre a égide da Diretoria de Águas do INEMA. A Sra. Joane Carneiro, da Prefeitura de Alagoinhas, informou que tem havido melhoras no que tange às questões de gestão ambiental e de recursos hídricos, principalmente relativo à regularização e fiscalização preventiva, contudo expôs sua preocupação com a diminuição dos escritórios no interior, citando o exemplo de Alagoinhas, onde há apenas fiscalização na área ambiental, estando deficiente a questão dos recursos hídricos, o que se torna um problema, ainda maior, onde a empresa responsável pelo abastecimento e esgotamento é municipal, explorada pelo SAAE, como acontece em Alagoinhas. Ela coloca que o Estado tem interesse que os municípios assumam diversas funções, diminuindo sua carga e aumentando a dos municípios, que acabam ficando sobrecarregados, sendo necessário saber que suporte será dado aos municípios para que este repasse de atribuições aconteça e possa ser feito de uma maneira adequada, pois os recursos municipais são escassos, tanto de ordem financeira como também de funcionários e estrutura, além da questão de interveniências políticas e visão estratégica do assunto. O Sr. Júlio explicou mais detalhadamente a questão dos escritórios regionais, colocando que o Estado irá ajudar e preparar os municípios para assumir as demandas que lhe forem repassadas, através de ações como ocorre na GAC – Gestão Ambiental Compartilhada, ressaltando a importância da relação entre Estado e Municípios para que se possa desenvolver melhor a gestão ambiental e de recursos hídricos na Bahia. O Sr. Jonas Porto, Prefeitura de Santo Amaro, fez um relato sobre a fiscalização ambiental em Santo Antonio de Jesus e a dificuldade para que estas ocorram, querendo saber como poderá acionar os escritórios para este fim. O Sr. Júlio Mota falou que os escritórios regionais estão aptos a receberem denúncias para fiscalização e lembrou que além dos escritórios regionais, haverá postos avançados em algumas cidades para melhor atender as demandas. Terminado os questionamentos, o Sr. Sérgio Bastos agradeceu o Sr. Júlio Mota, mais uma vez, pela presença e a honra de ter o Diretor Geral do INEMA na plenária do Comitê, sendo este o primeiro comitê onde o mesmo esteve. O Sr. Júlio Mota agradeceu a todos a oportunidade de poder estar apresentando a nova estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, lembrando a todos que já foi membro do Comitê representando a Embasa, se dispondo estar presente junto ao mesmo sempre que possível. Os itens 4 e 5 da pauta foram abordados dentro da apresentação do Diretor do INEMA e o item 6 no início da plenária em virtude da espera dos palestrantes dos itens 2 e 3. Nada mais havendo, foi encerrada a plenária às 12 horas e 25 minutos. Salvador 14 de Junho de 2011.

João Gualberto Vasconcelos – Presidente do CBHRNI. Miguel Angel Polino – Vice Presidente do CBHRNI. Sergio de Almeida Bastos – Secretário Executivo do CBHRNI

Anexo 6 - Ata da 39ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA da XXXIX Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe 31 de agosto de 2011

Às 09:00 do dia trinta e um do mês de agosto de dois mil e onze, se fizeram presentes os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, na cidade de Salvador, no Auditório da Unifacs, localizado no Edifício Civil Empresarial, para a XXXIX Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, com a seguinte pauta: 1 – Leitura e aprovação da ata anterior; 2 – Informe sobre a contratação do Plano de Bacias; 3 – Informe sobre a segunda parte do curso de capacitação dos membros do Comitê; 4 – Escolha do representante do Comitê para o encontro Nacional de Comitês de Bacia, ENCOB; 5 – Apresentação EMBASA – Abastecimento de água e Saneamento Básico no Recôncavo. Após apresentação da Pauta foi feita a leitura da ata da reunião anterior sendo aprovada após com comentários da Plenária. O Secretário do Comitê solicita aos representantes da Coordenação de Interação Social para apoio no registro das informações para elaboração da ata da reunião. O vice-presidente do Comitê, Miguel Polino, diz que as atas devem ser feitas pela secretaria executiva; Daniel Santos, da Coordenação de Interação Social do INEMA, informa que a obrigação regimental de fazer a ata das reuniões é do secretário do Comitê. No entanto, nada impede que outras pessoas colaborem com os registros para a construção da ata pelo secretário; Daniel propõe que seja incluída como ponto de pauta a adequação da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos do CBHRNI, que será a responsável pelo acompanhamento da construção do Plano de Bacia. Informa que o Comitê deliberou, em sua XXXII Reunião Extraordinária, a composição da referida Câmara, no entanto, esta decisão precisa ser apreciada à luz de portaria do CONERH e alguns nomes das entidades da Sociedade Civil Organizada que precisam ser corrigidos; O Secretário Sérgio Bastos sugere que o tema seja tratado na sequência da pauta prevista. O secretário apresenta o organograma com a nova estrutura do INEMA e fala sobre o papel de cada diretoria no processo de construção do Plano de Bacia. Informou também que de acordo com o Secretário Eugênio Splender os recursos para elaboração do plano poderão ser oriundos dos da compensação ambiental. Quanto à continuidade do processo de capacitação dos membros do Comitê o representante Daniel Santos informou que a da Coordenação de Interação Social do INEMA tem um plano de capacitação para todos os Comitês e que a orientação é capacitar e nivelar, de forma continuada, todos os comitês em igualdade de condições não havendo previsão no momento de data para continuidade da formação do CBHRNI. Sérgio Bastos diz que o Comitê irá realizar o 2º módulo da formação e que irá solicitar apoio dos técnicos do INEMA. Caso o órgão não possa ceder os técnicos para participarem da capacitação, o Comitê aplicará o 2º módulo do programa previsto por conta própria; O vice presidente Miguel Polino diz que as decisões do Comitê

devem ser respeitadas e que a capacitação tem que ter prosseguimento e fala que o CBHRNI só tem funcionado por causa da capacidade da indústria de colocar dinheiro no Comitê para o funcionamento do mesmo; Roque Nascimento representante do sociedade civil diz que Maísa Flores, Coordenadora de Interação Social, deveria estar presente também nessa reunião para dar explicações a respeito do 2º modulo do curso e para se apresentar aos membros; A plenária prossegue com a apresentação pelo representante da EMBASA, Luiz Reinaldo, sobre o Plano de Saneamento e Abastecimento do Município; informa que de toda água que a EMBASA utiliza 80% é superficial, diz que em 10 anos, 100% da população terão cobertura da EMBASA e que, atualmente, 360 municípios têm o abastecimento de água da EMBASA, sendo 42 situados nas Bacias do Rec. Norte e Inhambupe, correspondente a 96% da totalidade da Bacia (Estimativa da população abastecida: 4,2 milhões); fala sobre a legislação que compõe o Marco Regulatório da EMBASA, informa que o índice de cobertura do atendimento com distribuição de água tratada e canalizada no estado é de 94,27%, fala sobre os usos predominantes do solo dos mananciais da Bacia, que perpassa pelo uso industrial, exploração mineral, uso urbano, lançamento de efluentes, turismo, agropecuária, entre outros; informa que o esgoto doméstico é um dos principais poluidores dos rios Joanes, Ipitanga e Cobre; ressalta que para a construção do Plano de Bacia, deve-se enfatizar a participação das prefeituras, porque os principais poluidores são os resíduos sólidos, poluindo os mananciais através do lixo; Maria José Rosa diz que todas as prefeituras da Bacia devem ser convidadas para a discussão do Plano de Bacia do Recôncavo Norte; Raimundo Nascimento fala que há uma Comissão de Acompanhamento de Obras da EMBASA na comunidade de Mapele, no entanto, ela encontra-se desativada. Raimundo solicita a reativação da mesma; Luiz fala sobre as ações ambientais da EMBASA. Cita o trabalho de Gestão de Efluentes Líquidos, Sistema de Esgotamento Sanitário, Gestão de Resíduos Sólidos, Recuperação de Áreas Degradadas, por meios de projetos de recuperação de mata ciliar, salvamento Arqueológico, Treinamentos Operacionais e Educação Ambiental, e Estudos para aplicação de Novas Tecnologias nos Sistemas de Tratamento de Água e Esgotamento Sanitário; A EMBASA é solicitada para fazer uma apresentação mais detalhada sobre as ações do órgão na Bacia; Luiz se compromete a fazê-la na próxima oportunidade e encerra a apresentação; Laureana Araújo fala das dificuldades em chegar no horário da reunião, porque ela tem que sair cedo de Serrinha, e sugere que as reuniões ocorram um pouco mais tarde. Léa Nepomuceno (INEMA) informa que ela pode chegar um dia antes, pois a Secretaria Executiva pode custear os gastos dela com hospedagem; Laureana Araújo e Maria José Rosa reclamam da diferença de valores das diárias para os membros por causa da escolaridade. Dizem que todos do Comitê ali estão em igualdade de condições e que não deveria existir essa divisão. Léa (INEMA) explica que isso acontece porque os procedimentos pelos quais os membros receberão as diárias são os mesmos que são feitos para os Servidores do Estado, explica que os membros receberão as diárias como colaborador eventual do INEMA e que o estabelecimento da desigualdade nos valores das diárias foge da governabilidade do INEMA, já que esse é um procedimento do Estado para o pagamento de diárias; O secretário do Comitê, Sérgio Bastos, pede que os membros da Sociedade Civil escolham dois membros para representá-los no Encontro Nacional de Comitês de Bacia (ENCOB). Os escolhidos foram: Nélia Bispo Gonçalves e Maria José Rosa; A adequação da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos do CBHRNI ficará para ser feita na próxima reunião; Nada mais havendo, foi encerrada a plenária às 12horas e 30minutos. Salvador 31 de agosto de 2011.

João Gualberto Vasconcelos – Presidente do CBHRNI

Miguel Angel Polino – Vice Presidente do CBHRNI

Sergio de Almeida Bastos – Secretário Executivo do CBHRNI

Anexo 7 - Ata da 40ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RECÔNCAVO NORTE E INHAMBUPE

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 28.3.2012

HORA: 08:30hs

LOCAL: UNIFACS/STIEP/SALVADOR-BAHIA

Abertura da 40ª Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe, feita pelo Vice-presidente Miguel Polino que passou a palavra para o secretário geral Sérgio Bastos que fez a apresentação da pauta e dos novos membros do CBHRNI, Copener, SAAE de Alagoinhas e Cardeal da Silva que informou não ser o membro efetivo apenas representando o governo nesta reunião. Sérgio Bastos solicitou à plenária, voluntário para secretariar a reunião como não apareceu nenhum candidato a mesa indicou Roque Costa que aceitou tomando lugar à mesa e iniciando os trabalhos. Às 09:45hs. início da leitura da Ata da reunião anterior pelo Secretário Geral Sérgio Bastos, sendo questionado o nome do representante da EMBASA, confirmado Luiz Reinaldo, a correção do nome da comunidade de Mapele, tendo encerrado a leitura da Ata às 09:52hs. Sérgio Bastos solicita a plenária a alteração da pauta para iniciarmos pelo informe do Plano de Bacia por George, representante do INEMA e Coordenador de Recursos Hídricos. George inicia sua fala pelo processo de Licitação, foram 02 editais lançados sendo que nenhuma empresa se habilitou. Iremos apresentar nova estratégia, sendo possível fazer uma contratação direta. Será feita uma análise crítica para viabilizar o processo. Uma apresentação de slides das leis referente a Recursos Hídricos, sobre a lei 11.612/2009, com algumas modificações, quanto a Recursos Hídricos poucas alterações, estamos trabalhando a realização do Decreto regulamentando a Lei 11.612/2009. Quanto a Política de Recursos Hídricos, a Lei 12.212/11 de 04.5.11 - Organograma do INEMA, Resolução n. 80 do CONERH, de 25.8.11, verificou-se mais produtivo a nova distribuição das RPGA's do Grande e do Corrente. A base legal do Plano de Bacia Hidrográfica – tentamos fazer um plano mais participativo possível, trabalhamos o plano e o cadastro de usuários da bacia, assim como, o enquadramento que é uma proposta para o CONERH aprovar. O Enquadramento dos corpos d'água em classes segundo usos preponderantes e parâmetros de qualidade para água doce. Com relação ao Plano de Conservação da Biodiversidade, estamos fazendo uma avaliação da situação ambiental, tentando fazer um levantamento para o Plano de Bacia do Estado; a outorga não sofrerá mudanças pelo Plano de Conservação da Biodiversidade. Paulo, representante da cidade de Serrinha questiona, se não teremos que mudar tudo a exemplo do Código Florestal? George responde, o Plano é mutante, sempre colocamos a legislação que estamos obedecendo, estaremos fazendo adequações de acordo

com a norma vigente. Quem elabora o Plano de Bacia do Estado é o INEMA, por não termos Agência de Bacia, sabemos que andamos pouco, nossa proposta é entregar 10 planos de Bacia até 2014. O prazo de execução do Plano do Recôncavo Norte é de 14 meses após o início do processo, serão feitas 6 oficinas para o PBHRNI, com audiências públicas e consultas, plano de trabalho, preparatória, diagnóstico, prognóstico, plano propriamente dito e o monitoramento do plano (revisão do projeto). Na fase de elaboração do Plano, pensamos que cada uma das fases fosse aprovada no Comitê, mas, concluímos que não avança o processo e verificamos que estas decisões passarão pela Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP). Na fase inicial teremos dois dias, oficinas temáticas com participação dos membros da sociedade civil, importante a formação de uma câmara técnica em Educação Ambiental nos comitês. Esta apresentação de George foi encerrada às 10:32h. A contribuição de Genecy representante da Apa do Joanes Ipitanga, é que é importante pelo conhecimento e podendo participar como convidado, vamos acompanhar tecnicamente, a questão do Enquadramento dos rios que é complexa em todo o país, não existe recursos financeiros para atender todas as necessidades. Temos que ter idéia da progressão e como buscar os recursos. A questão da Biodiversidade da bacia, também é uma questão técnica e complexa, seu volume de cobertura vegetal necessária, itens que exigirão uma Câmara Técnica qualificada para acompanhamento do processo. Coutinho representante de Mata de São João, manifestou preocupação com a ausência da sociedade civil. Com a mudança do INGÁ para o INEMA, houve uma queda nas representações. A companheira de Serrinha não pode comparecer por dificuldades. Paulo Barbosa de Serrinha, externou que será necessário o conhecimento do novo Código Florestal e que o esvaziamento nas reuniões e pessoas novas, quebra a sequência lógica das discussões. Sugeriu fazer reuniões itinerantes, tudo fica muito centrado em Salvador, parabenizou George pela apresentação. Rosa representante da sociedade civil ARBORIZE em Camaçari, mencionou que nesta reunião muitos não se fazem presentes, sociedade civil, os representantes do governo e o próprio presidente, só estamos tendo utilidade em participar das reuniões, é necessário que o Comitê seja mais informado, que o material apresentado por George seja enviado antecipadamente aos membros do Comitê, para que possamos discutir melhor o conteúdo na Plenária. Miguel Polino, comentou que o Comitê perdeu muita gente, externando preocupação quanto às decisões dos representantes que não são permanentes. Achou válidas às modificações mencionadas pelo INEMA, dirigindo para as câmaras técnicas as discussões de algumas fases do Plano. Genecí Braz do INEMA, diz que a Bacia contempla 08 Unidades de Conservação, verificamos um distanciamento dos gestores, nos colocamos à disposição para divulgação do Plano e se possível uma Câmara Técnica com representação das Unidades de Conservação, no intuito de aproximação com o Comitê de Bacia. Sergio Bastos, diz que temos um Plano em contratação, o que é importante registrar, o Comitê tem que gerenciar tudo isto, não podemos formar uma Câmara Técnica com 40 pessoas. A composição deverá ser em torno de 06 representantes com suplentes, temos que trazer algumas pessoas/técnicas, capazes de suportar discussões complexas e que tenham disponibilidade e tempo para participar. Reforçou o papel da Câmara que é de suportar a Plenária nas decisões. Miguel Polino, informou de gestões que tem feito junto às Prefeituras para reforçar a participação nas reuniões. Liliana representante de Santa Bárbara, questionou a ausência do Presidente do Comitê, quanto ao conhecimento técnico para acompanhar o Plano, demandou o processo de capacitação dos membros do Comitê. Raimundo representante de Simões Filho, diz que estas discussões daqui são as mesmas em todas os encontros, dificuldades de participação, esvaziamentos, enfatizando sua assiduidade em todas as reuniões do Comitê. George do INEMA, temos um problema quanto a falha de Cadastro da Sociedade Civil em atualizar as informações; sobre o Plano, o custo está orçado em 2 milhões e novecentos mil reais;

quanto a formação da Câmara Técnica é responsabilidade do Comitê. No Plano do Salitre tivemos dificuldade das representações, prejudicando o processo, podemos encaminhar as apresentações como fazemos no CONERH. Janaína, Coordenadora de Cadastro do Plano de Bacia, inicia sua apresentação sobre a divisão da Bacia e da metodologia para o PBHRNI, tendo 4 fases, com levantamento de dados secundários censitários, de porta em porta (mapeamento) em Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana; formulários de irrigação de acordo com a ANA; preocupação quantos usuários vamos cadastrar nos municípios. Daniela Blinder, do INEMA, faz a apresentação da Composição da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos – CTPPP, a Resolução nº 55/2009 do CONERH, reforçando novamente o papel da Câmara Técnica de preparação da Plenária para a tomada de decisão. Antonio representante de Entre Rios, vê com incoerência a inclusão de não membros do Comitê na Câmara Técnica. Roque Costa, representante da Sociedade Civil de Alagoinhas, necessário ver o Regimento Interno do Comitê para decidir. Miguel Polino, temos o Estatuto no Comitê, proponho que o INEMA não esteja incluído no número do seis, sugiro que a eleição seja 2 – 2 – 2 por segmento. Joane, representante do Poder Público alertou que o processo eleitoral poderá alterar as representações de representantes do Comitê. Sérgio Bastos, diz que a composição da Câmara será decidida pela Plenária. Rosa representante do ARBORIZE em Camaçari, questionou a deliberação do CONERH quanto à determinação do número de representantes da Câmara Técnica se esta é uma orientação ou determinação legal. Daniela, comentou que a preocupação é manter o número e a participação, e que a capacitação é necessária. Existir um representante da Câmara Técnica é importante pelo poder de convencer e persuadir no acompanhamento e defesas dos produtos na Plenária. Miguel Polino diz que temos que lembrar que a Câmara Técnica vai avaliar e se manifestar no início e no final de tudo. Sérgio Bastos, diz que as propostas que pensamos devem ser elaboradas para a próxima reunião onde cada segmento fará apresentação dos seus integrantes. Rosa representante do ARBORIZE, questionou os conflitos entre a determinação do CONERH e o regimento do Comitê. Sergio Bastos, o CONERH é superior aos Comitês que definiu sobre os membros da Câmara Técnica, para não discutirmos sobre a decisão do CONERH, juridicamente podemos estabelecer o número de membros da Câmara Técnica, na próxima reunião deverão ser definidos seus representantes. George do INEMA, diz que os membros do Comitê serão responsáveis pelas indicações dos seus representantes. Miguel Polino, concorda com 6 membros, lembrou que a Câmara Técnica tem que ter membro da Sociedade Civil pois existe interesses nos municípios. Paulo, coordenador de Cobrança do INEMA, fez a apresentação da Cobrança no Recôncavo Norte e informa que se faz necessário a contratação de uma Consultoria para a Cobrança; temos dificuldades na Gestão, cabe aos Comitês estipular o valor e ser paga pela água; existe pressão por demanda de água; a criação das Agências de Bacia é um dos papéis dos Comitês de Bacias, existe a proposta de instalar 2 agências no Estado; são deliberações do Comitê os preços a serem cobrados e os planos de aplicação dos recursos arrecadados; nas bacias que fazem a cobrança da água, existem dificuldades de gastar o dinheiro arrecadado. Sergio Bastos, diz que o Tribunal de Contas fiscaliza o uso dos recursos da cobrança. Paulo, observa que a definição dos recursos é da responsabilidade dos Comitês; apresenta a sugestão do Cronograma de trabalho, e que a cobrança será anual; a UFBA é pioneira nos Estudos da cobrança de água, temos vários técnicos que podem auxiliar no acompanhamento destes estudos. Paulo, a ANA coloca que a cobrança não é uma arrecadação, é uma taxa condominial. A Plenária do Comitê decidirá para onde serão aplicados os recursos arrecadados. Paulo, diz que os recursos irão para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Sergio Bastos diz que deve ser deliberado um calendário de reuniões Plenárias e outro da Câmara Técnica; temos feito as nossas reuniões de 40 em 40 dias. Feita proposta para que a próxima reunião

seja no dia 15 de maio de 2012 (terça-feira) no mesmo horário regimental às 08:30 horas. Reunião encerrada às 12:25 horas.

Diretoria:

Sergio de Almeida Bastos - **Presidente**

Miguel Agel Polino – **Vice- Presidente**

Adriana Alves dos Santos Mol – **Secretária Executiva**

Anexo 8 - Ata da 41ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe

CBHRNI

Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA DA 41ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RECONCAVO NORTE E INHAMBUPE, REALIZADA NO DIA 09 /08/2012.

A reunião foi iniciada às 09:19 horas, nas dependências da UNIFACS localizada na Rua José Peroba, 251, Ed. Civil Empresarial, 1º andar, STIEP em Salvador, Bahia, com a verificação pelo Secretário **Sérgio Bastos**, dos membros titulares presentes, num total de 15 representantes, observado a ausência do Presidente do CBHRNI, sendo a reunião presidida pelo Vice-presidente **Miguel Polino**; sendo apresentada a pauta em data-show (**Leitura e aprovação da Ata da 40ª reunião ordinária; Informe sobre o andamento da contratação para o Plano de Bacia; Reformulação da Câmara Técnica – CTPPP; Apresentação sobre formação da Câmara Técnica de Educação Ambiental; Informe sobre o processo de capacitação de membros do Comitê; e o que ocorrer**), sugerindo a inversão de pauta referente do item item 5 - **INFORME SOBRE O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DA BACIA**, para o item 2 – **INFORME SOBRE A CONTRATAÇÃO DO PLANO DE BACIA**. Após a aceitação da inversão de pauta pelos presentes, **Sergio Bastos** iniciou às 09;21 horas, a apresentação da ATA da reunião anterior realizada no dia 28 de março de 2012, realizando às devidas correções e encerrando a leitura da ATA às 09:57 horas. **Sérgio Bastos** informa que a reunião do Comitê foi adiada para que tivéssemos informações mais consistentes nesta reunião do dia 09 de agosto. O INEMA tem uma Resolução sobre a formação da Câmara Técnica que foi criada pelo próprio Comitê, com as mudanças da composição ao longo dos anos, tínhamos uma formação com 9 membros, mantínhamos 03 Câmaras funcionando, sendo que a Câmara de Planos, Programas e Projetos é que se manteve em funcionamento com realizações de várias atividades, o mesmo não ocorrendo com as outras Câmaras. O que é importante na formação das Câmaras, é a participação e o conhecimento técnico, para que as informações para a plenária sejam claras, de fácil entendimento. A Câmara Técnica deve ter a participação de especialistas e assessoramento para os seus membros. **Rosa do Arborize**, questiona a dificuldade em termos a participação destes técnicos. **Sergio Bastos** responde que as academias (UFBA, UNEB, UNIFACS e outras) podem participar melhorando a qualidade técnica das Câmaras, o que temos que entender é que se não conseguirmos o apoio técnico para o entendimento do que devemos decidir, fica inviável a decisão a Plenária. **Rosa do Arborize** diz que o

maior problema dos Comitês é a falta de estrutura, não vejo consistência no que fazemos, por falta de apoio operacional. **Sergio Bastos** informa que existe um recurso para estas atividades, mobilização e outras, recursos que deve ser liberado para as atividades que o Comitê precisa. A Câmara Técnica fará a apresentação em Plenária e esta decidirá os encaminhamentos a serem realizados. Esta Câmara tem que ter o conhecimento necessário para apresentar à Plenária o que deve ser feito. **George do INEMA**, diz que dia 26 e 27 de julho de 2012, foram feitas às Licitações para os Planos de Bacias relacionados AO Plano de Recursos Hídricos. É um consórcio de uma Empresa do Estado do Ceará (fizeram Planos do Ceará, Alagoas, Tocantins, Rio Grande do Norte e outros). Ainda não avaliamos a proposta técnica e financeira da Empresa. No final do mês de agosto, estaremos fechando a avaliação. Uma equipe com 17 funcionários (hidrólogos, geólogos ... – **devemos citar a formação da equipe**). Passada a fase de contratação, vamos a todas as regiões, conversar com os prefeitos, Ministério Público, apresentarmos um FOLDER com as informações sobre o Plano de Bacia, assim que finalizarmos o processo de Contrato, faremos uma nova apresentação ao CBHRNI, inclusive fazendo referência ao TDR que foi realizado aqui no Comitê. **Sérgio Bastos** questiona como o Comitê acompanhará esta fase. **George** diz que a apresentação da empresa para as Instituições será feita pelo INEMA e o Comitê de Bacia. **Sergio Bastos** diz que o primeiro ato solene deve ser uma apresentação da Empresa para o Comitê. **George** diz que será uma apresentação da Empresa para o Comitê e INEMA. **Sergio Bastos** diz que existe uma fase que a Empresa vai interagir com o INEMA para o conhecimento técnico da Bacia, traçar um plano de trabalho nas regiões, isto deve ser planejado com o Comitê. **George** diz que podemos marcar uma reunião da Empresa com o Comitê para que se possa discutir como será a Divulgação e a Coleta de Dados. **Rosa do Arborize** diz que é importante que os atores sociais participem do processo com a empresa, porque estão próximo da Bacia. **Miguel Polino** intervêm dizendo que devemos lembrar que estamos em um período eleitoral. **George** responde que hoje estamos conversando com algumas pessoas que no período de eleição não será possível. **Rosa do Arborize** diz que o entrave da sociedade civil é a parte financeira. **George** responde que toda a participação da sociedade civil tem recursos financeiros. **Sergio Bastos** retoma a palavra dizendo que a pauta da apresentação do Plano deverá ser durante o dia todo, podendo dividir o Comitê em dois grupos reunidos separadamente para posterior apresentação na plenária, quanto as opiniões sobre as apresentações. **Rosa do Arborize**, diz que precisamos ter recursos disponibilizados para a operacionalização do Comitê, ainda não temos estrutura. **Sérgio Bastos**, diz que depois discutimos tecnicamente, assim como, discutir os limites de competência, é possível que nas próximas duas reuniões, poderemos ajustar este processo organizativo, as Câmaras Técnicas precisam de cronogramas específicos, como serão estas reuniões, devemos fazer os ajustes necessários, lembrando que não podemos deixar de manter a regularidade das reuniões. **George**, diz que, em todas as reuniões no Comitê, serão a apresentados os Planos de Trabalho. **Sérgio Bastos** diz que na

apresentação da Empresa ao Comitê é possível alterações nas ações. **George** diz que a Empresa fará visitas, levantamentos de informações junto a comunidade. O que podemos discutir no Comitê é a regionalização da RPGA. **Sergio Bastos** questiona se a Empresa vai trabalhar simultaneamente com a Bacia do Paraguaçu. **George** diz, que temos que teremos uma reunião para ver os Planos gerados. **Sergio Bastos** diz que esta reunião será pela manhã e à tarde. Se a reunião com a Empresa não for em outubro será em novembro, precisamos fazer boca de urna para que tenhamos uma presença da maioria dos membros do Comitê, inclusive, com presença dos suplentes. Devemos agendar a data da próxima reunião do Comitê, definindo como pauta a apresentação pelo INEMA sobre a Empresa contratada, com isto, iniciando uma interação do Comitê com a Empresa. Após a apresentação de datas, definiu-se a **próxima reunião do CBHRNI para o dia 10 de outubro de 2012**. **George** informa que os representantes do INEMA para o Plano de Bacia são a **DANIELA BLINDER E GEORGE**. **Mário da FIESP** a presença destas pessoas serão importantes para a reunião do Comitê, serão estas que passarão as informações sobre o Plano. **Sergio Bastos** informa que os representantes das Câmaras Técnicas devem ser as Entidades não a pessoa, temos que definir quem, o ideal é que a entidade tenha suplente, é importante ainda o perfil técnico, temos que definir a participação e regularidade, "**QUORUM**", cabe a sustentação de argumentos para a funcionabilidade plena da Câmara Técnica. **Mário da FIESP** diz que as entidades sejam notificadas da importância da participação do representante na Câmara Técnica, questiona o número de pessoas estão aqui hoje, porque?; **Sergio Bastos** diz que representante aqui tem que representar mesmo. **George** diz que o Comitê envie às entidades uma solicitação de representantes para a Câmara Técnica. **Rosa do Arborize** diz que é preciso reforçar os convites, principalmente quantos às prefeituras. **Sergio Bastos** diz que como proposta escolheria o número de 12 entidades, é que as entidades eleitas na próxima reunião estabeleceriam a titularidade, para flexibilizar a participação. **Maise do INEMA** a instrução para as Câmaras Técnicas tem a composição de 3 a 6 membros com suplência, uma orientação, não traz uma obrigatoriedade, como neste Comitê já existe o número de 09. Quanto a questão de apoio a Secretaria Executiva do Comitê, pode ser feito na sede do INEMA, a estrutura está à disposição, suporte de telefone, internet. **Sergio Bastos** precisamos fazer um ajuste fino, com alguém responsável pelas informações para o Comitê. **Rosa do Arborize** diz que temos um INEMA que atende a todos, o Comitê não tem um representante para os nossos encaminhamentos. **Miguel Polino** diz que os nossos problemas do Comitê podemos discutir durante as reuniões. **Sergio Bastos** diz que podemos discutir na próxima reunião sobre a Câmara de Cobrança. **George** informa que a primeira Bacia a ser cobrada vai ser a nossa, sobre a formação da Câmara do Salitre, colocou os três segmentos. **Sergio Bastos** diz que a indicação para as Câmaras Técnicas deve ser por entidade, iniciando a distribuição pela indicação das entidades. Poder Público (**INEMA, PREFEITURAS DE: ALAGOINHAS, CAMAÇARÍ, ENTRE RIOS, SÃO FRANCISCO DO CONDE E SERRINHA**), Usuários (**COFIC, PETROBRÁS, CETREL, FIEB, EMBASA,**

BRASKEM, BSC, SAAE), Sociedade Civil (**AMOM, UNEB E FADES**). **José Humberto de...** diz que não podemos deixar na mão dos especialistas somente, o papel da Câmara Técnica é de saber repassar as informações. **Sérgio Bastos** diz que o representante tem que saber passar as informações para a Plenária. **George** fala que é importante o compromisso dos membros da Câmara Técnica, ao receber o material para consulta, deve ler e opinar sobre o assunto, poder repassar à Plenária. **Sérgio Bastos** acrescenta que um dos pontos importantes é o processo de comunicação, que anotar as informações para a apresentação **Rosa do Arborize** diz que precisamos entender que somos membros do Comitê aqui e fora, temos que ter compromisso. **George** diz que estamos estruturando tudo. **Sérgio Bastos** informa que para a reunião de outubro, temos que fazer uma “**Cartilha sobre o Plano de Bacia**” e enviar para os representantes das entidades, um convite sobre a indicação das representações. **Miguel Polino** diz que estamos historicamente com problemas da presença do Presidente do CBHRNI, eu, estou assumindo a presidência. **Sérgio Bastos** informa que em 2013 estaremos passando por outro processo de eleição no Comitê, o INEMA está acompanhando todo o funcionamento dos Comitês. **Sérgio Bastos** diz que na última reunião do CONERH, foi apresentado a Câmara Técnica de Educação Ambiental, foi colocado a importância da Educação Ambiental nas Câmaras Técnicas dos Comitês, no processo de Elaboração dos Planos de Bacias. **CEIB do INEMA** inicia a sua apresentação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social nos Comitês de Bacia, inserimos nos TRs a discussão Educação Ambiental nos Comitês, pode servir para chamar os membros ao melhor processo participativo das reuniões; o papel da Educação Ambiental na Gestão das Águas; as Bases legais para Educação Ambiental através das Resoluções do CNRH, da Política Estadual de Educação Ambiental, Formação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social – CTEM. **Rosa do Arborize** questiona como a SEMAS vai viabilizar este Projeto de Educação Ambiental nos Comitês. **CEIB do INEMA** diz que o Comitê pode nos convidar para participarmos das reuniões, temos educadores ambientais em várias regiões, temos a perspectiva de fazer um Encontro Informativo das Câmaras Técnicas de Educação Ambiental. **Rosa do Arborize** questiona se teremos apoio para a realização destes Encontros nesta Câmara Técnica em nosso Comitê. **Sérgio Bastos** questiona o que significa o processo de Educação Ambiental na Comunidade, que produto existe para divulgar a Educação Ambiental? **CEIB do INEMA** diz que o aporte financeiro para passagens, diárias e aporte técnico pedagógico, que estamos disponibilizando para o Comitê, temos vários formadores, é um conjunto. **Sérgio Bastos** diz que a Câmara Técnica chega para a Plenária e apresenta um Plano de Trabalho para o INEMA, forma um grupo e elabora às necessidades e se reúne com a Câmara de Educação Ambiental do SEMARH; importante formar o grupo de trabalho. **CEIB do INEMA** diz que a perspectiva que temos é que as entidades que fazem parte dos Comitês de Bacias, sejam contempladas com os projetos de Educação Ambiental. **Maíse do INEMA** com a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental no Comitê, os recursos estão disponíveis para as atividades itinerante. **Sérgio Bastos**

questiona se existem recursos para as despesas do Comitê, solicitando em seguida, nomes para a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CBHRNI, sendo apresentados os nomes de Rosa, Maria e Roque Costa. **Miguel Polino** questiona sobre o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, quem vai viajar pelo Comitê, seria o Coutinho como representante da Sociedade Civil e que, neste momento, ele está na representação do poder público. **Maíse do INEMA** fala sobre Coutinho, a vaga não é de Coutinho, mas, da entidade, como é poder público no momento, não pode continuar como Sociedade Civil. **Sérgio Bastos** informa que o Comitê tem que enviar uma carta à entidade de Coutinho para que esta envie um representante substituí-lo. **Maíse do INEMA** informa que o ENCOB acontecerá de 05 a 09 de novembro de 2012, em Cuiabá, a regra para este ano é a indicação da representação do Comitê para o Encontro, será realizado um Encontro com as Mulheres, para a escolha de duas representações. **Sérgio Bastos** dia que a representação do Comitê indica o nome de Miguel Polino e mais uma representação das mulheres. **Maísa do INEMA** informa que é preciso a publicação no Diário Oficial do Estado, o Regimento Interno dos Comitês de Bacias e o nome dos representantes, em função da cobrança feita pelo Tribunal de Contas quanto ao custeio dos Comitês. **Sérgio Bastos**, secretário do CBHRNI, após cumprir a pauta da reunião, convida todos os presentes para a próxima reunião do CBHRNI no **dia 10 de outubro de 2012** no mesmo horário regimental às 08:30 horas, encerrando os trabalhos às 12:23 horas. Eu, Roque da Costa Nascimento do **FADES**, designado secretário ac-doc assino a presente ATA, seguido dos demais representantes presentes a esta Reunião Plenária Ordinária do CBHRNI. **MINUTA**

Diretoria:

Sergio de Almeida Bastos - **Presidente**

Miguel Agel Polino – **Vice- Presidente**

Adriana Alves dos Santos Mol – **Secretária Executiva**

Anexo 9 - Ata da 42ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 27 dias do mês de novembro de 2012, às 10h40min, nas dependências da UNIFACS localizada na Rua José Peroba, 251, Ed. Civil Empresarial, 1º andar, STIEP em Salvador, Bahia, foi iniciada a 42ª reunião ordinária do CBHRNI após a verificação de quorum pelo secretário Sergio Bastos, sendo a reunião presidida pelo mesmo, foi então apresentada a pauta (**Leitura e aprovação da Ata da 41ª reunião ordinária; conclusão da formação da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP); informes sobre a contratação para o Plano de Bacia; calendário das reuniões plenárias em 2013; e o que ocorrer**). A Sra. Rosa, do Arborize, antes de iniciar a leitura da ATA, faz uma observação de que os horários das reuniões deste Comitê deveriam ser alterados para o turno vespertino, visto a dificuldade de deslocamento e de trânsito no primeiro horário da manhã. Porém, como lembra Sergio Bastos, este assunto já foi discutido e deliberado em plenária, com aprovação da manutenção do horário matutino. Dando início a pauta, foi realizada a leitura da ata por Sergio Bastos, sendo aprovada em plenária após apenas com alguns ajustes na fala do coordenador de Recursos Hídricos do INEMA, Sr. José George. As 11:15h deu-se início ao primeiro ponto de pauta: escolha das entidades para a CTPPP (Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos) do CBHRNI, sendo que foi sugerido que se estabeleça um número máximo de 6 (seis) membros, incluindo titulares e suplentes, conforme orientação da Resolução CONERH 55, e também para que haja entidades candidatas para demais câmaras que ainda serão formadas, a exemplo das Câmaras Técnicas de Cobrança e de Educação Ambiental. Sendo assim, foi necessário estabelecer um corte dos candidatos para a CTPPP definidos na última reunião do CBHRNI, utilizando para isso, os critérios de entidades presentes na atual reunião, e no caso do setor de usuários, entidades que representam um coletivo. Desta forma, chegou-se a seguinte lista de candidatos: **USUARIOS:** COFIC, CETREL, FIEB e EMBASA; **PODER PÚBLICO:** INEMA/ Alagoinhas/ Camaçari e Entre Rios e **SOCIEDADE CIVIL:** AMOM; UNEB; FADES; ARBORIZE. Cada setor deverá discutir entre seus pares a escolha de 01 (um) titular e 01 (um) suplente, totalizando desta forma 06 (seis) membros. Após a conclusão da eleição da Câmara Técnica da CTPPP, o Sr. Renato Cunha, do GAMBA, solicitou que a Câmara informe, no momento oportuno, as datas e local de cada reunião para possível participação de outros membros do Comitê. A Sra. Rosa, do Arborize, lembrou que todo o material apresentado no Comitê deve ser encaminhado antes das reuniões do CBHRNI para que os membros possam se familiarizar com o conteúdo. Sr. Sergio Bastos pontua também que a próxima reunião do CBHRNI deve ter como pauta a escolha da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização Social, tendo em vista a urgência da formação desta câmara para o acompanhamento das atividades previstas no Plano das Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe. Dando prosseguimento ao próximo

ponto de pauta, a técnica da Diretoria de Águas do INEMA, Daniella Blinder, informou a situação atual do contrato n 53/2012 para elaboração do Plano de Bacia do RNI, onde o consorcio IBI/KL foi o vencedor, e que o prazo será contado a partir da emissão da ordem de serviço, prevista para ocorrer em janeiro. A técnica apresentou também as etapas formais do plano, ressaltando que a aprovação do primeiro produto do Plano, denominado Plano de Trabalho, documento norteador para demais etapas, só acontece após a análise da Câmara Técnica do Comitê e da Aprovação da Plenária, por isso reforça importância da eleição e comprometimento das entidades eleitas na análise deste produto. Esta primeira etapa tem a duração de dois meses após a emissão da ordem de serviço deste contrato. A técnica do INEMA entregou ao secretário executivo do Comitê, um modelo para formulação da composição da CTPPP que depois de preenchida com os nomes das entidades eleitas, deverá ser encaminhada para publicação em Diário Oficial. A técnica do INEMA se comprometeu de enviar o edital do Plano do RNI para o secretário executivo do Comitê, Sr. Sergio Bastos e para a CODIS/INEMA para ampla divulgação deste TR e acompanhamento de todas as etapas do Plano pelos membros deste comitê. Dando prosseguimento à pauta, foi estabelecido o calendário para 2013, escolhido a última quarta-feira dos meses de janeiro, abril, julho e outubro para as reuniões ordinárias deste comitê. Encerrando os pontos de pauta deu-se início “ao que ocorrer”, onde foram discutidos os encaminhamentos para renovação deste Comitê. A Sra. Rosa, do Arborize, reforça a ideia de fortalecer a Câmara Técnica de Educação Ambiental para capacitar pessoas antes da eleição dos membros do Comitê, para que os novos membros estejam mais familiarizados com as atividades do CBHRNI. O Sr. Antônio, do município de Serrinha, lembra a todos que a eleição dos membros do CBHRNI está prevista regimentalmente para o 2º semestre de 2013. O Sr. Sergio Bastos lembra que a CODIS/INEMA deve indicar quais serão as datas de renovação deste Comitê, tendo em vista uma agenda de renovação de outros Comitês que o órgão possui. O mesmo alerta que é bem provável que neste período o plano de bacia esteja no auge de seu desenvolvimento e necessitar-se-á de um comitê atuante e em pleno funcionamento para as devidas deliberações, e que uma mudança dos membros do comitê no mesmo momento, pode acarretar em risco ao bom andamento dos trabalhos. Sergio Bastos sugeriu então, caso coincida os prazos, solicitar uma nova deliberação do CONERH quanto à manutenção dos membros deste comitê até que a elaboração do Plano de Bacia seja concluída. O Sr. Sergio Bastos informa também que muitos membros serão substituídos devido às eleições municipais ocorridas em novembro de 2012, inclusive o atual presidente do Comitê, representante da Prefeitura de Mata de São João, Sr. João Gualberto Vasconcelos. O Sr. Carlos Alberto, representante do segmento de pesca, se manifestou, sua preocupação com ausências Presidente do Comitê. Sergio Bastos sugere que seja feita uma comunicação ao presidente deste Comitê solicitando um posicionamento, bem como se faça uma articulação junto à Prefeitura de Mata de São João no sentido de que a mesma indique o novo representante deste município no Comitê. Foi sugerido também por Sergio Bastos que se abra um processo eleitoral para a escolha da Diretoria, em convocação especial em janeiro, para realização dos ajustes legais quanto à composição de seus membros diretores. **Sérgio Bastos**, secretário do CBHRNI, após cumprir a pauta da reunião, convida todos os presentes para a próxima reunião do CBHRNI em data a ser divulgada, encerrando os trabalhos às 13h10min. Eu, Daniella Blinder, técnica do INEMA, designada secretária, para fins exclusivos de elaboração desta ata, em substituição ao secretário executivo que presidiu esta reunião, assino a

presente ATA, seguido dos demais representantes presentes a esta Reunião Plenária Ordinária do CBHRNI.

Diretoria:

João Gualberto - **Presidente**

Miguel Polino – **Vice- Presidente**

Sergio de Almeida Bastos – **Secretário Executivo**

Anexo 10 - Ata da 43ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 19 de março de dois mil e treze, os membros do CBHRNI reuniram-se no auditório da UNIFACS, na Rua São José Peróba, nº 251, Edifício Cicil Empresarial, 1º andar, Stiep, para a realização da reunião ordinária, conforme o ofício convocatório enviado. Às nove horas e trinta minutos, sendo comprovado o quórum, deu-se por iniciada a reunião com a leitura da Ata. Em seguida Sérgio Bastos dá início ao processo de eleição com a composição da mesa formada por: Nélia Bispo Gonçalves (UNEB), Joane (Diretora do meio ambiente Alagoinhas) e Giovana (Petrobrás). Após discussões sobre alternativas do rito a ser seguido para as eleições a Plenária decide por eleições com voto aberto e com candidatos organizados por chapas. Os responsáveis pela condução das eleições informam existir 25 votos válidos. A 1ª chapa: Usuário, Presidente Sérgio Bastos, Sociedade Civil, Vice Presidente Miguel Polino e Poder Público, Secretária Adriana Mol (prefeitura de Pojuca). Feita a conferência dos membros com direito à voto, Joane sugere 10 minutos para a formação das chapas. Nélio representante de Inhambupe, participando da reunião como convidado, reclama da não participação da sua cidade no comitê e pede esclarecimentos, que são dados por Miguel Polino. Sérgio faz interferência solicitando que seja retomado o processo eleitoral. A mesa estabeleceu 10 minutos para a formação das chapas. A segunda chapa foi composta por: Usuário, Presidente, Carlos Alberto de Oliveira Pereira, Sociedade Civil, Vice Presidente, Renato Cunha, Poder Público, Secretário, Antônio Carlos (prefeitura de Serrinha). Deu-se início a eleição com a apresentação das chapas para plenária. Sérgio Bastos na sua fala enfatiza que deseja cumprir esse mandato junto ao INEMA no decorrer desse ano e realizar nosso objetivo, construção do plano de bacias, que vai fazer com que o comitê possa desenvolver ações nas bacias hidrográficas. Antônio Carlos fala que outra a diretoria não andou, já que não conseguiu nem se integrar. Fala também que Renato é representante de uma instituição ou associação muito respeitada. Carlos Alberto se manifesta dizendo que a mudança é necessária. Renato diz que políticos devem vir para dentro dos colegiados e que precisamos dar uma alavancada. Feita a chamada de cada membro titular o resultado da eleição da Diretoria do CBHRNI até o final do mandato dos atuais membros foi: chapa 1 – 20 votos, chapa 2 – 3 votos, com duas abstenções. Sérgio, o novo presidente do CBHRNII, se pronuncia e fala do

andamento dos trabalhos do Comitê daqui para frente, apresentando a pauta da reunião. George do Inema informa a respeito do andamento dos trabalhos do Plano de Bacias. Milza do Inema, informa da renovação do Comitê, pois este mandato se encerra em dezembro de 2013, sendo necessária formação de uma comissão eleitoral que conduzirá o processo junto ao Inema. O processo consta de 16 etapas, devendo a Comissão, de composição tripartite, ser formada por 3 pessoas que estarão impedidas de se candidatar à membros no próximo mandato. Todo o processo de renovação terá um edital publicado no Diário Oficial do Estado. Milza fala que deve haver mudanças no que diz respeito às diárias, devem ser para todos e não só para os representantes da sociedade civil, e a representante de Santoanópolis reclama que não está sendo ressarcida. Na próxima reunião deverá ser escolhida pela plenária a comissão. Outro assunto é a formação das câmaras técnicas de Cobrança e Educação Ambiental. Mônica Portela, representante do Inema, se apresenta como Coordenadora de Cobrança do INEMA. Cada câmara técnica, deverá ser composta por 6 membros indicados por 6 entidades do Comitê. O Segmento de usuários indica sua entidades a compor a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança: Fieb, Embasa, Cetrel e Braskem devendo dois serem titulares e dois suplentes. Na próxima reunião os outros segmentos deverão indicar seus representantes. Na sequência o Presidente informa o calendário Reuniões Ordinárias previstas para 2013. As datas são os dias 19 de março, 12 de junho, 18 de setembro, 04 de dezembro. Em função do andamento do Plano de Bacias ainda não existe agenda para a CTPPP nem para a CTOC. Informado também as datas para reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) previstas para 2013, são elas os dias 21 de março, 23 de maio, 29 de agosto e 21 de novembro. Sérgio pede esclarecimento sobre o pagamento dos membros da sociedade civil na próxima reunião. George fala que o Consórcio contratado estará no dia seguinte no INEMA onde irá propor um cronograma de trabalho para elaboração do Plano de Bacias. Lembrou também da necessidade de criação da CT de Educação Ambiental. Sérgio pede esclarecimento sobre a formalização dos nomes dos representantes da CTPPP a ser encaminhada ao INEMA. Milza pede uma deliberação para formalizar um documento, Sérgio pede que sejam solicitadas com antecedência as datas das reuniões itinerantes. Alexandre diz que já houve reuniões itinerantes, mas poucas pessoas compareceram. Sérgio diz que antes de junho teremos uma reunião da plenária para decidirmos sobre o produto do Plano de Bacias, provavelmente o dia inteiro. George do INEMA informa o endereço a ser usado para Plano: prh.paraguarni@inema.ba.gov.br. Renato diz que não tem conhecimento da lista dos membros do Comitê. Kitty Tavares – Diretora do DEAMA falou sobre o processo de capacitação em curso para os Comitês de Bacia. São 03 módulos. Enfatizou que o curso não é só trazer conhecimento, mas também criar oportunidades de relacionamento, integração. O curso será na EBDA em Itapuã. Kitty lembra aos inscritos no curso que devem se fazer presentes, pois é dinheiro público, o curso é aberto pra todos, porém custeado só para os membros do Comitê. A representante de Terra Nova fez uma reclamação sobre a qualidade da água da Embasa e trouxe

uma pequena amostra como prova da má qualidade da água na sua região. Nada mais havendo a tratar, a diretoria do Comitê deu por encerrada a reunião às 13:00 hs, eu Nélia Bispo, lavro esta Ata, seguido dos demais representantes membros da Diretoria do CBHRNI.

Diretoria:

Sergio de Almeida Bastos - **Presidente**

Miguel Angel Polino – **Vice- Presidente**

Adriana Alves dos Santos Mol – **Secretária Executiva**

Anexo 11 - Ata da 44ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 05/09/2013

Aos cinco de setembro de 2013, os membros do CBHRNI reuniram-se no auditório da UNIFACS, na rua José Peroba, nº 251, Ed. Civil Empresarial, 1º andar, Stiep, para a realização da 44ª reunião extraordinária conforme o ofício convocatório enviado. A mesa foi composta pelo Sr. Sergio Bastos, presidente, Sr. Miguel Polino, vice-presidente, Sra. Adriana Mol, secretária executiva e Elizabete Nunes, mestranda da Unifacs – convidada para redigir a ata da reunião. O presidente abriu a plenária às nove horas e treze minutos com a exposição da agenda da reunião, cujo objetivo principal era a apresentação e aprovação do Plano de Trabalho para a elaboração do Plano de Bacia do Comitê. Houve leitura da ata da reunião anterior, realizada em dezanove de março de 2013, sendo aprovada depois de algumas correções solicitadas pela Plenária. Em seguida o presidente apresentou à Plenária uma proposta de que as eleições de membros do Comitê não ocorressem neste período de elaboração do Plano de Bacia e apresentou a deliberação nº 03/2013 requerendo a prorrogação do mandato dos membros. Roque Nascimento perguntou qual o prazo para a conclusão desses trabalhos e Sr. Paulo Lincoln, coordenador da elaboração do plano de trabalho, do Consórcio IBIKL, informou que o cronograma dos trabalhos previa o encerramento no mês 06/2014. O Sr. Antônio Carlos (representante da Prefeitura de Entre Rios) questionou sobre a relação entre o prazo de conclusão e o número possível de prorrogações e o Sr. George (INEMA) pediu a palavra para dar explicações sobre a importância da prorrogação do mandato para a conclusão dos trabalhos e informou ainda que o CONERH tem tido deliberações de até um ano para este tipo de prorrogação. Sr. Mario Cezar (FIEB) sugeriu que a eleição ocorresse em um ano ou até a conclusão do plano e que dois meses após fosse iniciado o processo eleitoral do comitê. Após contribuições da Plenária, foi acordado que até a finalização dos trabalhos, seria apresentada proposta de redação final para esta Deliberação. Miguel Polino pediu para que a reunião voltasse a seu foco principal e que em virtude da extensa pauta, ressaltando o tempo em que todos esperavam pelo Plano (desde 2007) e que coisas mais importantes precisariam ser decididas ao longo do dia. A colocação foi apoiada pela plenária. Sr. Paulo Lincoln (representante e coordenador dos trabalhos pelo Consórcio IBIKL) apresentou plano de trabalho que foi dividido em quatro pontos: técnico, processo, mobilização e comunicação. Miguel Polino pontuou para a plenária que o Plano que seria apresentado foi aprovado pela Câmara Técnica e pela equipe do INEMA, com exceção de um ponto que seria comentado quando da leitura do parecer técnico da CTPPP. A apresentação do plano de trabalho começou pela parte técnica com Ticiane Studart (Técnica em Hidrologia e Gestão de Rec. Hídricos do Consórcio) e foi pautada pelo alinhamento e discussão conceitual, apresentação dos objetivos do plano e apresentação das etapas do mesmo. Em seguida, Paulo Lincoln apresentou o processo que tem como base a participação na elaboração do plano e divulgou as datas das três Consultas Públicas previstas e que seriam realizadas nos municípios de Camaçari, Inhambupe e Alagoinhas,

respectivamente. Sr. Antônio Carlos, representante da Prefeitura de Entre Rios, questionou o critério de escolha dessas cidades. O Sr. Paulo Lincoln justificou os critérios como a capacidade de articulação, tendo em vista o tamanho, a capacidade de recebimento e organização do evento e também as questões de articulação política. Ponderou também o tamanho, população e poder econômico dessas cidades. Sr. Antônio Carlos questionou o processo alegando que a decisão sempre são concentradas no eixo Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Alagoinhas e que isso deixava de lado as necessidades dos municípios menores e mais pobres. E por fim, Paulo Lincoln deixou aberto para as sugestões de mudanças de datas e locais das consultas e divulgou o site do comitê: <http://187.33.5.229/sigbhrni>, conta: publica e senha: 001100. A Sra. Golde Stifelman apresentou a proposta de mobilização e participação dentro do elaboração do plano e apresentando os mobilizadores do Comitê: Rita de Cássia (Camaçari), Marluce (Salvador), Lírio (Lauro de Freitas), Aida (Esplanada), Agnaldo (Irará), Vladson (Serrinha), Mônica (Feira de Santana) e Priscila (Paraguaçu). Sr. Antônio Carlos questionou o critério de escolha dos mobilizadores. A Sra. Golde, informou que eram moradores de suas regiões. Sra. Malu, da CDL Publicidade e Comunicação Integrada, apresentou o plano de comunicação da mobilização e a sugestão do slogan “Uso consciente das águas: um dever de todos nós.” Maria José Rosas sugeriu que o slogan fosse mudado e não direcionado para “dever” e sim para “direito e convocação” como forma de aproximar as pessoas à participação. Depois do intervalo foi lida a nova deliberação nº 03/2013 de 05/09/2013 relativa à prorrogação do mandato dos Membros e Diretoria do Comitê. O Sr. George do INEMA solicitou que fosse excluído da Deliberação 03/2013, o pedido de prorrogação do mandato da Diretoria, pois este não é da competência do CONERH. Neste sentido houve concordância da Plenária de que caso aprovada pelo CONERH a prorrogação do mandato dos membros, estaria também prorrogado o mandato da Diretoria do Comitê pelo mesmo período. Foi proposto por Paulo Lincoln que fosse criado um grupo de voluntários para discussão e sugestões do Plano de Comunicação composto de três membros do Comitê e duas pessoas do INEMA (Gabriel e Daniela); o grupo foi formado por Maria José Rosas (Sociedade Civil – Instituto Arborize), Joane Silva representante da Prefeitura de Alagoinhas) e Raimundo (Sociedade Civil - Simões Filho). Após o retorno do almoço, a reunião foi retomada com as sugestões de critérios para a escolha das localidades onde aconteceriam as consultas públicas e oficinas, sendo definidos os critérios de escolha de: 1) Participação no Comitê; 2) Acessibilidade; 3) Infraestrutura; 4) Importância Geopolítica; 5) Manutenção da divisão já estabelecidas para Regiões de Mobilização (R1, R2, R3 e R4): R1) Camaçari, Candeias, Catu, Dias d’Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastiao do Passé, Simões Filho; R2) Aramari, Alagoinhas, Araçás, Itanagra, Entre Rios, Cardeal da Silva, Esplanada, Conde, Acajutiba, Aporá, Inhambupe; R3) Olindina, Sátiro Dias, Biritinga, Teofilândia, Barrocas, Serrinha, Lamarão, Água Fria, Santa Bárbara, Santanópolis, Irará, Ouriçangas, Pedrão; R4) Feira de Santana, Coração de Maria, Teodoro Sampaio, Conceição do Jacuípe, Terra Nova, Amélia Rodrigues, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Santo Amaro, Cachoeira, Saubara. Após votação da Plenária foram definidos como locais para a realização das oficinas os seguintes municípios: R1) Camaçari (13 votos); R2) Alagoinhas (12 votos); R3) Serrinha (12 votos); R4) Feira de Santana (15 votos). Como resultados da eleição para a realização das consultas públicas, os municípios mais votados foram: Camaçari (10 votos), Feira de Santana (07 votos) e Alagoinhas (07 votos) e como resultado da eleição para a realização da Plenária Final foi escolhido o município de Salvador (14 votos). Em seguida foi realizada a leitura do Parecer da Câmara Técnica, CTPPP, sobre a proposta de Plano de Trabalho para o Plano de Bacia e Enquadramento dos Corpos D’água. O senhor Eduardo Fontoura, representante de usuário, se manifestou sobre a captação de dados secundários, relatando sua preocupação sobre

onde e como serão coletados e tratados esses dados em tempo hábil até o final do projeto, uma vez que existe uma carência de disponibilidade dos dados e pelo fato da empresa estar situada fora do Estado da Bahia. Daniela Blinder da Dirag/INEMA concordou com a preocupação manifestada anteriormente e justificou que o INEMA vem fazendo vários contatos com instituições públicas e privadas detentoras desses dados para que estes possam ser disponibilizados. Sr. Paulo Lincoln concordou com as duas manifestações e explicou também que a coleta de dados primários em tão pouco tempo não está contemplada no plano, mas que por outro lado, a coleta de dados secundários tem sido realizada através de entidades renomadas. O grupo de discussão do Plano de Comunicação sugeriu a mudança do termo “Recursos Hídricos” para “Águas do Recôncavo Norte e Inhambupe” e o slogan “Água nossa de todo dia” e foi sugerido também que as imagens que irão constar no material de divulgação venham com crédito da autoria e localidade assim como usos múltiplos e representativos da região. Outro slogan sugerido durante a Plenária foi “Cuidar das águas preservando para gerações futuras” e que foi o vencedor da eleição com 17 votos. Sr. Paulo Lincoln sugeriu que a logomarca fosse definida o mais rápido possível, pois até meados do mês de outubro o material de divulgação seria enviado para a gráfica. Sem nenhum voto contra e nenhuma abstenção, o plano de trabalho para a elaboração do plano de bacia e Enquadramento dos Cursos D’água foi aprovado com 22 votos. Foi definida a data para próxima reunião, o dia dezesseis de outubro de 2013. Na sequência da reunião foram definidos os membros para composição da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA): Nomes: Marina, representante da Prefeitura de Camaçari, Antônio Carlos, representante da prefeitura de Entre Rios, Maria José Rosas, representante da Sociedade Civil - Instituto Arborize - Camaçari, Ulisses Lima (P. Público), Antônio Paulo, representante de Usuário, Waldir Coutinho, representante da Sociedade Civil – Mata de São João, Nélia Bispo, representante da Sociedade. Civil – UNEB, Ronaldo Mol a ser indicado por um representante usuário da indústria e para representante do INEMA, o Sr. George do INEMA sugeriu a indicação da SEMA. A primeira reunião da CTEA ocorrerá no dia dezesseis de outubro, no período da tarde. No que ocorrer O Sr. Ulisses representante de da Prefeitura de Aramari, pleiteou à Plenária do Comitê, a possibilidade de ascender à condição de membro titular no lugar de uma vacância eventual ou no lugar de um membro titular que estivesse em processo de afastamento cujo suplente não tivesse interesse de prosseguimento no Comitê. O Presidente Sergio Bastos em resposta ao pleito informou que o pedido não pode ser atendido em função do regimento e regras eleitorais adotadas no último processo eleitoral. A Sra. Maria José Rosas fez uma denúncia em relação à implantação de obra de saneamento que vem ocorrendo da cidade de Camaçari. O tema será melhor discutido com a presença das entidades envolvidas na próxima reunião. A reunião terminou às dezesseis horas e vinte minutos

Diretoria:

Sergio de Almeida Bastos - **Presidente**

Miguel Agel Polino – **Vice- Presidente**

Adriana Alves dos Santos Mol – **Secretária do CBHRNI**

Anexo 12 - Ata da 45ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16/10/2013

Aos dezesseis de outubro de 2013, os membros do CBHRNI reuniram-se na sala 505 da UNIFACS, na rua José Peroba, nº 251, Ed. Civil Empresarial, 1º andar, Stiep, para a realização da 45ª reunião extraordinária conforme o ofício convocatório enviado. O presidente Sérgio Bastos abriu a plenária às nove horas e quinze minutos com a exposição da agenda da reunião cujo objetivo principal era a apresentação e discussão do novo cronograma do Plano de Trabalho proposto pela IBIKL e a explicação pela EMBASA sobre pedido de esclarecimentos da obra de saneamento realizada em Camaçari. Na oportunidade o presidente se desculpou por não ter realizado a convocação dos membros para a reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental e também por não ter convidado a Prefeitura de Camaçari para também dar explicações sobre a obra citada anteriormente. Durante a leitura da ata, que foi aprovada depois das correções de alguns nomes digitados incorretamente, foi solicitada a inclusão na ata do pedido do senhor Ulisses (Aramari) e suplente da cidade de entre Rios que ele passasse a ser titular já que o titular do cargo não frequenta as reuniões. O senhor George (INEMA) pediu a troca do nome INEMA para SEMA colocado equivocadamente como indicação na formação da câmara técnica de educação ambiental. A EMBASA foi convocada junto com o INEMA para prestar esclarecimentos sobre a obra de saneamento de Camaçari e estava representada pelos Engs. Murilo Magalhães e Geron. O sr. Murilo começou dizendo que desconhecia os questionamentos como também dos problemas relatados, mas afirmou que a empresa teve vários problemas de outra natureza como a presença da ferrovia passando por dentro da cidade; a desapropriação de moradores que viviam na beira do rio; burocracias com relação à Coelba e Prefeitura; alterações no projeto, nos prazos e na alocação dos dejetos nos rios. Sobre o problema relatado foi explicado por ele que com o atraso da obra, a população aproveitou a rede que estava pronta e fez ligações clandestinas – inclusive na rede pluvial. Para diminuir o impacto e como forma de amenizar o problema já que estavam sob o risco de perder as bombas utilizadas no sistema, foi solicitada à prefeitura de Camaçari e ao INEMA a autorização para fazer a lavagem e sucção desses dejetos. Em detalhes foram relatados os seguintes problemas: 1) Alteração do projeto que resultou num atraso de dois anos; 2) Alteração dos prazos devido problemas com a Coelba, Prefeitura de Camaçari, população, Ferrovia Centro Atlântica, conflitos judiciais com a empresa contratada para a execução da obra; 3) 31/10 prazo final de entrega da obra; 4) Impactos ambientais devido às ligações clandestinas; 5) Saneamento deficiente da cidade; 6) Negociação com INEMA (Restrições impostas pelo INEMA; 125 ligações clandestinas; Pedido de lavagem da rede (procedimentos regulares normatizados para partida); 7) Medidas de redução de impacto com utilização de equipamentos especiais; 8) Condicionantes do INEMA (esclarecido a destinação do esgoto, dificuldades de remoção dos resíduos, busca de redução dos prazos com a utilização de mais equipamentos, lavagem de 10 km dos 207 km da rede, Prefeitura + Ministério Público + INEMA = acompanhamento o processo de limpeza, prazo estimado de conclusão é de 10 meses); 9) Sugestões: promover a participação. O sr.

George (INEMA) pediu a palavra informando que o órgão não permite o lançamento de efluentes em qualquer rio e que nessa obra não há lançamento de águas residuais nos rios Camaçari, Piaçaveira ou Capivara e que tudo foi estudado e acompanhado pelo instituto. A srª Rosa (Arborize) questionou a fala de Murilo sobre o fato de ele ter dito que o Rio Camaçari está morto, afirmando que o rio é água e água é vida e que portanto deveria ser tratado como tal e que não poderíamos esquecer que ele desemboca no rio Joanes que é importante para a bacia. Questionou também sobre a forma como a obra foi divulgada com a população carente e desinformada no momento em que se comunica a ela que a cidade já tem rede de esgoto, relatando também a falta de comunicação e de participação com a sociedade civil organizada a exemplo do CAO (Comissão Acompanhamento das Obras de Saneamento) nesse processo. Na oportunidade, sr. Roque pediu que fosse entregue ao Comitê um documento com o plano de trabalho do projeto para que esse pudesse acompanhar as declarações dadas pelos engenheiros da EMBASA naquela plenária. Sr. Miguel pediu a palavra dizendo que como engenheiro entendia a posição da EMBASA, mas que a função do Comitê era esta, a de acompanhar, questionar e cobrar entendendo que o Município de Lauro de Freitas por estar na foz manifesta sua preocupação com o resto das ligações clandestinas futuras. Srª Golde, representante do Consórcio falou que ali era um espaço de participação que a as pessoas não deveriam se sentir atacadas e que é normal que as partes não tenham o mesmo tipo de conhecimento mas que cada uma delas tinha uma relação diferente e particular com o rio, que era perfeitamente compreensível que as pessoas quisessem saber mais sobre o que vinha sendo feito e quais eram os impactos desse processo. Após o encerramento das explicações pelos engenheiros da EMBASA, o Sr. Nélio (Secretário de Meio Ambiente de Inhambupe) reclamou sobre o descaso e a falta de comunicação das datas das reuniões com relação à prefeitura deste município, que não era a primeira vez que esse tipo de coisa acontecia e que era inaceitável já que eles queriam participar e foram informados pelo INEMA sobre aquela reunião. Sr. Sérgio disse que esse encaminhamento seria retomado no final da reunião já que demandaria mais tempo passando então para a leitura da deliberação nº 03/2013 de 05/09/2013 que trata da prorrogação do mandato dos membros e da diretoria do comitê por mais doze meses a partir de dezembro de 2013, da deliberação nº 04/2013 de 05/09/2013 referente à aprovação do Plano de Trabalho e Elaboração do Plano de Bacia e proposta de Enquadramento e por fim da deliberação nº 05/2013 de 05/09/2013 que trata da criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental e eleição de seus membros. O representante do SEMA, sr. Rodrigo disse que a secretaria não teria como participar da Câmara Técnica devido às demandas e carência de efetivo, mas que acompanhariam o processo e distribuiu os kits de educação ambiental para os membros da câmara. O sr. George (INEMA) indicou o sr. Nélio (Inhambupe) como membro suplente da CTEA. Sra Daniela do INEMA, informou que houve mudança da coordenação e no cronograma do Plano de Trabalho foi alterado pelo sr. Paulo Lincoln e que para cumprir o cronograma final reuniões foram marcadas para vésperas e dias de feriado o que era visto pelo INEMA como um problema. Além disso ela relatou que com essa alteração os prazos entre as etapas ficaram muito curtos e que pela experiência do instituto, isso impossibilitaria que estas fossem factíveis nos prazos estipulados. Para discutir essas questões uma reunião foi agendada para o dia 18/10/2013 com o INEMA, o consórcio IBIKL e as diretorias dos Comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e Paraguaçu. Na sequência foi discutido o final do calendário de 2013 e parte do de 2014 – reuniões plenárias ordinárias, reuniões da CTPPP, da CTOC, da CTEA, oficinas, consultas públicas e reuniões do CONERH (ver anexo). Srª Golde representante do consórcio sugeriu que a próxima reunião da CTEA fosse dia 30/10 com a participação da SEMA que possui experiência em educação ambiental. Sr. Sérgio por sua vez, questionou a Srª Golde em quanto tempo e por quais razões o Plano de Trabalho estava atrasado e

foi informado por ela que eram seis meses e o sr. George informou que as razões seriam a baixa qualidade do material entregue pela empresa responsável e também alguns atrasos no pagamento por parte do Governo do Estado. Depois disso foram definidos os itens da pauta da próxima reunião: 1) Novo cronograma e andamento do Plano de Trabalho; 2) Definição do calendário de 2014; 3) Plano de Mobilização; 4) Cobrança do Uso da Água; 5) Proposta de Complementação de Vagas; 6) O que ocorrer. Antes do encerramento da reunião foi retomada a questão da participação do poder público do município de Inhambupe e Sérgio explicou ao sr. Nélio como ocorre a ocupação e quantas são as vagas (titulares e suplentes) do comitê. Foi solicitado pelos membros que fossem abertas eleições para as vagas que estão em vacância nos três segmentos e ficou acordado que seria levantado pela diretoria o número e quais seriam essas vagas para a próxima reunião marcada para o dia 12/11/2013 – item que foi incluído posteriormente na pauta. Sr. Miguel pediu para indicar uma pessoa da sociedade civil de Lauro de Freitas na câmara técnica de educação ambiental, o sr. Antônio Lírio da ONG Rio Limpo que foi aprovado pela plenária, ficando assim completa a CTEA (ver anexo). No que ocorrer houve o convite de sr. Ulisses (Aramari) para a audiência pública para discutir as águas da represa de Aramari no dia 20/10/2013. A reunião terminou às doze horas e trinta e oito minutos.

Diretoria:

Sergio de Almeida Bastos - **Presidente**

Miguel Agel Polino – **Vice- Presidente**

Adriana Alves dos Santos Mol – **Secretária Executiva**

Anexo 13 - Ata da 46ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe



Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe.

MINUTA DA ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/11/2013

Aos doze de novembro de 2013, os membros do CBHRNI reuniram-se na sala 501 da UNIFACS, na rua José Peroba, nº 251, Ed. Civil Empresarial, 5º andar, Stiep, para a realização da XLVI reunião plenária ordinária conforme o ofício convocatório enviado. O presidente Sérgio Bastos abriu a plenária às nove horas e oito minutos com a exposição da agenda que tinha a seguinte pauta: Leitura e aprovação da ata da 45ª reunião ordinária; Aprovação do calendário de reuniões do Comitê; Apresentação da CTPPP do cronograma atualizado do Plano de Bacias; Apresentação do Plano de Mobilização do Plano de Bacias; Apresentação do INEMA sobre o processo de Cobrança pelo uso da água; Formação da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e Avaliação do processo para o preenchimento das vacâncias dos membros. Foi observado pelo sr. Sérgio Bastos que até aquele momento não havia chegado ninguém do INEMA para fazer a apresentação sobre a cobrança pelo uso da água o que impossibilitaria por sua vez a formação da CTOC, também que a empresa responsável não tinha enviado o Plano de Mobilização e que ele não tinha concluído a contagem do número de vagas em aberto no Comitê. Srª Daniela (INEMA) informou que inicialmente a IBIKL não enviaria o Plano de Mobilização e sim a Metodologia que seria utilizada nas Oficinas, entretanto devido aos problemas apresentados com relação à empresa foi solicitado pelo INEMA que eles enviassem também o Plano de Mobilização. Após a apresentação da agenda foi iniciada a leitura da ata que não estava devidamente pronta e não havia sido enviada pela srª Adriana Mol (secretária do Comitê). Foi decidido que somente seria realizada a leitura e algumas correções, porém a aprovação só aconteceria na próxima reunião. Durante a leitura a srª Rosa (Arborize) reclamou sobre a forma como a ata foi redigida dizendo que a mesma não retratava fielmente as discussões da reunião anterior e que estava um tanto vazia e propôs que fossem gravadas e também enviadas com antecedência para os membros do Comitê para que todos pudessem fazer suas contribuições. Sr. Sérgio afirmou que se a ata contemplasse todas as falas e não captasse somente o essencial, a mesma ficaria muito extensa e que em momentos de grandes discussões seria impossível transcrever a fala de todos os membros. Srª Rosa (Arborize) pediu a palavra novamente e falou da importância da ata não só como registro, mas também como fonte de informação, memória e pesquisa para os ausentes e para análises futuras dos problemas do Comitê. Foi informado que a reunião que seria realizada no dia 18/10/2013 havia sido adiada para o dia 08/11/2013 contando com a presença do INEMA, do Consórcio IBIKL e das diretorias dos Comitês do Recôncavo Norte e Inhambupe e Rio Paraguaçu, onde foi redefinido o Cronograma de Trabalho que já apresenta um atraso de quase 12 meses. Em seguida foi iniciada a reformulação do Calendário 2014 que será um ano atípico em virtude dos eventos (Carnaval - março, Copa do Mundo - julho, Eleições - outubro), inicialmente com as datas das Oficinas Temáticas em 27 a 31 de Janeiro e 03 a 07 de Fevereiro; para as Consultas Públicas 28 de Abril, 30 de Julho e 20 de Novembro. O sr. Sérgio informou que durante a reunião do

dia 08/11/13 foi anunciada a saída de uma das duas empresas que compunham o Consórcio e que foi justificada pela falta de interesse de uma das partes em continuar com esse contrato. Em seguida sr. Miguel sugeriu a mudança da data da Oficina de Janeiro para Dezembro pois estava receoso sobre o fato do Comitê do Rio Paraguaçu se apropriar de informações cerca de 30 dias antes do Comitê do Recôncavo Norte e Inhambupe. Sr. Sérgio disse que entendia perfeitamente a sua preocupação, mas também entendia que entre o dia 20/12/13 e 27/01/14, em virtude das festividades de final de ano, isso influenciaria pouco nos resultados finais e que, além disso, o município (São Félix) escolhido pelo outro Comitê para iniciar as Oficinas era menos “polêmico” que o deles (Camaçari). Continuou dizendo que seria muito válido eles esperarem a Oficina do Comitê do Rio Paraguaçu acontecer antes para que eles pudessem observar e aprender como se faz para assim evitar muitos erros. A proposta de sr. Miguel também foi recusada pela sr^a Rosa (Arborize) e sr. Roque representante da Fades (Alagoinhas) pois segundo eles, a Câmara Técnica de Educação Ambiental já estava se organizando para o mês de janeiro e eles também queriam participar como observadores da Oficina que aconteceria em São Félix. Sr. Sérgio então colocou os prós e contras em não antecipar a Oficina: Prós (Aprendizado/ Antecipar a Apropriações de Questões) e Contra (Perda de Tempo/ Possíveis Esvaziamentos). Sr. Rosa (Arborize) alertou que devido ao curto prazo, seria impossível fazer essa mobilização em Camaçari para a realização da Oficina em dezembro e sugeriu que fosse trocado o lugar o que foi anuído por sr^a Golde (Representante do Consórcio) afirmando que não havia problema algum em trocar o local. Foi sugerido então por sr. Sérgio a cidade de Serrinha mas não havia ninguém na plenária representando o município. Sr. George (INEMA) recomendou a não antecipação da oficina, pois o período de final de ano era complicado e também pela impossibilidade de conclusão do diagnóstico mais preciso da IBIKL, além da dificuldade de mobilização naquela região (Camaçari/Serrinha??). Sr. Miguel sugeriu que a decisão fosse devolvida para que a plenária se manifestasse e decidisse. Sr^a Rosa (Arborize) pontuou que devido ao atraso no cronograma de atividades vários dos mobilizadores já haviam desistido e que seria necessário recrutar novos e que não era uma atividade fácil. Sr. Sérgio falou da morosidade dos trabalhos da empresa e da excessiva flexibilidade do INEMA com relação a isso, o que viria atrapalhando o andamento das atividades do Comitê. Reclamou do atraso da entrega do diagnóstico preliminar de cada região e que até agora não se sabia o quanto já tinha sido desenvolvido sobre os levantamentos. Sr^a Golde (Representante do Consórcio) disse que a empresa não tinha obrigação contratual de entregar parte do diagnóstico fora do plano de trabalho e o que poderia ser feito era uma solicitação para que partes dele pudessem ser enviadas anteriormente. Depois a mesma se retratou dizendo que consultando o cronograma que foi apresentado em plenária observou que está previsto a elaboração e entrega de um diagnóstico preliminar antes de todas as Oficinas. Sr. Roque (??Alagoinhas) falou de sua preocupação com relação ao cumprimento dos demais prazos por parte da IBIKL, uma vez que se já houve um grande atraso na entrega do plano de trabalho enquanto eram duas empresas mesmo não havendo inadimplência por parte do governo do Estado. Ponderou também que se fossem alteradas as datas já definidas na última reunião realizada no dia 08/11/13, a empresa poderia se sentir no direito de usar essa mudança como justificativa para outros possíveis atrasos na entrega do diagnóstico e que por isso as datas deveriam ser mantidas. Foi decidido então pela plenária pela não antecipação das datas e que seria feito junto com o INEMA uma pressão para que a empresa enviasse até a primeira quinzena de Janeiro (13/01/14) para a Câmara Técnica de Educação Ambiental um diagnóstico e o agendamento de uma reunião com a empresa antes da primeira reunião plenária de andamento. Foi pedido pelo sr. Sérgio que os membros fizessem a leitura mais aprofundada do Plano de Trabalho entregue a todos, em especial às Câmaras Técnicas. Com relação à data da próxima plenária sr.

Sérgio informou que já havia uma data 12/02/14 e que seria necessário marcar outra, sr. Roque representante da Fades (Alagoinhas) sugeriu que fosse logo após a oficina do Comitê do Rio Paraguaçu e sr. Antônio (Pref. de Entre Rios) discordou e sugeriu que fosse logo após o recebimento do diagnóstico do Comitê. Sr^a Golde (Representante do Consórcio) sugeriu a que as reuniões da plenária e das Câmaras Técnicas ocorressem na mesma data (13/01/14). Como não houve consenso, passou-se a decidir as datas das reuniões das Câmaras Técnicas. As reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental e da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos foram definidas para 18/12/13 e 15/01/14. Sr. George (INEMA) ressaltou que 15/01/14 seria a data de entrega do diagnóstico e sr. Sérgio disse que não haveria problema, que um técnico da empresa teria que vir fazer uma apresentação do documento em reunião. Logo após foram retomadas e definidas as datas das reuniões plenárias para 22/01/14, 20/02/14 e 09/04/14. Sr^a Golde (Representante do Consórcio) lembrou ao Sr. Sérgio da reunião gerencial que foi convocada pela SEMA com as diretorias dos Comitês de Bacias e o Secretário de Meio Ambiente do Estado e que muitas deliberações saídas de lá poderiam interferir no calendário das plenárias. A mesma sugeriu a diretoria do Comitê que aproveitasse a reunião que haverá com o Consórcio para solicitar desde já o envio do diagnóstico no início do mês de janeiro para que houvesse tempo hábil para que a Câmara Técnica se apropriasse do documento com mais profundidade até a data da Oficina. Sr. Roque representante da Fades (Alagoinhas) ponderou que esta reunião plenária agendada para o dia 09/04/14 era importante e estratégica tendo em vista que a primeira Consulta Pública aconteceria no final do mês de abril (28/04/14) e continuou dizendo que a segunda Consulta Pública seria em 30/07/14. Sr. Sérgio sugeriu então que a plenária fosse marcada para o dia 16/07/14 e reiterou que as demais datas das reuniões das Câmaras Técnicas seriam marcadas no decorrer do ano preferencialmente mensais, com exceção da CTOC que não tinha nenhuma programação definida ainda para o ano de 2014. Ficou confirmada a reunião com o CONERH para o dia 05/12/13 e sr^a Rosa (Arborize) solicitou que o cronograma fosse enviado aos membros para que todos pudessem se programar. Sr. Sérgio lembrou-se da programação orçamentária do Estado e dos agendamentos do Comitê programados para janeiro e fevereiro e perguntou ao sr. George (INEMA) como seriam pagas as despesas do Comitê e este respondeu que a agenda deveria ser enviada a CODIS o quanto antes para análise. Sr. Roque representante da Fades (Alagoinhas) perguntou se haveria alguma reunião plenária no mês de dezembro. Sr. Sérgio lembrou que a com a entrega do diagnóstico que será um material denso, complexo e técnico e, portanto seria necessário o entendimento de todos e para auxiliar nesse processo. Falou que o Comitê convocará cada segmento para trazer especialistas nas diversas áreas contempladas no documento para explicar aos membros sobre seu conteúdo. E continuou dizendo que o enquadramento é algo bem mais complexo ainda e que o Comitê passará por uma requalificação para poder acompanhar o andamento dessa etapa. Sr. Sérgio informou também sobre uma reunião ocorrida entre o Ministério Público e Comitês de Bacias do Estado da Bahia onde um Promotor de Minas Gerais falou como é a dinâmica da atuação do Ministério Público naquele estado que tem força em outorga e licenciamento. Mencionou sobre a reunião que acontecerá com o secretário estadual de meio ambiente e que apesar de não ter recebido uma pauta sabia que seria falado sobre a execução dos planos, o enquadramento, de cobrança da água, outorga e da integração das diversas ferramentas de gestão de recursos hídricos (ZEE, Plano de Bacia, Mapeamento da Cobertura Vegetal do Estado, Sistema de Informação, etc.). Outro ponto abordado foi a Outorga e Cobrança das Águas afirmando que o Comitê não é contrário à cobrança mesmo ele fazendo parte do segmento de usuário, mas que, entretanto ainda existiam muitas dúvidas sobre qual seria a melhor forma de realizá-la. Explicou que tecnicamente a cobrança seria a última etapa e

que as coisas não deveriam ser feitas de forma atropeladas para que o processo fosse válido mesmo que levasse cerca de dez anos para ser concluído. Lembrou ainda que apesar de o Comitê abranger Salvador e Região Metropolitana, este não possuía um membro em nenhum dos segmentos representante da capital. Reforçou a importância do papel do INEMA e ponderou as inúmeras dificuldades encontradas pelo órgão para trabalhar com todos os Comitês da Bahia ao mesmo tempo e com um número restrito de pessoal e volume de recursos. Sr^a Golde (Representante do Consórcio) pediu a palavra e disse que mesmo sendo uma orientação técnica não se podia esquecer que existe também do lado do conflito de interesses dentro do próprio Comitê e da boa vontade política para o aceleração da elaboração do plano, citando exemplo dos Comitês do Rio São Francisco e do Estado de São Paulo e lembrou que a cobrança poderia ser iniciada nos Comitês que já estivessem com seu processo adiantado. Sr. Mário Cezar (FIEB) afirmou que o custo das indústrias com relação ao pagamento da água vendida pela EMBASA é bem maior do que seria pago através da cobrança realizada pelo Comitê. Sr. Antônio (Pref. De Entre Rios) discordou da posição técnica do sr. Sérgio dizendo que a cobrança deveria ser cobrada logo de início e que o Comitê deveria se mobilizar para ter próximo os Comitês PCJ que são referência em gestão de recursos hídricos e cobrança. Sr^a Rosa (Arborize) disse que seria necessária uma nova capacitação sobre cobrança já que a que eles receberam fazia bastante tempo e como não houve continuidade muita coisa foi esquecida. Sr. Sérgio afirmou que todos os instrumentos da gestão de recursos hídricos estavam sendo tratados cada um ao seu tempo e que não era possível partir para a cobrança sem saber quem utiliza a água e para isso era necessário a implantação anterior da outorga. Informou também que nem o estado possuía o cadastro e que tem menos de dez por cento das outorgas emitidas e começar a cobrança desta forma, daria margem a contestações em relação à cobrança uma vez que a maioria consome a água na clandestinidade. Encerrou a reunião dizendo que o Comitê estava passando por uma fase onde o momento era também de aprendizado porque futuramente eles seriam cobrados e que os membros teriam que juntar esforços para compreender ao máximo tudo o que envolve neste momento o processo de elaboração do plano da Bacia. A reunião terminou às doze horas e vinte e seis minutos.

Diretoria:

Sergio de Almeida Bastos - **Presidente**

Miguel Agel Polino – **Vice- Presidente**

Adriana Alves dos Santos Mol – **Secretária Executiva**

Anexo 14 - Resolução do CONERH nº 16 de 04 de Dezembro de 2006 - Aprova a proposta de instituição do CBH do Rio Salitre



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Conselho Estadual de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO CONERH Nº 16 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2006.

Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre.

O **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis n.ºs 8.194, de 21 de janeiro de 2002 e 9.843, de 27 de dezembro de 2005

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre, órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, com área de atuação na respectiva bacia hidrográfica, vinculado ao CONERH, nos termos da Resolução CONERH nº 14, de 04 de dezembro de 2006 e conforme disposto no processo nº. 1420060050956.

Art. 2º - A Bacia Hidrográfica do Rio Salitre com superfície de 14.136 Km² está localizada na região Norte do Estado da Bahia, entre as coordenadas 9º25' e 11º30' de latitude sul e 40º25' e 41º30' de longitude oeste.

Art. 3º - O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre será criado por Decreto do Governador.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VLADIMIR ABDALA NUNES
Presidente

DECRETO Nº 10.197 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2006**Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre - CBHS e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do disposto na Lei nº 8.194, de 21 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis nºs 8.538, de 20 de dezembro de 2002, e 10.432, de 20 de dezembro de 2006,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre - CBHS, com área de atuação na respectiva bacia hidrográfica, nos termos da Resolução CONERH nº 16, de 04 de dezembro de 2006, que aprovou sua proposta de instituição.

Parágrafo único - A área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre está inserida na Região Administrativa da Água V, de acordo com o Decreto nº 6.296, de 21 de março de 1997, entre as coordenadas 9º 25' e 11º 30' de latitude sul, 40º 25' e 41º 30' de longitude oeste, totalizando uma área de 14.136 Km².

Art. 2º - O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre será composto por representantes dos órgãos e entidades a seguir indicados:

- I - do órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- II - dos órgãos da estrutura administrativa do Estado, com atuação na bacia hidrográfica;
- III - de cada categoria de usuários de águas, com atuação na bacia hidrográfica;
- IV - das organizações civis de recursos hídricos, com atuação comprovada na bacia hidrográfica;
- V - das entidades de ensino e pesquisa, com atuação comprovada na bacia hidrográfica, quando houver;
- VI - dos municípios situados na área de abrangência da bacia hidrográfica.

§ 1º - O número de representantes do Poder Público será de até 50% (cinquenta por cento) do total dos membros.

§ 2º - Os representantes dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil terão representação paritária.

§ 3º - O número de representantes, titulares e suplentes, de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua escolha e indicação serão estabelecidos no Regimento Interno do Comitê.

§ 4º - O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.

Art. 3º - O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre atenderá ao disposto em seu Regimento Interno, em conformidade com os preceitos da Lei nº 10.432, de 20 de dezembro de 2006, e da Resolução CONERH nº 14, de 04 de dezembro de 2006.

Parágrafo único - O Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre será aprovado por seus membros e publicado seu resumo executivo, no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de sessenta dias.

Art. 4º - As reuniões e votações do Comitê serão públicas, dando-se à sua convocação ampla divulgação.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 27 de dezembro de 2006.

PAULO SOUTO
Governador

Ruy Tourinho
Secretário de Governo

Vladimir Abdala Nunes
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Anexo 16 - Ata da 4ª Reunião Plenária Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre

1

2

3

4

5

1

2

3

4

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE
Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006
Página 1

**ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

5DATA: 19 e 20/02/2008 **LOCAL:** AUDITÓRIO DO HOTEL RIO CENTER

6PARTICIPANTES: **Sociedade civil** - Associação Comunitária dos Produtores do Povoado

7de Santo Antônio (Várzea Nova) – **Amarílio Mota Carneiro**; Paróquia São João Batista

8(Mirangaba) – **Almacks Luiz Silva**; Instituto Ambiental da Bahia (IAMBA – Juazeiro) – **Ana**

9**Patrícia Dias Marques**; Associação Comunitária e Agrícola de Campo dos Cavalos e

10Capim de Raiz – ACACCCR – Juazeiro) – **Malan Santos Cardoso**; Instituto de

11Permacultura da Bahia (IPB - Umburanas) – **João Bomfim Mendes. Usuários de água -**

12**Associação dos Pequenos Produtores do Mucambo e Morrinho (Miguel Calmon) – Adelmo**

13**Marcelino de Miranda**; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salina (Várzea

14Nova) – **Arlete Silva de Carvalho Alves**; União das Associações do Vale do Salitre

15(UAV's – Juazeiro) – **Edgar Ferreira dos Santos**; Associação Comunitária dos

16Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro (Campo Formoso) – **José Carlos**

17**Martins de Oliveira**; Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) – **Odilei**

18**Pereira Rocha. Poder Público** - Prefeitura de Campo Formoso – **Josefa Borges de**

19**Souza Lima**; SFC/SEMARH (Morro do Chapéu) – **Tadeu Valverde**; SRH/CRN/Juazeiro –

20**Edson dos Santos Cruz. AUSÊNCIAS:** **Sociedade civil** - UNEB (Juazeiro) – **José**

21**Humberto Félix de Souza. Usuários de água** - Vale do São Francisco Turismo LTDA

22(VALETUR /Juazeiro) – **Aurílio dos Santos Souza. Poder público** - Prefeitura de

23Ouroândia – **Antônio Araújo de Souza**; Prefeitura de Várzea Nova – **Maria Íris Gomes**;

24CODEVASF 6ª SR - **Edneuma Gonçalves de Souza. SUPLENTE PRESENTES:**

25**Sociedade Civil** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu - **Idélcio**

26**Bento dos Santos. Usuários de água** - Associação dos Produtores Rurais de Itan –

27**Normando Carneiro Miranda. Poder público** - (SRH/SEMARH - Juazeiro) – **Noel**

28**Gustavo da Silva. CONVIDADOS:** Prefeitura Municipal de Jacobina - **Jailson Cedraz**

29**Silva**; Associação de Lagoa de Cana Brava/Mirangaba - **Ramalho José dos Santos**;

30UAVS/Juazeiro - **Naiara Gomes da Silva**; UNEB/Juazeiro - **Sirando Lima Seido**;

31Associação de Recanto/Juazeiro - **Anderson Fabiano Rocha da Silva**;

32FAPES/SRH/CRN/Juazeiro - **Luiz Antônio M. de S. Duarte**; Associação do

33Recanto/Juazeiro - **Leonice Rocha Silva**; Comunidades Tradicionais/Senhor do Bonfim -

34**Carlos Alberto Alencar Alves**; Associação Comunitária dos Quilombolas de São

35Tomé/Campo Formoso - **Manoel Ailton R. de Carvalho**; CREA/Inspetoria de Juazeiro -

36**Luis Carlos Pita de Almeida**; IRPAA/ASA/Juazeiro - **Neide S. Farias. RELATORIA** -

37**Ana Patrícia Dias Marques** – secretária –administrativa do CBHS. **PAUTA:** Abertura de

38sessão e verificação de quorum, leitura e aprovação da ata da reunião anterior, leitura da

39pauta e discussão da ordem do dia, votação, oficina para discussão e aprovação do

40Regimento Interno do CBHS, visita técnica foz do rio Salitre. **RESUMO:** Com quorum de 13

41membros, a plenária iniciou-se em 2ª convocação às 15:00 hs com palavras de boas-

42vindas da presidenta do CBHS, D. Josefa Borges de Souza. Feita a leitura da ata da

43reunião anterior e sua aprovação, os trabalhos de leitura, discussão e aprovação do

44regimento interno tiveram início. Enquanto não há agência de bacia, é a SRH que é

45secretaria-executiva do comitê. Desta forma o Art 6º, “A estrutura do CBHS

46compreenderá”, ficou com a seguinte redação: “I – Diretoria; II - Secretaria-executiva; III

6

7

8

9

10

11

12

CBHS**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

47- **Plenário; IV - Câmaras-técnicas e; V – Grupos de trabalho**”. Para não confundir
48secretaria-executiva (SRH), com secretária - executiva que é um cargo da diretoria do
49comitê, o termo para este utilizado será secretária-administrativa. Assim, o Art 7° em seu
50caput, ficou da seguinte forma: **“O CBHS será dirigido por uma Diretoria constituída de**
51**um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-administrativo e um segundo**
52**Secretário eleitos pelo Plenário, dentre os seus membros levando em consideração**
53**a participação dos diversos segmentos que constitui o comitê”**. O § 1° deste artigo foi
54dividido em dois: **“§ 1° Os mandatos dos membros da Diretoria serão coincidentes, de**
55**dois anos e; § 2° Fica inelegível para terceiro mandato consecutivo qualquer**
56**membro da diretoria”**. Neste mesmo artigo, já que o § 1° foi dividido em dois, o antigo §
572° se transformou no § 3° com a seguinte redação: **“A Diretoria poderá ser destituída**
58**por decisão de dois terços do total dos membros do CBHS, em reunião**
59**extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade, assegurada a ampla**
60**defesa e contraditório”**. No Art 9°, “Compete ao Presidente do CBHS”, a redação do
61inciso II ficou da seguinte forma: **“II - elaborar juntamente com o vice-presidente e**
62**secretário (a) administrativo (a) o plano de trabalho para o comitê”**. Na redação
63anterior o termo era “o seu plano de trabalho”, dando a entender que era o plano da
64diretoria e não do comitê. Ainda no mesmo artigo, ficou assim o inciso III: **“III - convocar e**
65**presidir reuniões ordinárias e extraordinárias, ou designar qualquer membro para**
66**coordená-las”**. No Art 11, **“Compete ao secretário-administrativo do CBHS”, em seu**
67inciso IX: **“XI – articular com a SRH e demais órgãos afins para assegurar as ações**
68**contidas no plano de trabalho do Comitê”**; e no inciso XIII: **“XIII - elaborar o Relatório**
69**Anual das Atividades do CBHS com base no plano de trabalho”**. O Art 13 em seu
70caput: **“a Secretaria Executiva será exercida pelo órgão gestor e executor da política**
71**de recursos hídricos até criação da agência”**. O Art 14, “Compete à Secretaria-
72executiva” em seu inciso II: **“II - prestar apoio operacional ao funcionamento do**
73**Plenário, das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho”**. No mesmo artigo, suprimiu-se
74o Parágrafo único e acrescentou-se o incisoV: **“V - definir conjuntamente com o**
75**plenário o local de funcionamento da Secretaria –Administrativa”**. O Art 16, em seu
76caput: **O Plenário do CBHS reunir-se-á, ordinariamente quatro vezes por ano, sendo**
77**uma reunião a cada três meses, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu**
78**Presidente, ou por um terço do total dos seus membros do CBHS. O Parágrafo Único**
79**deste artigo: “As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBHS serão públicas, tendo**
80**ampla publicidade através dos diversos meios de comunicação”**. No Art 19, o § 3° :**“A**
81**convocação conterá um sumário dos assuntos a serem discutidos na reunião,**
82**ficando disponibilizado aos membros do CBHS e a sociedade em geral, a**
83**documentação dos assuntos apreciados para consultas eventuais”**. Acresceu-se ao
84Art 25, o § 4°: **“Os membros do CBHS, quando julgarem relevante, poderão fazer**
85**constar em ata o ponto de vista discordante do órgão ou entidade que representa”**.
86Com o adiantado da hora os trabalhos do primeiro dia de reunião foram encerrados. No dia
87seguinte (dia 20), a reunião ocorreu no hotel pela manhã e à tarde no auditório da
88CODEVASF – 6ª SR. Não foi possível a visita à Foz do rio Salitre, por motivo de força
89maior. Os participantes do 2° dia foram: **Sociedade civil** - Associação Comunitária dos
90**Produtores do Povoado de Santo Antônio (Várzea Nova) – Amarílio Mota Carneiro -**
91**Paróquia São João Batista (Mirangaba) – Almacks Luiz Silva - Instituto Ambiental da**
92**Bahia (IAMBA – Juazeiro) – Ana Patrícia Dias Marques - Associação Comunitária e**

12

13

14

CBHS**15 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

16 Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

17

Página 3

93Agricultora de Campo dos Cavalos e Capim de Raiz – ACACCCR – Juazeiro) – **Malan**
 94**Santos Cardoso** - Instituto de Permacultura da Bahia (IPB - Umburanas) – **João Bonfim**
 95**Mendes** - Central de Associações Comunitárias Quilombolas de Lajes dos Negros -
 96**Joelina Celestino Barbosa** - UNEB - **José Humberto Félix de Souza** - **Usuários de**
 97**água** - Associação dos Pequenos Produtores do Mucambo e Morrinho (Miguel Calmon) –
 98**Adelmo Marcelino de Miranda** - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salina
 99(Várzea Nova) – **Arlete Silva de Carvalho Alves** - União das Associações do Vale do
 100Salitre (UAV's – Juazeiro) – **Edgar Ferreira dos Santos** - Associação Comunitária dos
 101Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro (Campo Formoso) – **José Carlos**
 102**Martins de Oliveira** - Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) – **Odirlei**
 103**Pereira Rocha** - **Poder Público** - Prefeitura de Campo Formoso – **Josefa Borges de**
 104**Souza Lima** - SFC/SEMARH (Morro do Chapéu) – **Tadeu Valverde** - SRH/SEMARH
 105(Juazeiro) – **Edson dos Santos Cruz** - **AUSÊNCIAS: Usuários de água** - Vale do São
 106Francisco Turismo LTDA (VALETUR /Juazeiro) – **Aurílio dos Santos Souza** - **Poder**
 107**público** - Prefeitura de Ouroândia – **Antônio Araújo de Souza** - Prefeitura de Várzea
 108Nova) – **Maria Íris Gomes** - CODEVASF 6ª SR - **Edneuma Gonçalves de Souza** -
 109**SUPLENTE PRESENTE: Sociedade civil** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
 110Morro do Chapéu - **Idécio Bento dos Santos** - **Usuários de água** - Associação dos
 111Produtores Rurais de Itan – **Normando Carneiro Miranda** - **Poder público** -
 112(SRH/SEMARH - Juazeiro) – **Noel Gustavo da Silva**. **CONVIDADOS: Ilma Brito da Silva**
 113– UAV's/Juazeiro; **Nival G. Silva** – UAV's/Juazeiro; **Neide S. Farias** –
 114IRPAA/ASA/Juazeiro; **Leonice Rocha Silva** - Associação do Recanto/Juazeiro; **Manoel**
 115**Ailton R. de Carvalho** – Associação Comunitária dos Quilombolas de São Tomé/Campo
 116Formoso; **Ramalho José dos Santos** – Associação de Lagoa de Cana Brava/Mirangaba;
 117**Anderson Fabiano Rocha da Silva** – Associação de Recanto/Juazeiro; ; **Luis Carlos Pita**
 118**de Almeida** – CREA/Inspetoria de Juazeiro; **Minéia Clara dos Santos** – Associação de
 119Alfavaca/Juazeiro; **Jailson Cedraz Silva** – Prefeitura Municipal de Jacobina; **Clenice da**
 120**Silva Santos** – Associação ABIR/Rodeadouro/Juazeiro; **Carlos Alberto Alencar Alves** –
 121Comunidades Tradicionais/Senhor do Bonfim. **RESUMO:** O Art 33 mudou o seu caput
 122para: . **Na composição das Câmaras Técnicas deverão ser consideradas a natureza**
 123**técnica, jurídica e institucional do assunto de sua competência, a finalidade dos**
 124**órgãos ou entidades representadas no CBHS e a formação técnica dos membros a**
 125**serem indicados podendo contar com a participação de especialistas.** Mudou
 126também o caput do Art 36: **O Plenário do Comitê ou as Câmaras Técnicas poderão**
 127**criar, em articulação com a Secretaria Administrativa, Grupos de Trabalho para**
 128**analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência.** O § 1º
 129ficou assim: **Os Grupos de Trabalho terão seus componentes, cronogramas e data de**
 130**encerramento dos seus trabalhos estabelecidos pelo Plenário do Comitê ou pelas**
 131**Câmaras Técnicas, quando for o caso, no ato de sua criação.** O §2º: **O prazo para**
 132**conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, a critério do Plenário do Comitê ou**
 133**das Câmaras Técnicas, quando for o caso, mediante justificativa de seu presidente.**
 134O § 3º: **Os componentes do Grupo de Trabalho poderão ser escolhidos entre os**
 135**membros do Plenário, Câmaras Técnicas, seus representantes, especialistas e**
 136**interessados na matéria em discussão.** O Art 37 em seu inciso XI, ficou: - **propor a**
 137**criação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.** O Art 38: **A participação dos**
 138**membros no CBHS será considerada de relevante interesse público, não ensejando**

18

19

20

21

22

23

CBHS**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 4

139 qualquer tipo de remuneração, havendo o custeio para a sociedade civil e pequenos
 140 usuários. O Art 40: O Plenário do CBHS decidirá questões de sua competência,
 141 conforme previsões legais. O Art 42 em seu § 1º: Caso a Entidade não possa
 142 comparecer, esta deverá informar, em tempo hábil, ao seu suplente e às Secretarias-
 143 Executiva e Administrativa do CBHS, sendo que estas deverão comunicar ao
 144 suplente. Em relação ao Capítulo IV – “Da Composição”, algumas modificações foram
 145 feitas em relação aos povos indígenas e às comunidades tradicionais do segmento
 146 sociedade civil: Art 5ª, inciso III, alíneas c) e d) respectivamente – “ **01(uma) vaga para a**
 147 **categoria Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa com Interesse na Área de**
 148 **Recursos Hídrico e 01 (uma) vaga para comunidades tradicionais**”. O § 3º deste
 149 artigo, ficou assim: “**devem ser incluídos representantes dos povos indígenas**
 150 **residentes ou com interesse na bacia, bem assim da Fundação Nacional do Índio –**
 151 **FUNAI**”

152

153

154

155

156

DIRETORIA EXECUTIVA DO COMITÊ DE BACIA

157

HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

158

1
2
3
4
5
1**CBHS****COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

2ATA DA 5ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA
3BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE. DATA: 25/03/2008 **LOCAL:**
4AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL EDMUNDO EZIDORO DOS SANTOS – JACOBINA.
5PARTICIPANTES: Sociedade civil - Associação Comunitária dos Produtores do Povoado
6de Santo Antônio (Várzea Nova) – Amálio Mota Carneiro; Paróquia São João Batista
7(Mirangaba) – Almacks Luiz Silva; Instituto Ambiental da Bahia (IAMBA – Juazeiro) – **Ana**
8Patrícia Dias Marques; Associação Comunitária e Agrícola de Campo dos Cavalos e
9Capim de Raiz – ACACCCR (Juazeiro) – Malan Santos Cardoso; UNEB (Juazeiro) – **José**
10Humberto Félix de Souza. Usuários de água - Associação dos Pequenos Produtores do
11Mucambo e Morrinho (Miguel Calmon) – Adelmo Marcelino de Miranda; Associação dos
12Pequenos Produtores Rurais de Salina (Várzea Nova) – Arlete Silva de Carvalho Alves;
13União das Associações do Vale do Salitre (UAV's – Juazeiro) – Edgar Ferreira dos Santos;
14Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro (Campo
15Formoso) – José Carlos Martins de Oliveira. Poder Público – SRH/SEMARH (Juazeiro) -
16Noel Gustavo da Silva; Prefeitura de Jacobina - **Rui Macedo;** Prefeitura de Várzea Nova –
17Maria Íris Gomes; CODEVASF 6ª SR – **Edneuma Gonçalves de Souza. AUSÊNCIAS**
18JUSTIFICADAS: Sociedade civil – Instituto de Permacultura da Bahia-IPB (Umburanas) –
19João Bonfim Mendes. Poder Público: Prefeitura de Campo Formoso – Josefa Borges de
20Souza Lima; SFC/SEMARH (Morro do Chapéu) – **Tadeu Valverde. AUSÊNCIAS NÃO**
21JUSTIFICADAS: Usuários de água - Vale do São Francisco Turismo LTDA (VALETUR
22/Juazeiro) – Aurílio dos Santos Souza; Empresa Baiana de Águas e Saneamento-
23EMBASA – Odilei Pereira Rocha. SUPLENTE PRESENTES: Sociedade Civil -
24Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu - Idécio Bento dos Santos,
25Usuários de água - Associação dos Produtores Rurais de Itan – **Normando Carneiro**
26Miranda, Federação das Associações do Município de Umburanas – **Renato José Pereira**
27da Silva, Central das Associações Comunitárias Quilombolas de Lages dos Negros (Campo
28Formoso) - Joelina Celestino Barbosa. CONVIDADOS: Jailson Cedraz Silva –
29Prefeitura Municipal de Jacobina; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro – José
30Gonçalves de Oliveira, Associação Comunitária dos Quilombolas de São Tomé/Campo
31Formoso - Manoel Ailton R. de Carvalho, Prefeitura de Jacobina – Luciano Filho.
32RELATORIA - Ana Patrícia Dias Marques – secretária –administrativa do CBHS. **PAUTA:**
33Abertura de sessão e verificação de quorum, leitura e aprovação da ata da reunião anterior,
34leitura da pauta e discussão da ordem do dia, votação, discussão sobre conflito estabelecido
35no Baixo Salitre em relação à irrigação, entre pequenos trabalhadores rurais e o MST
36(Movimento dos Trabalhadores Sem-terra). RESUMO: Em primeira convocação, com a
37presença de 9 membros, a reunião não pode começar, tendo início apenas às 9:05 hs, com
3812 membros. Com uma pequena abertura, foi dada a palavra ao Prefeito Municipal Sr. Rui
39Macedo, membro suplente do CBHS, substituindo seu titular, Sr. Antônio Araújo de Souza,
40Prefeito de Ourorândia; o Sr. Jailson Cedraz Silva, Secretário de Agricultura de Jacobina e o
41presidente em exercício, Sr. Almacks Luiz Silva, substituindo a presidenta Srª Josefa Borges
42de Souza Lima. Após as palavras de boas vindas dos dois primeiros, o Sr. Almacks,
43presente à reunião do CONERH, informou sobre o lançamento em 14 de abril do Programa
44de Gestão Compartilhada e sobre a decisão do conselho de dilatar o prazo da gestão das
45diretorias dos comitês devido às eleições municipais deste ano. Também falou sobre sua
46tristeza pelo dia internacional da água, 22 de março, onde não houve nenhum movimento

6

7

8

9

10

11

CBHS **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

47sobre esse dia, passando a data praticamente despercebida, justamente quando a ONU
48informa que 46 países sofrerão guerras pela água até 2010. Durante a correção e
49aprovação da ATA da reunião anterior (Juazeiro), a plenária sugeriu que a mesma seja
50composta também pelos nomes dos convidados. Para melhor compreensão do conflito hoje
51estabelecido no Baixo Salitre entre os agricultores ligados à UAVS e o MST, o Sr. Almacks
52mostrou algumas fotos tiradas da área do conflito, feitas em uma visita sua extra-oficial. Nas
53fotos, temos imagens do canal principal de irrigação do Projeto Salitre, da EB-200 (Estação
54de Bombeamento), lagoa que leva água do canal para a adutora do salitrinho e da área
55ocupada pelo MST. Os Srs. Malan Santos Cardoso e Edgar Ferreira dos Santos, da
56Associação Comunitária e Agrícola de Campo dos Cavalos e Capim de Raiz e União das
57Associações do Vale do Salitre, respectivamente, fizeram uma breve explanação do que
58ocorre hoje na área: a UAVS possui um contrato e concessão de água com a CODEVASF –
596ª SR datado de abril de 2006, cujo objeto é a irrigação de 151 hectares e 102 hectares na
60época de seca (mediante apresentação de um plano) e vazão de 500.000 m³/mês. Esta
61água para irrigação provém da adutora do salitrinho, que por sua vez, recebe água do canal
62principal do Projeto Salitre. Em abril de 2007, começou a se estabelecer um conflito entre os
63agricultores do Vale do Salitre e trabalhadores sem terra, onde, após ocupação de uma área
64do Projeto Salitre por estes últimos, que produzem hoje em aproximadamente 150 ha, estão
65comprometendo o abastecimento de água para os agricultores, pois a vazão não é
66suficiente para ambos. Além do fato que dos agricultores ligados a UAV's pagarem por essa
67água, existe a afirmação de que os trabalhadores sem terra estão obstruindo a saída de
68água da lagoa para a adutora com sacos plásticos, comprometendo ainda mais a situação
69dos agricultores. Sr. José Humberto (UNEB), fala que o conflito pode ser um caso de polícia,
70afinal, trata-se de um direito dos agricultores do salitre assegurado pelo contrato. O conflito
71tende a se agravar, afinal todos querem terra para trabalhar. O Sr. Almacks (Paróquia São
72João Batista) diz que para administrar conflitos precisamos nos despir de interesses
73individuais. O conflito hoje é de água e não de terra, pelo menos, por enquanto. Sugere
74como encaminhamento deliberação do CBHS à CODEVASF para o cumprimento do
75contrato de concessão. O Sr. Rui Macedo (Prefeito e Jacobina) diz que seria importante que
76os outros grupos envolvidos estivessem na reunião. Que fazer uma reunião para tirar um
77grupo de trabalho é excesso de burocracia e apóia a proposta de Almacks. A Srta. Patrícia
78Dias (IAMBÁ) pede a palavra, argumentando ao Sr. Rui Macedo, pois não concorda com
79ele. Ela explica que câmaras técnicas e grupos de trabalho existem para agilizar o trabalho
80do comitê e não emperrar. A reunião foi marcada para que o comitê tomasse ciência do que
81estava acontecendo, mas que o grupo de trabalho terá o objetivo de ouvir todas as partes
82envolvidas no processo antes de tomar alguma decisão, que será levado à plenária, pois é
83ela quem decide. O Sr. Adelmo de Miranda (Associação dos Pequenos Produtores de
84Mucambo e Morrinho) pergunta por que a CODEVASF não se pronuncia já que há um
85conflito. O Sr. José Humberto pede para ler o contrato, onde observa que pelo texto, a
86CODEVASF não se responsabiliza pelas intervenções que causem interrupção no
87fornecimento de água. A Srta. Edneuma Gonçalves da CODEVASF explica que a empresa
88teve dificuldades de retirar o MST. Foi feito o pedido de reintegração de posse, que foi
89acatado, mas para tirar os trabalhadores sem terra só com força policial, no caso, Polícia
90Federal que não tem contingente para isso. Para conseguir esse contingente, pediu-se
91auxílio da Polícia Militar, através de autorização do governo estadual, passando assim por
92viés político, que ao que tudo indica, não vai autorizar o uso da Polícia Militar. Sr. José

12

13

14

15

16

17

CBHS**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE****Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006**

Página 3

93 Humberto aconselha a UAVS a não reagir e tentar um acordo. Para ele a CODEVASF terá
 94 que assumir essa interrupção. Sugere que se acione um advogado e que o comitê monitore
 95 todo o desenrolar da história. Sr. Almacks diz que o governo não toma uma atitude porque
 96 hoje são dois aliados do governo em conflito. Sr. Amarílio Mota, da Associação Comunitária
 97 dos Produtores do Povoado de Santo Antônio fala que os governantes só vão tomar uma
 98 atitude depois que o conflito ficar grave e morrer alguém. Diz também que nenhuma palavra
 99 de Deus é ruim, que a UAVS deve lutar com a ajuda de Deus mas sem abrir mão dos seus
 100 direitos. Após as discussões foi retirado um grupo de trabalho que se reunirá em Juazeiro
 101 com as partes envolvidas para ouvi-las. Por consenso, os Srs. Malan, Edgar e Srta.
 102 Edneuma ficariam fora do grupo de trabalho, já que suas entidades serão ouvidas,
 103 proporcionando assim ao grupo, imparcialidade. Desta forma três propostas foram lançadas:
 104 1ª – Diretoria do comitê, Ministério Público, CREA e CBH-SF; 2ª – Representantes do
 105 comitê que estão em Juazeiro, Sindicato dos trabalhadores Rurais de Juazeiro, Ministério
 106 Público, CREA e CBH-SF e 3ª – José Humberto (UNEB), Edson ou Noel (SRH), Maria Íris
 107 ou Rui Macedo (Prefeitura de Várzea Nova e Jacobina), Ministério Público, CREA, CBH-SF
 108 e o Sr. Manoel Ailton ou D. Joelina. Com voto de minerva do presidente em exercício, Sr.
 109 Almacks, vence a segunda proposta, que configura a idéia de que seja melhor que o grupo
 110 seja formado pelos membros do comitê que residem em Juazeiro, já que o conflito é lá e
 111 também porque fica mais fácil de reunir todos. O Sr. Manoel Ailton R. Carvalho da
 112 Associação Comunitária Quilombola de São Tomé, convidado, deixa claro que não
 113 concorda com esse encaminhamento, onde duas primeiras propostas são anti-
 114 democráticas. Srª Joelina Celestino Barbosa da Central das Associações Comunitárias
 115 Quilombolas de Lajes dos Negros concorda com ele. Os representantes do comitê em
 116 Juazeiro para o grupo são: Srta. Patrícia, José Humberto, Edson ou Noel (SRH). Como
 117 deveriam ser quatro e temos três, a plenária concorda em acrescentar o nome do Sr.
 118 Manoel Ailton e D. Joelina, que escolheriam entre si. O Sr. Manoel não aceita a proposta e
 119 D. Joelina se integra ao grupo, que marcará ainda uma data para o encontro. Sr. Almacks
 120 encerra a plenária com agradecimentos e boa viagem de volta a todos.

121

122

123

DIRETORIA EXECUTIVA DO COMITÊ DE BACIA

124

HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

125

1
2
3
4
5
1**CBHS****COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

2ATA DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA
3BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE. DATA: 11/06/2008 **LOCAL:** CENTRO
4CULTURAL JUDITE ARLEGO – MORRO DO CHAPÉU. PARTICIPANTES: **Sociedade civil**
5- Associação Comunitária dos Produtores do Povoado de Santo Antônio (Várzea Nova) –
6Amarílio Mota Carneiro; Paróquia São João Batista (Mirangaba) – **Almacks Luiz Silva;**
7Instituto Ambiental da Bahia (IAMBA – Juazeiro) – Ana Patrícia Dias Marques; Associação
8Comunitária e Agrícola de Campo dos Cavalos e Capim de Raiz – ACACCCR (Juazeiro) –
9Malan Santos Cardoso; UNEB (Juazeiro) – **José Humberto Félix de Souza;** Instituto de
10Permacultura da Bahia-IPB (Umburanas) – João Bonfim Mendes. Usuários de água -
11Associação dos Pequenos Produtores do Mucambo e Morrinho (Miguel Calmon) – Adelmo
12Marcelino de Miranda; União das Associações do Vale do Salitre (UAV's – Juazeiro) –
13Edgar Ferreira dos Santos; Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da
14Região do Tabuleiro (Campo Formoso) – José Carlos Martins de Oliveira. Poder Público
15– INGÁ/SEMA (Juazeiro) – **Edson dos Santos Cruz;** SFC/SEMA (Morro do Chapéu) –
16Tadeu Valverde; FUNASA – **Cinara Cristina da Costa Braga. AUSÊNCIAS**
17JUSTIFICADAS: Poder Público: Prefeitura de Campo Formoso – **Josefa Borges de**
18Souza Lima; Prefeitura de Jacobina - **Rui Macedo – suplente. AUSÊNCIAS NÃO**
19JUSTIFICADAS: Usuários de água - Vale do São Francisco Turismo LTDA (VALETUR
20/Juazeiro) – Aurílio dos Santos Souza – 2ª reunião consecutiva; Empresa Baiana de
21Águas e Saneamento - EMBASA – Odirlei Pereira Rocha – 2ª reunião consecutiva;
22Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Salina (Várzea Nova) – Arlete Silva de
23Carvalho Alves. Poder Público - Prefeitura de Várzea Nova – **Maria Íris Gomes.**
24SUPLENTE PRESENTES: Sociedade Civil - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
25Morro do Chapéu - Idécio Bento dos Santos, Usuários de água, Federação das
26Associações do Município de Umburanas – Renato José Pereira da Silva. CONVIDADOS:
27Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro – José Gonçalves de Oliveira, Associação
28Comunitária dos Quilombolas de São Tomé/Campo Formoso - Manoel Ailton R. de
29Carvalho, Associação Comunitária de Lagoa – **Ramalho José dos Santos,** Comitê do
30Itapicuru - Antônio Augusto Santana, EBDA/Morro do Chapéu – **Paulo Ney Dourado,**
31ASA/Bomba Popular- Normeide S. Farias, EBDA/Morro do Chapéu - **Renato Coelho da**
32Silva Filho, APACM - **Cleomarcos P. da Silva,** EBDA/Miguel calmon – **Augústulo César**
33F. de Araújo, Ministério Público Estadual – **Edna Márcia S.B.,** EBDA/Jacobina - **Flavio**
34Antonio de Mesquita Marques Junior, Irina Ferreira dos Santos, Carlos Araújo,
35Edisson Barbosa dos Santos. RELATORIA - Ana Patrícia Dias Marques – secretária –
36administrativa do CBHS. PAUTA: Abertura de sessão e verificação de quorum, leitura e
37aprovação da ata da reunião anterior, leitura da pauta e discussão da ordem do dia,
38votação, eleição para presidência do CBHS. RESUMO: foram chamados para fazer uma
39breve abertura os senhores Jaime Vasconcelos, diretor de meio ambiente do município,
40Renato Coelho, chefe da EBDA de Morro do Chapéu e Almacks Silva, presidente interino do
41comitê. Apenas esse fez a abertura, pois os outros dois não estavam no momento. Após
42rápida abertura do Sr Almacks, foram feitas as justificativas das ausências da Srª Josefa
43Borges e de Edneuma Souza, se bem que no caso dela não precisava, já que a suplente
44estava presente. Foi lida a carta expedida pela FUNASA com a indicação da servidora
45Cinara Cristina da Costa Braga como membro do comitê, convite feito anteriormente pela
46diretoria e acatado pelo plenário. A FUNASA entre na vacância da CODEVASF. Antes do

6

7

8

9

10

11

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

47início da eleição para a presidência do comitê, os senhores Adelmo Marcelino de Miranda e
 48José Carlos Martins de Oliveira expuseram suas preocupações em relação a uma eleição
 49feita assim, sem edital de convocação e pelo que consta no capítulo VI, seção I referente a
 50diretoria, que, sem ser lido no todo, trouxe muitas dúvidas. A secretária-administrativa, Srta
 51Ana Patrícia leu todos os parágrafos do artigo 8º, mas mesmo assim as dúvidas não
 52cessaram. O Srº Edgar Ferreira dos Santos perguntou se a Sr. Josefa Borges tinha pedido
 53afastamento temporário. A Srta. Ana Patrícia explicou que não, ela se afastou do cargo de
 54presidência, porém não no de membro. Foi explicado também que em comitê não há
 55afastamento temporário. Se um membro titular não pode vir, existe seu suplente. Se uma
 56entidade/instituição pede afastamento, a entidade suplente assume a vaga titular, a entidade
 57que era titular vai para a suplência e indica outro membro. Isso posto, o Sr. Adelmo afirma
 58que se é assim que acontece na época de modificações no regimento interno nós, comitê,
 59fizemos errado. O Sr. José Humberto Félix lembra a todos que o comitê está acélafo, ou
 60seja, sem presidente legal a mais de 60 dias e não pode continuar assim. Sr. Amarílio Mota
 61concorda com ele. O Sr. Almacks Silva explica que qualquer dúvida deve-se recorrer ao
 62CONERH. O Sr. Nestor Falcão, secretaria-executiva do comitê (INGÁ), pede a palavra e
 63explica novamente todos os parágrafos do artigo 8º, explica também que a convocatória da
 64reunião é o edital que o Sr. Adelmo se referiu, e como se trata de uma reunião
 65extraordinária, terá que acontecer, não tem como adiar por conta das dúvidas. Sanadas as
 66mesmas, foi convocada uma mesa para presidir a votação formada pela secretária-
 67administrativa, Srta. Ana Patrícia, Srta. Neide Farias, convidada e o Sr. Renato José
 68Pereira, membro suplente. O único membro que se colocou para concorrer ao cargo de
 69presidente foi o Sr. Almacks Silva. Como ele é vice-presidente, antes de ser presidente
 70interino, foi feita convocação para o cargo de vice, onde o Sr. José Carlos Martins de
 71Oliveira de Campo Formoso se colocou para concorrer. Os dois candidatos foram eleitos
 72presidente e vice-presidente respectivamente com 12 votos cada, ou seja, por unanimidade.
 73Terminada a eleição o Sr. Almacks informou sobre a plenária do CBH-SF em Paracatu-MG
 74nos dias 14, 15 e 16 de maio, cuja pauta era a discussão sobre agência única de bacia e
 75como será feita a cobrança de água. Após sua apresentação, o Sr. Almacks e o Sr. José
 76Humberto foram à Rádio Diamantina FM discorrer sobre comitês e bacias e gestão de
 77recursos hídricos, cujo assunto foi solicitado pelo Jornal Correio do sertão que é o 2º jornal
 78mais antigo da Bahia. O Sr. Nestor Falcão falou um pouco sobre o vazamento de cianeto no
 79rio Itapicuru em Jacobina, provindo da Mineração *Yammana Gold* e qual o andamento do
 80processo tanto na SRH quanto no CRA. Aproveitou a oportunidade para falar do Decreto n
 81º11.050 que muda o nome da SRH para INGÁ – Instituto de gestão de Águas e Clima; do
 82CRA para IMA, Instituto de meio Ambiente; e de SEMARH para SEMA, Secretaria de Meio
 83Ambiente da Bahia. Um ofício do diretor do INGÁ Sr. Júlio Rocha, informa que como haverá
 84eleição de mais quatro comitês da Bahia, não poderá haver reunião dos outros comitês
 85formados até a primeira quinzena de agosto, pois a secretaria-executiva não terá como
 86prestar apoio administrativo necessário. A Srta. Ana Patrícia fez uma apresentação de todo
 87o conflito estabelecido no baixo salitre entre os salitreiros, MST e CODEVASF desde o início
 88em abril de 2007 até o dia anterior à reunião. Nesta data a secretária-administrativa e o
 89presidente interino Sr. Almacks se dirigiram à CODEVASF 6ª SR em Juazeiro para
 90participar de uma reunião entre a empresa, Polícia Federal, INCRA, Polícia Militar da Bahia,
 9172 BI – Petrolina-PE e o MST. Ficou resolvido que o MST deveria sair até o dia 17 para sair
 92– com ou sem violência-, já que a reintegração de posse já tinha sido pedida a mais de um

12

13

14

15

16

17

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 3

93ano e até agora não foi obedecido. As famílias em acordo firmado com a CODEVASF iria
 94para uma área em Sobradinho tendo inicialmente lonas para formação dos barracos, água
 95para beber e eletricidade. Pelo contrato, a CODEVASF tem até 180 dias a partir da
 96assinatura do mesmo para implantar um projeto de irrigação. A CODEVASF deixou bem
 97claro que não se responsabilizará pela produção que está prestes a ser tirada do local
 98ocupado (os plantios).O Sr. Adelmo Marcelino de Miranda apresenta sua carta de
 99afastamento do comitê, onde a entidade suplente será convidada a ser titular, e a entidade a
 100qual pertence seu Adelmo, na suplência, indicará outro membro para assumir. A Srta Ana
 101Patrícia leu a moção feita pelo Plenário do Fórum Nacional de Comitês de bacias
 102Hidrográficas ao Sr. Ministro da Integração, Sr. Geddel Vieira de Melo, onde se solicita que
 103as obras e projetos a serem realizados, principalmente os de saneamento ambiental, nas
 104bacias hidrográficas, sejam amplamente discutidos no âmbito dos comitês. Foi lido também
 105um ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro-STR ao presidente da
 106CODEVASF com o pedido de aumento de demanda de água e garantia das plantações para
 107o povo do salitre. A reunião foi finalizada com a apresentação por parte dos técnicos da
 108EBDA, Srs. Flávio Antônio de Mesquita e Augústulo César de Araújo do projeto de
 109revitalização de sub-bacias, incluindo aí a bacia do salitre, mas precisamente o município de
 110Morro do Chapéu, onde estão suas nascentes. O projeto contempla atividades de
 111cercamento de nascentes, barragens subterrâneas, dissipadores de energia, bacias de
 112retenção, nas áreas de assentamentos de reforma agrária ou áreas de demais
 113agricultores. Para julho será marcado um seminário com os agricultores da região. A reunião
 114foi encerrada com as palavras do presidente empossado, Sr. Almacks Silva e a diretoria irá
 115planejar a data da próxima reunião e sua pauta.

116

117

DIRETORIA EXECUTIVA DO COMITÊ DE BACIA

118

HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

119

1

2

3

4

5

CBHS**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

ATA DA 5ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE. Aos vinte e três dias do mês de abril, as vinte uma horas, iniciou-se no Fórum da Cidadania, Projeto Comunitário Boa Esperança, Umburanas, a abertura da quinta plenária do CBHS, com as palavras de boas vindas dos convidados à mesa, além de duas apresentações culturais. No dia seguinte (dia vinte e quatro), às nove horas com a presença de dez membros em segunda convocação, tiveram início os trabalhos com a leitura e aprovação das duas atas anteriores: sexta plenária extraordinária em Morro do chapéu e quarta plenária ordinária em Mirangaba. Aprovadas as atas, foi solicitado que constasse em ata o pedido do CBHS ao Sr. Juliano Matos, Secretário Estadual de Meio Ambiente, a presença do servidor e membro do comitê, o Srº Tadeu Valverde, ausente de duas plenárias, por, segundo a SEMA, contenção de despesas. Em relação à Deliberação N° 01 do comitê discutida e aprovada na plenária anterior, não constou na pauta da plenária do CONERH. O Sr. Robinson Santiago do INGÁ explicou que a pauta já estava fechada e que nos restava tentar colocá-la para a pauta do dia vinte oito de maio. A Srta. Elba Silva do INGÁ, como encaminhamento reenviaria o pedido de entrada na próxima pauta da deliberação. Como resultado da discussão sobre a proposta do Parque Nacional Boqueirão da Onça, foi mostrado um mapa feito em parceria com a UNEB/Jacobina com as localizações das comunidades dentro e no entorno do parque, nos municípios de Umburanas, Campo Formoso e Ourolândia. A nota técnica do CBHS ao Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes, sugerida pelo Sr. José Augusto Tosato – INGÁ, também na última plenária, foi enviada, mas, nada de concreto em relação a ela até este momento. Os Senhores Malan Santos Cardoso, Edgar Ferreira dos Santos, ambos do baixo salitre e o Sr. Tandé do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, informaram ao plenário sobre o edital para compra dos lotes da primeira fase do Projeto Salitre publicado pela CODEVASF. Segundo os mesmos, o projeto não contempla o salitreiro, e as exigências do edital deixa de fora o pequeno agricultor. Na terça-feira dia vinte oito haverá uma assembléia na câmara de vereadores de Juazeiro para discutir o edital, e o Sr. Almacks Luiz Silva, presidente do CBHS se comprometeu em participar para assim ver de que forma o comitê pode acompanhar o processo. A srta. Elba Silva falou sobre o processo licitatório para a confecção do plano de bacia do CBHS que já foi publicado no DOE do dia vinte e três de abril e que tem como prazo até o dia quinze de junho para recebimento das propostas. Depois será feito o julgamento das mesmas que não tem um prazo estipulado em lei, convocação dos licitantes para divulgação do resultado final, três dias para recursos, homologação da licitação e assinatura do contrato. A srta. Ana Patrícia lê para a plenária a Resolução do CONERH que prorroga até dezembro de dois mil e nove a eleição do CBHS. A mesma fala de sua indignação perante a falta de diálogo do CONERH com o comitê, onde o mesmo não foi consultado, informado e praticamente o último “a saber” que sua eleição foi adiada. Por outro lado, uma decisão dessa natureza pode levantar suspeitas de que a atual diretoria está se articulando para ficar no poder. O Sr. Almacks apóia a secretária-administrativa e lembra a todos que se sair o plano de bacia e a eleição ao mesmo tempo, será uma grande confusão com esses dois processos em andamento. O Sr. Robinson esclarece que a eleição é “até” dezembro e não “em” dezembro. A srta. Ana Patrícia reafirma que sem uma data pré-determinada, a possibilidade das duas coisas acontecerem ao mesmo tempo é grande, e não há garantia de que isso não aconteceria. O Sr. Almacks sugere ao plenário que, se começarem os trabalhos para a confecção do plano de bacia, não aceitemos eleição nesse período. O Sr.

6

7

8

9

10

11

CBHS**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE**

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

47 Robson falou sobre as câmaras técnicas e faz um paralelo com a formação de grupos de
 48 trabalho, que são mais simples e podem acabar a qualquer momento, sem as mesmas
 49 imposições burocráticas de uma câmara técnica. Assim sugere a criação de um grupo de
 50 trabalho para acompanhar a confecção do plano. A Srta. Elba Silva lembra que os
 51 membros do grupo de trabalho terão que ter capacidade de ler muitos trabalhos técnicos.
 52 O Sr. Almacks Silva sugere que o baixo, o médio e o alto salitre se comprometam em
 53 participar do grupo de trabalho. Por unanimidade tirou-se um grupo de trabalho. Ao final
 54 da reunião optou-se pela data de trinta e trinta e um e julho em Campo Formoso para a
 55 próxima plenária. A data ainda não é definitiva, pois a Srta. Elba Silva diz que, se coincidir
 56 com a data contratação da empresa que fará o plano, em uma reunião o comitê poderia
 57 conhecer a equipe vencedora. Desta forma, A secretária-administrativa e a Srta. Elba Silva
 58 ficarão em contato para articular uma data melhor se for o caso. Em decorrência de alguns
 59 pedidos na plenária a Srta. Ana Patrícia e o Sr. Almacks Silva ficaram na parte da tarde
 60 para falar mais sobre o processo de implantação do Parque Nacional Boqueirão da Onça.
 61 Finalizou-se assim a 5ª Plenária Ordinária do CBHS.-----

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE
Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

ANEXO DA ATA 5º PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CBHS EM
UMBURANAS

PARTICIPANTES: SOCIEDADE CIVIL - Associação Comunitária dos Produtores do Povoado de Santo Antônio (Várzea Nova) – **Amarílio Mota Carneiro**; Paróquia São João Batista (Mirangaba) – **Almacks Luiz Silva**; Instituto Ambiental da Bahia (IAMBA – Juazeiro) – **Ana Patrícia Dias Marques**; Associação Comunitária e Agrícola de Campo dos Cavalos e Capim de Raiz – ACACCCR (Juazeiro) – **Malan Santos Cardoso**; UNEB (Juazeiro) – **José Humberto Félix de Souza**;
USUÁRIOS DE ÁGUA - União das Associações do Vale do Salitre (UAV's – Juazeiro) – **Edgar Ferreira dos Santos**; Associação Comunitária dos Agricultores e Moradores da Região do Tabuleiro (Campo Formoso) – **José Carlos Martins de Oliveira** (presente dia 24); Empresa Baiana de Águas e Saneamento - **Severino Vasconcelos Aragão Filho**; Associação dos Pequenos Produtores de Salina - **Arlete Silva de Carvalho Alves**;
PODER PÚBLICO – CODEVASF – **Edneuma Gonçalves de Souza**; **Prefeitura de Ourolândia** - Antônio Araújo de Souza (presente só no dia 23 e não justificou ausência dia 24);

SUPLENTE PRESENTE: SOCIEDADE CIVIL: Central das Associações Comunitárias Quilombolas de Lages dos Negros – **Joelina Celestino Barbosa** (presente no dia vinte e quatro); Federação das Associações do Município de Umburanas - **Renato José Pereira da Silva**, **USUÁRIOS DE ÁGUA:** Associação dos Produtores Rurais de Itan - **Normando Carneiro Miranda** (presente no dia 23);

AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS: PODER PÚBLICO - Prefeitura de Várzea Nova – **mandou um representante que não é o prefeito**; Prefeitura de Ourolândia – **Antônio Araújo de Souza – 2ª ausência sem justificativa. Só compareceu ao dia 23**; Prefeitura de Campo Formoso – **Não compareceu. 1ª ausência**;

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE
 Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

**RELAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO CRIADO NA 5ª PLENÁRIA
 DO CBHS EM UMBURANAS**

BAIXO SALITRE

Campo Formoso:

1. João Barreto Neto – Secretário de Agricultura;
2. Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – Comunidade de São Tomé e Conselheiro das Águas

Juazeiro:

1. Jairton Fraga – Professor da UNEB-Juazeiro e Secretário de Desenvolvimento Rural e meio Ambiente;
2. Edgar Ferreira dos Santos – UAV's

MÉDIO SALITRE

Umburanas:

1. Antônio Carlos Pinheiro – Secretário de Agricultura;
2. Valdenir Ribeiro Soares – Presidente do STR e articulador do Território do Piemomte

Jacobina:

1. Silvio Fernando Oliveira de Souza;
2. Flávio Júnior - EBDA

Mirangaba:

1. Almacks Luiz Silva – Presidente do CBHS
2. Valmir...

Ourolândia:

1. ??????

Instituto de Gestão de Águas e Clima –INGÁ (antiga SRH)
 Coordenação de Gestão Participativa– COGEP
 Av. Antônio Carlos Magalhães, 357, 4º andar – Itaipara - CEP: 41.825-500 –Salvador -BA
 71 – 3116-3238 / 74 – 9995-6734 / 74 - 9115-9831

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE
Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

2. ?????

ALTO SALITRE

Morro do Chapéu:

1. ??????
2. ??????

Várzea Nova:

1. Edson José de Almeida D'Ângelo – Representante do Prefeito de Várzea Nova (mas apenas se ele for o indicado do prefeito para representa-lo no comitê em definitivo);
2. Arlete Silva de carvalho Alves – Membro do CBHS

Miguel Calmon:

1. ??????
2. ??????

CBHS
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46

ATA DA 6ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE - CBHS. Aos sete dias do mês de maio de 2010, às 9:00h teve início a 6ª Plenária Extraordinária do CBHS, com a abertura oficial no Espaço Cultural Luiz Eduardo Magalhães - ECLEM, localizado à Rua Bom Jesus da Glória, Centro, no Município de Jacobina/BA. Inicialmente houve a formação da mesa com a comissão eleitoral para conduzir o processo de eleição da nova diretoria. Josué Calmon como representante do Ingá e Maria das Neves Albuquerque na condição de representante da comissão eleitoral e de coordenação da primeira etapa da plenária deram as boas vindas aos membros presentes e apresentaram as regras para eleição da diretoria, proferindo a leitura das regras como consta no regimento, as atribuições da diretoria e questões relativas gestão administrativa da mesma. Foi apresentada uma única chapa construída pelos membros: Presidente, Almacks Luis Silva; Vice Presidente, José Carlos Martins de Oliveira; Primeiro Secretário, José Humberto Felix de Souza; e Segunda Secretária, Arlete Silva de Carvalho Alves. Foi empossada por consenso a diretoria eleita e cada um dos membros proferiu um discurso com as suas respectivas expectativas e agradecimento. Regimentalmente a diretoria assumiu a coordenação da plenária e deu segmento à pauta estabelecida anteriormente. Franqueada a palavra ao plenário para avaliação, sugestões e impressões para nova gestão, Edneuma Gonçalves de Souza, representante da CODEVASF e Manoel Ailton Rodrigues do Santos, representante da Associação Quilombola do Povoado de São Tomé pronunciaram-se ressaltando a importância da participação de todos e uma reflexão sobre o sentido da representação. Logo a seguir, foram socializadas por Minéia Clara dos Santos as informações e demandas da reunião do Fórum Baiano de Comitês, ocorrida dia 06 de maio de 2010, em Salvador. Foi sugerida pela plenária uma proposta de preenchimento das vacâncias ocorridas, com a indicação para nomeação da Universidade Federal do São Francisco e a Associação de Condutores de Visitantes de Morro do Chapéu nas respectivas suplências. O representante do Ingá – Unidade Regional de Juazeiro, Edson dos Santos responsabilizou-se por fazer uma consulta ao Setor jurídico do Ingá com relação a proposta e a diretoria deverá convidar os indicados as vagas vacantes. Josué Calmon, técnico da Coordenação de Gestão Participativa apresentou a metodologia de facilitação do Ingá como Secretaria Executiva, quais as suas atribuições, além de reforçar o papel político, estratégico e administrativo para o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos. Como ponto final da pauta, no que ocorrer, o Ingá solicitou a diretoria e coordenação da plenária um momento para contextualizar sobre a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre e construir com os membros um cronograma de trabalho. Foi apresentada por Maria do Carmo Nunes Pereira, técnica do Ingá – Coordenação de Planejamento de Recursos Hídricos, o processo histórico, a metodologia e estrutura da elaboração do Plano. Como a nova gestão do comitê irá se debruçar aos trabalhos e colocar-se politicamente à elaboração do Plano? Para isso, é proposta a formação de uma Câmara Técnica de Programa, Planos e Projetos - CTPPP, que terá como atribuição a análise técnica do conteúdo sistematizado, dos dados hídricos e socioambientais levantados e aprofundamento conceitual e ações práticas. Foram indicados os nomes para compor a CTPPP: Almacks Luis Silva, Manoel Ailton Rodrigues do Santos, o pesquisador da Embrapa Semiárido, Lúcio Alberto Pereira, Marcostony Cruz, da Unidade Regional de Juazeiro, Edneuma Gonçalves de Souza da CODEVASF, o professor da UNEB/DTCS de Juazeiro, Jairton Fraga Araujo, o biólogo da Prefeitura de Campo Formoso, Sr. Rangel, o engenheiro Gilson Pereira do CREA de Jacobina e Minéia Clara dos Santos. A diretoria responsabilizou-se por confirmar todas as indicações dos membros da Câmara e informar o Ingá até o dia 14 de maio de 2010. Em seguida foi construído e aprovado pelo plenário o cronograma de trabalho do Plano. Capacitação dos membros do CBHS e CTPPP nos dias 25 e 26 de maio de

[Handwritten signatures and initials in purple ink at the bottom of the page]

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE
 Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

47 2010 em Jacobina; Reunião da CTPPP para análise da minuta da Fase B no dia 08 de junho de
 48 2010 em Salvador; Reunião Plenária Extraordinária do CBHS (2ª Consulta Pública do Plano) –
 49 FASE B no dia 01 de julho em Juazeiro; Reunião da CTPPP para Elaboração do Roteiro das
 50 Oficinas da Fase C no dia 06 de julho em Salvador; Realização das Oficinas da Fase C entre os dias
 51 12 e 16 de julho de 2010 nos municípios de Morro do Chapéu, Mirangaba (Taquarandi) e Campo
 52 Formoso (Laje dos Negros); Reunião da CTPPP para análise da minuta da Fase C no dia 05 de
 53 agosto de 2010 em Salvador; Reunião Plenária Extraordinária do CBHS (3ª Consulta Pública do
 54 Plano) – FASE C no dia 27 de agosto de 2010 em Jacobina (Caatinga do Moura); Reunião da
 55 CTPPP para Elaboração do Roteiro das Oficinas da Fase D dia 02 de setembro de 2010 em
 56 Salvador; Realização das Oficinas da Fase D entre os dias 13 a 17 de setembro nos municípios de
 57 Ourolândia, Jacobina (Caatinga do Moura) e Juazeiro (Campo dos Cavalos); Reunião da CTPPP
 58 para análise da minuta da Fase D dia 14 de outubro de 2010 em Salvador; Reunião Plenária
 59 Extraordinária do CBHS (4ª Consulta Pública do Plano) - FASE D no dia 05 de novembro de
 60 2010 em Miguel Calmon; Reunião Plenária Extraordinária do CBHS (5ª Consulta Pública do
 61 Plano) - FASE D no dia 10 de dezembro de 2010 em Juazeiro; e realização do Seminário de
 62 Lançamento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre no dia 17 de
 63 dezembro de 2010, em Ourolândia. Nada mais havendo, foi determinada a lavratura da presente
 64 ata, e recebe a assinatura da Comissão Eleitoral que coordenou a eleição da diretoria e pela
 65 diretoria eleita.
 66

Luiz A. Freitas *Miranda* *João* *ce* *Paulo*

Abraão *Belo* *Paulo* *Edilson*

João *Paulo*

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

1 **ATA DA XIII PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA**
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE – CBH- Salitre.** Aos
3 nove dias do mês de outubro de 2012, às 9:00h, teve início a 13ª Reunião
4 Plenária Extraordinária do CBH-Salitre, no Auditório da Unidade
5 Regional do INEMA, localizado em Juazeiro/BA. A reunião Plenária teve
6 como ponto principal de pauta, a conclusão da Revisão do Regimento
7 Interno do CBH-Salitre. A abertura foi feita pelo presidente Almacks
8 Luiz Silva, falando da importância da continuidade dos trabalhos de
9 revisão do regimento interno iniciados na Plenária realizada em Lajes,
10 Campo Formoso. A seguir, o coordenador do INEMA – Juazeiro, Walter
11 Guerra da Silva Filho sugeriu a Codevasf que os processos de
12 licenciamento tivessem entrada de pedido, através da Coordenação em
13 Juazeiro, evitando que fossem solicitados pelo INEMA, em Salvador. A
14 representante da Codevasf, Edneuma Gonçalves se prontificou a contatar
15 com o setor responsável, no sentido de corrigir esta distorção. O
16 coordenador do INEMA, Walter Guerra falou ainda da preocupação
17 quanto ao sistema de abastecimento em Lajes, Campo Formoso, em
18 decorrência das multas pela fiscalização. O representante da UNEB, Prof.
19 José Humberto, sugeriu o envolvimento do CBH-Salitre nas ações
20 realizadas pelo INEMA, por meio da criação de uma comissão
21 interinstitucional que possa desenvolver ações educativas, junto aquela
22 população. O presidente do CBH – Salitre, Almacks Luiz, após ter
23 conversado com o Secretário, professor José Humberto, sugeriu a
24 necessidade de o INEMA custear os membros suplentes custeados por
25 Lei, lembrando que esta reunião só atingiu quórum pela presença do
26 membro suplente Manoel Ailton, da Comunidade de Quilombolas de São
27 Tomé em Campo Formoso, pois se não estivesse presente configuraria
28 um desgaste para o Comitê e conseqüentemente para o INEMA. Convém
29 informar que a titular da referida Comunidade só se fez presente no
30 período vespertino. Em seguida, a representante da UFBA, Ângela
31 Damasceno falou sobre a coleta de água no rio Salitre, visando avaliar a
32 qualidade da água, além de apresentar os trabalhos de pesquisa
33 desenvolvidos pela IES na bacia do Rio Salitre, onde concluiu-se que os
34 membros do Comitê não estão devidamente preparados sobre gestão de

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

35 recursos hídricos, propondo a realização de uma oficina, habilitando o
 36 CBH-Salitre sobre todas as etapas de enquadramento dos corpos d'água.
 37 A seguir, foram retomadas as discussões de revisão do regimento interno
 38 do CBH-Salitre com a aprovação por unanimidade. Nada mais havendo a
 39 tratar, foi encerrada a Plenária, determinando-se a lavratura da presente
 40 ata, que recebe a assinatura dos membros do Comitê da Bacia
 41 Hidrográfica do Rio Salitre e demais presentes. Juazeiro, 09 de outubro
 42 de 2012.
 43

Blício

Jose S

Blício

Blício

Blício

Blício

Blício

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página /

1 **ATA DA IX PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**
 2 **HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE – CBH-Salitre.** Aos vinte e um
 3 dias do mês de dezembro de 2012, às 10:00h teve início, em segunda
 4 convocação, no Centro Cultural Profª Judith Arlego, em Morro do
 5 Chapéu-BA, a 9ª Reunião Plenária Ordinária do CBH-Salitre. A abertura,
 6 feita sob a coordenação da secretaria do CBH-Salitre, consistiu com a
 7 formação da mesa constituída por representantes: do CBH-Salitre;
 8 presidente Almacks Luiz Silva e secretário José Humberto Felix de
 9 Souza; do INEMA - Unidade Regional Juazeiro, Walter Guerra Filho; do
 10 presidente do Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas, Paulo
 11 Henrique; e da Prefeitura de Morro do Chapéu, Luiz Dourado. Após
 12 breves saudações pelos representantes mencionados, o presidente do
 13 CBH-Salitre falou sobre o ENCOB 2012, realizado em Cuiabá,
 14 informando sobre a articulação entre o representante dos comitês
 15 gaúchos, no sentido da realização na Bahia, do ENCOB 2013 ou 2014.
 16 Em seguida apresentou proposição de agenda de reuniões ordinárias para
 17 o ano de 2013, que após sugestões da Plenária foi aprovada por
 18 unanimidade, ficando assim deliberada: dia 19 de abril, em Juazeiro; dia
 19 7 de junho, em Jacobina; dia 13 de setembro, em Campo Formoso; e dia
 20 22 de novembro, em Mirangaba. Logo após, o presidente Almacks Luiz
 21 Silva, apresentou a deliberação CBH-Salitre nº 02/2012, datada de 21 de
 22 junho de 2012, sobre a criação da agência de bacia e sua estruturação,
 23 solicitando desta secretaria protocolar, junto a representação do INEMA-
 24 Juazeiro presente, o que foi feito de imediato, mediante assinatura do
 25 Coordenador do INEMA, Sr. Walter Guerra Filho. Os membros
 26 convidados da Plenária, Srs. Gilmar e Paulo Henrique se manifestaram,
 27 falando sobre a experiência da competência das agências do leste e do
 28 São Francisco. O presidente Almacks Luiz Silva, consoante ausência do
 29 GRH/UFBA, prestou informações sobre a Oficina de Enquadramento dos
 30 Corpos D'água, justificando a sua não realização no período agendado e
 31 que a mesma será realizada no dia 23 de janeiro de 2013, em Jacobina. A
 32 seguir, o coordenador da Câmara Técnica de Projetos e Planos, Sr.
 33 Marcostony do INEMA, prestou informações sobre o Plano de Bacia do
 34 CBH-Salitre, falando que o mesmo ainda não foi apresentado, em

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

35 decorrência de pendências de naturezas econômica e administrativa entre
36 o INEMA e a UFC. Logo após, a diretora de água da coordenação de
37 recursos hídricos do INEMA, Sra. Maria do Carmo e Daniela, também do
38 INEMA, falaram sobre o processo de aditamento do Projeto do Plano de
39 Bacia, ficando evidente que serão tomadas as necessárias providências,
40 no sentido de não prejudicar ainda mais o CBH-Salitre. Logo em seguida,
41 o técnico da empresa LOCALMAQ, geógrafo José Venícius Rosa de
42 Jesus, falou sobre o Projeto Hidroambiental, ora em execução, tendo
43 dirimido as diversas dúvidas emanadas pela plenária. Prosseguindo, a
44 Coordenadora de Interação Social do INEMA, Milza Viana iniciou as
45 discussões a respeito do processo de eleições para renovação dos
46 membros do Comitê do Salitre; falou sobre as competências dos comitês
47 em conformidade com a Resolução nº 52 CONERH, e das etapas do
48 processo eleitoral, provocando a Plenária a se manifestar sobre a
49 indicação dos membros dos diferentes segmentos a fazerem parte da
50 comissão eleitoral. Informou que o membro da comissão representando o
51 Poder Público indicado, será o técnico do INEMA, Edson; considerando a
52 ausência de membros do segmento dos usuários, em decorrência do
53 mesmo não ser custeado, verificou-se o empecilho da sua participação na
54 comissão eleitoral; também não houve consenso para a indicação de
55 membro do segmento da sociedade civil, ficando definido que a CODIS
56 levará o problema para o INEMA, em Salvador, no sentido de verificar a
57 possibilidade de indicação não paritária dos membros da comissão. Com
58 isso foram dadas sugestões de entidades que constituem o poder público e
59 usuários, a exemplo de EBDA e CERB, respectivamente. Nada mais
60 havendo a tratar, foi encerrada a Plenária, determinando-se a lavratura da
61 presente ata, que recebe a assinatura dos membros do Comitê da Bacia
62 Hidrográfica do rio Salitre e demais presentes. Morro do Chapéu, 21 de
63 dezembro de 2012.

64

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

1 **ATA DA X PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**
 2 **HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE – CBH-Salitre.** Aos dezesseis
 3 dias do mês de maio de 2013, às 09:00h teve início, no Auditório da
 4 Codevasf, em Juazeiro-BA, a 10ª Reunião Plenária Ordinária do CBH-
 5 Salitre. A abertura, feita sob a coordenação da secretaria do CBH-Salitre,
 6 teve a formação da mesa constituída por representantes: do CBH-Salitre,
 7 presidente Almacks Luiz Silva e secretário José Humberto Felix de Souza
 8 e do INEMA - Unidade Regional Juazeiro, Walter Guerra da Silva Filho.
 9 Após breves saudações pelos representantes mencionados e da Secretária
 10 de Coordenação da Câmara Consultiva do Sub-Médio São Francisco, Sra.
 11 Ana Paula, do Professor da UELAM, José Dourado, que vem realizando
 12 trabalho de pesquisa na Bacia do Salitre e da ex-secretária do CBH-
 13 Salitre, Ana Patrícia Dias Marques, o presidente do CBH-Salitre falou
 14 sobre a Resolução CONERH, que prorrogou os mandatos dos diretores
 15 do CBH-Salitre e sobre o Curso Gestão Pública das Águas para
 16 Membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bahia, com o Módulo
 17 I, a ser realizado no período de 17 a 19 de junho de 2013, em Jacobina,
 18 para membros do CBH-Salitre. O secretário fez a leitura do Ofício
 19 CODIS MF nº 0033/2013, encaminhado pela Coordenadora de Interação
 20 Social, Maísa Flores, que se refere ao não recebimento do Regimento
 21 Interno do CBH-Salitre. O presidente, de imediato, entregou protocolado,
 22 junto ao Coordenador do INEMA, em Juazeiro, Sr. Walter Guerra da
 23 Silva Filho, o Regimento Interno do CBH-Salitre assinado pelo mesmo e
 24 pelo secretário José Humberto Felix de Souza, restando apenas a
 25 assinatura do Vice-Presidente do CBH-Salitre, cuja responsabilidade
 26 ficou a cargo do INEMA. Em seguida, o secretário fez a leitura de e-mail
 27 remetido pela Diretora de Águas do INEMA, Sra. Maria Amélia de Coni
 28 e Moura Mattos Lins, informando sobre o Plano de Bacia do Salitre e as
 29 dificuldades existentes entre a UFC e INEMA, estando tal situação de
 30 impasse entregue ao Setor Jurídico do Estado da Bahia. A seguir, o
 31 Coordenador do INEMA entregou ao presidente Almacks, o Ofício nº
 32 53/2013-Secex. encaminhado pela Coordenadora da Secretaria Executiva
 33 dos Colegiados, Mariana Mascarenhas à Coordenação de Interação Social
 34 do INEMA, onde solicita informações sobre a mobilização do CBH-

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual N° 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

35 Salitre, junto ao segmento de usuários, visando a indicação de membro
36 para Comissão Eleitoral tripartite, conforme Resolução do CONERH. O
37 presidente Almacks falou do desinteresse do segmento, considerando a
38 dificuldade de deslocamento para as reuniões, já que o seu custo não é
39 bancado pelo INEMA, deixando a cargo da Interação Social do INEMA a
40 responsabilidade da mobilização do segmento dos usuários.
41 Prosseguindo, a representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio
42 São Francisco informou sobre o Curso Usos Múltiplos das Águas do Rio
43 São Francisco, a ser realizado no período de 21 a 22 de maio de 2013, em
44 Juazeiro. Dando continuidade, o presidente Almacks, fez uma
45 apresentação sobre o Eixo Sul da Transposição do Rio São Francisco,
46 com enfoque no trecho contemplado da Bacia do Salitre. Convém
47 informar que devido as ausências das representantes da GRH/UFBA e da
48 CODIS/INEMA não foram entregues os certificados da Oficina de
49 Enquadramento dos Corpos D'água nem feita a apresentação sobre o
50 andamento do Plano de Bacia do Salitre, respectivamente. Por outro lado,
51 foi suspensa a visita técnica ao Baixo Salitre, prevista para o dia 17 de
52 maio de 2013. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Plenária,
53 determinando-se a lavratura da presente ata, que recebe a assinatura dos
54 membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre e demais
55 presentes. Juazeiro-BA, 16 de maio de 2013. *Lu*

56

Joelina Celestino Barbosa - Central Quilombola Rep. do S. J.
Alcides Balbino de Souza
Jenival Santos Barbosa - Prefeitura Municipal de Juazeiro - Bahia
Edmundo G. de Souza
Alvaro Almeida Almeida - PREFEITURA MUNICIPAL VÁRZEA NOVA
José Augusto de Lima
Luiz Carlos de Souza
Francisco Sousa Cavalcanti EMBASA

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 1

1 **ATA DA XIV PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA**
 2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE – CBH-Salitre.** Aos
 3 trinta e um dias do mês de outubro de 2013, às 09:00h teve início, no
 4 Auditório do INEMA, em Juazeiro-BA, a XIV Reunião Plenária
 5 Extraordinária do CBH-Salitre. A abertura, feita sob a coordenação da
 6 secretaria do Comitê, que apresentou as justificativas das ausências dos
 7 membros do CBH-Salitre, Luiz Alberto Rodrigues Dourado, Renato José
 8 Pereira da Silva e Edgar Ferreira dos Santos, este consoante informação
 9 da suplente, Minéia Clara dos Santos, teve a formação da mesa
 10 constituída por representantes: do CBH-Salitre, presidente Almacks Luiz
 11 Silva e secretário José Humberto Felix de Souza e do INEMA - Unidade
 12 Regional Sertão do São Francisco, Walter Guerra da Silva Filho. Após
 13 breves saudações pelos representantes mencionados, o presidente do
 14 CBH-Salitre falou sobre o ENCOB 2013, realizado em Porto Alegre-
 15 RS, da Reunião de Indicadores da Cátedra UNESCO, realizada no
 16 DTCS/UNEB, além do Projeto de Recuperação Hidro-Ambiental,
 17 desenvolvido no município de Morro do Chapéu. O secretário fez a
 18 leitura do Ofício GAB- 249/2013, encaminhado pelo prefeito de Várzea
 19 Nova, Sr. Dion Avelino da Silva, nomeando o Sr. Clóvis Almeida
 20 Menezes, como representante, junto ao CBH-Salitre. A seguir, o secretário
 21 leu a Ata da X Plenária Ordinária do CBH-Salitre, realizada no dia 16 de
 22 maio de 2013, no Auditório da Codevasf-Juazeiro, tendo sido aprovada
 23 por unanimidade. Dando continuidade a Pauta, foi discutida a Formação
 24 da Comissão Eleitoral para a renovação dos membros do Comitê,
 25 obedecendo a Resolução CONERH nº 52/2009, Art. 20, I, II, que
 26 estabelece a formação tripartite: Poder Público, Usuários e Sociedade
 27 Civil Organizada. Após discussão e aprovação da Plenária, a Comissão
 28 Eleitoral ficou assim constituída: Edson Santos Cruz, do INEMA,
 29 representando o Poder Público, Alcides Balbino de Souza, representando
 30 o segmento dos Usuários e Joelina Celestino Barbosa, como representante
 31 do segmento Sociedade Civil. Convém informar que a Sra. Edneuma
 32 Gonçalves de Souza, da Codevasf, e Josival Santos Barbosa, da Prefeitura
 33 de Juazeiro, se prontificaram a dar apoio com disponibilização de
 34 veículos para o processo de mobilização nas localidades da Bacia do Rio



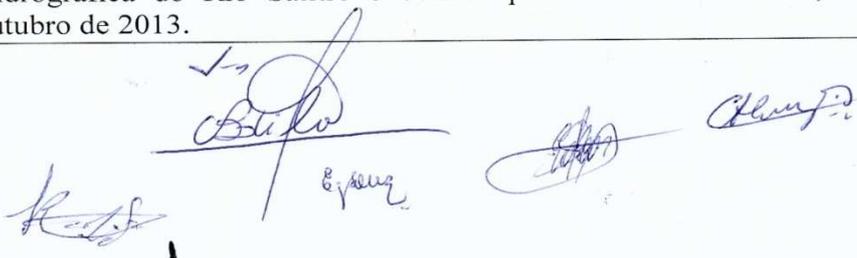
CBHS
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

35 Salitre. A seguir, após sugestões e discussão pela Plenária, foram
36 escolhidas e aprovadas as cidades de Juazeiro, Jacobina (Distrito de Laje
37 do Batata) e Várzea Nova, respectivamente, Baixo, Médio e Alto Salitre,
38 onde ocorrerão as reuniões de discussão do processo eleitoral. Nada mais
39 havendo a tratar, foi encerrada a Plenária, determinando-se a lavratura da
40 presente ata, que recebe a assinatura dos membros do Comitê da Bacia
41 Hidrográfica do Rio Salitre e demais presentes. Juazeiro-BA, 31 de
42 outubro de 2013.

43
44



Handwritten signatures of committee members, including names like 'Bispo', 'Espinoza', and 'Almeida'.

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 7

1 **ATA DA XI PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE – CBH-Salitre.** Aos doze dias
3 do mês de dezembro de 2013, às 09:00h teve início, no Auditório da
4 Câmara Municipal de Vereadores de Mirangaba, em Mirangaba-BA, a
5 11ª Reunião Plenária Ordinária do CBH-Salitre. A abertura, feita sob a
6 coordenação da secretaria do CBH-Salitre, teve a formação da mesa
7 constituída por representantes: do CBH-Salitre, presidente Almacks Luiz
8 Silva e secretário José Humberto Felix de Souza; do INEMA - Unidade
9 Regional Juazeiro, Walter Guerra da Silva Filho; Prefeito de Mirangaba,
10 Dirceu Mendes Ribeiro e do Presidente da Câmara de Vereadores, Edson
11 Mendes Ribeiro. Após breves saudações pelos representantes
12 mencionados, o poeta e compositor Jacobina, de 82 anos, fez uma
13 apresentação musical com violão, sendo bastante aplaudido pelos
14 presentes. Em seguida, o secretário fez a leitura da Ata da 14ª Plenária
15 Extraordinária, realizada no dia 31 de outubro de 2013, no INEMA de
16 Juazeiro-BA. A seguir, o presidente do CBH-Salitre proferiu uma palestra
17 “Águas de Taquarandi”, socializando também, a Nota Técnica nº 001/13-
18 DIOMB/DIMAB, emitida pela CERB em atendimento a solicitação da
19 Câmara de Vereadores de Jacobina, onde informa que as águas da
20 Barragem de São José do Jacuípe estão inadequadas para o consumo
21 humano. Os vereadores Ronivon do Junco e Clovis Ferreira de Almeida
22 se manifestaram sobre esse assunto. Prosseguindo, o técnico da Codevasf,
23 Hélder falou sobre o Saneamento na Bacia do Rio Salitre, enfatizando
24 que a empresa responsável pela execução dos serviços decretou falência e
25 que está sendo processada pela Codevasf; que a conclusão das obras
26 serão realizadas pela Embasa por meio de Termo de Compromisso, junto
27 ao Governo do Estado da Bahia. O membro do Comitê Luiz Dourado
28 indagou o funcionamento das Estações de Tratamento na Bacia do
29 Salitre, já que em Morro do Chapéu o saneamento não chegou a ser
30 concluído. O morador de Mirangaba, Professor Fred perguntou sobre o
31 processo de fiscalização das obras de saneamento e os critérios para a
32 abertura de poços, considerando estar havendo abertura desenfreada e a
33 como denunciar? O técnico da Codevasf, Hélio Barros esclareceu sobre o
34 assunto, recomendando procurar o fiscal, superintendente da Codevasf,

CBHS

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALITRE

Instituído pelo Decreto Estadual Nº 10.197 de 27 de dezembro de 2006

Página 2

35 além do Ministério Público. O técnico Hélder fez também os
36 esclarecimentos sobre as diferentes indagações feitas pelos presentes.
37 Dando continuidade, o presidente Almacks, fez uma proposta sobre a
38 definição do Calendário das Plenárias Ordinárias para o ano de 2014,
39 ficando assim definido e aprovado por unanimidade: Abril – Jacobina;
40 Junho – Miguel Calmon; Agosto – Umburanas; e Novembro – Juazeiro.
41 Continuando com a pauta, em O Que Ocorrer, Almacks sugeriu que o
42 INEMA fizesse a apresentação dos Estudos do Balanço Hídrico realizado
43 no Baixo Salitre, ficando definida sua apresentação para a próxima
44 Plenária. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Plenária,
45 determinando-se a lavratura da presente ata, que recebe a assinatura dos
46 membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre e demais
47 presentes. Juazeiro-BA, 12 de dezembro de 2013.

48
49